

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALEXSANDRO R. MENEZ

**O “INOLVIDÁVEL POLÍGRAFO”: REGIONALISMO LITERÁRIO GAÚCHO E
NACIONALISMO BRASILEIRO EM APOLINÁRIO PORTO ALEGRE (1869-1879)**

Porto Alegre

2015

ALEXSANDRO R. MENEZ

O “INOLVIDÁVEL POLÍGRAFO”: REGIONALISMO LITERÁRIO GAÚCHO E NACIONALISMO BRASILEIRO EM APOLINÁRIO PORTO ALEGRE (1869-1879)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes

Porto Alegre

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M543i Menez, Alexsandro R.

O “Inolvidável Polígrafo”: Regionalismo Literário Gaúcho e Nacionalismo Brasileiro em Apolinário Porto Alegre (1869-1879). / Alexsandro R. Menez. – Porto Alegre, 2015.

177f.

Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes

1. História e Literatura. 2. Historiografia – Rio Grande do Sul. 3. Porto Alegre, Apolinário - Crítica e Interpretação. 4. Nacionalismo – Rio Grande do Sul. II. Título.

CDD 981.65

Bibliotecária Responsável: Elisete Sales de Souza - CRB 10/1441

ALEXSANDRO R. MENEZ

**“INOLVIDÁVEL POLÍGRAFO”: REGIONALISMO LITERÁRIO GAÚCHO E
NACIONALISMO BRASILEIRO EM APOLINÁRIO PORTO ALEGRE (1869-1879)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em História da Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes - PUCRS (orientador)

Profa. Dra. Maria Eunice Moreira - PUCRS

Profa. Dra. Luciana Murari - PUCRS

Porto Alegre

2015

Dedico ao amor recebido das
mulheres da minha vida: Maria, Gabi,
Cati e Aline.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

Ao CNPq pela bolsa concedida, sem a qual esse trabalho não teria sido possível.

Ao prof. Charles Monteiro por ter me aceitado no PPGH da PUCRS.

Ao prof. Marçal de Menezes Paredes por sua orientação e sua disciplina que me levou a interessantes reflexões sobre a ideia de nação e identidade nacional.

Aos professores do PPGH da PUCRS Ruth Gauer, Jurandir Malerba.

À Carla e Henriet, por sempre ajudarem um aluno tão cheio de dúvidas e, às vezes, um pouco curioso.

Aos professoras do PPG em Letras da PUCRS, Carlos Alexandre Baumgarten, Pedro Theobald, Regina Kohlrausch e Paulo Kralik Angelini.

Aos colegas da História.

Aos colegas da Letras.

Aos colegas da FAPA.

Às recomendações feitas pelos prof. Edson Cruzen e Ana Inês Klein.

À minha ex-professora e agora amiga Cintia Souto, por suas conversas e livros presenteados.

À minha família, Cati, Gabi e Zé, que sempre me apoiaram e, principalmente, à minha paciente mãe Maria, que me auxiliou e orientou em vários momentos.

Às professoras da banca Luciana Murari, que fiquei muito contente em ter conhecido, e à professora Maria Eunice Moreira, por quem sou muito grato pelo auxílio nos momentos em que necessitei de ajuda e por ser esse modelo de pesquisadora e professora.

Por fim, porém muito importante, agradeço especialmente à pessoa que conheci por acaso, mas que mudou totalmente a minha vida. Sem o seu auxílio esse trabalho jamais teria chegado ao seu fim. Aline, obrigado por estar ao meu lado.

*Era homem dos tempos do “antes
quebrar que torcer”.*

Iriema

RESUMO

O Regionalismo gaúcho e a literatura regionalista que deu o tom a esse movimento foram, desde o início do século XX, objetos de inúmeras pesquisas que geraram uma grande quantidade de interpretações. Uma discussão sempre presente nesses trabalhos diz respeito à relação que se dá entre o âmbito regional e o nacional, no qual a constituição da identidade gaúcha teria se realizado através, ou não, da diferenciação para com a identidade brasileira. Em outras palavras, os contornos entre a afirmação regional e a inserção à nação brasileira nunca foram muito claros. Em razão disso, tal característica sempre gerou muito controvérsia, desde os estudos não acadêmicos até aqueles desenvolvidos no âmbito acadêmico universitário. Nesse contexto, entra o polígrafo Apolinário Porto Alegre que, segundo a historiografia sul-rio-grandense, teria sido o desencadeador, a partir da segunda metade do XIX, do Regionalismo gaúcho. Por outro lado, a mesma historiografia, principalmente após a especialização universitária, começou a apontar indícios de que aquele escritor tinha em seu horizonte preocupações com a nacionalidade brasileira. Portanto, esse trabalho se insere em meio a esses nebulosos discursos historiográficos, buscando averiguar a relação entre o Regionalismo gaúcho e o nacionalismo brasileiro em Apolinário Porto Alegre.

Palavras-chave: Apolinário Porto Alegre. Regionalismo gaúcho. Nacionalismo. Identidade gaúcha. História e Literatura.

ABSTRACT

The Regionalism from Rio Grande do Sul and the regionalist literature that set the tone for this movement were, from the early twentieth century, objects of several researches that generated a lot of interpretations. An ever-present discussion in those works concerns the relationship between the regional and national, in which the constitution of the regional's identity would have conducted through or not, differentiation toward the Brazilian identity. In other words, the contours between the regional affirmation and the inserting in the Brazilian nation were never very clear. As a result, this characteristic has always generated much controversy, from no academic studies to those developed in the university academic environment. In this context, the polygraph Apolinário Porto Alegre comes and, according to historiography from Rio Grande do Sul, he would have been the trigger, from the second half of the nineteenth, of the Gaúcho regionalism. On the other hand, the same historiography, especially after the academic specialization, began pointing that he had concerns about the Brazilian nationality in his horizon. Therefore, this work is inserted in the middle of these hazy historiographical discourses, seeking to ascertain the relationship between the Gaúcho regionalism and Brazilian nationalism in Apolinario Porto Alegre.

Key-words: Apolinário Porto Alegre. Gaúcho regionalism. Nationalism. Gaúcho identity. History and Literature.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| CAPÍTULO I: APOLINÁRIO PORTO ALEGRE NAS PÁGINAS DA HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL (1924 - 2009) | 13 |
| 1.1. APOLINÁRIO PORTO ALEGRE: O PRECURSOR DO REGIONALISMO LITERÁRIO GAÚCHO NA PRIMEIRA HISTÓRIA LITERÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL (1924)..... | 13 |
| 1.2. APOLINÁRIO: A CONSOLIDAÇÃO DO PRECURSOR DO REGIONALISMO LITERÁRIO GAÚCHO NAS PÁGINAS DA REVISTA <i>PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO</i> (1945 – 1957)..... | 17 |
| 1.3. APOLINÁRIO: O PRECURSOR DO REGIONALISMO LITERÁRIO GAÚCHO E PARTICIPANTE DO REGIONALISMO BRASILEIRO, NAS HISTÓRIAS LITERÁRIAS DE LUCIA MIGUEL-PEREIRA E GUILHERMINO CESAR (1950 – 1956)..... | 29 |
| 1.3.1. <i>O primeiro ponto de convergência: Apolinário Porto Alegre e o Partenon Literário, os precursores do Regionalismo literário gaúcho</i> | 30 |
| 1.3.2. <i>O segundo ponto de convergência: a inserção do regionalismo à nacionalidade brasileira</i> | 33 |
| 1.4. APOLINÁRIO: DE PRECURSOR PARA INFLUENCIADO, UM NOVO OLHAR DA HISTORIOGRAFIA UNIVERSITÁRIA (1980 EM DIANTE)..... | 35 |
| 1.4.1. <i>O ordenamento da literatura sul-rio-grandense através do surgimento do Partenon Literário e a liderança de Apolinário</i> | 36 |
| 1.4.2. <i>Uma não tão nova proposta: a confluência entre o Regionalismo literário gaúcho e o nacionalismo brasileiro</i> | 44 |
| 1.4.3. <i>Separatismo ou integracionismo: Apolinário Porto Alegre inserido no nacionalismo literário brasileiro</i> | 49 |
| ALGUMAS CONSIDERAÇÕES..... | 53 |
| CAPÍTULO II: UM ESCRITOR ROMÂNTICO: A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE APOLINÁRIO PORTO ALEGRE NA REVISTA DO PARTENON LITERÁRIO (1869 – 1877) | 54 |
| 2.1. DE MAGALHÃES A ALENCAR: A FORMAÇÃO DA LITERATURA E IDENTIDADE BRASILEIRA COM O ROMANTISMO (1836 – 1865)..... | 54 |
| 2.1.1. <i>O Romantismo e as primeiras influências estrangeiras (1826)</i> | 57 |
| 2.1.1.1. Do Romantismo europeu ao Romantismo brasileiro..... | 60 |
| 2.1.2. <i>No limiar do XIX: a nova percepção do tempo histórico e o surgimento da história da literatura</i> | 64 |
| 2.1.3. <i>Gonçalves de Magalhães e os românticos da revista “Niterói” (1836)</i> | 67 |
| 2.1.3. <i>Discutindo a literatura brasileira: Joaquim Norberto, Santiago Nunes Ribeiro e Francisco Adolfo Varnhagen (1844 – 1855)</i> | 71 |
| 2.1.4. <i>Polêmica sobre a “Confederação dos Tamoios” e o surgimento de José de Alencar (1856-1865)</i> | 74 |

| | |
|---|------------|
| 2.2. APOLINÁRIO E O MOLDE EUROPEU DO ROMANCE ROMÂNTICO | 82 |
| 2.2.1. <i>Feitiço d'uns beijos, um romance praticamente esquecido</i> | 82 |
| 2.2.1.1. A dissintonia entre a estrutura formal e a realidade brasileira..... | 83 |
| 2.2.1.2. O tom pitoresco do romance: a fotografia romântica da sociedade. | 100 |
| 2.2.1.3. Os personagens..... | 104 |
| 2.2.1.4. A narrativa. | 108 |
| ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: | 113 |
| | |
| CAPÍTULO III: NEM SÓ DE VAQUEANO VIVE UM ESCRITOR: O REGIONAL-NACIONALISMO DE | |
| APOLINÁRIO PORTO ALEGRE | 115 |
| 3.1. ALENCAR E O REGIONALISMO ROMÂNTICO: O PROJETO DA LITERATURA BRASILEIRA APÓS 1870..... | 116 |
| 3.2. O REGIONALISMO LITERÁRIO GAÚCHO DE APOLINÁRIO PORTO ALEGRE. | 123 |
| 3.2.1. <i>A faca dum valeiro (1869)</i> | 123 |
| 3.2.2. <i>O Vaqueano (1872)</i> | 129 |
| 3.2.3. <i>A tapera (1874)</i> | 133 |
| 3.3. O NACIONALISMO BRASILEIRO DE APOLINÁRIO PORTO ALEGRE | 142 |
| 3.3.1. <i>A crítica de Apolinário: o anti-lusitanismo, Alencar e o mestiço brasileiro</i> | 143 |
| 3.3.1.1. O anti-lusitanismo e o decadentismo português | 145 |
| 3.3.1.1. Apolinário Porto Alegre e o espelho de José de Alencar | 151 |
| 3.3.1.3. O mestiço brasileiro. | 157 |
| 3.3.2. O PARADOXO DA COR LOCAL: A REVOLUÇÃO FARROUPILHA E O IDEAL REPUBLICANO. | 159 |
| | |
| ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES..... | 163 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 166 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo avaliar a relação entre o Regionalismo literário gaúcho e a produção literária do sul-rio-grandense Apolinário José Gomes Porto Alegre, contrapondo com o nacionalismo brasileiro vigente em sua produção não literária. Visando compreender a relação entre dois movimentos com distintas e complementares abrangências espaciais, restringiremos nossa análise somente para os seus trabalhos publicados na *Revista do Partenon Literário*, pertencente à Sociedade do Partenon Literário que existiu na província do Rio Grande do Sul durante a segunda metade do século XIX. Esse recorte tem por base o argumento presente na historiografia sul-rio-grandense de que foi nessa revista, sob a liderança de Apolinário Porto Alegre, que se deu a formação da literatura sul-rio-grandense. Essa consolidação literária ocorreu através da constituição de um sistema literário, entendido aqui conforme a noção elaborada por Antonio Candido (2000), segundo o qual passa a existir um circuito entre autor, obra e leitor, através da circulação de uma temática particular. Através da expressão de características culturais e históricas locais na literatura, constituiu-se o que Luís Augusto Fischer denominou como *literatura gauchesca*, cujo princípio, segundo ele, pauta-se não apenas por uma designação geográfica, mas por uma dimensão simbólica no desejo de atingir uma identidade autônoma (2004: 17).

Com a finalidade de concretizar tal objetivo, iniciaremos essa dissertação com o primeiro capítulo, intitulado **Apolinário Porto Alegre nas páginas da historiografia literária do Rio Grande do Sul (1930-2009)**, cuja pretensão será a averiguação da percepção que a historiografia literária sul-rio-grandense teve a respeito de Apolinário Porto Alegre e de sua relação com o Regionalismo literário gaúcho elaborada durante o século XX. Dividiremos esse capítulo em quatro subtítulos, seguindo a ordem cronológica das produções historiográficas, em que cada um deles vai representar um olhar distinto sobre Apolinário Porto Alegre. No primeiro subtítulo exploraremos a primeira história literária do Rio Grande do Sul, escrita por João Pinto da Silva, em que o escritor sul-rio-grandense foi alçado à categoria de precursor do Regionalismo literário gaúcho. No subtítulo seguinte, analisaremos a consolidação dessa categorização elaborada nos artigos da revista *Província de São Pedro*. No terceiro subtítulo, ainda classificado como precursor do movimento, examinaremos os primeiros comentários nas obras de Guilhermino Cesar e Lucia Miguel-Pereira sobre participação que teve Apolinário Porto Alegre na literatura nacional. Por último, mostraremos que, a partir da especialização universitária, os estudos sobre esse escritor sul-rio-grandense e

o Regionalismo literário gaúcho. Apesar de terem dado continuidade a muitas ideias elaboradas pelos estudiosos não acadêmicos, esse último estágio analisado elevou a análise historiográfica sobre esses objetos a um novo patamar, relativizando a identificação de Apolinário Porto Alegre como precursor do Regionalismo literário gaúcho, além de enfatizarem a intencionalidade desse movimento literário, pelo menos no século XIX, de integrar-se à nacionalidade literária brasileira.

A partir do levantamento das posições formuladas pela tradição historiográfica a respeito de Apolinário Porto Alegre, tencionaremos no segundo capítulo, intitulado **Um escritor romântico: a produção literária de Apolinário Porto Alegre na *Revista do Partenon Literário* (1869-1877)**, averiguar a relação entre a literatura desse escritor sul-rio-grandense e os paradigmas do Romantismo e nacionalismo brasileiro. Visando realizar tal tarefa, iniciaremos a análise de sua produção literária e não literária na *Revista do Partenon Literário*. Nesse segundo capítulo, avaliaremos somente a produção literária de Apolinário Porto Alegre. No entanto, antes de iniciar tal sondagem, faremos um balanço da formação da literatura e identidade brasileira, que teve início com Gonçalves de Magalhães e chegou ao seu ponto alto com a literatura de José de Alencar. Tal tarefa é necessária para o reconhecimento destacado pela historiografia literária sul-rio-grandense da relação que se estabeleceu entre o escritor sulino e o projeto romântico de dotar a nova nação brasileira com uma literatura independente. Por isso, essa apreciação nos dará a base necessária para a crítica da produção literária de Apolinário Porto Alegre na constatação de elementos formais que ligam a sua literatura a base estilística do Romantismo brasileiro. Ademais, essa espécie de preâmbulo, que aparentemente foge ao nosso objeto de análise, além de nos fornecer a base necessária para a relação formal entre o estilo romântico e a literatura desse escritor sul-rio-grandense, também nos dará o suporte necessário para a apuração do nacionalismo brasileiro de Apolinário Porto Alegre que realizaremos no terceiro capítulo.

Nesse terceiro capítulo, que recebeu o título de **Nem só de vaqueano vive um escritor: o regional-nacionalismo de Apolinário Porto Alegre**, propomo-nos a examinar a produção não literária de Apolinário Porto Alegre. Nela, indagaremos os elementos nacionalistas desse escritor sul-rio-grandense e os confrontaremos com regionalidade de seus escritos literários. Para realizar tal empreendimento, iniciaremos retomando a vertente regionalista iniciada pelo escritor José de Alencar, essa que é tão enfatizada pela historiografia literária brasileira como responsável pelo impulso que deu início a literatura regionalista nacional. Logo em seguida, observaremos as expressões regionais da literatura de Apolinário Porto Alegre, para, logo adiante, procurarmos pelos elementos que demonstram a sua intenção nacionalista em suas

obras não literárias. Por fim, para fecharmos o capítulo, confrontaremos as duas posições através do questionamento entre o uso da Revolução Farroupilha e o pensamento nacionalista desse escritor, com a intenção de mostrar que não havia contrariedade no uso dessa matéria local expressa em sua literatura, e na defesa da nacionalidade brasileira, pois acreditamos que isso se encaixa perfeitamente na difusão dos seus ideais republicanos, ou melhor, na tentativa de propagar o republicanismo para o restante do Brasil monárquico.

Para esse estudo, no primeiro capítulo utilizamos, como fonte de pesquisa, trabalhos elaborados pelos historiadores da literatura sul-rio-grandense. No entanto, para analisar a produção historiográfica da revista *Província de São Pedro*, fizemos uso da digitalização de suas edições empreendida pelo projeto “A participação da Revista Província de São Pedro na vida literária do Rio Grande do Sul”, sob os cuidados do Centro de Pesquisas Literárias (CPL) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Os originais, bem como a digitalização da revista, podem ser encontrados no Delfos (Espaço de Documentação e Memória Cultural), localizado na biblioteca dessa mesma instituição. Nesse mesmo local, porém em um setor diferente, na Coleção de Julio H. Petersen, é possível encontrar os números da *Revista do Partenon Literário* que utilizamos em nossa pesquisa. Outro acervo onde os números dessa revista podem ser encontrados é no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS).

CAPÍTULO I: APOLINÁRIO PORTO ALEGRE NAS PÁGINAS DA HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL (1924 - 2009)

Neste capítulo, analisaremos o tratamento dispensado a Apolinário Porto Alegre na historiografia sul-rio-grandense em sua relação com o Regionalismo literário gaúcho. No primeiro subtítulo, iniciaremos analisando a primeira história literária do Rio Grande do Sul, produzida por João Pinto da Silva, em 1924, e aprimorada com uma nova edição definitiva em 1930. No subtítulo seguinte, trataremos de analisar alguns artigos de diferentes estudiosos publicados na revista *Província de São Pedro* entre 1945 a 1957. Depois, seguiremos para a análise da obra de Lúcia Miguel-Pereira, *História da Literatura Brasileira. Prosa de ficção: de 1870 a 1920*, publicada em 1950, na qual a estudiosa elaborou uma interessante abordagem a respeito do regionalismo literário. Além disso, também será abordada a segunda história da literatura do Rio Grande do Sul, produzida pelo mineiro, radicado no Rio Grande Sul, Guilhermino Cesar. No último subtítulo, analisaremos o que consideramos como os primeiros estudos universitários, ou seja, trabalhos especializados que foram desenvolvidos no âmbito dos Programas de Pós-Graduação nas áreas de Letras e História.

1.1. APOLINÁRIO PORTO ALEGRE: O PRECURSOR DO REGIONALISMO LITERÁRIO GAÚCHO NA PRIMEIRA HISTÓRIA LITERÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL (1924).

Na apresentação de *História Literária do Rio Grande do Sul* (2013), Carlos Alexandre Baumgarten, organizador da terceira edição desse livro, comenta que, até o início do século XX, o ensaio crítico no Rio Grande do Sul ficou restrito a uma pequena quantidade de escritos (2013: 5). Foi somente a partir do estudo de João Pinto da Silva¹ que de fato teve início uma consolidação da crítica literária sul-rio-grandense (2013: 5-6). Esse livro – publicado pela primeira vez em 1924, recebendo uma nova edição ampliada e modificada em 1930 – foi um estudo, em que, pela primeira vez, buscou-se constituir uma análise mais abrangente sobre a literatura sul-rio-grandense. Por essa razão, esse trabalho de Pinto da Silva “se constitui obra de leitura obrigatória para todos aqueles que se dedicam ao estudo da literatura gaúcha” (2013: 7). Em razão dessas afirmações de Baumgarten, acreditamos que o estudo

¹ João Pinto da Silva: “(Jaguarão, RS, 1889; Genebra, Suíça, 1950). Crítico militante, escreveu regularmente em vários periódicos e revistas literárias do Rio Grande do Sul, destacando-se *O Diário*, *A Notícia*, *Correio do Povo* e *Província de São Pedro*, todos de Porto Alegre”. Ver: BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. João Pinto da Silva. In: *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. (Org.) Regina Zilberman, Maria Eunice Moreira, Luiz Antônio de Assis Brasil. Porto Alegre: Ed. Novo Século, 1999, p. 98-99.

historiográfico desse crítico possui legitimidade suficiente para ser o nosso primeiro objeto de análise na compreensão do lugar ocupado por Apolinário Porto Alegre nas páginas da historiografia literária sul-rio-grandense, para então entendermos a relação entre aquele escritor e o Regionalismo literário gaúcho.

Ao falar sobre a literatura sul-rio-grandense do século XIX, Pinto da Silva diz que, nesse primeiro momento da literatura local, não foram nomes isolados que deram expressão à literatura sul-rio-grandense, mas uma instituição fundada em 18 de julho do ano de 1868, A Sociedade do Partenon Literário² (2013: 45). Essa agremiação exerceu grande influência na mentalidade literária da província do Rio Grande do Sul tanto no verso, como no romance e no teatro. Segundo o estudioso, até o surgimento dela, nunca antes na história das letras locais houve tantos operários das letras. Embora o autor tenha criticado o fato de escritores terem “a cabeça dentro das ondeantes nuvens multicores do Romantismo”, ele ressalta que os membros daquela agremiação sempre estiveram atentos às “raízes que os prendiam à terra” (2013: 47).

Duas observações podem ser feitas dessas afirmações de Pinto da Silva: a primeira é a aparente antipatia para com a tendência romântica, ainda mais evidente quando o autor fala com algumas restrições a respeito da qualidade daquelas produções literárias, dizendo que “não é sem viva admiração que folheamos a obra ingênua, às vezes, outras vazias quase de sentido, dos infatigáveis batalhadores do *Partenon*” (2013: 48); a segunda observação seria o não desprendimento dos partenonistas das “raízes da terra”. Que raízes são essas? São a expressão do local ou, pelo menos o que os historiadores da literatura sul-rio-grandense passaram a entender, o “local” na literatura. Confirmamos isso no quinto capítulo intitulado “Regionalismo, no conto, no romance e na poesia. – Suas principais figuras” (2013: 105-25), capítulo no qual Pinto da Silva faz a menção de nomes de maior importância literária local durante o XIX, como os de Apolinário Porto Alegre, Múcio Teixeira³ e Bernardo Taveira Jr⁴,

² Existe uma vasta bibliografia sobre essa agremiação, porém, consideramos as seguintes obras como excelentes materiais para o primeiro contato com aquele grupo. São eles: ZILBERMAN, Regina. SILVEIRA, Carmem Consuelo e BAUMGARTEN, Carlos A. *O Partenon Literário: Poesia e Prosa – Antologia*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Instituto Cultural Português, 1980; HESSEL, Lothar (org.). *O Partenon Literário e sua obra*. FLAMA, Instituto Estadual do Livro, 1976; MOREIRA, Maria Eunice (org.). *Narradores do Partenon Literário*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2002. PÓVOAS, Mauro. *Uma história da literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX*. (Tese de Doutorado). PPGL da PUCRS, 2005.

³ Múcio Teixeira: “(Porto Alegre, RS, 1857; Rio de Janeiro, RJ, 1928). [...] Foi aluno de Apolinário Porto Alegre, um dos principais nomes do Partenon Literário, e iniciou sua carreira literária ainda na adolescência: data de 1872 sua primeira colaboração para a *Revista Mensal* daquela sociedade, o poema “À minha mãe”. Ver: MARINS, Gislaíne. Múcio Teixeira. In: *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Op. Cit, p. 131.

⁴ Bernardo Taveira Júnior: “(Rio Grande, RS, 1836; Pelotas, RS, 1892). Dedicando-se simultaneamente ao magistério, especialmente nas cidades de Pelotas e São Gabriel, e ao jornalismo, freqüentou regularmente as

o primeiro na prosa e verso, e os outros somente na poesia. Para ele, os três traduziram – semelhantemente ao que se deu na região Prata – a tendência de expressar o local, ao incorporar na literatura os tipos e os costumes regionais (2013: 106). Além disso, considera que Apolinário Porto Alegre e Múcio Teixeira, juntamente com Lobo da Costa⁵, foram as figuras mais importantes do Partenon Literário (2013: 49). Em síntese, todos esses nomes citados pertenceram àquela agremiação. E três deles, com exceção de Lobo da Costa, que produziu outro tipo de literatura, são considerados por Pinto da Silva como produtores de um gauchismo lírico (2013: 106).

O autor fala que essa produção literária do gauchismo lírico foi, em sua maioria, de qualidade medíocre, com exceção para as produções de Apolinário Porto Alegre e de Múcio Teixeira – tidas como superiores à de Taveira Júnior – que eram consideradas razoáveis (2013: 106). A questão aqui é que dois pontos se destacam em relação à inserção do “local” nos comentários de Pinto da Silva a respeito do Partenon Literário. Primeiro, vem a ser o destaque de Apolinário dentro daquela agremiação e, segundo, o uso que ele fez da expressão local na sua literatura. Pinto da Silva salienta como a poesia, denominada pelo autor como gauchesca, não estabeleceu uma continuidade de produção literária, devido ao descrédito causado pelas experiências fracassadas daqueles escritores que mencionamos (2013: 106). Segundo o crítico, “pode-se afirmar, sem exagero, que só na prosa a literatura regional rio-grandense conta obras de real valor e que suas verdadeiras bases foram lançadas por Apolinário com as *Paisagens*, livro hoje inteiramente esgotado” (2013: 107). Portanto, é nesse contexto que aparece pela primeira vez, no discurso histórico literário desenvolvido por João Pinto da Silva, o nome de Apolinário Porto Alegre relacionado às duas características do Partenon Literário: o pensamento romântico e o agarramento às “raízes da terra” através do uso da matéria local denominada como gauchismo.

páginas de diversos jornais e vistas de seu tempo [...] espaços que ocupou para divulgar não apenas parte de sua produção literária, mas também para propagar e defender as causas abolicionista e republicana, das quais foi ferrenho defensor. Integrante da geração do Partenon Literário”. Ver: Carlos Alexandre. Bernardo Taveira Júnior. In: *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Op. Cit., p. 37.

⁵ Lobo da Costa: “(Pelotas, RS, 1853 – 1888). Filho do comerciante Antônio Cardoso Costa e de Jacinta Júlia Lobo da Costa, aos doze anos publicou num jornal seu primeiro poema, início precoce de uma relação permanente com a poesia e a imprensa. [...] Tornou-se o modelo vivo do poeta romântico, em conflito com a sociedade e consigo mesmo, a mudar de cidade e de emprego. [...] Com a saúde debilitada, a partir de 1886 não mais conseguiu trabalho, sendo várias vezes hospitalizado até o falecimento. Foi o mais importante e popular dos românticos rio-grandenses. Escreveu mais de 250 poemas de extensão variada, dois romances, alguns contos, cenas dramáticas e o drama *O filho das ondas*, representado por mais de meio século nos palcos rio-grandenses”. Ver: CAMPOS MOREIRA, Alice Therezinha. Lobo da Costa. In: *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Op. Cit., p. 110-11.

Nesse ponto, Pinto da Silva faz a seguinte categorização: “literariamente, como acima ficou dito, foi Apolinário Porto Alegre o precursor do regionalismo rio-grandense” (2013: 110). Aliás, ele percebe esse tipo de literatura como uma extensão do Romantismo da corte, tendo origem na fragmentação do nacionalismo dos escritores românticos do período, como Araújo Porto Alegre e Gonçalves Dias, e florescendo no Rio Grande do Sul pela utilização da figura representativa local, o gaúcho (2013: 105-6).

Em seu livro, Pinto da Silva procura definir o que seria essa literatura surgida no Rio Grande do Sul. De acordo com ele, “de fato, o nosso regionalismo é todo de acentuado cunho fronteiriço, ainda quando a ação de contos e novelas se desenvolve longe da linha divisória” (2013: 105). Entretanto, essa sua definição de regionalismo literário sul-rio-grandense nos parece um tanto ambígua, pois logo em seguida ele diz, logo depois, que “ao índio, como símbolo geral do Brasil, sucederam, naturalmente, figuras locais, representativas de diferentes zonas, como o *sertanejo*, o *praiano*, o *gaúcho*” (2013: 105-6).

Pinto da Silva é bastante elogioso à figura de Apolinário, dizendo que ele transformou sua Casa Branca⁶ numa espécie de centro da atividade espiritual da Província. Ali “exercia ele, com efeito, indisputável liderança, a que se submetiam, conscientemente, ou não, os seus próprios adversários” (2013: 110). Além disso, ele era um “insigne polígrafo”, que:

Pelas suas poliédricas aptidões, que lhe permitiram ser, ao mesmo tempo, educador, glossógrafo, etnólogo, dramaturgo, poeta, romancista, jornalista, Apolinário José Gomes Porto Alegre exerceu a mais larga, a mais legítima e fecunda influência, na formação moral e mental da mocidade rio-grandense de seu tempo (PINTO DA SILVA, 2013: 110).

Deixou uma vasta obra, com várias publicações em jornais, no qual a maior parte se encontrava dispersa, requerendo algum cuidado para que não fosse extraviada. Para Pinto da Silva, Apolinário pode ser considerado “indisfarçavelmente, uma das maiores e mais fascinantes figuras do Rio Grande mental de todos os tempos” (2013: 111).

Na sua primeira obra regionalista, segundo Pinto da Silva, a anteriormente mencionada, *Paisagens* (1875), o homem do campo, o gaúcho, teria aparecido pela primeira vez, em que esse tipo humano desdobrou-se “numa série pitoresca de personagens saturadas de

⁶ A Casa Branca era uma residência que ficava no atual bairro do Morro Santana em Porto Alegre. Foi construída na primeira metade do século XIX, e durante a Revolução Farroupilha (1835-45) se tornou o QG dos rebeldes em suas tentativas de invadir a capital da província Porto Alegre. Na segunda metade do século, ela foi adquirida por Apolinário Porto Alegre e esteve envolvida com a Revolução Federalista (1893-95). Sua destruição ocorreu no ano de 1972, em meio ao processo de integração ao acervo cultural de Porto Alegre. Ver: CORRÊA, João Alexandre. DOBENSTEIN, Juliano. *Memória em ruínas: a casa branca do Morro Santana*. Porto Alegre: Dacasa, 2005, p. 9.

romantismo, a exemplo, aliás, dos mais famosos livros da época” (2013: 111). Percebemos novamente a antipatia do autor para com a estética romântica. Voltando à análise do livro, ele expõe que:

O conto mais movimentado, de mais cor local, das *Paisagens*, é “A Tapera”, cujo protagonista, bravo guerrilheiro farroupilha, inconsolável, ao saber da morte trágica da noiva, se suicida, uma tarde, à maneira de Cleópatra: fazendo-se picar, no peito, por duas grandes aranhas caranguejeiras (2013: 112).

O autor não salienta a contradição dessa expressão local na literatura com o desfecho do personagem, que nada tem de regional. Contudo, após essa análise, podemos dizer que nesse trabalho de Pinto da Silva e em seu discurso histórico sobre a literatura sul-rio-grandense, Apolinário Porto Alegre aparece como precursor de um estilo literário que faz uso da matéria local. Esse tipo literatura na província do Rio Grande do Sul passou a ser conceituado, *a posteriori*, como o **Regionalismo literário gaúcho** definido pela utilização de características locais como: o tipo social do gaúcho, a região da campanha ou a Revolução Farroupilha. O autor caracterizou esse tipo de literatura da seguinte maneira:

O nosso regionalismo é fértil em *conteurs* e paisagistas. Seus refletores focam os assuntos, parceladamente, por zonas, em episódios avulsos e fragmentários. Há situações e tipos que se repetem, com frequência. Pouco diferem, de um livro a outro livro, os cenários, a *mise-em-scène*. É indisfarçável, por isso, mesmo, a monotonia, que, às vezes, de muitas de suas melhores páginas se evolva (2013: 107).

Desse Regionalismo literário gaúcho, ele destaca três dos principais escritores em prosa, que são: Apolinário Porto Alegre, Alcides Maya e Simões Lopes Neto (2013: 110-25). Seguindo uma escala progressiva, cujo precursor é o já mencionado Apolinário Porto Alegre, Pinto da Silva destaca a qualidade literária desses escritores sul-rio-grandenses. Inserindo-os, assim, com absoluta razão, em um lugar privilegiado do panteão da História da Literatura do Rio Grande do Sul.

1.2. APOLINÁRIO: A CONSOLIDAÇÃO DO PRECURSOR DO REGIONALISMO LITERÁRIO GAÚCHO NAS PÁGINAS DA REVISTA *PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO* (1945 – 1957).

A revista *Província de São Pedro*, que circulou entre os anos de 1945 e 1957, pertencia à Livraria do Globo⁷, depois Editora do Globo, cuja principal sede estava localizada na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Essa editora movimentou a cena cultural rio-

⁷ Para saber mais sobre a Livraria do Globo e a sua editora. Ver: CAMPOS MOREIRA, Alice Therezinha. Livraria e Revista do Globo. In: *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Op. Cit., p. 109-10.

grandense com ambiciosos projetos editoriais, sendo a dita revista um desses projetos (BAUMGARTEN, 2005: 138). A sua criação foi proposta por Moysés Vellinho⁸ a Henrique Bertaso, filho de José Bertaso, então proprietário da Livraria do Globo. Vellinho pretendia criar uma revista regional de cunho exclusivamente literário, para divulgação da vida intelectual do Rio Grande do Sul. Essa revista, ao longo de sua existência, teve uma publicação volumosa, somando 21 edições (CAMPOS MOREIRA: CDROM).

No editorial que abre o primeiro número da revista, Vellinho expõe o programa da *Província de São Pedro*, indicando que a compreensão da identidade brasileira deve partir do entendimento das suas especificidades regionais. É emblemática, para sintetizar o seu posicionamento teórico, a sua afirmação de que “sem a definição das partes não será possível a definição do todo” (1945: 6). Por essa razão, entende o estudioso que:

[...] impõe-se como o mais lúcido dos programas se queremos chegar à ampla compreensão dos brasileiros entre si para a definitiva assimilação de uma terra de dimensões imperiais e que em grande parte ainda se pertence mais a si mesma que ao homem (1945: 6).

Nesse sentido, fugindo do que ele denomina por “pieguices” do tradicionalismo e saudosismo em relação ao passado, o estudioso afirma que a revista “terá sempre presentes, no entanto, os elementos fundamentais da tradição local, os autênticos valores do passado, porque acredita que a preservação de certas fixações é indispensável à caracterização de uma cultura” (1945: 7).

Com êste objetivo, PROVINCIA DE SÃO PEDRO procurará manter em permanente ordem do dia, afora os assuntos de interesse geral e permanente, os temas e motivos da formação rio-grandense e de sua evolução dentro dos limites maiores da nacionalidade (VELLINHO, 1945: 7).

Em razão de sua proposta de partir do regional para a compreensão do todo nacional, acreditamos ser justificável que a revista *Província de São Pedro* constitua um marco, uma espécie de divisor de águas, para a historiografia sul-rio-grandense, tornando imprescindível a sua análise sobre Apolinário Porto Alegre em sua relação com o Regionalismo gaúcho.

⁸ Moysés Vellinho: “(Santa Maria, RS, 1901; Porto Alegre, RS, 1980). Advogado teve intensa participação na vida pública rio-grandense [...]. Exerceu a vice-presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, foi sócio efetivo da Academia internacional da Cultura Portuguesa e recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1979). Participou ativamente da vida cultural do Estado, analisando influências estéticas, como a repercussão da Semana de Arte Moderna no Sul, para condenar seus exageros iniciais. Integrante do “Grupo da Livraria do Globo”, pelo seu crivo analítico passaram os autores novatos da década de vinte. [...] Em 1925, polemizou com Rubens de Barcellos, sobre a obra de Alcides Maya. [...] No conjunto, sua obra carrega uma reflexão constante sobre a identidade produzida no jogo dialético entre o regional e o universal. Ver: GOLIM, Cida. Moysés Vellinho. In: *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Op. Cit, p. 129-30.

O primeiro material de análise, seguindo o aspecto cronológico das publicações e as referências feitas a Apolinário, é o artigo *Perfil de Júlio de Castilhos (conferência)*, de Rubens de Barcellos, publicado no primeiro número da revista. Nesse texto, Barcellos não analisa Apolinário Porto Alegre no campo da literatura, pois tem por objetivo traçar uma rápida biografia sobre Júlio de Castilhos. Em um tom altamente elogioso, desenvolve alguns traços da vida, personalidade e pensamento desse político sul-rio-grandense. Em razão disso, Apolinário é apresentado, nesse artigo, como um grande influenciador de Júlio de Castilhos, principalmente na defesa do republicanism, usado por Barcellos, através de sua atividade pedagógica (1945: 119-25), o que não deixa de ser irônico, porque Apolinário foi adversário de Júlio de Castilhos nas disputas políticas no Rio Grande no final do século XIX, sendo inclusive preso em 1892 e depois sendo obrigado a se exilar do Estado (MOREIRA, 1989: 15). As divergências políticas entre ambos são, em parte, oriundas das diferenças filosóficas, pois Apolinário Porto Alegre discordava da forma como o positivismo foi sendo interpretado pelo grupo de Castilhos (LAZZARI: 2004).

O artigo seguinte foi publicado no segundo número da revista, escrito por Carlos Reverbel⁹ e intitulado *J. Simões Lopes Neto: esboço biográfico em tempo de reportagem*. Reverbel fez um esboço biográfico do escritor Simões Lopes Neto, tendo mencionado somente uma única vez o nome de Apolinário, ao citar um argumento de Augusto Meyer¹⁰ presente nos prefácios das reedições dos *Contos Gauchescos* e *Lendas do Sul*, no qual Meyer caracteriza o escritor de Blau Nunes como tendo conseguido o equilíbrio entre o gaúcho de

⁹ Carlos Reverbel: “(Quaraí, RS, 1912; Porto Alegre, RS, 1997). [...] O resgate que empreendeu da obra de Simões Lopes Neto, a quem dedicou uma prodigiosa biografia, resultado de 35 anos de pesquisa, intitulada *Um Capitão da Guarda Nacional*, foi sua forma de render um tributo inestimável às letras rio-grandenses. [...] Reunindo conhecimentos históricos, literários e sociológicos, acrescidos à prática jornalística diária, legou páginas imprescindíveis a todos aqueles que quiserem entender o Rio Grande e sua cultura”. Ver: BERND, Zilá. In: *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Op. Cit. p. 50-1.

¹⁰ Augusto Meyer: “(Porto Alegre, RS, 1902; Rio de Janeiro, RJ, 1970). Foi poeta e ensaísta, além de diretor, de 1938 a 1956 e de 1961 a 1967, do Instituto Nacional do Livro, órgão que criou quando se transferiu para o Rio de Janeiro, na década de trinta. [...] Adotou modelo de crítica filiado à estilística de Leo Spitzer, que introduziu nos estudos brasileiros, deixando de lado o viés historicista até então predominante. Mesmo estudos sobre os clássicos, como Camões e Machado de Assis, caracterizam-se por privilegiar a obra em detrimento da biografia ou da história, sendo exemplar a análise do poema de Rimbaud, *Le bateau ivre*, título de um de seus livros de crítica. A perspectiva histórica foi canalizada para a investigação da literatura e cultura do Rio Grande do Sul, consignada em *Prosa dos pagos* (1943), em que resga a obra de Simões Lopes Neto, discute *O gaúcho*, de José de Alencar, o poema *Antônio Chimango* e a produção de Alcides Maya; *Guia do folclore gaúcho* (1951), em que inventaria vocabulário, usos, superstições e indumentária peculiares à vida do pampa; *Cancioneiro gaúcho* (1952), em que registra a poesia popular da região; *Gaúcho: história de uma palavra* (1957), em que interpreta o período de formação do Rio Grande do Sul a partir da trajetória do termo que, com o tempo, passou a designar genericamente o habitante do Estado. [...] Escritor sensível tanto à tradição local, quanto à literatura de seu tempo e de seu país, foi um intelectual completo, que contribuiu decisivamente para a consolidação da atividade crítica no Brasil”. Ver: ZILBERMAN, Regina. In: *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Op. Cit. p. 33-4.

Apolinário e o de Alcides Maya. Reverbel evoca essa análise de Meyer apontando ainda que Simões Lopes Neto foi uma evolução, em relação aos seus antecessores, dentro do Regionalismo literário gaúcho. Segundo ele:

[...] dentro do regionalismo rio-grandense, êle [Simões Lopes Neto] foi uma confluência e um equilíbrio das suas melhores qualidades, desde a arte ainda ingênua e romântica de Apolinário Pôrto Alegre até a requintada estilização de Alcides Maya. Principalmente sentimos nêle, como em nenhum outro, a voz inconfundível do campeiro rio-grandense falando pela boca de Blau Nunes, índio velho contador de “casos” nas horas galponeiras, tapejara que cruzou tôda a província, no tempo em que tudo era aberto, as estâncias pegavam umas nas outras e ninguém sabia bem o que era seu, de animalada. De sorte que a voz e o perfil de Blau Nunes, gravados para sempre em nossa memória, foram pouco a pouco perdendo no rolar dos naos o seu sentido imediato e, tendo assim passado por uma transmutação lenta de valores, impregnaram-se afinal de uma imprevista graça de símbolo. Para nós outros, êle é hoje o gaúcho em linguagem mais precisa, o campeiro rio-grandense, como històricamente definido, cuja linha evolutiva poderia fixar-se entre dois extremos -- o regime das invernadas e a industrialização dos nossos tempos (MEYER, s/a, s/p apud REVERBEL, 1945: 78).

A partir disso que foi exposto por Meyer, observações podem ser feitas: em primeiro lugar, é inegável que Apolinário foi categorizado como um escritor regionalista, porém, produzindo um regionalismo um tanto ingênuo e romântico, segundo os próprios termos do autor, pois tanto Meyer, em seu argumento, quanto Reverbel, por fazer uso do que o primeiro expôs, confirmam esse tipo de percepção. Além disso, Apolinário é estabelecido como o iniciador do Regionalismo literário gaúcho, que progride para Alcides Maya e alcança seu ápice em Simões Lopes Neto, tal qual encontramos em nossa análise de João Pinto da Silva. Para Meyer, o Regionalismo literário gaúcho modifica-se do gaúcho romântico (Apolinário), para o gaúcho requintado (Maya) e, por fim, no patamar mais alto, há o gaúcho com uma linguagem mais precisa (Simões Lopes Neto).

O terceiro texto analisado foi escrito por Augusto Meyer, *Introdução ao Estudo do Cancioneiro Gaúcho*, presente no número quatro da revista. Nele, Meyer fala a respeito das poesias populares do cancioneiro gaúcho e menciona Apolinário Porto Alegre no final do seu texto com certo teor crítico para com a sua obra *Cancioneiro da revolução de 1835*. Contudo, para entender essa posição do autor é necessário mostrar, em um trecho anterior, o que motivou essa crítica:

Em contraste com a documentação conservada nos cancioneiros nortistas, onde freqüentemente se encontram romances longos, ou trechos importantes de romances, como ainda há pouco nos mostrava Luiz da Câmara Cascudo, no sul apenas sobram alguns miangos da tradição lusa; insignificante, de outro lado, é a nossa contribuição original, que só vingou no caso raro do Lunar de Sepé. Por falta de sugestões não seria. O Rio Grande sempre foi terra de vida acidentada e lances empolgantes. O fato é que, apesar de tanto guerra e guerrilha, por exemplo, não temos o romance do herói emponchado, quando o seu vulto cresceu não sei quantas vêzes sôbre o lombo das

coxilhas, devido à fatalidade do rebate em que vivemos tanto tempo, abarracados e dormindo em cima das armas. Quanto à grande revolução, sempre me surpreendeu a desproporção entre a importância do período, dez anos de luta, e a míngua produção popular que deixou no cancioneiro gaúcho. A exaltação de Bento Gonçalves, Neto, João Antônio, Canabarro ficou nalguns arranques secos de trovas cantadas ao som do hino farrapo ou no fôlego curto das voltas (MEYER, 1946: 36).

Meyer censura o pouco valor atribuído aos cancioneiros sul-rio-grandenses, pois, no seu entendimento, não houve nenhuma tentativa de regaste dos costumes locais expressos pela oralidade popular. Por essa razão, o autor considera que Apolinário não cumpriu de forma eficiente a sua intenção de apreender os costumes e da história local. Costume local para Meyer, assim como também apareceu em Pinto da Silva, é o tipo gaúcho, e a história local é a Revolução Farroupilha. Ao falar a respeito desse lado “folclorista” de Apolinário Porto Alegre, Pinto da Silva não desaprova sua coleta de elementos locais, pelo contrário, ele diz que “seu *localismo* – convém acentuar desde já – não se limitava, entretanto, à literatura de ficção, que ele abundantemente cultivou, em verso e prosa: exteriorizava-se, também, e sobretudo, no acurado estudo da nossa história e da nossa etnologia” (2013: 111). Apesar disso, a crítica que Meyer fez a respeito do trabalho de Apolinário com as poesias populares, mesmo censurando-o por não ter ido além, consagra o polígrafo como o primeiro estudioso das coisas locais. Para confirmarmos esse nosso argumento, basta notar quando ele diz que “*Cancioneiro da revolução de 1835*, de Apolinário, é uma boa prova da carência que apontamos; quase tudo é recheio erudito e comentário pessoal” (1946: 36).¹¹ O juízo desaprovador desse autor não rejeita a validade da produção de Apolinário Porto Alegre, pois, ao contrário, ao criticá-la, acaba legitimando a sua existência.

Prosseguindo na análise da revista *Província de São Pedro*, o próximo artigo foi escrito

¹¹ Décadas após essa publicação de A. Meyer, Lothar Hessel organizou uma nova edição do *Cancioneiro da Revolução de 1835*. Segundo ele, “Ao ensejo do 1.º centenário da Revolução de 1835, foi publicado em Porto Alegre, pela Livraria do Globo, o CANCEINEIRO DA REVOLUÇÃO DE 1835, coligido e comentado por Apolinário Porto Alegre”. Sobre essa publicação o autor diz o seguinte: “O organizador – possivelmente seu filho Álvaro Porto Alegre – dispôs de dois manuscritos originais sobre o assunto, mas diferentes, em parte. Esses textos que só nos chegaram às mãos em novembro de 1980, são constituídos: o mais amplo, por um caderno de 70 folhas de papel almaço, escritas só no anverso, não encadernado, focando unicamente composições sobre o decênio farroupilha; o outro, de apenas 34 páginas, é parte de um volume maior, encadernado, com 147 páginas, de relevante interesse para estudos sobre a cultura popular, e que agrupa as poesias colhidas, em quatro secções: composições referentes à Revolução Farroupilha, até a pág. 34; versos populares gaúchos; cantos de danças; e silva de quadrinhas (jogralices)” (HESSEL, 1981: 9). O autor, em uma nota de rodapé, chama o primeiro de **Ms.1** e ao segundo de **Ms.2**. Prosseguindo na sua exposição Hessel diz: “A sensível diferença de páginas entre um e outro manuscrito explica-se pelo fato de Apolinário Porto Alegre haver mergulhado as poesias do primeiro em extensos relatos de prosa histórica, fato que Augusto Meyer assim apreciou: “[O Cancioneiro da Revolução de 1835] é uma boa prova da carência que apontamos; quase tudo é recheio erudito e comentário pessoal”. MEYER, Augusto. *Prosa dos Pagos*. 2ª ed., Rio de Janeiro. Livr. São José, 1960, p.71 (HESSEL, 1981: 9-10). Adiante no texto Lothar Hessel explica que a edição do *Cancioneiro* utilizada por Meyer consiste somente no **Ms.1**.

pela mineira Lucia Miguel Pereira, presente no número cinco da revista, cujo título é *O Naturalismo Brasileiro*. Ela elaborou uma crítica sobre o movimento literário denominado naturalista, com os seus meandros e características conforme sua adoção pelos escritores brasileiros. Sua análise se assenta no argumento da artificialidade com que o naturalismo foi utilizado pelos escritores locais, como uma espécie de fórmula rígida que deveria obrigatoriamente ser adotada. Além disso, essa espécie de artificialismo também se deve à tentativa, por parte dos brasileiros, de imitar os escritores europeus como Émile Zola e Eça de Queiroz. Em um determinado ponto do texto, a autora menciona que os escritores brasileiros, ao tentarem adotar essas modas literárias europeias, o fizeram sem ao menos constatar, através de um simples olhar empírico, as diferenças de formação e contexto que separam Portugal e França do Brasil.

Nesse contexto, Apolinário Porto Alegre foi citado como um dado comparativo para a análise que a autora vinha fazendo do livro *Um estudo de temperamento*, de Celso Magalhães, categorizado por ela como um escritor regionalista do século XIX, na mesma linha de outros escritores do Romantismo, como Visconde Taunay, Franklin Távora e José do Patrocínio. Entretanto, o conceito de regionalismo, pelo menos nesse texto específico de Lucia Miguel Pereira, não está muito claro. Ao falar sobre Inglês e Souza, ela o define como um escritor regionalista por lidar com temas regionais através do exame da realidade local (MIGUEL-PEREIRA, 1946: 27). Esse regional não é delimitado, implicando em um obscurantismo sobre seu sentido de “regional” ou de “regionalismo”.

De forma mais abrangente, Apolinário Porto Alegre não é percebido pela estudiosa como o inaugurador da literatura regionalista gaúcha, sendo direcionado para o setor regionalista dos escritores brasileiros da segunda metade do século XIX. Essa percepção, de uma não sul-rio-grandense, é bastante interessante nessa nossa análise sobre o discurso historiográfico a respeito do Regionalismo literário gaúcho, porque até agora o que vimos foi a inserção dele como precursor da literatura local.

Seguindo adiante, no número seis da revista, temos o artigo *Época, Merecimento e Influência de “Antonio Chimango”*¹², de Guilhermino César, outro mineiro, porém erradicado

¹² “Escrito inicialmente no verso de procurações para fiscalização eleitoral, no calor da hora, o *poemeto campestre* chamado *Antônio Chimango* veio à luz em 1915. Era uma obra de combate, literatura engajada no mais legítimo sentido. Foi lido, memorizado e multiplicado ao longo de décadas, calando fundo no imaginário sul-rio-grandense. A obra traduz, em linguagem gauchesca e na forma popular das sextilhas de sete sílabas, a indignação de Amaro Juvenal (pseudônimo de Ramiro Fortes de Barcelos) contra Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado por cinco períodos e líder incontestado do Partido Republicano Rio-Grandense durante quase três décadas. Ver: FISCHER, Luis Augusto. Antônio Chimango. In: *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Op. Cit. p. 21-3.

no Rio Grande do Sul. Esse autor comenta a respeito da pouquíssima produção de poesia satírica no Brasil. Segundo ele, além das “Cartas Chilenas”, escritas no período colonial, não houve outros textos poéticos produzidos sob esta forma. César menciona, e essa é a sua intenção ao escrever esse texto, o poema satírico *Antônio Chimango*, escrito por Ramiro Barcelos – utilizando o pseudônimo de Amaro Juvenal – durante a primeira década do século XX. Apolinário é mencionado por César como um escritor regionalista semelhante a outros regionalistas sul-rio-grandenses, como João Simões Lopes Neto e Alcides Maya (1946: 135-39).

Até esse ponto, está ficando evidente que esses três nomes ganham cada vez mais importância dentro da literatura regionalista gaúcha. A eles são ainda acrescentados mais dois nomes, que também serão encontrados no próximo artigo, *Apreciações Sobre a Literatura Regional Rio-Grandense*, publicado no número dez da revista e escrita por José Salgado Martins. Sua proposta nesse artigo é explicar o que devemos entender por literatura regional. Segundo ele, literatura regional seria uma “faculdade imaginativa” em que o homem partiria de um “centro de gravidade”, sendo esse centro o próprio “meio” em que a literatura foi produzida, ou seja, onde ela foi originada. Por outro lado, cada literatura regional, produzida em seu “meio”, quando reunida a outras literaturas regionais formariam um grande “panorama universal da cultura”. Em suma, literatura regional, para Salgado Martins, seria aquela capaz de ser local ao mesmo tempo em que possibilitaria a constituição do todo universal. Em outras palavras, um fragmento de algo muito maior do que ela mesma (1947: 105).

Ao longo do texto, o autor inicia a análise das “obras mais representativas da literatura rio-grandense, aquelas que nos possibilitam descobrir as linhas dominantes do quadro e da sua evolução” (1947: 105). Por essa razão, considera o romance *Ruínas Vivas*, escrita por Alcides Maya, “a obra de profunda significação regional”. Por outro lado, avaliando o escritor Simões Lopes Neto, a partir de um ponto de vista puramente estético, afirma ser esse escritor o contraponto do primeiro no que diz respeito à forma com que ambos fazem uso do regionalismo em suas obras. Nesse ponto, o autor menciona Apolinário Porto Alegre (1947: 106), dizendo que:

Contrastando, sob muitos aspectos, com a obra de Alcides Maya, encontra-se o livro de Simões Lopes Neto, que assinala a fase inicial do nosso regionalismo, embora já muito diferenciado de Apolinário Porto Alegre, que pode ser considerado o fundador do romance gauchesco (1947: 106).

Salgado Martins ainda menciona Darcy Azambuja, o qual ele também considera ser um escritor muito importante para a literatura regionalista gaúcha. Segundo ele, Azambuja estaria

situado entre Simões Lopes Neto e Alcides Maya, porque, “seu processo estilístico é mais complexo que o do regionalista das “Lendas do Sul”, mais singela, porém que o do rutilante autor de “Ruínas Vivas” (1947: 107). Acrescentando ainda mais um nome nesse panteão do Regionalismo literário gaúcho, o autor menciona o escritor Cyro Martins como capaz de estabelecer seu divórcio para com o que ele denomina por regionalismo tradicional. Ao término da apresentação do rol dos mais célebres escritores regionalistas do Rio Grande do Sul, Salgado Martins afirma que esse tipo de literatura possui divisões, sendo que “três momentos [...] podem ser destacados dentro da evolução do romance rio-grandense” (1947: 107). O primeiro momento foi “inaugurado pelo romance de Apolinário Pôrto Alegre”, no qual, segundo Salgado Martins:

[...] predomina a concepção puramente romântica do gaúcho, que surge quase como um pastor bíblico, conduzindo o seu rebanho pelas lhanuras desertas, pontilhadas, aqui e ali, pelos fogões dos heróis, pelos pousos dos andejos, pelas taperas nostálgicas, pelos umbus farfalhantes (1947: 108).

Considera ainda o estudioso, “nessa fase, a ficção literária era puramente senhoril. Era o romance ou o conto de superfície, sem intenções psicológicas” (1947: 108). O segundo momento foi caracterizado pelo fim dessa concepção romântica do gaúcho. Apesar de o autor não ter mencionado quem são os escritores símbolos desse momento literário, acreditamos, seguindo a lógica de escritores supracitados, que ele esteja se referindo a Simões Lopes Neto, Darcy Azambuja e Alcides Maya. Por fim, no terceiro momento, o gaúcho aparece como um homem derrotado, pois, como afirma Salgado Martins, “ao invés do gaúcho altaneiro e forte, repontando no entrevêro, nos apartes ou nas tropeadas, aparece pelas páginas dos nossos regionalistas a figura do derrotado e do retirante espólio de bagaço humano, sem um resquício da antiga grandeza”. Para o estudioso, esse terceiro momento, foi inaugurado por Cyro Martins, pois em sua literatura o gaúcho está caracterizado pelo “espírito de cepticismo, desencanto ou decepção em tórno do nosso passado heroico e de tudo que constitui os velhos padrões de vida rio-grandense” (1947: 108).

O texto *O Conteúdo Político da Revolução Farroupilha*, escritor por Othelo Rosa, presente no número dezesseis da revista, é um artigo historiográfico, no qual, diferentemente do que vimos até agora, o autor apresenta Apolinário Porto Alegre como um grande escritor brasileiro, pelo seu distanciamento de qualquer influência platina. Temos essa constatação quando o estudioso afirma que Apolinário teve uma “influência inegável no patrimônio cultural do Brasil e nos quais ninguém encontraria sombras nem resquícios de alma espanhola” (1951: 60). Esse tipo de argumento é tributário do contexto de discussão sobre as

raízes formativas do Rio Grande do Sul, contenda que ficou conhecida, *a posteriori*, como debate entre a historiografia lusa e a historiografia platina (GUTFREIND, 1992). Em suma, o caso aqui é de inserir o fundador do regionalismo gaúcho nos parâmetros da luso-brasilidade, distanciando-se, assim, de qualquer influência platina. Reitera-se que essa posição parte do projeto editorial proposto por Vellinho de olhar o nacional através do local, sendo o primeiro, sem sombra de dúvidas, brasileiro e não argentino ou uruguaio, etc., como mencionado anteriormente.

No texto seguinte, *Augusto Meyer e o Folclore Riograndense*, também escrito por Othelo Rosa, que consta no número dezessete da revista, foi produzido uma resenha sobre uma publicação de Augusto Meyer, em que ele desenvolveu um estudo a respeito do folclore gaúcho. Há somente uma menção a Apolinário Porto Alegre, em que diz:

O primeiro que coligiu trovas populares no Rio Grande foi um alemão: Carlos von Koseritz. E uma das primeiras páginas da nossa literatura em que há uma intenção de estudo folclórico – a supertição da invulnerabilidade pelo uso do patuá – foi escrita por outro alemão: Carlos Jansen. Apolinário, Cezimbra Jaques e outros mais, nos seus trabalhos, incluíram – e graças lhes tendamos – elementos folclóricos. Mas episódicamente, sem interêsse específico pela matéria, sem a preocupação direta pela verdade folclórica (1952, p.161).

No artigo *Condições Histórico-sociais da Literatura Rio-Grandense*, de Carlos Dante de Moraes, presente no número dezenove da revista, o autor desenvolveu algumas considerações sobre a história da literatura regionalista gaúcha, elaborando, semelhantemente ao que fez José Salgado Martins, alguns critérios para sua definição. Segundo ele, o primeiro critério consiste na produção literária dos “nascidos no Rio Grande”, pois as “primeiras discriminações têm de ser feitas dentro dos limites político-geográficos”. O segundo critério consiste na produção dos radicados no Rio Grande do Sul, que “embora nascidos noutras partes, e até no estrangeiro, aqui se radicaram e atuaram, exercendo em nosso meio influência intelectual e literária”. Por fim, o último critério abarca aqueles que escreveram obras de “expressão gaúcha”, pouco importando suas proveniências e indiferente ao lugar em que residem (1954: 7).

Partindo para uma reflexão mais histórica da produção literária local, Dante Moraes diz que, a partir de 1800, apesar das condições adversas como a falta de instrução oficial e as poucas aulas particulares, tem-se o início da vida cultural sul-rio-grandense. De acordo com ele, “um fato que não pode passar despercebido ao historiador da literatura rio-grandense é a fraqueza desta até o limiar de 1900”. O argumento das intensas atividades guerreiras não seria uma justificativa para a pouca produção literária da Província, pois as constantes guerras não impediram o surgimento de poetas locais. Além do mais, “na segunda metade do século

passado, observa-se na Província um interesse literário vivaz e militante” (1954: 8). Ainda segundo Carlos Dante:

Nessa parte do século dezoito, fundam-se agremiações culturais e numerosas revistas. Os jornais reservam colunas de destaque às produções, destinadas a um público de vibrátil receptividade romântica. A mais célebre daquelas sociedades foi por certo o “Parthenon Literário”, surgido em 1868. Preste-se atenção a esta data: a agremiação se constituía em plena guerra do Paraguai, onde se batiam cêrca de trinta mil rio-grandenses [...]. Sob aquela divisa, homens e mulheres realizavam sessões periódicas, que a revista registrava, faziam discursos e conferências, escreviam contos, novelas, peças de teatro e, sobretudo, versos com bastante fertilidade (1954: 9).

O autor utiliza a constituição daquela sociedade literária, no contexto da Guerra do Paraguai, como base da sua afirmação de que a guerra não impediria o surgimento de uma literatura na Província sulina. Entretanto, ele não deixa de salientar que a produção literária dos membros daquela instituição era “fraca”, ou seja, de baixa qualidade (1954: 9). Para ele, nem mesmo Apolinário conseguia escapar da “danosa tentação literatística”, sendo que essa vertente, como enfatiza Dante Moraes e também Pinto da Silva, como vimos no início desse capítulo, são os preceitos do Romantismo. Contudo, o autor absolve os erros literários de Apolinário, dizendo que ele era um “inolvidável polígrafo”, um espírito dotado com uma grande capacidade de estudo e observação (1954: 9). O restante do grupo do Partenon Literário é fortemente criticado por Dante Moraes. O problema dos partenonistas, segundo o estudioso, seria que:

Êsses homens, que levavam tão a sério o exercício das letras, não foram capazes de se afirmar na caudal de arroubos e langores, de temas pretensiosos e imitação fácil em que mergulharam. Quem os lê, tem a impressão de que flutuavam numa meia-literatura, sem nenhuma raiz local e que nada diz, no seu verbalismo frouxo, dos verdadeiros sentimentos humanos (1954: 9).

Analisando essa temática que expressa o local, Dante Moraes principia a falar sobre a origem da palavra “gaúcho”. Segundo ele, no início do século XIX, conforme o vocabulário organizado por Coruja em 1851, essa palavra significava índio errante. Logo depois dessa observação, o autor menciona que o próprio Apolinário Porto Alegre “em 1869, quando [...] escreve “O Vaqueano” evita o têrmo; o homem do campo, na sua pena é sempre o “campeiro rio-grandense”” (1954: 9). Percebemos, nesse comentário a respeito do livro de Apolinário, a inserção de sua literatura dentro dos critérios utilizados para classificar uma obra como sendo uma produção literária regionalista gaúcha, levando-se em consideração não o uso da palavra “gaúcho”, mas o tipo representado por ela, ou seja, o homem do campo, o “campeiro rio-

grandense”.¹³ Uma influência para a mudança de sentido desse vocábulo pode ter sido a guerra com o Paraguai, que “terá influído decisivamente na mudança de matizes que o vocábulo sofreu”. Não obstante, quem deu um novo sentido à palavra “foi José de Alencar, porém, espécie de monarca das letras brasileiras, quem, no ano de 70 deu foros de nobreza literária ao gaúcho” (MORAES, 1954: 9). A partir desse momento:

Não é preciso repetir que, nesses primeiros tempos, quer nos poetas quer nos prosadores, o gaúcho nada mais é que um pretexto, um outro motivo de exercício para a idealização romântica. Percebe-se que o personagem, na crueza de sua realidade, ainda feria a epiderme sensível dos homens de letras. Precisava ser envolto de frases exaltantes, bafejado por um sôpro romântico, que, eliminando as impurezas reais, também o descaracterizava. Eis, para exemplo, esta estrofe de um poeta do “Parthenon Literário”, celebrando as “Savanas natalícias”. (A. Totta¹⁴, setembro de 1875) MORAES, 1954: 9).

Deus vos salve savana natalícias
Exuberando luz, encantos, vida,
Ninho de casto amor,
Onde o livre gaúcho se adormece
Fítanto os horizontes que campeiam
Luzentes do fulgor.

Semelhante à classificação elaborada por Salgado Martins, quando ele cita o nome de Cyro Martins, Dante Moraes insere Apolinário Porto Alegre, entre outros escritores do século XIX, como pertencentes ao primeiro momento do Regionalismo literário gaúcho, algo que ele define como sendo o regionalismo tradicional. Esse tipo de literatura, no entanto, foi antecedido pela poesia popular. Conforme Dante Moraes:

A poesia popular, porém, se antecipou de muito à culta e afetada, no que se refere aos cantos da “Monarquia”. Ali, no dizer de Augusto Meyer, o individualismo, o sentimento insofrido de liberdade, o gôsto da aventura, a exaltação da coragem pessoal transbordam de cada quadra com um vigor inimitável, e a seu lado empalidecem as imitações ou variações do mesmo tema, tentadas por Apolinário Pôrto Alegre, Múcio Teixeira, Taveira Júnior, Assis Brasil, Zeferino Vieira Rodrigues (MORAES, 1954: 10).

Esses cantos populares teriam sido superiores esteticamente se comparados, conforme

¹³ Conforme o estudo elaborado por Carla Renata A. S. Gomes o termo gaúcho, como salientado pelo próprio Carlos Dante Moraes, teve seu sentido semântico modificado, em que passou de “índio errante” para a representação do gentílico local. Ver: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De rio-grandense a gaúcho: o triunfo do avesso - um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. 1. ed. Porto Alegre: Editoras associadas, 2009.

¹⁴ Augusto Rodrigues Totta: “Nascido em Porto Alegre, aos 2 de julho de 1845. Falecido na mesma cidade, aos 22 de maio de 1907. Assinava: **Augusto Totta**. [...] Carreira: Funcionário dos Correios de Porto Alegre, cuja repartição administrou até os últimos anos do século passado. Atividades literárias: Poeta. Membro fundador do Partenon Literário. Complementares: Pai dos poetas Mário e Raul Totta, e sogro de Zeferino Brasil. Ver: HESSEL, Lothar Francisco (e outros). *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: FLAMA, Instituto Estadual do Livro, 1976, p. 159-60.

entende o estudioso, com as pálidas imitações dos regionalistas tradicionais. Nesse trecho, o autor conclui a sua explicação sobre o termo gaúcho ao dizer que, na década de 1870, essa palavra passou a ter o mesmo sentido semântico que o termo monarca pertencente à poesia popular cantada nos *Cantos da Monarquia*. O monarca é o tipo campeiro, o homem das lides do campo. No entendimento de Dante Moraes, a partir de então o “gaúcho tornara-se o protótipo de todo um povo cujos ascendentes se tinham exercitado principalmente nas lides do pastoreio, da guerra e da política”. Contudo, o gaúcho não é o único elemento que demonstra a peculiaridade do sul-rio-grandense, pois esse tipo característico necessita de outro elemento que o complete e, assim, faça com que ele represente a identidade do gentílico local expressa na literatura. Esse segundo elemento é a Revolução Farroupilha, ocorrida entre os anos de 1835 a 1845. Portanto, no mesmo sentido das palavras do estudioso, podemos dizer que a “revolução de 35” e a figura “equestre do nosso Campeador” representam as emoções que mais fundas raízes lançaram no “coração dos rio-grandenses” (MORAES, 1954: 10).

Ao contrário da noção elaborada por Salgado Martins, segundo o qual o primeiro momento do regionalismo tradicional termina com Cyro Martins, Dante Moraes afirma que o fim desse período seria com Simões Lopes Neto. Aliás, essa posição também é adotada por Carlos Reverbel. Segundo Dante Moraes:

Quem abre o ciclo regionalista é o seu mais acabado, mais perfeito representante: João Simões Lopes Neto. Ele resume todo o nosso regionalismo típico ou ortodoxo, isto é, aquele que visiona exclusivamente o homem campeiro, dentro do ambiente em que nasceu e vive, levando em conta, como elemento essencial, o seu pitoresco linguajar. Sem o veio que Simões Lopes abriu, na originalidade da sua criação, não sabemos como teriam derivado as águas dessa corrente literária... Na sua modéstia de escritor municipal, ele conta e discorre tocado por uma espécie de graça literária, conduzido pela intuição segura de todos os segredos da arte. O que nos admira em algumas das suas páginas, mais do que a força e a vida das criaturas, mais do que o saboroso pitoresco, é a espiritualidade encantadora de que ele as impregna. Torna-as luminosas, de uma ingenuidade cativante, definindo estados de alma em imagens que impressionam como símbolos (1954: 11).

Como fica saliente nessa citação, Dante Moraes entende que, no início do século XX, o escritor pelotense pôs fim a essa “embriaguez romântica” da literatura regional (1954: 10). Dessa forma, a partir do seu surgimento, o Regionalismo literário gaúcho inaugurou uma nova fase, denominada pelo autor como o ciclo regionalista.

No decorrer da análise dos artigos publicados na revista *Província de São Pedro*, percebemos que, desde a história literária de Pinto da Silva, houve o fortalecimento da categorização do “inolvidável polígrafo” como precursor do Regionalismo literário gaúcho.

Ademais, também ficaram evidentes as diversas tentativas de definição desse movimento literário, com a periodização e demarcação de escritores, ressaltando que nem toda a obra regionalista está no mesmo nível literário por haver diferenças entre uma obra da outra. O longo período da revista serviu para calcificar as bases para tal periodização, em diferentes fases e momentos, do Regionalismo literário gaúcho. Isso se confirma no artigo de Athos Damasceno¹⁵, publicado no número dezenove da revista, que também mostra essas nuances do entre os escritores regionalistas.

À expectativa dos fundamentos, digamos telúricos, que haveriam de formar a essência de uma cultura local, como foi o regionalismo de Alcides Maya, Simões Lopes Neto, Amaro Juvenal e outros – e não o regionalismo puramente formal de Apolinário, Múcio e Taveira Júnior – nada mais fazíamos então do que recolher os recados de uma civilização a que pertencêramos no passado e da qual nos afastávamos cada vez mais, por força de diferentes padrões de existência que o Novo Mundo nos impunha (1954: 179).

Como última observação, além de inaugurador do Regionalista literário gaúcho, Apolinário Porto Alegre também é mencionado, se lembrarmos dos comentários críticos feitos por Meyer e Pinto da Silva a respeito de sua atividade como folclorista, ao coletar dados da memória poética popular, como um localista. Em um sentido amplo, talvez, esses juízos interpretativos possam estar na base da sua definição como precursor não somente do âmbito literário do Regionalismo gaúcho, mas também em seus outros campos como o político, histórico e o cultural.

1.3. APOLINÁRIO: O PRECURSOR DO REGIONALISMO LITERÁRIO GAÚCHO E PARTICIPANTE DO REGIONALISMO BRASILEIRO, NAS HISTÓRIAS LITERÁRIAS DE LUCIA MIGUEL-PEREIRA E GUILHERMINO CESAR (1950 – 1956)

O mineiro Guilhermino César transferiu-se para Porto Alegre em 1943 e, logo na década seguinte, tornou-se professor de Literatura brasileira na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LIMA E SILVA, 1999: 82-84). Nesse mesmo período publica, pela Editora Globo, o livro *História da Literatura do Rio Grande do Sul* (1956). Essa segunda história literária do Rio Grande do Sul tornou-se uma obra referencial para quem desejar estudar a literatura sul-rio-grandense, juntamente com a elaborada por

¹⁵ Athos Damasceno Ferreira: “(Porto Alegre, RS, 1902 – 1975). Destacou-se como jornalista, pesquisador, poeta e ficcionista. Dirigiu alguns jornais em Porto Alegre, tendo sido redator da *Máscara*, órgão dos modernistas gaúchos, e atuou na Secretaria de Educação, mas seus principais esforços dirigiram-se à literatura”. Ver: ZILBERMAN, Regina. In: *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Op. Cit. p. 30-2.

Pinto da Silva. Um pouco antes do lançamento do livro de Cesar, em 1950, Lucia Miguel-Pereira, a convite do projeto *História da Literatura Brasileira*, capitaneado pelo escritor Álvaro Lins, publica o livro *História da Literatura Brasileira. Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. Esse livro deu um enorme prestígio para essa estudiosa, pois, logo em seguida, no ano de 1957, a obra recebeu uma segunda edição (SANTOS, 2012: 44). Esses dois estudos são obras de importantes para a compreensão do discurso historiográfico literário sobre Apolinário Porto Alegre em sua relação com o Regionalismo literário gaúcho. O primeiro trabalho devido ao fato de ser o último grande empreendimento que buscou abarcar a totalidade da produção literária sul-rio-grandense, e o segundo por abordar um capítulo dedicado ao regionalismo brasileiro, procurando inserir a produção literária sul-rio-grandense no quadro da literatura brasileira.

No pensamento de ambos estudiosos, há dois pontos de convergência sobre a literatura sul-rio-grandense: em primeiro lugar, a afirmação de que o Partenon Literário iniciou um novo modelo literário no Rio Grande do Sul, com destaque para a figura de Apolinário Porto Alegre, ao apresentarem-no como tendo desempenhado um importante papel no desenvolvimento de um tipo particular de literatura, a regionalista gaúcha; em segundo lugar, a interpretação de que ela surgiu com o intuito de integrar os sul-rio-grandenses à nacionalidade brasileira.

1.3.1. O primeiro ponto de convergência: Apolinário Porto Alegre e o Partenon Literário, os precursores do Regionalismo literário gaúcho

Segundo Guilhermino Cesar (1956: 153-167), a *Revista do Partenon Literário*, criada pela Sociedade do Partenon Literário, somente conseguiu constituir um movimento literário de singular importância graças às bases deixadas pelos escritores das revistas *O Guaíba*, *O Patuá*, *a Arcádia*, *A Crisálida* e *Murmúrios do Guaíba* (essa que circulou concomitante a do Partenon Literário). Em razão disso, “quando Apolinário e seus companheiros fundaram a revista do “Partenon” a quadra inicial do movimento romântico fora já vencida com algum brilho” (1956: 167). Apesar da existência dessas publicações literárias, Cesar afirma que “nenhuma das publicações citadas teve a duração e o prestígio da *Revista do Partenon Literário*” (1956: 182). O prestígio alcançado pela publicação do grupo do Partenon, segundo Cesar, foi por ela ter sido a primeira a expressar uma literatura com características locais, ou seja, os temas locais, com seus elementos característicos, como a campanha, com o seu tipo gaúcho e a Revolução Farroupilha. Essa observação de Cesar se assemelha às posições que vimos constatando desde Pinto da Silva até os estudiosos da revista *Província de São Pedro*,

que entenderam essa temática local como característica fundamental do Regionalismo literário gaúcho. Contudo, diferente do que os estudiosos anteriores expuseram sobre esse movimento literário, Apolinário Porto Alegre – o consagrado precursor da literatura regionalista gaúcha – não tomou essa direção em suas primeiras obras na *Revista do Partenon Literário*, pois, segundo comentado por Cesar, a primeira publicação dele foi o romance histórico *Os Palmares*, que não tem nenhuma marca característica da temática gauchesca. Ressalta o autor, que, ao longo do tempo, “pode-se acompanhar, mês a mês, através da revista, a mudança de orientação dos mais moços do grupo, visando a nacionalizar, a regionalizar os temas” (1956: 183). Na historiografia de Cesar, Apolinário Porto Alegre também foi considerado o precursor do Regionalismo literário gaúcho, todavia, um pouco diferente do que encontramos na *Província de São Pedro*, e mais semelhante ao estudo de Pinto da Silva, ele não estava sozinho nessa empreitada. Podia ser o líder, mas havia outros escritores que o acompanhavam. Sendo assim, segundo o autor:

Abre-se com o “Partenon” o ciclo da literatura regionalista, dita gauchesca, como consequência de uma atitude mental necessariamente combativa. Através de seus primeiros cultores, a nova corrente se deixou atrair, acima de tudo, pelo passado gaúcho, procurando reviver o gaúcho largado, o homem livre dos primeiros tempos da conquista, os rebeldes de 1835 (1956: 173).

Esse tipo de literatura produzido pelos partenonistas pode ser explicado como resultado do aprofundamento de lutas fronteiriças na região do Prata, no período subsequente ao fim da “guerra civil dos farrapos” (1845). Devido a essas circunstâncias, como enfatiza Cesar, os rio-grandenses desenvolveram o “sentimento das peculiaridades brasileiras”, ou melhor, o “amor das tradições pátrias”. Ao mesmo tempo em que o sentimento de nacionalidade foi desenvolvido através das guerras fronteiriças, o autor diz que houve também, devido à defesa do solo pátrio brasileiro, o desenvolvimento do “sentimento localista”. Portanto, como argumenta o estudioso:

Na ordem cultural, mercê de tantos estímulos e experiências – dolorosos, mas sempre fecundos – apurou-se o sentimento das peculiaridades brasileiras, o amor das tradições pátria; marchou portanto o gaúcho, nessa ordem de afeições, no sentido de reviver, sublimando-o na arte, o seu próprio sentimento localista, a esta altura naturalmente exacerbado pela certeza íntima da valiosa atuação que lhe coubera em defesa da pátria comum, como que se penitenciando da rebeldia de 35 (1956: 171).

Assemelhando-se aos argumentos de Pinto da Silva – quando ele destaca que o surgimento do Regionalismo literário gaúcho se deu através de uma ordem decrescente, que passa da figura do índio, símbolo nacional, para a do gaúcho como símbolo regional – a constituição da nacionalidade brasileira entre os sul-rio-grandenses, juntamente com a

construção de sua própria identidade regional foram embasadas na expressão do local. Para Cesar:

É essa geração, a da metade do século XIX, que vai descobrir o Rio Grande para a vida literária, explorar o rico filão de seus costumes, hábitos e tradições. O estado de espírito romântico, já no ocaso em outras regiões do Brasil, servir-lhe-ia de estímulo e forneceria os modelos (1956: 171).

No entendimento de Cesar, a afirmação dos sulinos como pertencentes à região sul-rio-grandense ocorreu em consequência, e ao mesmo tempo, que se afirmavam como brasileiros. Essa assertiva do autor pode ser relacionada a algo que vimos delineado na proposta “da parte ao todo” de Vellinho, em que a formação do sistema literário¹⁶ sul-rio-grandense, que se constituiu na Província, surge com a intencionalidade de se integrar ao sistema literário brasileiro. Contudo, salienta Cesar, devido à sua base romântica, esse sistema literário local começou atrasado em relação ao restante do Brasil, pois, com exceção de José de Alencar e Castro Alves, “os maiores românticos nacionais já estavam mortos ou haviam cessado de produzir” (1956: 171). Por causa disso, “a derivante do movimento passaria a ser, no pampa, o regionalismo propriamente dito, enquanto já se notavam, em Portugal e no Império, os primeiros rebates do romance realista e da poesia parnasiana” (1956: 172). Como enfatizado por Cesar:

Pois foi justamente nessa fase de transição – quando os mais ousados se denominavam “positivistas”, querendo significar com isto o seu repúdio à fórmula romântica – que a literatura rio-grandense entrou a ebulir, despertando influência social, como até então desconhecera, e adquirindo características próprias. O seu laboratório, o seu centro de pesquisa e irradiação foi obra de um grupo de moços inexperientes, aos quais não faltou decisão, sentimento nacional e espírito gregário (1956: 172).

No centro desse movimento estava Apolinário Porto Alegre, que, segundo o estudioso, exerceu um destacado papel dentro do Partenon, uma vez que essa sociedade gravitou em “tôrno de seu nome” e, somente por esse fato, seria o suficiente para “que o incluíssemos entre os patriarcas da vida mental do Estado”. Como enfatiza o autor, ele foi “poeta, romancista, filólogo, teatrólogo, educador e jornalista político” (1956: 201), considerado um “marco de uma evolução literária que coincide com o desabrochar da consciência crítica entre os seus conterrâneos” (1956: 201-202).

Seguindo por outra linha, mas atribuindo a mesma importância ao “inolvidável polígrafo”, Lucia Miguel-Pereira diz que ele exerceu uma inquestionável liderança perante

¹⁶ Nesse caso estamos nos referindo ao conceito de sistema literário elabora por Antônio Candido. Ver: *Formação de literatura brasileira: momentos decisivos*. Vol. II. 5. ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

aquela agremiação literária. A autora ainda deduz que o Regionalismo literário, na “ação exercida no sul pelo “Partenon Literário”, sob a inspiração de Apolinário Porto Alegre”, desempenhou um importante papel como “fecundo elemento de transição entre o romantismo e o realismo” (1973: 183). Reafirmando o destaque atribuído ao polígrafo, a autora diz:

Ainda sendo, como foi, fraco criador, exerceu Apolinário Porto Alegre grande ação, principalmente como fundador dos estudos que tanto contribuíram para conferir ao regionalismo rio-grandense o seu cunho de autenticidade. Ação que se exerceria em larga parte através do Partenon Literário, sociedade que editou durante nove anos a revista do mesmo nome, criou escolas, bibliotecas e um museu regional, teve papel saliente na campanha abolicionista no Rio Grande (1973: 36).

Ao contrário dos argumentos expostos por Cesar e, adicionando novas dimensões nessa análise do discurso historiográfico sobre o regionalismo, Miguel-Pereira demonstra que no período literário entre os anos de 1870 e 1880 a literatura produzida pelos intelectuais da corte foi ultrapassada pela produção literária das províncias. Nessas literaturas provinciais, consideradas como regionalistas, a autora insere Apolinário Porto Alegre, autor de *O vaqueano* (1872) e *Paisagens* (1875), como pertencente ao mesmo grupo de escritores provinciais, que produziram obras como: *Um casamento no arrabalde*, de Franklin Távora (1869); *Inocência*, de Visconde de Taunay (1872); *O calculista* e o *Coronel Sangrado*, de Inglês de Sousa (1876 e 1877). Confirmando o caráter regional dessas obras, a autora diz que “todos, com a já notada exceção de *Inocência*, escritos e publicados na província, possuem dois traços comuns: o intuito de observar e a feição regionalista” (1973: 33-34).

Ao final da análise desses dois estudiosos, constatamos que em ambos os autores Apolinário é percebido como líder dos partenonistas, e inaugurador do regionalismo na Província do Rio Grande do Sul. Contudo, Cesar, tal qual Pinto da Silva, vê esse regionalismo como uma corrente decadente do romantismo, já tendo chegado ao seu limite no Brasil e em Portugal. Por outro lado, Miguel-Pereira interpreta esse regionalismo como uma etapa de transição entre o romantismo e o realismo. Por fim, em ambos, assunto que será abordado no próximo subtópico, o Regionalismo literário gaúcho é inserido no contexto de análise da literatura hegemônica produzida na corte. Esse traço é um diferencial, apesar da proposta inicial de Moysés Vellinho e das análises realizadas pelos autores da *Província de São Pedro*.

1.3.2. O segundo ponto de convergência: a inserção do regionalismo à nacionalidade brasileira.

Nesse segundo ponto de convergência da crítica literária de Cesar e Miguel-Pereira, indica-se que o Regionalismo literário gaúcho, preconizado por Apolinário Porto Alegre e os

partenonistas, foi elaborado com o intuito de integrar os sul-rio-grandenses à literatura e, por conseguinte, à nacionalidade brasileira. Ambos os autores também concordam que esse movimento não é fechado em si mesmo, ou seja, não é um movimento de sul-rio-grandenses em oposição aos brasileiros, mas, pelo contrário, é um movimento de uma coletividade regional em formação que buscou sua inserção cultural ao todo nacional. Encontramos esse tipo de interpretação em Cesar, quando ele percebe que:

Acima de tudo – razão das razões – o artista do Rio Grande não elegeu os temas da campanha com o intuito de apenas se definir a si mesmo. Procurou, explicando-se, explicar-se ao Brasil. Seu fim último: mediante a guarda de valores genuínos, afinar com a aspiração de originalidade que desde a Independência fôra preocupação das elites nacionais só atendida pelo romantismo. Logo, o regionalismo gaúcho deve ser ainda considerado, no seu impulso e motivação instintivos, como um esforço bem sucedido pela definitiva integração da raia sulina na cultura da nação brasileira. Não o induzimos, por similitudes. Deduzimos pacientemente, após o exame de tôda a literatura rio-grandense, de seus momentos de calma e de agitação. As provas coligidas estão condensadas neste livro. Raro é o autor estudado que não se inscreve, com as mesmas preocupações, ao lado de algum grande nome nacional. Seguiram os gaúchos as linhas mestras da literatura nacional, na fase em que ela tomou caráter diferenciador, e daí por diante não fizeram mais que estreitar vínculos, dia a dia mais apertados, a teor do que demonstram as novas gerações surgidas depois de 1925 (1956: 174-5).

Apesar de ter certa semelhança com a visão de Pinto da Silva e a proposta de Moysés Vellinho, Cesar diverge das análises que percebiam essa literatura como um organismo a parte ou até mesmo oposto ao restante do Brasil. Miguel-Pereira segue o mesmo caminho de Cesar, ao propor, como mostrado em parte no tópico anterior, que a literatura de Apolinário Porto Alegre e dos partenonistas não se restringe unicamente ao isolamento do meio local sulino, inserindo-o em um âmbito de produção literária brasileira de caráter regionalista. Além disso, segundo a estudiosa, esses escritores brasileiros regionalistas, seguindo a linha traçada pelo Romantismo que buscava a cor local, enveredaram para o caminho do “pitoresco”, procurando lidar com brasileiros não “educados à européia”, tendo como proposta a aproximação da literatura com a realidade. Entretanto, apesar dessa aparente demonstração de “superioridade do regionalismo nas literaturas incipientes”, tal aparência pode advir de sua própria limitação como literatura (1973: 34).

Por outro lado, segundo Miguel-Pereira, esse recurso regionalista utilizado instintivamente pelos escritores na transição do Romantismo para o Naturalismo, apesar de sua aparente “libertação” dos dogmas literários, deve na verdade ser visto apenas como um “desvio” para a evolução da literatura brasileira. Como destacou a autora, “depois do brasileiro, tivemos o nortista, o gaúcho, o matuto da zona central, como se só por etapas pudessemos aproximar do homem visto em si mesmo, com seus traços pessoais” (1973: 34-

5). Além disso,

é preciso não esquecer que nesses escritores, que não formam um grupo, que viveram dispersos e isolados – tendo por isso mais significação o impulso comum que os animou – muito forte era ainda a ação do romantismo. Em alguns, só num aspecto se revelou o apego à verdade. Em Apolinário Porto Alegre o cunho gaúcho e verídico se deveu sobretudo aos termos locais que colecionou. A página em que narra como se convenceu de que devia estudar mais a fundo a sua gente lhe explica a obra, considerável menos por seu valor intrínseco do que pela orientação que deixa transparecer (MIGUEL-PEREIRA, 1973: 35).

Nesse segundo ponto de convergência, ambos os autores concordam que a literatura produzida por Apolinário Porto Alegre e os partenonistas tinha como horizonte literário a inserção na cultura brasileira. Entretanto, ambos têm uma interpretação diferente para o que ocasionou o surgimento desse tipo de literatura no Rio Grande do Sul. Cesar tem algo que podemos considerar como uma interpretação social, pois procurou enfatizar as guerras fronteiriças como causadora do surgimento de um sentimento que é, ao mesmo tempo, patriótico nacional e localista. Miguel-Pereira seguiu com uma interpretação mais formal, entendendo que essa literatura, em particular de Apolinário Porto Alegre, pertence a um movimento de renovação estética, cuja ocorrência se dá em diversas províncias do Império brasileiro. Ao olharmos essas duas nuances, poderíamos dizer que ambas se completam, pois o foco é o caráter não fechado do Regionalismo literário gaúcho, sendo esse o segundo ponto convergente da crítica literária de ambos.

1.4. APOLINÁRIO: DE PRECURSOR PARA INFLUENCIADO, UM NOVO OLHAR DA HISTORIOGRAFIA UNIVERSITÁRIA (1980 EM DIANTE)

No subtítulo que se segue, analisaremos os primeiros estudos universitários, desenvolvidos nos Programas de Pós-Graduação brasileiros, que ganharam impulso expansionista a partir da década de 1970 (AZEVEDO; SANTOS, 2009). Nesse período, surgiram trabalhos como o de Ligia Chiappini Moraes Leite, com a sua tese de doutorado em 1974, sob a orientação de Antonio Candido, no Programa de Pós-Graduação em Teoria da Literatura na USP – na qual analisou a literatura regionalista gaúcha, entre o início do século XX até a década de 1930, tendo o modernismo como ponto subjacente de análise –, sendo lançada em 1978 no formato de livro. Outro trabalho importante é o de Flávio Loureiro Chaves, desenvolvido também na USP, no Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira em 1980, sob a orientação de José Aderaldo Castello e publicado como livro em 1982, em que analisou o Regionalismo literário gaúcho, tendo o escritor Simões Lopes Neto como ponto central de investigação. No estudo desenvolvido por Ligia Chiappini, não

encontramos nenhuma abordagem sobre Apolinário Porto Alegre, somente uma pequena menção a seu nome. Uma análise mais aprofundada sobre ele foi feita por Flavio Loureiro Chaves, em seu primeiro capítulo, seguindo um caminho totalmente diferente de Chiappini por explorar o início do Regionalismo literário gaúcho. Todavia, a importância do trabalho daquela estudiosa, motivando a sua inserção em nosso corpo de análise, é o seu conceito de regionalismo, que será a base até os dias atuais para os subsequentes estudos desse tipo de literatura sul-rio-grandense. Um exemplo disso são os trabalhos desenvolvidos como dissertação de Mestrado por Maria Eunice Moreira e por Carlos Alexandre Baumgarten, ambos no Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS no ano 1979 e sob a orientação de Regina Zilberman. Os dois publicaram suas pesquisas na mesma editora EST¹⁷ e no mesmo ano de 1982. Contudo, apesar da semelhança temática, seus estudos seguem por caminhos e objetos distintos. Além disso, os trabalhos desenvolvidos por Regina Zilberman também foram inseridos nesse recorte. Essa estudiosa lançou três livros, um como organizadora, além de escrever um capítulo para outro livro, que abrange os anos de 1980 a 1992. Nesses trabalhos, ela procurou sintetizar a literatura sul-rio-grandense, além, é claro, de abordar a literatura regionalista gaúcha e o seu precursor Apolinário Porto Alegre. Por fim, inserimos um estudo não universitário que serviu somente como referência tangencial, porém que não deixa de ser importante para o estudo sobre Apolinário e o grupo do qual ele fazia parte. É o trabalho organizado por Lothar Hessel, que teve a contribuição de vários membros do CIPEL¹⁸, em que procurou dar um amplo panorama para as publicações da *Revista do Partenon Literário*. A análise em separado dos estudos universitários em um subtítulo específico não se deve apenas a uma questão cronológica, mas decorre do aprofundamento ocorrido através dessas pesquisas sobre o Regionalismo literário gaúcho.

1.4.1. O ordenamento da literatura sul-rio-grandense através do surgimento do Partenon Literário e a liderança de Apolinário

Na introdução de seu livro, Ligia Chiappini menciona a sua tentativa de fazer uma síntese entre duas tendências opostas, o regionalismo e o modernismo (1978: 18), sendo que o modernismo foi o suporte referencial de sua pesquisa. Partindo disso, sua proposta foi analisar o regionalismo renovado, que surgiu a partir de 1925 e teve no modernismo sua fonte de inspiração, pautando-se na superação do regionalismo tradicional, cujo maior representante

¹⁷ Escola Superior de Teologia, que tinha sede em Porto Alegre.

¹⁸ Círculo de Pesquisas Literárias, com sede na cidade de Porto Alegre/RS.

era o escritor Alcides Maya (1978: 20-21). Como a delimitação temporal dessa análise se restringiu somente às primeiras décadas do século XX, Apolinário é mencionado somente uma única vez em seu texto, na seguinte passagem:

Apresentemente, a atitude pessimista é mais crítica que a atitude otimista. Alcides Maya teria tido um papel desmistificador e os escritores da década de 20, em que se acentua o otimismo, teriam regredido a uma representação romântica do gaúcho, do tempo de Apolinário e Alencar, por motivos claramente ideológicos: o Rio Grande, dos anos 20, fazendo renascer um gauchismo idealizante, estaria se enquadrando no panorama geral de euforia, que caracterizou o pensamento das classes dominantes do Brasil depois da guerra e, através da apoteose da figura do gaúcho-herói, reacendia o sentimento regionalista, canalizado para todas as lutas políticas do Estado, e que tão útil se mostraria mais tarde, na propaganda da Aliança Liberal e da Revolução de 1930 (LEITE, 1978: 203).

Segundo a autora, o regionalismo renovado, ao buscar ultrapassar o pessimismo do regionalismo tradicional de Alcides Maya, acabou regredindo na representação do gaúcho e aproximando-se do regionalismo romântico de Alencar e Apolinário (1978: 203). Seguindo na esteira dos artigos da tradição historiográfica regionalista, Ligia Chiappini adota o mesmo caminho que seus antecessores não-acadêmicos ao separar “o joio do trigo”. Em outras palavras, ela separa a literatura produzida por Alcides Maya e Simões Lopes Neto, esse superior ao primeiro, dos outros autores regionalistas anteriores. Nesse contexto, ela aponta, tal qual os outros estudos aqui analisados, que Apolinário figura como um expoente do Regionalismo literário gaúcho, porém, estando em uma escala inferior se comparado com os outros dois escritores. Sua análise centra-se na caracterização da estrutura da prosa gauchesca, em que a autora sustenta a existência de um pré-modelo paisagista, de uso comum a todos as prosas regionalistas, na qual a narrativa faz uma espécie de “parada descritiva”, denominada por ela como mancha (1978: 44-49), algo que consideramos ser apenas a sofisticação da definição da literatura regionalista gaúcha feita, muito antes, por Pinto da Silva.

Muito inspirada pela análise desenvolvida por Ligia Chiappini, surge a dissertação de mestrado produzida por Maria Eunice Moreira, no Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS em 1979 (1982: 10), sendo publicada em 1982 no formato de livro. Diferentemente de Ligia Chiappini, Moreira em sua pesquisa fez uma delimitação temporal mais vasta, abrangendo obras publicadas no Rio Grande do Sul entre 1872 a 1922. Em seu *corpus*, a autora analisa duas obras publicadas por Apolinário Porto Alegre *O Vaqueano* (1872) e a coletânea de contos *Paisagens* (1875) (1982: 30). Conforme a autora afirma, a escolha de Apolinário como ponto inicial de análise foi feita “com base na opinião de dois estudiosos da literatura gaúcha que o apontam como precursor do regionalismo”: João Pinto da Silva e Guilhermino César (1982: 31).

Com base nessa sua delimitação, podemos dizer que a percepção de Apolinário Porto Alegre como um escritor regionalista gaúcho, ou melhor, o precursor de tal movimento no Rio Grande do Sul é algo quase que natural, criando uma espécie de noção canônica dentro da tradição historiográfica sobre o Regionalismo literário gaúcho. No entanto, a relação entre a literatura regionalista gaúcha e o restante do Brasil estabelecida por essa historiografia – apenas apontada em Pinto da Silva por uma relação de causalidade pela influência romântica; mais enfatizada com Cesar, ao afirmar o regional como ao mesmo tempo nacional; e salientada por Miguel-Pereira ao estabelecer o pertencimento de Apolinário à tradição regionalista brasileira – abriu brechas para a reavaliação da categoria de precursor do Regionalismo literário gaúcho atribuído a Apolinário Porto Alegre.

Conforme comenta Flávio Loureiro Chaves, “se a vida intelectual da província estava polarizada no Partenon, este por sua vez gravitava em torno à figura tutelar de Apolinário, seu fundador e principal animador.” Ele “deixou obra vasta na poesia, na ficção, na crítica e é quem efetivamente inaugura o ciclo regionalista” (1982: 42).

Moreira também procurou acrescentar outra referência ao seu trabalho, além dos estudos de Cesar e Pinto da Silva, através da utilização da definição de obra literária elaborada por Antonio Candido. Segundo esse autor (1976: 139), toda a obra é individual, porém a literatura é algo coletivo e, em razão disso, requer uma comunhão de meios expressivos, como a palavra e a imagem. Além disso, a literatura realiza uma mobilização de afinidades entre os homens de um determinado lugar e momento e, assim, consegue chegar a uma comunicação (MOREIRA, 1982: 22-23). A partir desse pressuposto, a estudiosa adquiriu legitimidade para dizer que “só se pode falar em literatura, no Rio Grande do Sul, a partir da década setenta do século passado, com o grupo do Partenon Literário”. Essa afirmação se sustenta pelo fato de que “antes de seu aparecimento, a vida literária foi desordenada, registrando-se algumas manifestações esparsas”. Cita no mesmo parágrafo as poucas manifestações que ocorreram antes do surgimento do Partenon, além de mencionar a pouca “comunhão de meios expressivos”, conforme a teoria de Candido, existente entre aqueles produtores literários. No entendimento de Moreira, portanto, “somente com a Sociedade Partenon Literário é que teve início a atividade literária na Província do Rio Grande do Sul” (1982: 23). Em outras palavras, “abriu-se, pois, com o Partenon, a fase de ordenação literária no Estado e, principalmente, o ciclo da literatura regionalista” (1982: 25).

O desenvolvimento de uma atividade literária, em que há comunhão de meios expressivos, já havia sido destacado pela tradição historiográfica não-acadêmica. Contudo, com o desenvolvimento da especialização universitária, esse dado comum, através do uso de

um conceito comparativo formulado por Candido, pode enfim ser verificado. Foi através dessa comprovação ou refutação de dados lançados por essa tradição, que se preparou um novo discurso historiográfico sobre Apolinário, criando bases sustentadoras para o que já foi dito e, ao mesmo tempo, apontando novos caminhos para um melhor entendimento do Regionalismo literário gaúcho.

Em um estudo posterior, Zilberman construiu uma interpretação sobre o pioneirismo dos partenonistas semelhante àquela desenvolvida por Moreira. Ela menciona que, através de sua revista literária, o grupo do Partenon Literário conseguiu “constituir um sistema complexo de intercâmbio de idéias e produções literárias” e, conseqüentemente, consolidou, aqui na província, uma cultura com características próprias. Ela considera que “o início efetivo da literatura no Rio Grande do Sul coincide com a atuação desses escritores que tomaram parte nesta agremiação” (1980a: 13), pois foi a partir deles que se configurou “a orientação literária que passou a ser norma dominante da arte poética em seu tempo”. Contudo, “sua importância está antes no seu papel pioneiro, que nos resultados a que chegaram, uma vez que o saldo estético é muito pequeno” (1980a: 14).

É com os membros do Partenon Literário que o esforço em prol do fortalecimento da literatura local, através da concretização de um circuito de produção e consumo de obras, é mais bem sucedido. Para tanto, eles fundaram a Sociedade e procuraram expandi-la em toda a Província, incorporando sócios de regiões distintas; mantiveram, ainda que de modo intermitente, uma revista literária que suscitou imitações, estas menos duradoura, mas de que também participaram; organizaram uma programação cultural, filantrópica e social para a capital; e, através de seu líder, Apolinário Porto Alegre, trataram de recuperar a tradição popular e oral que, nos idos de 1870, já parecia se perder (ZILBERMAN, 1985: 22-23).

Posição semelhante também é defendida por Chaves, que considera o ano de fundação dessa agremiação em 1868 “como um marco decisivo da história da literatura do Rio Grande do Sul”. Segundo esse autor, com esse grupo de indivíduos voltados para a literatura, pela primeira vez passou a existir um “núcleo de efervescência intelectual” atuante no Rio Grande do Sul. Além disso, destaca o autor, a grande maioria de seus membros tinha proximidade intelectual com as tendências do “Romantismo, liberal e americanista” (1982: 41).

Para os três estudiosos, o período do surgimento da *Revista do Partenon Literário* foi extremamente relevante para a consolidação da literatura sul-rio-grandense, pois, a partir daí, firmou-se o Regionalismo literário gaúcho tendo por base temas locais (MOREIRA, 1982: 23). Sendo assim, nessa fase de ordenação literária da literatura regionalista gaúcha, propagada pelo grupo do Partenon, coube a Apolinário desempenhar o papel de grande precursor. Como disse Chaves, o regionalismo no Rio Grande do Sul, desde Apolinário até

Alcides Maya, foi formado sob a influência do Romantismo, conjuntamente com a intenção de documentar “o espaço circundante através dos cenários típicos, da recuperação do acervo folclórico e lendário, da inclusão dos falares regionais na matéria de ficção” (1982: 12). Como mostra também Moreira:

Valorizando as características dialetais da linguagem, exploraram, a partir daí, a temática da Campanha, tanto na prosa como na poesia. O pampa, a atividade pastoril, as lutas de fronteiras não mais abandonaram a literatura sul-rio-grandense. Estava definitivamente implantado o regionalismo rio-grandense [...] (1982: 25).

Na mesma esteira, Zilberman aponta como o homem da campanha passou a ser confundido com o personagem principal da narrativa regional. Com isso, o “privilégio atribuído a certo tipo está de antemão associado à valorização de um espaço: o pampa”, acarretando no aumento da grande importância assumida pelo conjunto de valores dessa estrutura social (1980a: 36).

Semelhante interpretação a respeito dessa literatura pode ser encontrada em outro trabalho, não acadêmico, anterior à dissertação de Moreira e aos livros de Zilberman e de Chaves, organizado por um grupo de estudiosos sul-rio-grandenses, em torno do CIPEL¹⁹, que publica em 1976 uma obra coletiva sobre as publicações da Revista do Partenon.²⁰ O Regionalismo literário gaúcho é definido por eles através da utilização de temas, características e costumes locais expressos na literatura. Particularmente a localidade, do âmbito regional, está relacionada aos limites geográficos e políticos consensuais (HESSEL, 1976).

Zilberman expõe que o uso dos elementos locais expressos na literatura não foi o único que predominou na *Revista do Partenon Literário*. Retomando, ampliando e definindo as interpretações de Pinto da Silva e Cesar em seus livros sobre a história da literatura do Rio Grande do Sul, essa autora entende que as publicações dessa revista podem ser separadas em “duas grandes vertentes temáticas”, sendo que ambas foram importantes para o desenvolvimento da literatura no Rio Grande do Sul: na primeira, “apresenta-se a linhagem romântica, explorando os assuntos relativos à infância, morte e amor desengano”; já a segunda, que viemos apresentando até aqui, “avulta a apropriação dos motivos regionais, que

¹⁹ Círculo de Pesquisas Literárias, cuja sede encontra-se na cidade de Porto Alegre/RS.

²⁰ A pesquisa teve início a partir da proximidade do centenário de fundação daquela agremiação, criada em 1868. O término dessa pesquisa deve ter ocorrido por volta do ano de 1974/5, pois na obra de Athos Damasceno Ferreira, publicado em 1975, encontramos um comentário sobre o levantamento que Pedro Leite Villas-Bôas, um dos pesquisadores do CIPEL, estava fazendo sobre aquela revista. Ver: DAMASCENO, Athos. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 1975, p. 57.

se faz tanto enquanto utilização épica do modelo humano rio-grandense oriundo dos pampas”. Para isso, essa literatura utiliza-se da “memória do passado glorioso da Província, exaltando-se o índio como matriz do campeiro e a Revolução Farroupilha, marco da História local” (1980a: 14). Há dois pontos que podem ser destacados dessa sua interpretação sobre a literatura produzida pelos partenonistas: primeiro, é a sua proposta da existência de dois temas literários diferentes; por segundo, é a sua compreensão de literatura regional como um tipo de escrita em que predomina o uso da história provinciana relacionada ao campeiro e à Revolução Farroupilha. Ao deixar um pouco de lado a primeira temática, Zilberman diz que o “mais importante para o desenvolvimento de nossas letras é o aproveitamento da sugestão local” (1980a: 15). Todavia, em sua interpretação do passado literário sul-rio-grandense, ela enfatiza somente a segunda temática literária ao mostrar como esse tipo de literatura desenvolvido pelos partenonistas possuía características que demonstravam a sua “ligação com as formas eruditas do Romantismo brasileiro, sob a influência dos ritmos de Gonçalves Dias, que propriamente com a fonte popular”. Para ela, não haveria contradição, pois isso é “coerente com a ascensão do regionalismo a que a nação assiste nesta época”. Portanto, afirma a autora, eles aproveitaram “o tipo regional para torná-lo assunto literário, procedendo à sua heroização” (1980a: 15).

Moreira, no entanto, procurou explicar o que motivou o uso do pampa como característica do Regionalismo literário gaúcho ao mostrar como o gaúcho da campanha era a única cultura existente passível de utilização na província do Rio Grande do Sul. Segundo a autora, outras culturas, como a urbana ou dos imigrantes, eram muito recentes para serem assimiladas. “Por outro lado, o Rio Grande havia se organizado em função da vida do gaúcho, no labor guerreiro e no apego à terra” (1982: 27). Em razão disso, afirma a autora:

O certo é que o regionalismo valorizou a cor local, revelou o Brasil, procedeu a um levantamento das peculiaridades regionais. Mesmo quando desvinculado do campo literário, constituiu um acervo de informações sobre as regiões brasileiras. Em conjunto, o regionalismo inseriu-se no grande projeto de formação de uma literatura brasileira autônoma (1982: 28).

Percebemos nesse trabalho de Moreira a interpretação de um Regionalismo literário gaúcho relacionado ao nacionalismo brasileiro, com suas bases calcadas no Romantismo. Vendo por esse ângulo, é possível compreender a colocação de que “Apolinário Porto Alegre, com seus companheiros do Partenon Literário, almejava a independência literária e científica”. Fazendo uso de José Clemente Pozenato (1974: 19) como referência, a estudiosa expõe que esse grupo sob a liderança de Apolinário Porto Alegre pretendeu, através da literatura, levantar características locais, com a pretensão de se inserir em um quadro mais

amplo, ou seja, o da literatura brasileira. Ademais, constatamos que esse mesmo tipo de interpretação havia sido sugerida por Cesar.

Aparentemente, uma interpretação semelhante pode ser vista em Zilberman, quando diz que “a promoção do Rio Grande do Sul como local onde se exerce esta liberdade e sua corporificação no campeiro, que passa a ser o sujeito de uma nova tendência da literatura brasileira, o regionalismo” (1980b: 39). Para essa autora, esse tipo de associação dos partenonistas, centrada na figura de Apolinário Porto Alegre, ocorreu devido à “marca politizada do discurso dos membros do Partenon Literário. Esta é tão forte e tão frequente, que aglutina em torno de si as principais orientações da literatura rio-grandense daquele momento histórico e dos seguintes”. Chaves também entendia que o surgimento do Regionalismo literário gaúcho deveu-se à influência romântica do período, por conseguinte, os partenonistas foram estimulados ao “interesse localista pelo folclore, pela história, pela investigação lingüística, problematiza o debate sobre a questão do nacionalismo e isto conduz à valorização consciente e programática do regional” (1982: 41).

Moreira, como já mencionamos, tem como meta a análise do Regionalismo literário gaúcho, semelhante à Zilberman, quando aponta que “o regionalismo abrange, pois, um período que se estende do início da década de 70 aos primeiros anos do modernismo” (1980a: 35). Logo no início de sua análise, Moreira confere a Apolinário Porto Alegre o título de escritor regionalista, na verdade como o desencadeador do próprio movimento na província sulina. Todavia, já que o ponto central desse regionalismo gira em torno dos temas locais, a autora ressalta a diferença de características entre o fundador dessa vertente literária e os seus continuadores. Na compreensão da autora, Apolinário foi um escritor nitidamente romântico, enquanto Alcides Maya foi um escritor mais próximo da corrente simbolista (1982: 32). Continuando o raciocínio emitido por Zilberman, ela diz que o Regionalismo literário gaúcho se apresenta de duas formas: a “idade de ouro”, que abrange os anos de 1890 a 1930, colocação referida a Guilhermino Cesar²¹, em contraposição às obras dos românticos, dentre eles figurando Apolinário e o grupo do Partenon, que abrange os anos de 1870 a 1890 (1985: 25-26).

Tanto em Moreira como em Zilberman percebemos a existência de diferenças dentro do Regionalismo literário gaúcho, as mesmas diferenças entre as obras pertencentes à literatura regionalista gaúcha que vinham sendo mostradas desde os estudiosos não-acadêmicos da

²¹ Ver: Guilhermino Cesar. Para o estudo do conto gauchesco. In: *Caderno de Sábado*. Porto Alegre: Companhia Jornalística Caldas Júnior. 10 de fevereiro de 1973.

Província de São Pedro. Contudo, no âmbito da especialização universitária, a constatação dessas diferenças demonstra o avanço de Moreira ao dizer que “*O Vaqueano*, ainda que apresente um elemento novo na ficção – o vaqueano rio-grandense – descreva um episódio da Revolução de 35 e registre a vida antiga de lutas, não se trata, ainda, de uma obra regionalista” (1982: 96).

Chegando perto do fim de seu livro, Moreira altera a sua percepção sobre Apolinário Porto Alegre. Após uma longa análise de seu *corpus*, a estudiosa, como supracitamos, questiona a categorização dele como um escritor regionalista gaúcho, porém, não o retira do Regionalismo literário gaúcho, mas reagrupando-o como uma espécie de iniciador da temática que será a característica fundamental desse movimento, ou seja, o gauchismo. Segue a sua conclusão sobre essa questão:

João Pinto da Silva, a esse respeito atribui apenas às peculiaridades da linguagem o seu localismo, reconhecendo tão somente o seu *rio-grandensismo* (Grifo do autor); (SILVA, 1930: 140). Ao lado da exploração da linguagem, Apolinário Porto Alegre encontrou, na Província, o assunto que não mais iria abandonar. Estava implantado o regionalismo, se bem que, como se disse, sua obra reflita mais um vinco rio-grandense do que propriamente o primeiro (MOREIRA, 1982, p.96).

Ao dividir tipologicamente a literatura regionalista, analisando *O Vaqueano* e *Paisagens*, de Apolinário Porto Alegre, dentre outras obras de diversos autores, Moreira concluiu que esse escritor não entraria em seus critérios de análise da literatura regionalista. Como mencionado por ela, “*O Vaqueano*, ainda que apresente um elemento novo na ficção – o vaqueano rio-grandense – descreva um episódio da Revolução de 35 e registra a vida antiga de lutas, não se trata ainda de uma obra regionalista” (1982: 96). Em outra perspectiva, Chaves não questiona propriamente a posição desse escritor sul-rio-grandense, porque, para esse autor, era possível constatar, a partir da leitura de seus ensaios e artigos críticos, que a expressão do local na literatura era seu objetivo teórico (1982: 44). Contudo, questiona o seu título de único precursor desse movimento, pois, segundo o autor, na “área de criação faltava-lhe entretanto o atributo indispensável ao romancista – a imaginação” (1982: 44). Ele entende que o polígrafo, para a constituição do movimento literário local, recebeu uma grande influência de outra romancista. Sendo assim, como diz Chaves:

Logo, acrescenta-se aquilo que já foi sugerido antes e agora fica provado à luz da análise textual: o modelo estabelecido pelo regionalismo gaúcho é, desde o primeiro momento, o da narrativa alencariana, tanto no que concerne à tipificação e idealização do gaúcho, quanto no que se refere aos meios expressivos empregados na ficção. O Partenon Literário e a obra de Apolinário Porto Alegre aparecem como a síntese desse processo, que alcança aqui o seu ponto decisivo e ao longo do qual “abrir uma dessas

novelhinhas escritas no Sul é topar fatalmente com a marca alencariana”.²² Apolinário não falava sozinho; refletia um sentimento coletivo, a mentalidade que, por volta de 1870, converge no programa regionalista do Partenon Literário. A esta se relacionam os acontecimentos posteriores (1982: 46).

Nesse sentido, Apolinário seria apenas o porta-voz de um movimento mais amplo e coletivo, ou seja, o Regionalismo gaúcho que englobaria não apenas o campo da literatura, mas também o da política e cultura em prol da constituição da identidade regional do sul-rio-grandense.

1.4.2. Uma não tão nova proposta: a confluência entre o Regionalismo literário gaúcho e o nacionalismo brasileiro

Quanto ao que propiciou o surgimento desse tipo de literatura no Rio Grande, semelhantemente aos apontamentos feitos por Cesar e Miguel-Pereira, Moreira menciona que os partenonistas “motivados pelo mesmo espírito de nacionalidade dos românticos brasileiros”, buscaram a inserção do regional ao nacionalismo brasileiro através da fixação das “peculiaridades locais” (1982: 25). Nesse ponto, Moreira comenta, tal qual o fizera Chaves, a influência de Alencar na constituição da literatura regionalista gaúcha durante seu período de formação. Conforme dito por Chaves:

O próprio Apolinário jamais ocultaria a filiação alencariana – esta justa a História há de lhe fazer – e, quando o escritor cearense se viu cruelmente atacado, saiu em sua defesa nas páginas da Revista do Partenon Literário, publicando aí um extenso ensaio que ainda hoje merece atenção – José de Alencar Estudo Biográfico²³ (CHAVES, 1982: 45).

Zilberman também confirma esse tipo de interpretação ao mostrar como a relação entre Alencar e a literatura regionalista gaúcha ocorre na própria “narrativa de Apolinário Porto Alegre, *O Vaqueano*, que tem como herói a personagem título, representando o homem livre dos pampas”. Para ela, o escritor sul-rio-grandense “dá seguimento, assim, ao veio gauchesco deflagrado, no Rio de Janeiro, por José de Alencar, cuja fertilidade no meio sulino pode ser comprovada pela relação de obras publicadas no período” (1980: 35). Chaves menciona algo

²² Nesse trecho Chaves faz referência a uma ideia de Guilhermino Cesar. Ver: *A História da Literatura do Rio Grande do Sul*. Op.Cit. p.320.

²³ Esse ensaio foi publicado na *Revista do Partenon Literário* em vários números, entre os anos de 1873 a 1874. Sua transcrição e respectivo comentário constam em: Chaves, Flávio Loureiro. *O Ensaio Literário no Rio Grande do Sul (1868-1960)*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos – MEC, 1979, p. 3-14. No ano seguinte esse mesmo texto foi publicado em uma antologia da produção dos partenonistas. Ver: ZILBERMAN, Regina. SILVEIRA, Carmem Consuelo e BAUMGARTEN, Carlos A. *O Partenon Literário: Poesia e Prosa – Antologia*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Instituto Cultural Português, 1980, p. 98-121.

semelhante ao dizer que, “de fato, logo apareceria, como resultante da mentalidade regionalista e da influência alencariana (que neste momento se encontram e mesclam), *O Vaqueano* de Apolinário Porto Alegre” (1982: 42). Seguindo na mesma linha, Moreira expõe:

A vontade de autonomia, que se tornara patrimônio nacional, com o Romantismo, encontrou no Estado um alto grau de consciência de nacionalismo, adquirido no dia-a-dia das lutas, em defesa da integridade territorial. Mais ainda ela aumentou quando o próprio Alencar escolheu o gaúcho como tipo exemplar de nacionalidade e o fixou em sua obra *O Gaúcho* (1982: 25-26).

Segundo esses três pesquisadores, na Província mais meridional do império, Apolinário e seus companheiros do Partenon procuraram realizar a mesma tarefa que Alencar havia executado no âmbito nacional ao encontrar “para cada indivíduo uma representação heróica no interior do texto literário” (ZILBERMAN, 1980: 40). Em outras palavras, seguindo a linha programática da literatura traçada por Alencar, Apolinário “n’*O Vaqueano* volta-se para um motivo que vinha sendo desenvolvido precisamente na ficção de Alencar e determinava uma corrente dentro do Romantismo” (CHAVES, 1982: 42). Conforme Chaves, comentando sobre essa obra de Apolinário Porto Alegre:

Daí por que abriu caminho, sob o ponto de vista programático, o do regionalismo; porém não conseguiu percorrê-lo ele mesmo, fazendo uma ficção construída e que se sustenta sobre andaimes visíveis. Ora, estes lhe eram fornecidos invariavelmente pelo romance alencariano que leu e tresleu (1982: 44).

Esse esforço de Apolinário não obteve resultados tão satisfatórios quanto era sua intenção. Segundo Chaves, ele tentou obter a cor local e sua veracidade através do relato, porém isso era o limite do que a retórica neorromântica podia lhe oferecer. “Incapaz de se decidir entre a representação objetiva do meio físico, que pretendia reproduzir, e a obediência ao cânone romântico, desemboca”, conseqüentemente, “num acúmulo penoso de imagens grandiloquentes, ornamentais e incharacterísticas que não logram especificar as personagens, nem particularizar o cenário” (1982: 43-44). Mesmo assim, apesar dessa falha formal, no entendimento de Zilberman, “os participantes do Partenon Literário não podiam ser românticos, enquanto esta escola ampliou a separação entre o criador e o grupo”. Entretanto, continua a autora, “eles realizam de modo acabado a finalidade maior do Romantismo brasileiro, a saber, a arrumação poética do desejo nacional de ver-se reproduzido na literatura”. Em outras palavras, o “que José de Alencar empreende no âmbito do país, encontrando para cada indivíduo uma representação heroica no interior do texto literário, alcançam igualmente Apolinário Porto Alegre e seus companheiros”. Com isso, a autora finaliza dizendo que “a literatura se consagra como o espelho de uma sociedade, que retoca

sua imagem para se lançar à conquista do poder” (1992: 46).

Ao analisar a produção em prosa dos membros do Partenon, Lothar Hessel e o seu grupo de não-acadêmicos, afirma em sua análise que os partenistas, através da forma de suas narrativas, estavam inscritos no Romantismo. Além disso, não deixa de destacar, tal como outros intérpretes desse período, que esse estilo literário já estava sendo “abandonado noutros pontos do país e do exterior”. As características desse estilo, conforme entendido por Hessel, seriam a “descrição alencariana da natureza”, a idealização dos personagens, principalmente as mulheres, “uma espécie de mulher anjo”. A intriga também não variava muito, abrangendo jovens reclusos ou contrariados. Entretanto, houve alguns poucos autores ou algumas dessas obras que conseguiram escapar de tais generalidades (1976: 21). Dentre os autores analisados constam os nomes de: Apeles Porto Alegre, Apolinário Porto Alegre, Aquiles Porto Alegre, José Bernardino dos Santos, Nicolau Vicente Pereira, Silvino Vidal e Vítor Valpírio (Alberto Coelho da Cunha) (HESSEL, 1976: 22-29).

Hessel tentou absolver a literatura de Apolinário, entre outros membros do Partenon, mas Chaves insistiu em fazer ressalvas a essa influência do Romantismo dizendo que em alguns – o próprio Apolinário, Oliveira Belo, Vítor Valpírio – a influência soberana do modelo romântico acabou empurrando a verossimilhança para um plano “secundaríssimo” e gerou um excesso de idealização, mascarando aquela mesma realidade que era seu ponto de partida “programático”; em contraposição a outros – um José Bernardino dos Santos, um Heráclito, um Carlos Jansen – em que a região impõe-se com toda a força da sugestão literária e as respectivas obras aceitam a reportagem, a história, a sociologia sob o disfarce convencional das situações e personagens imaginárias (1982: 12).

Esses autores demonstraram como o ordenamento da literatura sul-rio-grandense, operado pelos partenistas, sob a liderança do “inolvidável polígrafo” teve relação direta com o movimento literário romântico brasileiro. Além disso, Moreira, semelhante à interpretação elaborada por Cesar, defende que a consciência literária sulina surge devido à “defesa da integridade territorial” brasileira (1982: 26). Outro elemento originador desse movimento literário, em um âmbito mais formal, como defende Zilberman, foi a utilização do gaúcho por Alencar como exemplo da nacionalidade brasileira: “sua proposta foi imediatamente assimilada pelos regionalistas gaúchos” (1998). Apesar de não negar a influência do escritor cearense, Moreira salienta que a obra, *O Gaúcho*, de Alencar teria, desagradado a Apolinário Porto Alegre devido à “infidelidade retratada, tanto com relação à linguagem, como à representação do tipo”. Segundo a estudiosa, *O Vaqueano*, publicado em 1872, “ainda nos moldes românticos, contestou, de certa forma, a obra alencariana” (1982:

26).

A relação entre *O Gaúcho*, de Alencar, e *O Vaqueano*, de Apolinário Porto Alegre, elencados somente com maior força a partir dos estudos universitários da década de 1980, passou a partir de então a ser um ponto polêmico entre os estudiosos da literatura regionalista gaúcha. Uma síntese dessa discussão pode ser vista nesse trecho do livro de Zilberman, em que ela diz:

É difícil saber se foi Alencar quem os levou a descobrir o gaúcho enquanto personagem digna de figurar na literatura que pretendiam implantar ou se foi o conhecimento do gaúcho que os fez ler Alencar como um mestre perante o qual adotavam – principalmente Apolinário, que admirava o romancista, mas que escreveu uma novela, *O Vaqueano* (1872), para corrigir as imperfeições (substituindo-as, às vezes, por outras), de *O gaúcho* – uma atitude contraditória, onde há simultaneamente desconfiança e fé (1985: 23).

Não é exatamente essa discussão que nos interessa, mas os pontos de confluência, que são vários, entre o escritor sul-rio-grandense e o cearense na constituição desse tipo de literatura regionalista. Contudo, é interessante notar a posição de Chaves, quando diz que “é irrelevante discutir se *O Vaqueano* antecedeu *O Gaúcho* justamente por isso: basta a simples leitura do romance de Apolinário, por qualquer lado que se aborde a narrativa, e esbarra-se na presença de Alencar”. Para esse autor, “o mais superficial exame estilístico indica que lera *O Guarani*, *Iracema*, *As Minas de Prata*. Recolhera aí a temática e a maneira de armar o romance, transferindo-as agora para o espaço rio-grandense” (1982: 45).

Diferente do que vimos acompanhando ao longo da tradição historiográfica sobre o Regionalismo literário gaúcho, Chaves estabeleceu em Alencar, e não em Apolinário Porto Alegre, o papel de precursor da literatura regionalista gaúcha. Segundo ele, o ano de 1870, data de publicação da obra *O Gaúcho*, pode ser visto como um marco da literatura alencariana. O pesquisador diz o seguinte a respeito dessa obra:

Este romance se situa, portanto a meio caminho do amplo painel em que o escritor pretendeu articular sua visão da sociedade brasileira, englobando o indianismo e o regionalismo, a novela histórica e a sondagem da realidade urbana, e deve ser reconhecido à luz de um projeto que visava à instauração da literatura nacional (1982: 23).

Em seu entendimento, o modelo adotado pelos escritores sul-rio-grandenses, em especial por Apolinário Porto Alegre, foi a fixação do gaúcho através da ficção alencariana (1982: 31). “Adotando e prolongando até data tardia os cânones da narrativa alencariana, estabeleceu um dos vínculos mais fortes da unidade literária nacional, como quer Guilhermino

Cesar²⁴” (1982: 13). Em suma, o papel que coube a Apolinário Porto Alegre, já que as bases da tradição literária local foram erguidas por Alencar, foi o de consolidar essa matriz nacional que “reside no Romantismo e na ficção de José de Alencar” (1982: 31).

Por outro lado, Zilberman entendeu que o surgimento do Regionalismo literário gaúcho teria sido também uma consequência da saturação do indianismo (1980a: 33) – concordando com Moreira na influência de Alencar na constituição desse movimento literário na província, mas sem chegar ao nível da predominância desse escritor assumido por Chaves –, ela expôs que a “personagem do campeiro sulino é associada ao índio, de quem descende, configurando o parentesco que se justifica ao se proceder a equivalência entre a natureza livre de ambos” (1990: 42)²⁵. A importância do indianismo, embora nada tenha de inovador, reside no desenho da figura do gaúcho, encetando o Regionalismo literário gaúcho, pioneiro entre os regionalismos nacionais. Em outras palavras, a pesquisadora afirma que visando a conformar a personagem gauchesca, os poetas tratam de associá-lo ao índio, parentesco que nasce da natureza livre de ambos (1980b: 37). No entanto, Zilberman, no tocante ao motivo social do surgimento desse tipo de literatura, elabora uma interpretação um pouco diferente da feita por Moreira e por Cesar. Segundo ela, o surgimento do Regionalismo literário gaúcho foi propiciado pela conjuntura política do período, em que esse movimento estético se relaciona a posições, que podemos dizer locais, de cunho separatista. Esse tipo de interpretação fica perceptível neste seu trecho:

Nos anos 70, cessado o conflito internacional, renova-se a problemática separatista; e o regionalismo torna-se o projeto literário dominante no país. Há o manifesto dos escritores do Norte e, no Sul, os intelectuais rio-grandense agregam-se a uma agremiação litero-social: a Sociedade Partenon Literário. De modo que o separatismo político sempre existiu, tendo seu triunfo apenas nos primeiros anos da República, quando esta se fez federativa. Sua contrapartida no âmbito literário foi o regionalismo, o que justifica seu aparecimento simultâneo em vários pontos da nação e, ao mesmo tempo, legitima sua permanência no transcorrer da literatura brasileira (1980a: 33).

Zilberman aproximou o Regionalismo gaúcho, de cunho estético literário, ao movimento Regionalista gaúcho do século XX, de cunho político e separatista ao buscar por maior autonomia local frente ao poder central da nação. Dessa forma, a autora ligou o grupo do Partenon Literário a essa tendência separatista, além de ressaltar o “aparecimento simultâneo” do regionalismo em todo o país como estando relacionado ao separatismo

²⁴ CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971, p. 21.

²⁵ Talvez, não seja uma ideia não tão nova, pois ela foi exposta, e questionada por nós, no início desse capítulo.

regional e de apontar que “esta associação entre o regionalismo e o federalismo, que atendia aos interesses dos grupos políticos ligados aos grandes proprietários rurais, explica ainda seu particularismo, que Lúcia Miguel-Pereira denuncia como deficiência temática” (1980a: 33). Zilberman aprofunda ainda mais essa sua interpretação, ao relacionar a literatura produzida pelos partenonistas à defesa do republicanismo.

O reaparecimento da questão da liberdade dá a medida do regionalismo: ele significa a integração da questão política com a temática romântica. Pois, se a liberdade era a finalidade maior dos liberais e dos republicanos, torna-se necessário fixar o território onde ela eclodia, qual seja, o Rio Grande do Sul, dando vazão ao caráter nativista do romantismo, e o tipo humano que era seu portador, primeiramente o índio, depois, o campeiro. Em vista disso, também o regionalismo é politizado; e ele pôde ser formulado como corrente literária já ao final dos anos 60, antecipando-se aos escritores do norte, porque coincidia não apenas com os ideais de liberdade, mas estava ligado ao separatismo sul-rio-grandense, que tinha como origem o episódio farroupilha. Por esta razão, o regionalismo gaúcho, por meio do engrandecimento do campeiro, do Monarca ou do Centauro, não pode ser desligado, no momento de sua emergência, dos ideais que o cercam: valorização da liberdade; exaltação das raízes do sulino, quais sejam, o índio, livre desde o berço, e o Farrapo, encarnação de todos estes valores positivos, nem do contexto romântico que, visando à promoção dos heróis nacionais, propiciou que este novo culto não fosse percebido apenas nas cores políticas que suscitaram seu aparecimento (1980b: 38).

Assim, Zilberman aponta para a ligação entre o movimento literário com o contexto político existente no Rio Grande do Sul.

Em síntese, percebemos ao longo das análises a existência, ao mesmo tempo, de confluências e de divergências interpretativas entre os estudiosos da literatura regionalista gaúcha, como, por exemplo, na apresentação das causas para o surgimento do Regionalismo literário gaúcho. Outra diferença, anteriormente mencionada por Cesar e por Moreira, consiste no caráter aberto da literatura sul-rio-grandense. Conforme essa estudiosa, usando o pensamento de Cesar como referência e indo por um caminho contrário ao separatismo de Zilberman, “os artistas rio-grandenses não elegeram os temas da Campanha para se autodefinir”, pois procuravam ao se explicarem, integrarem-se também ao restante do Brasil (1982: 25). “Ou ainda, procuravam confirmar o que Lúcia Miguel-Pereira²⁶ reconheceu como o legado da geração romântica” ao tentarem constituir uma consciência emancipada da herança lusa (MOREIRA, 1982: 23).

1.4.3. Separatismo ou integracionismo: Apolinário Porto Alegre inserido no nacionalismo literário brasileiro

²⁶ PEREIRA, Lucia Miguel. *Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. In: História da literatura brasileira. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília, INL/MEC, 1973.

Em 1989, Moreira defende sua tese de doutorado *Nacionalidade e originalidade: a formação da literatura brasileira no pensamento crítico do Romantismo*²⁷ no Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, também sob a orientação de Regina Zilberman, posteriormente lançado no formato de livro, como *Nacionalismo Literário e crítica romântica* (1991). Ela retoma a ideia do caráter integracionista do Regionalismo literário gaúcho, no capítulo 4, intitulado “Os Rio-grandenses” (1991: 145-89), no qual ela expõe que:

Do ponto de vista da criação da literatura brasileira, o programa gaúcho reveste-se de um caráter integracionista: a exploração do material regional responde aos anseios de originalidade e autenticidade exigidos como forma de garantia para a autonomia literária. Do ponto de vista da formação da literatura sulina, a eleição desse critério indicia uma perspectiva separatista, não concretizada no momento. Os literatos locais não possuem consciência de sua expressão regional como entidade distinta do conjunto histórico brasileiro, faltando-lhes, portanto, intenção de regionalidade (1991: 162-63).

Dessa forma, mesmo que a constituição da literatura sul-rio-grandense possa ser visto como uma tendência separatista da região sulina, a estudiosa defende que não há nos primeiros escritores sul-rio-grandenses qualquer intenção de oposição regional frente ao nacional. Para ela, eles buscaram debater na província sulina “uma expressão poética contributiva da afirmação do ideal de autonomia literária pretendido pela nação brasileira” (1991: 163).

Nesse mesmo sentido, expõe Carlos Alexandre Baumgarten que “a crítica produzida no Rio Grande do Sul, ao retomar idéias presente na crítica literária brasileira desde Ferdinand Denis, – a relação entre autonomia política e literária”, nos revela que a província meridional estava na verdade “culturalmente integrada ao restante da Nação e, ao mesmo tempo, engajada na luta geral pela construção de uma literatura independente” (1997: 76-77). Ainda para esse autor, a valorização do local era um dos alicerces da crítica romântica. Sendo assim, ao debruçarem-se sobre sua realidade local, os sulinos registraram sua província no âmbito desse debate teórico-crítico do Romantismo (1997: 87). Segundo o estudioso:

[...] a crítica romântica praticada no Rio Grande do Sul entre os anos sessenta e oitenta do século XIX, apesar do reduzido número de ensaios que produziu, consegue abarcar praticamente todos os grandes temas desenvolvidos pela crítica literária brasileira. Como esta, a produção sul-rio-grandense teve a unificá-la a questão da nacionalidade, responsável pelo caráter político que caracterizou o ensaio literário do período (1997: 97).

Essa posição dos escritores sulinos ficou evidente na declaração de Apolinário perante a

²⁷ Essas informações podem ser conferidas em seu currículo lattes, disponível na internet. Ver: <http://lattes.cnpq.br/7978603471748924>.

grandiosidade de Alencar. Para Apolinário Porto Alegre, o escritor cearense é superior a todos os outros escritores brasileiros do período. Fazendo isso, ele assumiu “a defesa de uma tese mais ampla: a da participação dos românticos gaúchos na afirmação da nacionalidade literária brasileira” (MOREIRA, 1991: 164). Em suma, segundo Moreira:

As posições defendidas reforçam a tese de que Apolinário Porto Alegre, ao elaborar a biografia de José de Alencar, objetivava exceder o caráter biográfico de seu ensaio para transformar o texto numa declaração dos rio-grandenses nos temas sobre a literatura nacional. Para Apolinário, a meta traçada, desde as suas primeiras manifestações na *Arcádia*, precisa ser atingida: fomentar a literatura no Rio Grande. Estimular esse processo, no momento, significa engajar-se na discussão e nas propostas literárias dos românticos brasileiros, trazendo para a província sulina o trabalho de exploração da literatura brasileira (1991: 170).

O historiador Alexandre Lazzari, ao relativizar as interpretações feitas sobre a formação da literatura na Província durante a década de 1870, questionou a perspectiva de que os autores simplesmente copiavam a fórmula alencariana. O autor defende que o polígrafo, em certa medida, olhando para as discussões a respeito do papel sul-rio-grandense no todo nacional, conjuntamente com os modelos românticos advindos da corte, buscou elaborar uma “síntese” entre ambas e, assim, procurou dar base para a literatura local de forma original e, ao mesmo tempo, integrado ao todo nacional (2004: 136). Conforme Lazzari, os escritores sul-rio-grandenses, em particular Apolinário, Alberto Coelho da Cunha e José Bernardino dos Santos, “buscaram dar à luz uma literatura que integrasse província e nação, compartilhando a influência dos românticos europeus e brasileiros e a perspectiva da “descoberta do povo” e do resgate da tradição popular onde se depositaria o substrato espiritual da nacionalidade Revista”. Portanto, o desafio foi inventar uma literatura com características locais que “acrescentasse as peculiaridades da província de São Pedro à própria originalidade do “caráter nacional” brasileiro como um todo” (2004: 95).

A questão da peculiaridade da província e seus habitantes há tempos vinha sendo discutida em função de seu papel na história brasileira e na formação da nacionalidade. O que Iriema fez em sua ficção foi retomar aquela tradição local em novo contexto e realizar o inevitável diálogo com o estado da produção literária no país. Se tomarmos a obra de Apollinário Porto Alegre em sua quase totalidade, incluindo o que foi publicado em livros e nas revistas do Parthenon Litterário, Arcádia e Murmúrios do Guahyba, veremos referências a quase todos os autores românticos brasileiros, de Gonçalves de Magalhães ao próprio José de Alencar (LAZZARI, 2004: 136).

Em outra perspectiva, Carla Renata A. S. Gomes, mesmo defendendo que a fundação de associações literárias sul-rio-grandenses com os seus respectivos periódicos estimulou a constituição da identidade regional local, haveria também sua vinculação com “movimento de consolidação da literatura brasileira e, por via de consequência, da identidade nacional”

(2009: 209-210). Dentre essas associações estavam a “Arcádia” (1867), o “Partenon Literário” (1869), “Murmúrios do Guaíba” (1870) e a “Sociedade Ensaio Literários” (1874). Para chegar à compreensão do entendimento da expressão local sulino, a historiadora fez uso do livro de Moreira que mencionamos no início do subtópico (1991: 155). Conforme entende a autora, “o conceito de local apresentado pelos ensaístas sulinos deve ser entendido como o conjunto de características e especificidades rio-grandenses. Não se trata de local como conceito oposto ao de nacional, mas como elemento componente desse critério”. Entretanto, a pesquisadora salienta que essa tentativa de aproximação com a cultura nacional, através da “busca pelas peculiaridades da cultura regional”, acaba por acentuar as diferenças entre os sul-rio-grandenses para com o restante do Brasil (2009: 216). Em suma, apesar da aparente solução do problema, ao destacar que o Regionalismo literário gaúcho foi um movimento que visou integrar-se à nacionalidade brasileira, novamente ele retoma o seu caráter ambíguo demonstrando ser, ao mesmo tempo, uma afirmação regional, ao destacar as diferenças para com o restante do Brasil, e uma tentativa de inserção nacional, ao mostrar a sua simpatia para com os projetos identitários nacionais.

Apesar disso, temos que destacar como ponto importante que a tese defendida por Regina Zilberman – do separatismo na constituição do Regionalismo literário gaúcho – não se sustentou ao longo dos novos estudos surgidos a partir da década de 1990. Como argumenta Moreira, o “projeto para a literatura da Província no bojo do “esboço biográfico” de Alencar”, elaborado pelo “inolvidável polígrafo” foi “regido pelo signo da integração, e não da separação, e na sua execução está reservado um papel preponderante ao seu autor” (1991: 170-71). Por conseguinte, a ideia defendida por Moreira do caráter integracionista do sistema literário sulino acabou sendo comprovada por ela mesma e por outros estudiosos. Entretanto, se retomarmos essa nossa análise do discurso historiográfico literário sul-rio-grandense sobre Apolinário Porto Alegre, constataremos que desde os primeiros estudos sempre houve certo **tom ambíguo**. Conforme define Baumgarten:

A questão envolvendo a produção literária regionalista reveste-se de uma dupla natureza: de um lado, corresponde ao desejo de afirmação do Rio Grande, em virtude de sua condição de região periférica, no conjunto maior da Nação; de outro, caracteriza-se como um esforço do Estado no sentido de se associar à luta em busca de uma literatura autônoma e, portanto, nacional. Daí o tom ambíguo que marca o discurso acerca do regionalismo literário, [...] e que permanece no alvorecer do século XX, sendo provavelmente o responsável pelas interpretações que vêm na literatura sul-rio-grandense um anseio separatista (1998: 35).

Nesse sentido, o problema que se coloca na revisão do conceito de Regionalismo literário gaúcho é a constante presença da “dupla natureza”, afirmação regional e integração

nacional, que envolve a literatura regionalista gaúcha.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao longo desse capítulo, acompanhamos as modificações a respeito do discurso historiográfico sobre a inserção de Apolinário Porto Alegre ao Regionalismo literário gaúcho. Percebemos que a sua categorização como precursor desse movimento literário, tão enfatizada nas primeiras décadas do século XX, ao longo do tempo foi sendo reavaliada até chegar o período em que passou a ser questionada – assim como sua própria definição como um escritor regionalista gaúcho. Isso tudo aconteceu juntamente com a ênfase de que a formação da literatura sul-rio-grandense, que ocorreu na segunda metade do século XIX, visava integrar o indivíduo sulino à identidade brasileira através da defesa de uma nacionalidade brasileira independente da portuguesa.

Nos dois próximos capítulos, pretendemos analisar a obra literária e não literária do “inolvidável polígrafo”, publicada na *Revista do Partenon Literário*, para assim retomarmos a discussão da “dupla natureza” da literatura regionalista gaúcha, na qual, apesar das interpretações que o retiraram dessa categoria, Apolinário Porto Alegre ainda desempenha um papel fundamental.

CAPÍTULO II: UM ESCRITOR ROMÂNTICO: A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE APOLINÁRIO PORTO ALEGRE NA *REVISTA DO PARTENON LITERÁRIO* (1869 – 1877)

Dividimos este capítulo em duas partes: na primeira intitulada **De Magalhães a Alencar: formação da literatura e identidade brasileira com o Romantismo (1836-1865)**, abordaremos o surgimento do grupo de brasileiros da revista *Niterói*, que, sob a influência do romantismo europeu, elaborou o projeto para a constituição da Literatura brasileira. Posteriormente, esse projeto chegou ao seu auge com o programa literário de Alencar, que consolidou um perfil para a literatura nacional; na segunda parte do capítulo intitulada **Apolinário e o molde europeu do romance romântico**, aproximaremos a produção literária de Apolinário ao projeto da Literatura brasileira elaborado por José de Alencar. Mostraremos suas semelhanças e principalmente suas falhas na tentativa da combinação entre o modelo do romance europeu e o uso da matéria local, gerando assim uma dissonância no uso da prosa. Isso será realizado através da aproximação de sua produção literária para com os moldes estabelecidos pelo Romantismo brasileiro. Sendo assim, será dada ênfase para a estrutura textual da obra, como a narrativa, personagens (tipos) e linguagem.

2.1. DE MAGALHÃES A ALENCAR: A FORMAÇÃO DA LITERATURA E IDENTIDADE BRASILEIRA COM O ROMANTISMO (1836 – 1865)

A análise feita por Anthony D. Smith dos pressupostos ideológicos do pensamento de Lord Acton sobre as ideias de nação e nacionalismos (2000: 190), assemelha-se muito ao que Elías Palti fez com Ernest Renan. A diferença entre os dois seria que o primeiro percebe os pressupostos do contexto histórico/social de seu objeto e o segundo verifica os pressupostos do contexto histórico/linguístico do objeto (2006), baseado na teoria do contextualismo linguístico de Quentin Skinner e J. A. Pocock. Entretanto, o que ambos têm em comum é a tentativa de mostrar a presença do contexto contemporâneo, com sua circulação de ideias, fatos, pensamentos, no momento de fala de determinado autor. Essa ideia também aparece tanto na fala do historiador italiano Benedetto Croce ao afirmar que “toda a história é história do tempo presente”, quanto quando R. G. Colingwood discute esse pressuposto (1989: 308). Todavia, na interpretação de Colingwood da famosa frase de Croce, ao historiador só é possível tomar conhecimento dos eventos passados desde “que suas provas estejam neste lugar e neste momento diante dele e sejam inteligíveis por ele”. Isso se explica para

Colingwood simplesmente porque a história não vive nos livros ou documentos, pois ela “só vive, como interesse e objetivo presentes, no espírito do historiador, quando ele critica e interpreta esses documentos. E ao fazer assim, revive para si os estados de espírito que investiga” (1989: 309). Desta forma, o pensador inglês coloca a subjetividade do historiador na interpretação do passado. Por outro lado, Smith e Palti propõem-se a criticar qualquer elemento subjetivo que permeie o pensamento de seus objetos a respeito dos fenômenos nacionais. Embora esse tipo de interpretação seja válido, não podemos negar isso, a demonstração da existência de elementos subjetivos e do contexto presente de quem fala é um dado relevante. Todo o indivíduo olha o passado a partir do mundo que vive. Essa pesquisa que estamos desenvolvendo também faz a mesma coisa, ela é guiada por interrogações, questões e, principalmente, influências do nosso tempo presente. A questão que se coloca é propor algo diferente: em vez de tentar racionalizar e objetivar ao máximo esse nosso estudo, por que não fazemos o oposto disso, por que não mostramos os elementos subjetivos e irracionais que permeiam a nossa pesquisa e, assim, construímos uma interpretação que dialogue, ao mesmo tempo, com o objetivismo racional da hermenêutica com a própria noção irracional e subjetiva do qual fazemos parte como indivíduos pertencentes a uma identidade? Em suma, discutimos de algum lugar, o que cabe também é saber de qual lugar estamos a discutir.

O primeiro problema, no caso brasileiro, seria a “preguiça” teórica que vemos nas pesquisas acadêmicas. As teorias são comumente utilizadas como modelos explicativos de uma realidade empírica para a qual as mesmas não foram elaboradas. Utilizamos as teorias como modelos e conceitos prontos para explicar um fenômeno histórico e não para compreender as circunstâncias que lhe deu origem. Posto isto, acreditamos que o verdadeiro papel que caberia à teoria seria o de servir como uma ferramenta reflexiva para chegarmos à compreensão de um determinado fenômeno histórico. Em nosso caso particular, usam-se conceitos como a “invenção da tradição”, de Eric Hobsbawm, ou “comunidade imaginada”, de Benedict Anderson, para explicar os fenômenos nacionais e identitários do Brasil. Entretanto, esquecem que esses conceitos foram elaborados tendo por base uma realidade empírica completamente diferente da nossa. E, por último, a reflexão teórica em torno das noções de nação e identidade vai muito além do uso único e restrito desses dois autores. Ambos estão presentes em quase todas as pesquisas brasileiras que envolvem as noções anteriormente mencionadas. Não refutamos o seu uso, pelo contrário, acreditamos que aqueles são trabalhos essenciais para o entendimento do complexo fenômeno das nacionalidades. Contudo, essa área de pesquisa necessita de uma maior diversificação bibliográfica, assim

como a teoria nacionalista deveria ser usada como um instrumento reflexivo e não apenas como uma bengala teórica, como comumente vem sendo utilizado.

Nesse início de capítulo, podemos dizer que compactuamos com a afirmação dos historiadores Don H. Doyle e Marco Antonio Pamplona (2008: 17), expostas na introdução “Americanizando a conversa sobre o nacionalismo”, escrita para o livro *Nacionalismo no Novo Mundo*, em que os dois defendem que as Américas foram negligenciadas no debate sobre o nacionalismo e que a experiência americana poderia contribuir para uma melhor compreensão geral desse fenômeno. Em outro momento do texto, ambos afirmam que há bons estudos sobre os nacionalismos na América realizados por acadêmicos locais, contudo os dois concordam que esse assunto não tem tanta importância no continente quando comparados com a conturbada região do leste europeu e do Oriente Médio. Com base nisso, ambos afirmam que “os americanistas não estão deixando de lado o debate sobre o nacionalismo; mas é esse debate que está deixando de lado as Américas” (2008: 18). Para eles, esse descaso dos fenômenos nacionais na América tem como base o pressuposto dos acadêmicos europeus de que o continente americano não se “encaixa” nos padrões do paradigma europeu de nação. Para comprovar esse argumento, citam Walker Conner quando ele afirma que o povo americano não constitui uma nação no sentido original da palavra (1995: 55-46).

No caso do Brasil, de um modo geral, os historiadores consideram que foi a partir da publicação dos poemas *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães, e a revista *Niterói*, publicados na França em 1836, que se inaugurou o período romântico brasileiro. Esse escritor, em boa medida devido ao seu texto *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*, publicado naquele periódico, passou a ser considerado como o grande personagem da implantação do Romantismo no Brasil ao fundir política e literatura. Esse movimento iniciado na Europa durante o final do século XVIII, estando relacionado com a modernidade, está estritamente vinculado à constituição dos Estados-nacionais modernos ao longo do século XIX. Toda nação necessita de uma identidade nacional que a torne peculiar e diferente das outras nações. Por conseguinte, para ser peculiar, uma identidade nacional precisa ter uma história e literatura próprias. A elaboração desses elementos foi uma tarefa empreendida por letrados, homens com vasta erudição que se dedicavam a diversas áreas de estudos. No caso brasileiro, mesmo com a constituição de um Estado independente separado do português, ainda era necessário criar uma identidade peculiar a essa nova formação política que surgia. Letrados brasileiros como, o anteriormente mencionado Gonçalves de Magalhães, Joaquim Noberto de Souza e Silva, Santiago Nunes Ribeiro, Adolpho Varnhagen, Gonçalves Dias e José de Alencar, e estrangeiros como Ferdinand Denis, Almeida Garrett e Ferdinand Wolff,

chamaram para si essa tarefa, ao mesmo tempo política e literária, de formação da literatura e identidade brasileira. O grande responsável por dar um passo adiante na formação da literatura brasileira, que finalmente consegue sua independência literária e constituição da identidade brasileira, foi José de Alencar, considerado “o patriarca da literatura brasileira” (COUTINHO, 1968: 153), símbolo dessa verdadeira revolução literária e cuja responsabilidade está em ter elevado a literatura nacional em seus moldes definitivos. Nesse sentido, o que objetivamos aqui é demonstrar que a constituição da identidade brasileira ocorreu concomitantemente à formação da literatura brasileira.

2.1.1. O Romantismo e as primeiras influências estrangeiras (1826).

A primeira menção à existência de uma literatura brasileira foi feita pelo erudito alemão Friedrich Bouterwek (1765-1828), em uma obra coletiva que versava sobre a arte e a ciência desde o Renascimento até o fim do século XVII.²⁸ Conforme Guilhermino Cesar diz, aquele autor ocupou-se da literatura portuguesa com o livro *Geschichte der Portugiesischen Poesie und Beredsamkeit* (História da Poesia e da Eloquência Portuguesa), publicado no ano de 1805 ([1805] 1978: XV). Nesse livro, Bouterwek menciona dois escritores nascidos no Brasil, Antônio José, o Judeu (1968: 32-6) e Cláudio Manoel da Costa ([1805] 1968: 37-40). Para o erudito alemão, apesar de falar no início do século XIX, não haveria ainda nenhuma separação na literatura de língua portuguesa. Foi somente em 1826 que o francês Ferdinand Denis (1798-1890) elaborou a primeira interpretação da literatura brasileira como estando à parte da portuguesa. Ele foi o primeiro a propor alguns elementos que poderiam ser usados na constituição de uma literatura própria brasileira separada da portuguesa. Em seu texto *Résumé de l'Histoire Littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil*²⁹, Denis ([1826] 1978) elaborou, a partir da leitura feita das obras dos portugueses nascidos no continente americano, um projeto futuro para a constituição da literatura brasileira.

Na parte em que menciona o Brasil, o estudioso francês demonstrou que os impérios

²⁸ A obra em questão trata-se de *Geschichte der Poesie und Beredsamkeit seit dem Ende des 13. Jahrhunderts* (História da Poesia e da Eloquência desde o Fim do Século XIII), Göttingen 1801-1819, 12 vols., da coleção *Geschichte der Kunst und Wissenschaften seit der Wiederherstellung derselben bis na das Ende des 18. Jahrhunderts* (História das Artes e das Ciências desde a Época do seu Renascimento até o Fim do Século XVII). Nota escrita por Guilhermino Cesar. Ver: Introdução. In: *Historiadores e críticos do romantismo – 1: a contribuição europeia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da USP, 1978, p. XV.

²⁹ Segundo nota de Guilhermino Cesar, essa obra tem 512 páginas dedicadas a Portugal, e a literatura brasileira vai da página 513 a 601. Ver: Ver: Introdução. In: *Historiadores e críticos do romantismo – 1: a contribuição europeia, crítica e história literária*. Op. Cit., p. XXXII.

ibéricos, em particular Portugal, proibiam as suas colônias de desenvolver letras próprias. Apesar da chegada da corte portuguesa, em 1808, no solo americano, ou mesmo com a constituição de um império independente, os intelectuais brasileiros ainda tomavam de empréstimo a literatura portuguesa. Por isso, para o francês, o Brasil já havia sentido a necessidade de se diferenciar no campo das letras de Portugal. Além do mais, Denis enfatizou que essa diferenciação deveria ser feita através do uso de modelos e temáticas diferentes dos utilizados pelos europeus, pois, para ele, o clássico não era compatível com o clima e a natureza americana. A América, favorecida pela natureza, deveria procurar ter um pensamento próprio que a particularizasse das demais nações. Sendo assim, o francês propôs que os brasileiros deveriam buscar nos primitivos as bases para a constituição de um pensamento próprio e não nos europeus, os destruidores da antiga singularidade americana ([1826] 1978: 35-7). Em suas palavras, “estudados que sejam os leves vestígios remanescentes de três séculos de destruição, aí se acharão todos os pensamentos primitivos que excitam fortemente a imaginação” (1978: 37). O português Almeida Garrett (GARRETT, [1826] 1998) não propõe uma temática, como fez o francês, mas fala sobre a necessidade dos escritores brasileiros aproveitarem mais a sua natureza local e, assim, abandonarem os clássicos. Segundo o crítico português:

E agora começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros. Certo é que as majestosas e novas cenas da natureza naquela vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo, do que neles aparece: a educação européia apagou-lhes o espírito nacional: parece que receiam de se mostrar americanos; e daí lhes vem uma afetação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades ([1826] 1998: 56-7).

Conforme Bernardo Ricupero (2004), o novo mundo, desde sua “descoberta” pelos europeus, sempre esteve ligado ao velho continente. Além disso, durante o século XIX o continente americano, e em particular o Brasil, esteve inserido no sistema capitalista internacional.³⁰ Essa inserção, como salienta Ricupero, possibilitava a circulação de ideias entre o velho e o novo mundo. Sendo mais específico, os americanos importaram as ideias pensadas no continente europeu e, assim, as utilizavam nas novas terras. Entretanto, com base

³⁰ Essa relação entre do Brasil com o sistema capitalista internacional pode ser verificada em diversos historiadores brasileiros. Ver: AQUINO, Rubens Leão Aquino. *Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2006; CARDOSO, Ciro Flamarion. *A crise do colonialismo luso na América portuguesa 1750/1850*. In: Maria Yeda Linhares (org.). *História geral do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, c1996; COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Brasiliense, 1985; MARANHÃO, Ricardo. *Brasil história: texto e consulta*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. 2 vol.

na teoria das ideias fora do lugar de Roberto Schwarz ([1977] 2012)³¹, os usos desses pensamentos não seguiam a cartilha europeia, ou seja, as ideias europeias em solo americano, nesse caso o brasileiro, estavam fora de seu lugar de origem. Portanto, durante o século XIX, na constituição da ideia da nação brasileira, os intelectuais locais adaptaram essas formas de pensamento advindas do além-mar para a realidade do Brasil, fazendo parte do que ele denomina por cultura reflexa, usando-as e modificando-as de acordo com as necessidades que suas realidades lhes eram apresentadas.

Esse autor menciona que o romantismo brasileiro, como se espera de uma cultura reflexa, é derivado do francês. Todavia, o mesmo não se trata de uma simples moda, pois há certa similaridade entre a situação vivida pelos franceses e brasileiros (2004: 46). Para ele, os intelectuais brasileiros estavam ligados, ou até mesmo faziam parte, da cultura europeia, em particular da francesa. Um exemplo disso foi a inserção que teve Gonçalves de Magalhães na cultura francesa. Esse brasileiro viveu na França entre 1833 a 1837 e vivenciou os acontecimentos finais da Restauração e o início da Monarquia de Julho. Além disso, no Rio de Janeiro, os livros vindos da França eram aguardados ansiosamente pelos letrados brasileiros (2004: 47).

A consolidação do romantismo francês ocorreu somente em 1820, algum tempo depois do pioneirismo de Chateaubriand e Stael, advinda durante o período da Restauração francesa. Entretanto, o movimento romântico, desde o seu início até a sua consolidação em 1827 no *Le Cénacle* sob o comando de Victor Hugo, foi impelido por duas correntes políticas opostas, uma conservadora e outra liberal (RICUPERO, 2004: 60). Apesar de suas divergências, ambos os grupos se aproximaram na busca por renovação literária e no embate contra os neoclássicos (RICUPERO, 2004: 62). Contudo, como salienta Ricupero:

[...] mesmo que existam românticos liberais e conservadores clássicos, o romantismo francês é principalmente conservador. Seus temas – a busca da diversidade, a valorização da Idade Média, e do cristianismo –, sua postura filosófica básica, de elogiar a emoção em detrimento da razão, e atitude crítica em relação ao nascente capitalismo, são, além do mais, eminentemente conservadores (2004: 62).

Ainda durante esse período surgiu uma nova interpretação da Revolução Francesa e, conseqüentemente, uma nova visão de mundo advinda dessa nova interpretação. Esse olhar renovado, empreendido pelos românticos, transformou os crimes acontecidos durante a

³¹ Segundo Elias José Palti, em nota de rodapé, Schwarz publicou esse estudo pela primeira vez em 1973, com o título “As ideias fora do lugar” na revista *Estudos Cebrap* 3 em 1973. Ver: PALTÍ, Elias. "The Problem of "Misplaced Ideas" Revisited: Beyond the "History of Ideas" in Latin America. In: *Jornal of the History of Ideas*, Vol. 67, No. 1 (jan., 2006), p. 149-179.

Revolução em um desenvolvimento natural da história francesa (RICUPERO, 2004: 67). O pensamento francês, surgido durante o período da Restauração, passou a ver as mudanças geradas pela Revolução como radicalmente diferente das experiências anteriores.³² Nesse contexto singular, ambos os grupos políticos, o conservador e o liberal, procuravam caminhos diferentes de atuar nesses novos tempos, o que acarretou no acirramento de suas divergências:

Entre os dois grupos, os românticos latino-americanos colocam-se preferencialmente do lado dos liberais, especialmente daqueles, como os doutrinários e os ecléticos, que buscam um compromisso entre o novo e o antigo. Isso não é mera coincidência, já que na América Latina também se busca o meio caminho mantendo-se a estrutura econômica-social da colônia, mas alterando-se as formas políticas e culturais. A historiografia liberal, em particular, ao buscar no passado da França legitimidade para a nação, identificada com os setores que pertenceram ao Terceiro Estado, terá grande impacto entre os latino-americanos. Mas mesmo aqueles que não equiparam nação a povo recuarão na história para buscar a nação (RICUPERO, 2004: 67).

Esse recuo histórico é exatamente a sugestão dada por Ferdinand Denis ao propor para os brasileiros que buscassem no passado americano, anterior à chegada dos portugueses, elementos que corroborassem à constituição de um pensamento e característica própria à nova nação brasileira que surgia.

2.1.1.1. Do Romantismo europeu ao Romantismo brasileiro.

Afrânio Coutinho diz que o Romantismo apareceu como um movimento internacional, sendo um estilo artístico, individual e de época comum aos escritores do período (1968: 139). A introdução do termo romântico resultou em uma transformação estética e poética, que foi elaborada em oposição à tradição neoclássica existente no século XVIII, cuja inspiração, ao contrário do Classicismo, vinha do período medieval (1968: 140).

As novas tendências que se opuseram no meado do século XVIII aos ideais neoclássicos, preludiando o Romantismo, refletem um estado de espírito inconformista em relação ao intelectualismo, ao absolutismo, ao convencionalismo clássicos, ao esgotamento das formas e temas então dominantes. A imaginação e o sentimento, a emoção e a sensibilidade, conquistam aos poucos o lugar que era ocupado pela razão. A noção de natureza e seus corolários – a bondade natural, a

³² A respeito dessas mudanças, podemos ver o que diz Reinhart Koselleck. “Com as exigências do Iluminismo tardio e com os acontecimentos da Revolução Francesa reuniram-se novas experiências, que também conferiam à expressão “tempo contemporâneo” uma força social e política. A expressão foi aceita muito mais rapidamente do que o fora antes a do “tempo moderno” [neuere Zeit]. [...] O “tempo contemporâneo” distinguiu-se pois, por designar muito rapidamente o limiar de uma nova época, que de acordo com a consciência dos participantes teria sido inaugurada antes de tudo com a Revolução Francesa. O significado cronologicamente aditivo, em que de início se poderia ter pensado, no sentido de uma história contemporânea a ser escrita, foi relegado para segundo plano. O que não conseguira com o conceito do “novo tempo” [neue Zeit], conseguiu-se com o “tempo contemporâneo” [neueste Zeit]: criar um conceito de época que inaugurava um novo período, não sendo apenas o registro de uma visão retrospectiva”. Ver: *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 281-82.

pureza da vida em natureza, a superioridade da inspiração natural, primitiva, popular, – atraem cada vez mais o interesse e o pensamento dos homens (COUTINHO, 1968: 141).

Traçando uma comparação entre o Neoclassicismo e o Romantismo, Coutinho diz que enquanto o clássico se caracteriza pelo “primado da razão, do decôro, da contenção”, o romântico vai ao extremo oposto sendo “exaltado, entusiasta, colorido, emocional e apaixonado”. O romântico escapa do mundo real para o mundo do passado, por isso o autor diz que esse movimento “procura idealizar a realidade, e não reproduzi-la” (1968: 143). Em suma, o Romantismo foi uma reação ao Classicismo racionalista, sendo assim um movimento marcado por novas ideias e novos temas literários que surgiram paralelamente na Alemanha e Inglaterra durante o século XVIII. A esse período inicial, com base na bibliografia europeia que estuda esse movimento, Coutinho o denomina como Pré-romantismo (1968: 144).

Concordando que o Romantismo foi uma reação contra o Classicismo, Amadeu Carvalho Homem diz não ser ousado afirmar que esse movimento assumiu, no plano da arte, a mesma vocação individualista que o liberalismo demonstrou ter nos campos da sociedade e economia, pois esse movimento buscou quebrar as regras canônicas que regiam a arte, além de incentivar a vocação criativa e a subjetividade pessoal, que foram exacerbadas, “rebelando-se, pois, contra a fixidez temática e programática do arcadismo clássico. Dessa linha de fronteira decorre a maior relevância da razão no discurso clássico e a maior ênfase do sentimento na expressividade romântica” (2005: 11). Segundo Isaiah Berlin, os românticos se opunham ao “formalismo decadente e o pedantismo do neoclassicismo frio”, indo ao ponto de negar a “realidade das verdades universais, as formas eternas que o conhecimento e a criação, a erudição, a arte e a vida devem aprender a encarnar se querem justificar suas pretensões a representar os vãos mais nobres da razão e imaginação humanas” (2002: 564). Portanto, os revoltados românticos condenavam desde a arte, a teologia e até mesmo a ciência. Essa última, segundo eles, apenas substituiu a fé teológica por uma nova fé baseada nos preceitos baconianos. A partir disso, dessa quebra e revolta contra o mundo neoclássico, os românticos passam a pregar:

A independência, o desafio de indivíduos, grupos e nações, a busca de objetivos, não porque sejam universais, mas porque são meus, ou aqueles de meu povo, minha cultura – essa era a perspectiva de uma minoria até entre os românticos alemães, repetida por ainda menos indivíduos no resto da Europa: ainda assim, eles imprimiram sua marca em seu tempo e no nosso. Nenhum grande artista, nenhum líder nacional no século XIX estava inteiramente livre de sua influência (BERLIN, 2002: 565-66).

Como diz Berlin (2002), a repercussão do Romantismo pode ser caracterizada com o adjetivo de estrondosa. Segundo esse mesmo autor, o surgimento do pensamento romântico

foi tão importante e causou tantos abalos na Europa quanto a Reforma protestante do século XVI. Portanto, não seria errôneo dizer que o Romantismo também abalou os pilares do pensamento europeu ocidental. A partir disso tudo, podemos perceber que o Romantismo nasceu como um movimento que negava as verdades universais. Ele se opunha ao universalismo pregado pelos iluministas e neoclássicos do século XVIII. Sendo contrário à universalidade e à busca de um objetivo geral para a humanidade, é possível dizer que os românticos procuravam destacar o individual, tendo, assim, a vontade e peculiaridade do indivíduo frente ao apagamento do universal. Portanto, o indivíduo buscaria a sua independência e identidade através da quebra das amarras da razão, do dogma e do objetivo. Por essa razão, o autor considera que:

[...] Fichte é o verdadeiro pai do Romantismo, sobretudo em sua celebração da vontade sobre o pensamento calmo, discursivo. Um homem não se torna consciente de ser o que é [...] pelo pensamento ou pela contemplação [...]. É o impacto sobre mim do que é externo a mim e o esforço para resistir a esse impacto o que me permite saber que sou o que sou, consciente de meus objetivos, minha natureza, minha essência, em oposição ao que não é meu [...] é esse impacto que me faz compreender o que minha cultura, minha nação, minha língua, minha tradição história, meu verdadeiro lar foram e são (2002: 574).

Fichte seria, nesse sentido, a exacerbação da individualização do homem permitida por essa individualidade romântica, influenciando ainda no surgimento dos primeiros impulsos nacionalistas da Europa, que logo se espalharam para o restante do mundo ocidental. Como diz Amado:

O criador romântico sente que pode opor a espontânea emergência do seu Eu à meditada regulação do Mundo exterior, visto como uma irredutível alteridade, ou seja, como o Outro. Esta particular ênfase do que é próprio, do que modela de modo imanente cada modo de ser e de estar, permite compreender a linha de força que se nos dá no nacionalismo romântico (2005: 11-2).

Contudo, a respeito do Romantismo, é mais fácil apontar diversas peculiaridades, às vezes até mesmo contraditórias, uma vez que “como oscilam entre a nostalgia do passado e o anseio de um futuro diverso, dificilmente os românticos podem ser classificados como revolucionários ou reacionários”. Em razão disso, como comenta Carlos Dante Moraes, é quase impossível tentar delimitar esse movimento, que foi “tão contraditório e apresentou tantas variações nacionais e individuais, que é provavelmente inútil pretender defini-lo através de uma ou duas características gerais” (1976: 163).

No caso do novo mundo, esse movimento desenvolveu-se de maneira diversa do europeu. Como aponta Ricupero, podemos atribuir a relação entre o termo civilização e o capitalismo, que datam da mesma época, como “carros chefes” na expansão das potências

européias em direção ao mundo bárbaro. Nesse caso, os românticos latino-americanos, que surgiram juntamente com a burguesia latina, ansiavam por se civilizarem, enquanto o Romantismo na Europa surgiu como uma reação aos constrangimentos da civilização, conjuntamente com o capitalismo, que consideravam como sendo algo artificial. Sendo assim, buscavam no passado formas mais comunitárias de vida, em oposição ao mundo no qual viviam, em que a qualidade passou a ser inferior à quantidade. Contudo, não deixa de ser um paradoxo que o romantismo fosse usado como maior promotor da civilização e modernidade no continente latino-americano. “Assim, mais do que protesto diante do capitalismo, o romantismo latino-americano vê com simpatia esse modo de produção, que mal existe na região” (2004: XXVII). Em outras palavras, o Romantismo dos intelectuais americanos não compartilhava necessariamente os mesmos princípios básicos, contrário ao capitalismo, de sua versão europeia. Como afirma o autor, na América Latina tivemos “um romantismo de meios, que proclama, como o europeu, a especificidade de suas sociedades nacionais, mas que pretende, ao fim do caminho, encontrar a civilização européia” (2004: XXVII-III) no tocante de seu desenvolvimento industrial gerado pelo capitalismo.

Em resumo, se o romantismo europeu desconfia da civilização e protesta contra o capitalismo, o latino-americano opõe-se, de maneira geral, à barbárie e é simpático ao capitalismo, ou, ao menos, às oportunidades que esse modo de produção parece oferecer ao continente. Ou seja, o conteúdo que assume o romantismo latino-americano é tal que, no confronto com o europeu, ele se torna praticamente irreconhecível. No limite, poder-se-ia mesmo perguntar se os românticos latino-americanos seriam verdadeiramente românticos (RICUPERO, 2004: XXVIII).

Dessa forma, o Romantismo na América Latina assumiu a função de referência pelos intelectuais nas nações a serem criadas. Por isso, a cultura europeia é mais do que um elemento externo ao desenvolvimento histórico do continente latino-americano. Os intelectuais latinos se veem, em certa medida, inseridos ou mesmo participantes da cultura europeia, “mesmo que as condições que encontra para se apropriar dela sejam bastante peculiares, até porque o meio social em que se escreve não reproduz o europeu”. Por conseguinte, essa cultura europeia é internalizada no ambiente local através de necessárias modificações na mesma. E pela importância do pensamento francês, “afigura-se, assim, uma espécie de romantismo de segunda” (2004: XXIX), ou mesmo de terceira mão, já que, como destaca o cientista político, os franceses foram, em grande parte, influenciados pelos alemães (2004: XXX).

Nesse quadro, a oposição entre romantismo e Ilustração perde muito de seu significado. O que coloca românticos e iluministas em posição diferente na América Latina não é tanto a postura em relação ao mundo novo que surge com a

independência, mas a forma de representá-lo. Ou melhor, serão relativamente poucos no continente os intelectuais abertamente contrários ao fim do Antigo Regime (RICUPERO, 2004: XXX).

Vendo por esse prisma, a crítica dos românticos para com a ilustração se volta ao uso, feito por seus defensores latinos, de fórmulas clássicas gregas e romanas, consideradas pelos primeiros como elementos inadequados às nações modernas americanas independentes.

Segundo entende Antonio Candido, no caso brasileiro, no tocante à literatura, as formas e temas tradicionais já estavam demonstrando suas insuficiências para exprimir os modernos pontos de vista. Por isso, é possível dizer que o Romantismo no Brasil “foi uma fratura salutar que permitiu sensível desafogo devido à substituição ou, quando menos, reajuste dos instrumentos velhos, com evidentes benefícios da expressão”. Através disso, houve compensação dos prejuízos, “uma vez que seria impossível guardar as vantagens do universalismo e do equilíbrio clássico, sem asfixiar ao mesmo tempo a manifestação do espírito novo na pátria nova”. Como afirma o crítico literário, “graças ao Romantismo, a nossa literatura pôde se adequar ao presente” (1975: 9).

Para Candido, a partir da independência se desenvolveu a intuição patriótica de dotar o Brasil com uma literatura equivalente à europeia através do romance e teatro. Esse movimento acabou se ligando, por cima de uma fatura expressional, ao período árcade da literatura brasileira, pois havia o desejo de se criar uma literatura nacional, como se dizia na época (1975: 9-10). O ponto crucial passou a ser a elaboração de algo que demonstrasse a identidade brasileira, mesmo sem ainda saber como. No caso, comenta Candido, que a matéria, para ser nacional, e esse é o ponto, deveria ser obtida através da harmonização das tradições indígenas com as portuguesas. Esse engajamento foi o senso de dever patriótico que se manteve ao longo de todo o Romantismo brasileiro, no qual “levava os escritores não apenas a cantar a sua terra, mas a considerar as suas obras como contribuição ao progresso”. Essa construção da literatura nacional, segundo o autor, foi feita com tanto afã que acaba sendo um tanto enfadonha ao olharmos os documentos desse período (1975: 10).

2.1.2. No limiar do XIX: a nova percepção do tempo histórico e o surgimento da história da literatura.

A modificação da maneira como o homem encara o tempo histórico – ou terceiro tempo, como conceituado por Paul Ricoeur (1997: 179) – e a própria História deve ser entendida como elemento essencial no surgimento da ideia de nação e sua respectiva

identidade nacional, essa caracterizada como sendo uma entidade essencialmente moderna.³³ Conforme Hans U. Gumbrecht (1996), usando Reinhart Koselleck como referência, a História deixou de ser percebida através do modelo cíclico, passando a ser entendida como algo linear. Em outras palavras, ela não retorna ao mesmo ponto de partida, mas segue em direção a um destino que seria completamente diferente de seu ponto inicial.

Para Koselleck, foi a partir dessa alteração da noção de tempo histórico, aquilo que segundo Ricoeur se encontra entre o tempo físico – o cósmico – e o psíquico – internalizado no homem – (1997: 179), que foi permitido o aparecimento da noção de progresso. A modernidade vai dar origem a uma nova expectativa, abrindo, assim, uma brecha para que fosse adquirida uma nova experiência do passado. Por outro lado, essa nova expectativa está sempre em constante alteração, porque o passado – como experiência – passa por constante modificação. Isso se explica, pois a expectativa seria gerada através da relação com a experiência. Em suma, a hipótese elaborada por Koselleck foi que a partir da modernidade houve um distanciamento entre as categorias de experiência e expectativa, desencadeando um tempo histórico acelerado, linear e progressista. O autor defende que o constante progresso técnico-industrial iniciado no século XVIII é uma prova dessa aceleração do tempo, alterando assim, todas as relações sociais, trabalho, produção, moral, política, costumes, etc. (2006: 306-27).

A partir desse período, como enfatiza o historiador José Carlos Reis (2009), o tempo e a História são confundidos como sendo a mesma coisa. Essas modificações da percepção do tempo histórico, somado ao surgimento do Romantismo, forneceram as bases necessárias para a formação do Estado-nação moderno, com sua respectiva identidade nacional que o particulariza perante outras nações, independentemente das discussões que permeiam os estudos a respeito da datação dessas entidades comunitárias³⁴. A ligação entre as temporalidades – passado, presente e futuro – que marcam a História – o antes, o agora e o depois – foram ligadas pelo historiador através da narração de seus rastros³⁵ ou marcas no

³³ Diversos estudiosos defendem o caráter essencialmente moderno da nação, denominando-a como Estado-nação moderno. Anthony D. Smith qualifica esses estudiosos como *modernista*, defensores da ideia que a nação surge com a modernidade e após a Revolução Francesa. Esses estudiosos se relacionam também com os *construtivistas*, cuja nação, devido à influência da modernidade, se constitui em uma entidade basicamente construída ou, até mesmo, inventada. Ver: Historia nacional y voluntad popular: el legado de Ernest Renan. In: Ernest Renan. *Que es una nacion?* Buenos Aires: Hydra, 2010, p. 9-27.

³⁴ Anthony D. Smith, Patrick Geary, etc.

³⁵ Paul Ricoeur utiliza essa noção como sendo o vestígio, ou documento do passado. Segundo ele, há dois sentidos para a palavra rastro, a primeira como uma marca (um vestígio) de uma presença; e a segunda uma ideia de alguém ter passado em um local e ter deixado as suas pegadas. “Por um lado, o rastro é visível aqui e agora, como vestígio, como marca. Por outro lado, há rastro porque *antes* um animal passou por aí; uma coisa agiu”.

tempo (RICOEUR, 1997). Nesse contexto, a história, devido a essa consciência do progresso, ganhou uma enorme importância (WHITROW, 1993: 198), sendo o século XIX considerado como seu século (DOSSE, 2010: 15)³⁶ e os praticantes dessa disciplina como aqueles que ligavam os rastros do passado na tentativa de casar ciência e arte. Contudo, o desejo de alimentar a história com a filosofia “dão às publicações desse período o estatuto de obras literárias e as elevam ao nível de uma reflexão fundamental sobre a história e a forma de se escrevê-la”. Sendo assim, aos historiadores passar a ser reconhecido o magistério “que faz destes os artesãos da consciência nacional”. Ainda nesse mesmo período de tempo, surgiu a história da literatura que “pode ser entendida como um subproduto da história, mas que tem de ser pensada no quadro maior do nascimento da história como ciência”, cujo aparecimento, segundo Moreira, seria o resultado da “combinação que envolve dois elementos que lhe são peculiares: de um lado, o aparecimento da história como disciplina; de outro, a definição do conceito de literatura, que surge quase que simultaneamente ao conceito de história” (MOREIRA, 2002: 122). Os historiadores da literatura foram os responsáveis por recolher os rastros, nesse caso, as obras literárias, analisando-as através da escrita de uma sequência narrativa. Contudo, a narrativa construída por esses historiadores da literatura deviam possuir consciência nacional, ou seja, ser organizada tendo como pressuposto a nação, como “um signo orientador capaz de engendrar e dar sentido à narrativa” (2002: 121).

Para Alfredo Bosi, foi com *Suspiros Poético e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães, que o Romantismo foi introduzido entre os brasileiros (1970: 106-7), porém o caminho utilizado para a constituição da identidade brasileira foi a história da literatura ou um ensaio de como deveria ser essa literatura nacional. O texto *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*, publicado no mesmo ano daqueles textos poéticos, foi uma tentativa, empreendida por Magalhães, de projetar um tipo de literatura e identidade nacional. Contudo, isso só foi possível devido ao próprio entendimento que esses homens do século XIX desenvolveram

Ver: Entre o tempo vivido e o tempo universal: o tempo histórico. In: *Tempo e Narrativa*. Tradução Roberto Leal Ferreira; revisão técnica Maria da Penha Vilela-Petit. Campinas: Papyrus, 1997, p. 200.

³⁶ O próprio François Dosse faz algumas ressalvas a essa afirmação considerada banal, pois segundo ele, ela “[...] encobre duas realidades diferentes e complementares. De um lado, esse é o século da história no sentido da profissionalização da prática histórica que se dota, por toda parte na europa, de um programa para seu ensino, de regras metodológicas, e que rompe com a literatura para voar com asas próprias. Esse nascimento da história como disciplina se confunde com a grande confiança na marcha progressiva das ciências. Os novos historiadores profissionais desejam participar dessa marcha ativamente, ainda que ao preço de certo cientificismo. De outro lado, foi também o século da história, pois o historiador foi encarregado pela sociedade de enunciar o tempo laicizado, de narrar o *telos*, de afirmar a direção para a qual se dirige a humanidade. Esse magistério do futuro, essa missão profética atribuída à história é então fortemente vivida como a passagem da religião à disciplina histórica”. Ver: História e historiadores no século XIX. In: *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Jurandir Malerba (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

sobre o conceito de literatura, enquadrando-a nos princípios da História progressiva, enquanto o conceito de história, ainda era entendido pelos moldes clássicos. Um exemplo dessa grande capacidade da literatura em criar uma base identitária para um povo pode ser vista no entendimento que o literato Santiago Nunes Ribeiro tem desse conceito, fazendo uso da prerrogativa de Schlegel, expondo que a “litteratura (diz Fred. Schlegel) he a voz da intelligencia humana, o complexo dos symbolos que representam o espirito de huma idade, ou o caracter de huma nação” (RIBEIRO, 1843: 8).

2.1.3. Gonçalves de Magalhães e os românticos da revista “Niterói” (1836).

Segundo Candido, somente é possível falar em uma literatura nova no Brasil quando se adquiriu consciência da possibilidade de transformá-la, visando promovê-la de forma intencional. Em razão disso, foi somente entre 1833 e 1836 que um grupo de jovens em Paris obteve essa proeza, sendo eles Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre, Francisco de Sales Torres Homem, Joao Manuel Pereira da Silva, Cândido de Azeredo Coutinho, sob a liderança do primeiro (1975: 11). Conforme Coutinho, esse grupo foi capaz de fundir literatura e política, fazendo com que ambas as áreas trabalhassem a favor da autonomia política e cultural do Brasil. Pode-se dizer que “sua atitude intencionalmente revolucionária, de renovação total da literatura brasileira, expressa no manifesto que lançou a revista *Niterói* (1836)”, ficando patente seu antilusitanismo, demonstrado nas suas disposições em transferir para a França, nesse caso Paris, o lugar de inspiração para os brasileiros. Aliás, como salienta Coutinho, foi nesse território que a revista e os livros *Suspiros Poéticos e Saudades* foram lançados (1968: 159-60).

Salientando a influência estrangeira entre os brasileiros desse grupo, Candido expõe que eles aceitaram a sugestão de Ferdinand Denis para o uso da tradição indianista de Basílio e Durão. Posteriormente, acolheram o trabalho de Almeida Garrett, que influenciou os jovens com a sua proposta romântica (1975: 12). Para o crítico, entre os brasileiros que criaram a revista *Niterói*:

Exprime-se, de modo vago e implícito, a idéia (acentuada por Denis apenas na parte relativa ao indianismo) de que alguns brasileiros, como Durão, Basílio, Sousa Caldas, José Bonifácio, haviam mostrado o caminho a seguir, quanto a sentimentos e temas. Bastava prosseguir no seu esforço, optando sistematicamente pelos assuntos locais, o patriotismo, o sentimento religioso (1975: 12-13).

O passo decisivo disso tudo, com a ajuda do patricio Manuel Moreira Neves, portanto, foi a publicação em Paris, no ano de 1836, da revista *Niterói*, em que os estudos críticos de Pereira da Silva e Magalhães, utilizando as ideias de Denis, serviram de ponto de partida para

a teoria do nacionalismo literário brasileiro. “Estava lançada a cartada, fundindo medíocre, mas fecundamente, para uso nosso, o complexo Schlegel-Stäel-Humboldt-Chateaubriand-Denis” (CANDIDO, 1975: 13).

No texto de Magalhães intitulado *Ensaio sobre a história da literatura no Brasil* ([1836] 1999) e publicado no primeiro número da *Niterói*, entende-se que:

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heroico na moral, e de mais belo na natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixões, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência ([1836] 1999: 29).

A literatura é o caráter de um povo, seu espírito, que consegue vencer o tempo e, por isso, chega aos herdeiros dos que já não existem mais. Portanto, a literatura é a herança espiritual dos nossos antepassados, seu legado, seu íntimo e sua alma ([1836] 1999: 29).

E quando esse povo, ou essa geração desaparece da superfície da Terra com todas as suas instituições, suas crenças, e costumes, a literatura só escapa aos rigores do tempo, para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter do povo, do qual é ela o único representante na posteridade (MAGALHÃES, [1836] 1999: 29).

Magalhães entende a literatura como sendo o resquício, ou seja, um traço, marca ou pegada, deixado por um povo que já deixou de existir. Dessa forma, é através desse rastro deixado pela literatura que os homens já mortos podem falar com os seus sucessores. A proposta desse escritor romântico se assemelha à noção de rastro do passado que vimos anteriormente com Paul Ricoeur. Mais adiante, Magalhães menciona que a literatura seria “o único representante” do caráter desse povo que já não existe mais. Assim,

[...] sua voz como um eco imortal repercute por toda a repercute por toda a parte, e diz: em tal época, debaixo de tal constelação, e sobre tal ponto da Terra um povo existia, cujo nome eu só conservo, cujos heróis eu só conheço; vós porém se pretendeis também conhecê-lo, consultai-me, porque eu sou o espírito desse povo, e uma sombra viva do que ele foi (MAGALHÃES, [1836] 1999: 29).

Por suas ideias, e pela preferência dada ao tema indianismo, Coutinho afirma ser justificada a “posição de introdutor do Romantismo que detém Gonçalves de Magalhães na literatura brasileira” (1968: 160). Como entende Ricupero, a geração de 30 do século XIX de todo o continente latino-americano procurou elaborar uma identidade política e cultural mais precisa nessa parte tão recente do globo (2004: XIX).

Dessa forma, dois elementos podem ser discutidos: o primeiro é o conceito de literatura como “caráter de um povo”, pois temos uma aproximação com o conceito de literatura de Santiago N. Ribeiro – não o conceito “bruto” colocado a partir da posição de Schlegel, mas de um conceito mais “lapidado” de literatura que este literato brasileiro conseguiu desenvolver,

quando diz que a “litteratura he a expressão da índole, do character, da intelligencia social de hum povo ou de huma epocha” (RIBEIRO, 1843: 10). No entendimento de Santiago N. Ribeiro, a literatura é a única capacitada a mostrar o “character específico” de um povo e é a forma na qual se expressam as ideias e cultura de um determinado tempo e lugar. Dando voz, novamente, ao conceito de F. Schlegel usado por Santiago N. Ribeiro, “a litteratura (diz Fred. Schlegel) he a voz da intelligencia humana, o complexo dos symbolos que representam o espirito de huma idade, ou o character de huma nação” (SANTIAGO, 1843: 8). Portanto, é exatamente nesse ponto que o autor delimita a literatura dentro do grande campo das letras, estabelecendo uma diferença entre a produção literária e as ciências naturais e físicas. Conforme Ribeiro, somente a primeira é capaz de expressar o caráter específico de um povo, já a segunda não é capaz de fazer isso.

Ribeiro cria – sofisticadamente – um conceito de literatura calcado na temporalidade, já que seu posicionamento teórico é muito fundamentado pela escola histórica romântica de Hegel. Aliás, de acordo com o que mencionamos no início do texto, o entendimento do conceito de literatura nesses moldes, e não de outros, é devido à modificação no conceito de História (GUMBRECHT, 1996), operada no final do século XVIII, e principalmente através da modificação do tempo histórico (RICOEUR, 1997). Isso permite dizer que “a “literatura” é vista como um fenômeno universal, cujas manifestações específicas podem ser encontradas em qualquer sociedade de qualquer período” (GUMBRECHT, 1996: 224).

[...] as diferenças específicas entre essas manifestações do fenômeno “literatura” são compreendidas como sintoma de diversos tipos de totalidade (p. ex., por diferentes fases de desenvolvimento histórico, no contexto de modelos teleológicos, ou por diferenças de caráter nacional) (GUMBRECHT, 1996: 224).

O conceito de literatura de Magalhães não fica atrás do de Ribeiro no uso da temporalidade. Segundo Valdeci Lopes Araujo, aquele autor foi capaz de sobrecarregar o conceito de literatura com as funções, que segundo ele, seriam próprias do conceito de história, pois não haveria “um conceito de história que pudesse designar esse novo campo de experiência que se abre”, em que o passado passa a ser percebido como um “desenvolvimento progressivo de uma identidade”. Portanto, o seu conceito de literatura, “além de designar a necessária representação da realidade, passa a nominar a própria realidade expressa”. O próprio uso do termo de “literatura”, ao invés dos tradicionais “letras” ou “belas-letras”, é um demonstrativo da historicização desse conceito. Como destaca Araujo, esse novo conceito surge como causa de “um novo campo de experiência histórica, mesmo que ele assuma, provisoriamente, a tarefa de nominar esse próprio campo” (ARAUJO, 2009: 59).

Vendo por esse novo ângulo, Ribeiro não temporalizou o conceito de literatura, mas sim deu continuidade ao que foi feito por Magalhães, já que a literatura para ele, como interpretado por Araujo, seria uma espécie de "cápsula da memória", que registraria a atividade espiritual do tempo e o local onde foi produzida. Por conseguinte, essa "cápsula" é direcionada para a "posteridade e que deve dar testemunho do grau de civilização e do caráter de um povo ou geração". Nesse sentido, Magalhães entendia essa literatura como representação da realidade e, por isso, quanto mais fiel fosse a essa, mais a "literatura estaria próxima de cumprir o seu papel principal, ou seja, guardar a memória de uma geração ou povo destinado inexoravelmente à extinção" (ARAUJO, 2009, p.57-8).

Há um ponto sobre Magalhães que talvez Araujo não tenha percebido. Essa noção de posteridade de um povo, em que percebemos o progresso da história em sua linearidade, também está contido sob as bases da percepção cíclica do tempo. Ao dizer que o papel principal da literatura é guardar a memória de uma geração ou povo, podemos notar que Magalhães entendia que cada povo ou geração possuía o seu ciclo de vida. Assim, o tempo passa a ser percebido a partir de um movimento linear em direção a algo, permeado pela vida e morte de um povo através dos ciclos, que sobreviveria na memória literária. Os povos não ressurgiriam das cinzas, contudo novos povos poderiam utilizar as cinzas que estariam armazenadas em uma espécie de limbo histórico. A literatura no entendimento de Magalhães, como destaca Araujo, tem a capacidade de registrar a identidade de uma nação, que foi construída pela mesma. Com isso, essa identidade passa a ser um legado imortal. Repetindo, não é nessa imortalidade da nação que percebemos no tempo cíclico de Magalhães, mas sim no seu entendimento sobre o ciclo de vida de um povo, ou nação. Portanto, em certa medida, o que S. Nunes Ribeiro fez foi aperfeiçoar o conceito de literatura de G. Magalhães, pois, para o primeiro, além de ser a expressão de uma determinada época, a literatura, assim como as ciências, obedece a "a divina lei do progresso humanitário" (RIBEIRO, 1843: 7). Magalhães, ao falar da literatura, diz que:

[...] sua voz como um eco imortal repercute por toda a parte, e diz: em tal época, debaixo de tal constelação, e sobre tal ponto da Terra um povo existia, cujo nome eu só conservo, cujos heróis eu só conheço; vós porém se pretendeis também conhecê-lo, consultai-me, porque eu sou o espírito desse povo, e uma sombra viva do que ele foi (MAGALHÃES, 1999: 29).

Gonçalves de Magalhães lida com duas noções temporais, que fazem parte do terceiro tempo de Paul Ricoeur. O primeiro é a noção de rastro histórico, já o segundo é a noção de sequências de gerações. Nesta segunda noção, o esteio astronômico cede lugar ao esteio biológico. Há também a questão sociológica na relação anônima entre as gerações, em que "a

idéia de seqüência de gerações proporciona a base sobre a qual repousa essa relação anônima de indivíduos, tomada em sua dimensão temporal”. A continuidade histórica está subtendida nesse conceito de geração à história efetiva (RICOEUR, 1997: 187-8). Há dois sentidos para a palavra rastro, a primeira como uma marca (um vestígio) de uma presença; e a segunda como uma ideia de alguém ter passado em um local e ter deixado as suas pegadas. “Por um lado, o rastro é visível aqui e agora, como vestígio, como marca. Por outro lado, há rastro porque antes um animal passou por aí; uma coisa agiu” (RICOEUR, 1997: 200). Magalhães faz uso do primeiro sentido de rastro, como uma marca de uma presença. Como coloca o autor, a literatura seria “o único representante” do caráter desse povo que já não existe mais. Entendido dessa maneira, a literatura presentifica uma ausência, o espírito de um povo, ou identidade.

2.1.3. Discutindo a literatura brasileira: Joaquim Norberto, Santiago Nunes Ribeiro e Francisco Adolfo Varnhagen (1844 – 1855).

Magalhães defendia os índios como sendo os primeiros poetas brasileiros. Segundo esse escritor:

Por alguns escritos antigos sabemos que várias tribos índias pelo talento da música, e da poesia se avantajavam. Entre todas, os tamoios, que mais perto das costas habitavam, eram também os mais talentosos; em suas festas, e por ocasião de combates, inspirados pelas cenas, que os torneavam, guerreiros hinos improvisavam, com que acendiam a coragem nas almas dos combatentes, ou cantavam em coros alternados de música, e dança hinos herdados dos seus maiores ([1836] 1999: 37-8).

Interpretação semelhante pode ser encontrada em Joaquim Norberto, pois, para ele, “as encantadoras cenas, que em quadros portentosos oferece a natureza por todos os sítios de nossa pátria, os inspirava, e de povos rudes e bárbaros os faziam povos poetas” (SILVA, [1841] 1998: 102). Entretanto, a diferença entre estas duas posições em comparação à colocada por Denis consiste no fato do índio, que é visto como modelo, não residir no presente e, ou mesmo, no passado do Brasil. Ele se encontra em um tempo mítico, um tempo que vem antes do tempo do surgimento da história, consistindo em um período anterior à ruptura entre a história e a epopeia, no qual estava abarcada a totalidade do mundo e da experiência humana (RICOEUR, 1997: 180-1).

É um não-tempo, a História antes da própria História, isso fica evidente com o que Joaquim Norberto diz sobre o fim desse “tempo” dos poetas indígenas. Segundo ele, com a chegada dos portugueses, a poesia natural dos habitantes desta terra foi esquecida, pois os novos brasileiros, filhos dos conquistadores portugueses, passaram a imitar os gregos e

romanos (SILVA, [1841] 1998: 102-3). Essa pré-história brasileira termina com a chegada dos portugueses e, assim, tem início a História do Brasil. Todavia, como já mencionamos antes, a utilização do índio, não se constitui em um consenso entre os literatos brasileiros, como em Varnhagen ao afirmar que:

A América, nos seus diferentes estados, deve ter uma poesia, principalmente no descritivo, só filha da contemplação de uma natureza nova e virgem; mas enganar-se-ia o que julgasse que para ser poeta original havia que retroceder ao abc da arte, em vez de adotar, e possuir-se bem dos preceitos do belo, que dos antigos recebeu a Europa. [...] O contrário podia comparar-se ao que, para buscar originalidade, desprezasse todos os elementos da civilização, todos os preceitos da religião, que nos transmitiram nosso país. Não será um engano, por exemplo, querer produzir efeito, e ostentar patriotismo, exaltando as ações de uma caterva de canibais, que vinha assaltar uma colônia de nosso antepassados só para os devorar? (VARNHAGEN, [1850] 1998: 236).

Apesar disso, Varnhagen não nega que os índios foram poetas, como defende G. Magalhães e J. Norberto, mas o seu índio somente entra na conta da literatura brasileira ao ter contato com a civilização, com os jesuítas europeus. No Brasil não houve poetas, portanto, foi necessário esperar o desenvolvimento da civilização para o surgimento destes (VARNHAGEN, [1850] 1998: 231). Todavia, Varnhagen destaca os poetas cantores índios:

Os indígenas tinham um gênero de poesia, que lhes servia para o canto: os seus poetas, prezados até pelos inimigos, eram os mesmo músicos ou cantores, que em geral tinham boas vozes, mas eram demasiadamente monótonos: improvisavam motes com voltas, acabando estas no consoante dos mesmos motes. (VARNHAGEN, [1850] 1998: 231).

Eles também eram grandes oradores e, aproveitando-se dessa qualidade, os jesuítas “começaram logo a ensinar a cantar aos pequenos catecúmenos filhos da terra, e, mais tarde, compunham até comédias, ou autos sacros, para eles representarem” (VARNHAGEN, [1850] 1998: 231). Surgia, nesse meio, os primeiros impulsos para a poesia e o teatro no Brasil. Encontramos uma posição semelhante a essa em Santiago N. Ribeiro, a respeito da influência religiosa – civilizadora – no surgimento da literatura brasileira. “O certo he que a influencia civilisadora da religião continuou a presidir a todos os progressos que o espirito de sociabilidade fazia” (RIBEIRO, 1843: 19).

Chegando ao fim dessa – curta – reflexão sobre a identidade brasileira, acreditamos ter encontrado alguns interessantes apontamentos. Em primeiro lugar, a modificação do conceito de História e da noção de tempo histórico tem, portanto, relação direta com o surgimento das identidades nacionais. Em segundo lugar, o próprio conceito de literatura empregado pelos literatos brasileiros, na constituição de sua identidade nacional, está relacionado com essas modificações na percepção da temporalidade. Em terceiro lugar, a constituição da identidade

brasileira, pelo menos em seu ponto de partida, não foi algo plenamente consensual. Aliás, a mesma vai muito além do uso, ou não, do índio como parte da literatura e da história brasileira. Ou seja, a discussão dos elementos que caracterizam a identidade brasileira, utilizados pelos literatos do dezenove, vai muito mais além do que esse texto apresentou.

Por fim, utilizando novamente Araújo como referência, foi possível constatar que esse novo conceito de literatura necessitava, por conseguinte, de um novo conceito de história. Pela sua inexistência, foi necessário que Magalhães desenvolve-se uma "meta-literatura". Assim, seu conceito de história ainda permanece "amarrado aos lugares comuns da histórica como gênero retórico", como quando diz que estudamos a história para tirar lições úteis para o presente, não para conhecer o passado (ARAÚJO, 2009: 59). Ainda no entender daquele autor, a escrita da história brasileira estava atrelada às noções antigas da mesma. Por isso, "Magalhães sabia que a sua História da Literatura precisaria ampliar muito o campo de objetos tradicionalmente tratados pela história".

Aberto um campo de objetos típicos de uma compreensão moderna de história, faltava fazer coincidir com ele a dimensão da escrita "histórica". Mas, diferentemente do termo "literatura", que tinha a vantagem de ter atravessado os séculos como que subutilizado, o termo "história" tinha atrás de si todo um campo semântico sobrecarregado de prescrições e normas retóricas (ARAÚJO, 2009: 59).

Em suma, esse novo conceito de literatura, construído por Araújo, lança a sua imagem tanto no passado como no futuro e "está lado a lado com novos conceitos que igualmente passaram por um processo de historicização". Como afirma o autor, a experiência do tempo rompe com os elementos até então predominantemente cíclicos e passa, por conseguinte, a "apontar para um desenvolver linear e progressivo" do tempo. Consequentemente, essa nova experiência do tempo necessita de novos conceitos, ou seja, "requer um arsenal epistemológico fundado em categorias como sentido, expressão, compreensão e individualidade". A forma narrativa, com um começo, meio e fim, surge então como a melhor alternativa para esse novo conceito de literatura "como expressão de uma unidade individual chamada nação" (ARAÚJO, 2009: 61). Essa narrativa não é empregada pela história, como área de conhecimento humano, mas sim pela História da Literatura, a única capaz, naquele momento, de elaborar uma identidade brasileira e, assim, dar a nova nação brasileira uma história nacional.

Um fato que deve ser destacado: nenhum dos participantes da *Niterói*, apesar da doutrina por eles defendida, publicou de imediato uma obra nos moldes indianistas. As primeiras publicações dentro desse sistema começaram somente a partir da década de 1840 (CANDIDO, 1975: 21-22). Por fim, conclui Candido, "os anos que vão de 1846 a 1865

assinalam contudo o momento decisivo, quando apareceram os outros *Cantos* de Gonçalves Dias, *Os Timbiras*, *O Guarani*, *Iracema*, *A Confederação dos Tamoios* (CANDIDO, 1975: 22).

2.1.4. Polêmica sobre a “Confederação dos Tamoios” e o surgimento de José de Alencar (1856-1865).

Os textos que constituíram a polêmica em torno do livro de Magalhães, em que participaram Araújo Porto Alegre, Monte Alverne e, até mesmo, o próprio imperador D. Pedro II, foram publicados no *Diário do Rio de Janeiro* durante o ano de 1856. Posteriormente, no mesmo ano, Alencar reuniu essas cartas e as publicou em livro sob o nome de *Cartas da Confederação dos Tamoios*, impresso na tipografia daquele jornal. Vamos fazer uso da reedição desse livro feita por José Aderaldo Castello e publicada no ano de 1953. Em nota de rodapé, Castello informa ter mantido a ortografia original da época em que a primeira edição do livro foi lançada (1953: 3).

Alencar ingressou na cena literária brasileira a partir da polêmica em torno do poema *A Confederação dos Tamoios* (1856), de Gonçalves de Magalhães. Essa obra tinha acabado de sair em uma luxuosa “edição imperial”, segundo Castello, além de oficialmente patrocinada. Magalhães pretendia retomar uma anacrônica forma literária que, naquele momento, já estava se dirigindo para o caminho da renovação (1999: 260). Apesar de ter percebido os malefícios do mecenato do imperador brasileiro, o escritor de *Iracema* não se deteve nesse pormenor. Sua intenção foi “alimentar a consciência crítica interna” da obra, sem elogios ou críticas pessoais (1999: 260-61). Conforme aponta Castello, essa é “a primeira e mais importante polêmica do nosso romantismo, de significado relevante e indispensável ao estudo do indianismo como ideologia e poética romântica” (1999: 261). Logo no início do livro, na primeira carta, Alencar explica em tom sarcástico o significado do pseudônimo de Ig., utilizado durante a polêmica:

O pseudônimo de *Ig.* foi tirado das primeiras letras do nome *Iguassú*, heroína do poema; ninguém dirá pois que a *Confederação dos Tamoyos* não é capaz de inspirar, quando suscitou-me a idéia de um pseudônimo que fez quebrar a cabeça de muita gente (ALENCAR, [1856] 1953, p.4).

Alencar justifica a sua crítica dizendo não ter tido colaboradores e nem ter sido induzido, mas foi preciso “mestres como Chateaubriand e Lamartine de quem lia algumas paginas para ter a coragem de criticar um poeta de reputação como é o Sr. Magalhães” ([1856] 1953: 4). Nesse mesmo sentido, diz Castello, pode-se dizer que o poema de Magalhães é intensamente patriótico, religioso e moralizante, embora seja esteticamente

mediocre. Apesar disso, mesmo não tendo conseguido expressar o épico nacional na *Confederação dos Tamoios*, Magalhães demonstra uma intensa vibração patriótica e, ao mesmo tempo, antilusitana. Além disso, o poeta também não conseguiu explorar plenamente as sugestões de Ferdinand Denis (1999: 198). Entretanto, é no teatro que Magalhães consegue explorar melhor essas sugestões, mesmo que, também nesse caso, a intenção tenha sido melhor do que a qualidade de sua produção (1999: 198-99). Em suma, apesar da baixa qualidade, “é preciso considerar que nos momentos iniciais do nosso romantismo, sob a ação renovadora de Magalhães, o que prevalecia era a intenção patriótica” (1999: 200).

Apesar dessa interpretação de Castello, Alencar foi bastante crítico com a obra de Magalhães, mesmo que tenha iniciado seu texto se isentando da postura de crítico literário e se colocando mais como sendo apenas um leitor, dizendo que o que vai escrito “são apenas as impressões de minha leitura, que desejo comunicar-lhe, para que as publique se entender que o merecem, e que são justas”. Logo em seguida, ele dispara, dizendo que o assunto do poema, retirado do período colonial brasileiro, é interessante “dava thema para uma divina epopéia, se fosse escripto por Dante” ([1856] 1953: 4).

A seguir, comenta que a primeira parte do poema parte é fria devido à forma como Magalhães invoca o sol e os gênios do Brasil. Para esse crítico, o sol brasileiro, “esse astro cheio de esplendor e de luz, devia inspirar versos mais repassados de entusiasmo e de poesia” ([1856] 1953: 5). Mas adiante, ele menciona que Virgílio, Chateaubriand, Camões e Byron, que escreveram muito bem sobre suas pátrias, “terião achado no sol do Brasil algum novo raio, alguma centelha divina para illuminar essa tela brilhante de uma natureza virgem e tão cheia de vida”.

A “segunda parte tem bellesa”, pois nela Magalhães mostra a “descrição do Brasil: ha n’essa descrição muitas bellezas de pensamento, mas a poesia, tenho medo de dizê-lo, não está na altura do assumpto”. Em razão disso, Alencar comenta que, se algum dia fosse poeta, “se quizesse compor um poema nacional, pediria a Deus que me fizesse esquecer por um momento as minhas idéas de homem civilizado”, para, somente dessa forma, conseguir se integrar à natureza e dela obter inspiração. Caso não conseguisse isso, ele “quebraria a minha Penna com desespero”. Entretanto, jamais “mancharia n’uma poesia menos digna de meu bello e nobre paiz” ([1856] 1953: 5).

Alencar questiona a razão de o Brasil ser tão esplendoroso e não conseguir inspirar os seus filhos, indagando-se sobre o motivo de nenhum poeta conseguir cantar sua pátria brasileira. Para o crítico, é necessário fazer isso o quanto antes, porque “civilização ahi vem: o wagon do progresso fumea e vai precipitar-se sobre essa têa immensa de trilhos de ferro que

em pouco cortarão as tuas florestas virgens” ([1856] 1953: 5-6), onde “os turbilhões de fumaça e de vapor começarão a enovelar-se, e breve obscurecerão a limpidez d’essa atmospheria diaphana e pura”. Com medo que esse esplendor natural seja perdido, comenta que é melhor gravar poeticamente o quanto antes as belezas desta terra antes que as mesmas desapareçam. “A natureza veste-se com as roupagens da arte e da civilização”, pois esta é pura e, obviamente, natural. Por isso, “as mãos dos homens não podem tocar-a sem offendel-a” ([1856] 1953: 6). Entretanto, suavizando um pouco essa ação do homem, Alencar diz:

Quem sabe! Talvez isto seja necessário. O Brasil, em toda a sua belleza natural, offusca o pensamento do homem como a luz forte, que deslumbra a vista e cega; é preciso que essa luz perca um pouco de sua intensidade para que olhos humanos possam se habituar a ella (ALENCAR, [1856] 1953: 6).

Essa descrição da natureza brasileira é justificada, no que o autor diz “Ia-me esquecendo o poema: é natural! A descrição do Brazil inspira-me mais entusiasmo do que o Brasil da descrição”. Segundo Alencar, o Amazonas não é bem descrito e faltou a descrição do rio Paraná. A pintura dos índios não tem beleza, pois há uma grande gama de conteúdo que não foram utilizados por Magalhães. Porém, o mais relevante é a falta de majestade e elevação dos heróis de seu poema. Em todas as epopeias que ele conhece, é dada “uma origem divina, ou ao menos heroica, ao povo que pretendem cantar” ([1856] 1953: 6), tal qual fizeram Homero, Virgílio e Camões. “Um poema epico, como eu comprehendo, e como tenho visto realizado, deve abrir-se por um quadro majestoso, por uma scena digna do elevado assumpto que se vai tratar” ([1856] 1953: 7).

Esse quadro majestoso não existe no poema de Magalhães, pois o começo do poema é fraco ao mostrar apenas “a morte de um simples guerreiro índio” Segundo afirma o crítico, “a causa do poema, o principio da acção não está de modo algum nas regras da epopéia”. Alencar mostra a fraqueza inicial desse poema comparando-o aos mesmos episódios iniciais que foram utilizados por Milton, Tasso e Camões. “Há pois n’estes poemas como causa, ou um grande infortunio, ou um sentimento poderoso como a nacionalidade e a religião, ou um acontecimento importante como a descoberta de um novo mundo”, sendo a causa de Magalhães “um facto bem comum”, uma simples vingança. Por isso, na opinião de Alencar, Magalhães deveria ter iniciado seu poema no conselho dos chefes tamoios, que está contido no segundo canto do poema ([1856] 1953: 7).

No tocante à metrificacão, o poeta de *Suspiros poéticos* foi inteiramente descuidado. Algo natural, “pois o estudo da poesia estrangeira provavelmente fez-lhe perder o gosto apurado e a suavidade e cadencia do verso portuguez”. Destaca Alencar que Magalhães

abusou da língua portuguesa ([1856] 1953: 8).

Na segunda carta, Alencar critica o fato de os índios tamoios não terem se confederaram por um nobre motivo, mas “unicamente para acabar com os ataques reiterados dos Lusos” ([1856] 1953: 11). Além disso, novamente Alencar, ensinando como se faz uma poesia épica, diz:

Para mim um poeta, e sobretudo um poeta épico, deve ser ao mesmo tempo autor e actor: como autor elle prepara a scena, ordena a sua decoração, e tira todo o partido da ilusão teatral; como actor é obrigado a dar a todas as suas palavras, ao seu estylo, um tom e uma elevação que esteja na altura do pensamento ([1856] 1953: 11).

Alencar faz uma alusão à semelhança existente entre esse poema de Magalhães e o *Uruguai* de Basílio da Gama. “Não creia, meu amigo, que pretendo dar ao Uruguay os foros de um modelo de poesia brasileira; não: nem J. Basilio era um verdadeiro poeta nacional, embora nascido no Brazil, nem escreveu uma epopéia, mas um simples poemeto, um pequeno episodio” ([1856] 1953: 14). Apesar dessa aparente crítica, Alencar diz que, entretanto, “teve alguns raios de inspiração, alguns bafejos das auras da nossa terra, como ainda não encontrei na Confederação dos Tamoyos” ([1856] 1953: 14-15). Em outras palavras, a pretensa epopeia de Magalhães seria inferior ao “poemeto” de Basílio da Gama. Com essa postura, Alencar está desconsiderando qualquer importância que a *Confederação dos Tamoios* venha a ter no quadro da literatura brasileira.

Nos últimos trechos da segunda carta, Alencar comenta que “Escreveríamos um poema, mas não um poema épico; um verdadeiro poema nacional, onde tudo fosse novo, desde o pensamento até a fôrma, desde a imagem até o verso”. Ele questiona a capacidade da poesia épica de descrever o Brasil. Segundo ele, “a fôrma com que Homero cantou os Gregos não serve para cantar os índios” ([1856] 1953: 17). Essa forma é a narrativa romanceada, que será publicada no ano seguinte dessas cartas através do romance o *Guarani* (1857).

Na terceira carta, Alencar diz que teve ideias poéticas, mas que não foram causadas por elementos contidos na obra de Magalhães, pelo contrário, mas pelas ausências desse poema. Explica o autor, “sou assim, é o meu genio, e por isso não deve estranhar que a Confederação dos Tamoyos, nos cantos terceiro e quarto me desse idéas poéticas, justamente pela ausência d’ellas no livro que lia”. Conforme ele, Magalhães podia ter explorado melhor a figura feminina em seu poema, semelhante ao que fizeram Milton, Byron, Ossian, Chateaubriand, Cooper. Portanto, “o Sr. Magalhães, escrevendo um poema nacional, estava obrigado a formar de sua heroína uma mulher que pudesse figurar a par d’essas imagens graciosas que a literatura conserva, desde a Venus de Milo e a Helena dos Gregos, até a Fornarina de Raphael

e a Arminda do Tasso” ([1856] 1953: 19). Infelizmente, “a heroína do poema do Sr. Magalhães, é uma mulher como qualquer outra” ([1856] 1953: 20). Além disso, na própria poesia brasileira, o “Sr. Gonçalves Dias, nos seus cantos nacionaes, mostrou quanta poesia havia n’esses costumes índios, que nós ainda não parecíamos bem, porque os vemos de muito perto”. Ele explica que isso se deve ao fato da poesia ser semelhante à pintura, pois para vermos melhor é necessário haver certa distância para com o objeto pintado. Há também, em suas obras antes da confederação, uma nênia americana que é um “verdadeiro typo da poesia nacional; há ahi o encanto da originalidade” ([1856] 1953: 20). Mas Alencar salienta que até aqui na *Confederação dos Tamoios* ainda não conseguiu ver essas coisas. A “heroína do poema é, como já lhe disse, uma mulher que se chama Iguassú, e nada mais” ([1856] 1953: 21).

Na quarta carta, Alencar afirma que o poeta não conseguiu retratar o belo, “porque deixou de engrandecer o seu assumpto e a historia nacional”. O poema retratou apenas a luta entre índios e portugueses. Para o crítico, o belo que vem sendo usado na literatura nacional é algo que não denota naturalidade, pois transmite apenas uma noção de plasticidade ([1856] 1953: 26). A isso, soma-se o fato de que:

De ha algum tempo se tem manifestado uma certa tendencia de reacção contra essa poesia inçada de termos indígenas, essa escola que pensa que a nacionalidade da litteratura está em algumas palavras: a reacção é justa, eu também a partilho, porque entendo que essa escola faz grande mal ao desenvolvimento do nosso bom gosto litterario e artistico ([1856] 1953: 27).

O autor condena que a reação a essa literatura se exceda, “que em vez de condemnar o abuso, combata a cousa em si”. Segundo Alencar, “em lugar de stygmatisar alguns poetastros que perdem o seu tempo a estudar o dictionario indigena, procure lançar o ridiculo e a zombaria sobre a verdadeira poesia nacional”. O autor não admite quem procede dessa forma, quando “dizem que as nossas raças primitivas erão raças decahidas, que não tinham poesia nem tradições” e, depois de criticar estes primitivos, “concluem d’aqui que devemos vêr a natureza do Brasil com os olhos do europeu, exprimil-a com a phrase do homem civilisado, e sentil-a como o individuo que vive no doce comfortable” ([1856] 1953: 27). Por esse uso considerado equivocado do indígena, ele lamenta dizendo que:

Eis, meu amigo, um paradoxo em litteratura um sophisma com que nos procuramos illudir por não termos tido ainda um poeta nacional. Eu dejesjava que Child-Harold, na sua peregrinação, tivesse sido arrojado pela tempestade n’uma praia do Brasil, e que, em vez de Haydéa, tivesse encontrado Lindoia ou Moema: desejava ardentemente isto, para dar um desmentido áquelles que entendem que a nossa natureza não é bastante rica para crear ella só uma epopéia ([1856] 1953: 27).

Para o escritor do *Guarani*, é possível fazer poesia até mesmo sobre uma coisa vulgar, como mostraram Chateaubriand, Virgilio e Eugène Pelletan ([1856] 1953: 27). “Buffon na sua historia natural é um poeta que faz um pequeno poema sobre cada animal, cada ser da criação”. Em tudo, para Alencar há poesia, “Em tudo pois ha poesia, comtanto que se saiba vibrar as cordas do coração, e fazer scintillar esse raio de luz que Deus deixou impresso em todas as cousas, como o cunho de seu poder creador” ([1856] 1953: 28).

Mas aquellos que até hoje têm explorado a litteratura nacional, em vez de procurar o bello nas cousas, julgão que o achão em duas ou, tres palavras indígenas, em uma meia dúzia de costumes selvagens; e atirão aos leitores essa palavras e esse costume, deixando a cada um a liberdade de ir procurar na sua imaginação a poesia que occulta esse mytho indecifrado da litteratura patria (ALENCAR, [1856] 1953: 28).

Em relação a Magalhães, ele apenas fez referências aos costumes e tradições indígenas que são conhecidas. Isso seria o oposto do que foi feito no *Caramuru* de Santa Rita Durão, em que podem ser encontrados elementos mais substanciais do que na *Confederação dos Tamoios*. Contudo, comenta Alencar, “o que porém nunca perdoarei ao Sr. Magalhães é o ter deixado passar pelo seu poema, como uma sombra vaga e esvanecida, aquelle vulto magestoso de José de Anchieta, aquelle apostolo digno de ser cantado por Homero [...] ([1856] 1953: 29).

Na quinta e última carta, Alencar é categórico ao afirmar que Magalhães não é um poeta, pois usa da linguagem sem arte, despreza as belezas do estilo e apresenta milhares de versos sem harmonia. “O Sr. Magalhães no seu poema da Confederação dos Tamoyos não escreveu versos; alinhou palavras, mediu syllabas, accentuou a lingua portugueza á sua maneira, creou uma infinidade de sons cacophonicos, e desfigurou de um modo incrível a sonora e doce filha dos Romanos poetisada pelos Arabes e pelos Godos” ([1856] 1953: 34). O problema para Alencar não é somente o fato de Magalhães ter fracassado em sua tentativa de criar uma epopeia nacional, mas também o próprio gênero literário que foi escolhido para retratar a nacionalidade brasileira ([1856] 1953: 40). Como salienta o crítico:

Estou bem persuadido que se Walter Scott traduzisse esses versos portuguezes no seu estylo elegante e correcto; se fizesse d’esse poema um romance, dar-lhe-ia um encanto e um interesse que obrigarião o leitor que folheasse as primeiras paginas do livro a lê-lo com prazer e curiosidade ([1856] 1953: 40).

Como anteriormente salientado, foi exatamente isso que Alencar fez. Termina essa quinta carta falando sobre a necessidade de renovação entre os escritores brasileiros:

As letras devem ter o mesmo destino que a politica. Já que os homens de experiencia e de talento pararão na sua carreira, como os marcos miliares de uma época que passou, é necessario que a mocidade transponha a barreira, se apodere de todas as

forças da sociedade, inocule n'ellas o seu novo sangue e a sua nova seiva, como as águas do Nilo, que fertilisão com o seu limo as margens inundadas pelas suas agua (ALENCAR, [1856] 1953: 41).

No posfácio de *Iracema* (1865), Alencar comenta sobre as sugestões feitas nessas cartas sobre a literatura, afirmando que “commetti a impudencia quando escrevi algumas cartas sobre a *Confederação dos Tamoios* dizer: “as tradições dos indigenas dão materia para um grande poema que talvez um dia alguém apresente sem ruido nem apparato, como modesto fructo de suas vigílias””. Em razão disso, explica ele, que passaram a supor que ele se referia a si mesmo e que já tinha um poema pronto. Segundo ele, apesar da tentativa de elaborar uma obra poética, iniciada “com tal vigor que levei quasi de um folego ao quarto canto”, contudo, passado cinco meses, esse fôlego desapareceu (1865: 193).

Alencar comenta que apenas o instinto o impelia a fazer crônicas e memórias indígenas, porque, como ele diz, “não tinha eu então estudos bastante para apreciar devidamente a nacionalidade de uma literatura” (1865: 194). Assim, estudando, refletindo e tendo vários percalços, Alencar chegou à conclusão que:

Ora escrever um poema que devia alongar-se para correr o risco de não ser entendido, e quando entendido não apreciado, era para desanimar o mais robusto talento, quanto mais a minha mediocridade. Que fazer? Encher o livro de griphos que o tornarião mais confuso e de notas que ninguem lê? Publicar a obra parcialmente para que os entendidos proferissem o veredicto litterario? Dar leitura della á um circulo escolhido, que emitisse juiso illustrado? (1865: 198).

Alencar comenta que repeliu todas essas alternativas, a primeira por “afeiar” o livro; a segunda por fragmenta-lo em pedaços; a terceira porque não seria proveitoso ter uma cerimônia benevolente de críticos. “O que pareceu melhor e mais acertado foi desviar o espirito dessa obra e dar-lhe novos rumos” (1865: 198). Sobre esses novos rumos, comenta o autor:

Em um desses volveres do espirito á obra começada, lembrou-me da experiencia *in anima prosaica*. O verso pela sua dignidade e nobresa não comporta certa flexibilidade de expressão que entretanto não vae mal á prosa a mais elevada. A elasticidade da phrase permittiria então se empregassem com mais clareza as imagens indigenas, de modo a não passarem desapercibidas. Por outro lado conhecer-se-hia o effeito que havia de ter o verso pelo effeito que tivesse a prosa (1865: 199).

Na polêmica em torno da *Confederação dos Tamoios*, como comenta Heron de Alencar ao analisar o estilo de escrita de Alencar, podemos perceber que desde esse momento, o jovem Alencar, então com 26 anos, já demonstra preocupação com o estilo da linguagem brasileira (ALENCAR, 1999: 265). Tal fato aparece quase dez anos depois, no ponto máximo do seu amadurecimento como escritor, permitindo a ele dizer que em *Iracema* (1865):

Verá realizadas nelles as minhas idéas á respeito da litteratura nacional; e achará ahi poesia inteiramente brasileira, haurida na lingua dos selvagens. A ethmologia dos nomes das diversas localidades, e certos modos de dizer tirados da composição das palavras, são de cunho original (1865: 200).

O sistema literário brasileiro se estabelece, Alencar encontrou na narrativa em prosa a maneira de dotar o Brasil, consolidando a sua ideia de nação, de uma identidade nacional. Ademais, além dessa crítica proferida por Alencar, houve também manifestações às propostas de Magalhães em São Paulo, pois Castello comenta que os grupos paulistas também estavam preocupados com as mudanças da literatura (1999: 209). Todavia, como expõe o autor, no Rio de Janeiro, “Alencar é o primeiro a discutir o significado nacional da obra de Magalhães, ao apreciar o poema *A Confederação dos Tamoios*, em 1856” (1999: 210). Segundo ele, apesar das polêmicas e críticas que sofreu de Alencar, Magalhães ainda continuou insistindo no seu erro:

A “Advertência” à reedição de 1864 de *A Confederação dos Tamoios* (a primeira edição data de 1856) é mais um passo retardado de Gonçalves de Magalhães. Ele continuava fiel às primeiras posições, sem querer reconhecer as transformações subseqüentes. Preocupava-se ainda com problemas já superados do verso em correlação com a linguagem romântica. E a explicação que nos dá, persistentemente tardia, não diferia da posição retrógrada que, por volta de 1856, haviam reclamado para o poema dele o uso da oitava rima (CASTELLO, 1999: 211).

Apesar disso, ainda tem de se levar em conta a posição de reformador que Magalhães merece receber (CASTELLO, 1999: 211). Para Coutinho, na polêmica em torno da *Confederação dos Tamoios*, Alencar “representou o pensamento mais avançado, como o polarizador dos anseios e esforços do espírito nacional pela posse de uma consciência técnica no tratamento e na compreensão do fenômeno literário. É um momento crucial, portanto, da evolução da crítica literária brasileira” (COUTINHO, 1968: 174).

Foi Machado de Assis quem o afirmou: “Gente que mamou leite romântico, pode meter o dente no rosbife naturalista; mas em lhe cheirando a teta gótica e oriental, deixa o melhor pedaço de carne para correr à bebida da infância”³⁷. Aí está, nessa nota de desengano, a pintura perfeita do estado de espírito que impregnou os escritores brasileiros na segunda metade do século XIX, e que é típico do acordar da literatura brasileira (COUTINHO, 1968: 177).

Em um tom crítico a certa afirmação de Antonio Candido, diz Coutinho que a partir do Romantismo a literatura que se produziu no Brasil não poderia mais ser considerada como “um simples ramo da portuguesa”³⁸, apesar de ambas se expressarem no mesmo idioma. Com

³⁷ Crônica de 25 de dezembro 1892. *A Semana*. Rio de Janeiro, Garnier, 1910, p. 49.

³⁸ É provável que Coutinho esteja dirigindo essa crítica ao comentário feito por Antonio Candido, em sua

o Romantismo, ficou completo o processo da constituição de uma nova literatura, em que “a literatura brasileira encontrara o momento de sua definitiva afirmação” (1968: 178).

2.2. APOLINÁRIO E O MOLDE EUROPEU DO ROMANCE ROMÂNTICO

Em nosso primeiro capítulo verificamos a inserção de Apolinário no discurso historiográfico sobre o regionalismo gaúcho, sendo modificado no transcorrer do tempo, passando de precursor desse movimento literário até o ponto do questionamento dessa posição com o advento dos estudos universitários. Logo em seguida, na primeira parte desse segundo capítulo, analisamos o surgimento do projeto de formação da nação e identidade nacional que a diferenciava de sua antiga metrópole. Esse projeto tinha como base a constituição de uma literatura brasileira, embalado sob o Romantismo europeu, que no Brasil adquiriu características próprias e peculiares. A interpretação de Apolinário Porto Alegre como um escritor de intencionalidade estritamente regionalista impediria a sua relação a esse projeto nacional. Entretanto, como destacamos, devido aos novos rumos historiográficos alcançados pelas pesquisas universitárias, sua inserção ao projeto de dotar o Brasil com uma literatura nacional poderia ser fundamentada. Em razão disso, a proposta deste subtítulo é analisar as características presentes na sua produção literária que denotam a sua filiação aos preceitos românticos que vigoraram naquele período da literatura brasileira e as influências que Apolinário Porto Alegre recebeu de José de Alencar. Entretanto, não partiremos da relação tão exaustivamente trabalhada por Zilberman, Baumgarten, Moreira, Lazzari e Gomes, entre a denominada vertente regionalista de Alencar e o escritor sulino, correlacionada pelos romances *O Gaúcho* e *O Vaqueano*. Nossa proposta segue por um caminho diferente, pois pretendemos analisar suas publicações que constam na *Revista do Partenon Literário*. Determinamos nas obras publicadas naquela revista e que receberam pouca atenção por parte dos historiadores, concentrando-nos na avaliação do romance *Feitiço d'uns beijús*.

2.2.1. *Feitiço d'uns beijús, um romance praticamente esquecido*

O romance *Feitiços d'uns beijús*, cuja data que consta na última página do texto é o ano de 1869, foi publicado entre os números 7 e 12, do ano de 1873, e 1 e 3, do ano de 1874. Em termos de volume, é o maior romance de Apolinário publicado na *Revista do Partenon*, tendo ao todo cerca de cento e onze páginas.

Formação da Literatura Brasileira, ao dizer que a literatura brasileira seria um ramo da portuguesa.

Atribuímos uma grande importância a esse romance, por ele não ter recebido qualquer destaque crítico, sendo apenas citado nos trabalhos de Gomes (2006: 318-318) e Lazzari (2002: 123). Fazendo justiça ao princípio do ineditismo, Augusto Meyer em uma crítica ao trabalho de Apolinário Porto Alegre, defendia que essa obra merecia ser mais bem analisada, pois, para ele, entre suas publicações literárias, o romance *Feitiços d'uns beijos* é de longe a sua melhor obra, a qual é “sem dúvida, a novela mais original de Apolinário” (1999: 301).

É possível lançarmos algumas conjecturas para a ausência dessa obra no quadro literário sul-rio-grandense. Em primeiro lugar, ela nunca foi impressa como livro, sendo que as obras de Apolinário que figuraram no discurso historiográfico literário sul-rio-grandense são geralmente os contos *Paisagens* (1874) e o romance *O vaqueano* (1872), ambos publicados no formato de livros, além de posteriores reedições. Em segundo lugar, outro aspecto pode ser o próprio local onde a trama se situa, na capital da província do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Apesar de ter algumas cenas na estância pertencente ao pai do personagem principal, as descrições espaciais são unicamente daquela cidade. Por isso, dentro dos moldes da historiografia literária brasileira, essa obra entra na categoria de literatura urbana (BOSI, 1970). Além disso, conforme Meyer, esse romance deveria ser considerado como a primeira novela de ambiente porto-alegrense (1999: 301-2). Assim, como terceira conjectura, por estar configurada em outra categoria, essa obra não entraria no modelo preconizado pelo Regionalismo literário gaúcho. Por causa de sua ausência no cenário crítico da literatura sul-rio-grandense, e em razão daquelas hipóteses que elencamos, *Feitiços d'uns beijos* será a obra central de nossa análise sobre a produção literária de Apolinário Porto Alegre.

2.2.1.1. *A dissintonia entre a estrutura formal e a realidade brasileira*

Heron de Alencar comenta que o Romantismo brasileiro apresentou aspectos diferentes da vertente europeia, pois herdamos as “tendências mais populares, mais exteriores, que pertenciam à fase de plena decadência do Romantismo e de transição para o Realismo” Diferentemente do que aconteceu na Europa, a nascente literatura no Brasil é mais o resultado de fatores políticos e culturais do que de literários e artísticos (1999: 240). Para Heron, “o nosso Romantismo é mais produto de importação do que resposta a anseios de renovação estética ou simplesmente expressional” (1999: 240-41), sendo a França o modelo da nascente literatura brasileira. Dessa forma,

[...] ao descobrirmos o Romantismo francês, não podíamos dele aproveitar senão o mais superficial, o mais exterior, porque era isso que coincidia com os nossos sentimentos coletivos de jovem nacionalidade. O problema mais profundo e mais interior do homem, os sentimentos íntimos e pessoais que deram fama e eternidade aos

heróis românticos, tudo isso não podia aqui encontrar muita correspondência, pois o brasileiro apenas nascia àquela época para a independência, não podendo os seus sentimentos ser os mesmos que os dos europeus, resultado do amadurecimento secular de autênticas aspirações filosóficas (1999: 241).

Nessa mesma linha, Coutinho defende que o Romantismo no Brasil assumiu, além dos elementos gerais que definiam o movimento europeu, características peculiares e próprias (1968: 152-53). É com o Romantismo que a literatura brasileira atingiu a sua independência, sobressaindo o nome de José de Alencar, considerado por esse autor, como o “patriarca da literatura brasileira símbolo da revolução literária então realizada, a cuja obra está ligada a fixação desse processo revolucionário que enquadrou a literatura brasileira nos seus moldes definitivos” (1968: 153).

Incitando o movimento de renovação; acentuando a necessidade de adaptação dos moldes estrangeiros ao ambiente brasileiro, em lugar da simples imitação servil; defendendo os motivos e temas brasileiros, sobretudo indígenas, para a literatura, que deveria ser a expressão da nacionalidade; reivindicando os direitos de uma linguagem brasileira; colocando a natureza e a paisagem física e social brasileiras em posição obrigatória no descritivismo romântico; exigindo o enquadramento da região e do regionalismo na literatura; apontando a necessidade de ruptura com os gêneros neoclássicos, em nome de uma renovação que teve como consequência imediata, praticamente, a criação da ficção brasileira, relegando para o limbo das formas cediças a epopeia que Gonçalves de Magalhães tentara reabilitar ainda em plena metade do século – Alencar deu um enérgico impulso à marcha da literatura brasileira para a alforria (COUTINHO: 1968: 153).

Por outro lado, Roberto Schwarz (2012) defende que essa tentativa de adaptar o molde europeu à matéria local acaba gerando uma incongruência da prosa, ou seja, uma espécie de dissintonia do romance. Em seu livro *Ao vencedor as batatas*, esse crítico diz que “fiel à realidade observada (brasileira) e ao bom modelo do romance (europeu), o escritor reedita, sem sabê-lo e sem resolvê-la, uma incongruência central em nossa vida pensada” (2012: 42). Segundo ele, até o advento de Machado de Assis, “herdávamos com o romance, mas não só com ele, uma postura e dicção que não assentavam nas circunstâncias locais, e destoavam delas. Machado de Assis iria tirar muito partido deste desajuste, naturalmente cômico” (2012: 49-50). Seria possível dizer que, conforme nomeia esse crítico, a partir da dissintonia das formas, entre o modelo europeu e a matéria local, conseguiríamos elaborar uma nova maneira de ler a obra literária de Apolinário e, assim, inserir sua produção literária dentro do projeto romântico brasileiro.

No caso do romance alencariano, esse deslocamento, segundo Schwarz (2012), estava presente nos personagens secundários. O mesmo poderia ser dito da literatura de Apolinário, pois foi em seus personagens secundários que percebemos a tentativa da cor local, termo

utilizado pelos literatos desse período. Ressalta-se que o tipo campeiro e a Revolução Farroupilha estão presentes nos textos como elementos secundários do romance, nunca figurando como fator central da prosa, sendo que a forma literária da prosa é comandada pelo molde europeu. Além disso, como expõe Coutinho, ao contrário dos clássicos que olhavam para a antiguidade greco-romana, o romântico voltou o seu olhar para o passado nacional em busca de uma nova forma. No tocante à forma, eles reagiram “contra a tirania da gramática”, combatendo o estilo pomposo, em defesa de uma língua mais livre e coloquial (COUTINHO: 1968: 150). Em outras palavras, até mesmo essa busca pela expressão local, que deu tonalidade brasileira a esse período de formação da literatura, foi uma das características básicas do modelo europeu importado. Entretanto, se a utilização da matéria local somada a um modelo europeu acaba gerando a dissonância do texto, por que não retirar essa matéria local e, com isso, eliminar qualquer incongruência da narrativa? Schwarz mostra como Alencar responde a essa questão:

Nosso argumento parece talvez arbitrário: como podem umas poucas personagens secundárias, ocupando uma parte pequena de um romance, qualificar-lhe decisivamente o tom? De fato, se fossem eliminadas, desaparecia a dissonância. Mas restaria um romance francês. Não é a intenção do Autor, que pelo contrário queria nacionalizar o gênero (2012: 50).

Os deslocamentos e incongruências da sociedade brasileira na periferia do capitalismo internacional, com a sua importação de ideias europeias, passariam no plano abstrato para a forma literária do romance também um modelo importado. Então, é por isso que Schwarz (2012: 52) fala que o romance, ou melhor, sua forma narrativa, é a imitação da imitação.

[...] o pequeno mundo secundário, introduzido como cor local, e não como elemento ativo, de estrutura – uma franja, mas sem a qual o livro não se passa no Brasil – desloca o perfil e o peso do andamento de primeiro plano. Eis o que importa: se o traço local deve ter força bastante para enraizar o romance, tem-na também para não lhe deixar incontrastada a dicção (2012: 50).

Antes da forma, portanto, foi preciso produzir a matéria-prima, ressaltando-se seu propósito puramente mimético. Nesse sentido, o trabalho de ajustamento da imitação, à primeira vista limitado pelo acaso das aparências, tem como efeito a ultrapassagem do círculo estreito do mimetismo, que, no entanto, são trazidos à luz. Assim, usando os termos de Schwarz, o “tamanho fluminense” presente em Alencar pode ser um vago critério nacionalista e imitativo, que dispensa maiores definições (SCHWARZ, 2012: 74-75).

Conforme Roberto Schwarz, nós estamos acostumados com o ponto de vista dos “de cima”. O primeiro a questionar, e por assim dizer parodiar, essa visão da elite brasileira foi Machado de Assis.³⁹ Por exemplo, no caso do romance *Dom Casmurro* (1899), existem dois ângulos, o do Bentinho e o da Capitu. O primeiro enxerga a sociedade a partir do ponto de vista dos de cima, a classe dos privilegiados que nasceram dentro da elite e são os detentores da propriedade e dos rumos da política brasileira, ou seja, um ponto de vista conservador e tradicionalista do Brasil. A segunda vê as coisas a partir do ângulo dos de baixo, a classe dos “nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande”.⁴⁰ Capitu enxerga o mundo a partir da necessidade de ascensão social, como não é proprietária, além do favorecimento dos que estão em cima, ela precisa ser sagaz, calculista, prática, e ambiciosa em relação ao dinheiro, ou seja, todas as virtudes impostas pelos tempos modernos. Por outro lado, Bentinho, que nasceu em cima e não precisa conquistar nada, abomina qualquer um desses elementos. Ele faz parte do grupo dos privilegiados, seu único desejo é a manutenção do *status quo* de sua classe.

Seria possível traçar um paralelo dessa análise do romance machadiano com a obra *Feitiços d’uns beijús*, escrita por Apolinário? Talvez sim. Obviamente temos consciência que esse escritor ainda está distante de eliminar a dissonância da forma resultante da importação do molde europeu e o uso da matéria local, como fez Machado de Assis em prosa. Contudo, há elementos formais da prosa de Apolinário que se assemelham muito ao caso de Alencar, segundo mostrado por Schwarz (2012). Portanto, se sairmos da superfície da obra do escritor sul-rio-grandense e aprofundarmos nosso olhar para a estrutura de sua prosa, é possível ir além do aparente enredo cheio de vaqueanos, moças e rapazes idealizados e dos floreios românticos, fugindo também dos limites impostos pelas leituras e interpretações do século XX, que o simplificaram, jogando-o dentro do Regionalismo literário gaúcho.

Antes de demonstrar esse nosso raciocínio, é necessário expor alguns detalhes que distanciam e aproximam Apolinário de Machado. Em primeiro lugar, temos que levar em conta a diferença do narrador. Como demonstrado por Schwarz (2000), a prosa machadiana, em sua segunda fase, iniciada com *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), há um grande

³⁹ “Roberto Schwarz – Obra Aberta Machado de Assis 2002 (4 de 4).wmv”. Sua visualização encontra-se em <http://youtu.be/KULu1TC8vEA>. (acessado em 15/01/15).

⁴⁰ SCHWARZ, Roberto. I. As ideias fora do lugar. In: *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012, p.16. Schwarz menciona que para se ter uma exposição completa sobre o assunto deve-se consultar, Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

salto em comparação com a produção literária antecedente. Segundo aquele crítico, na ambiguidade de seu narrador, Machado conseguiu jogar para dentro do romance a estrutura da sociedade brasileira, em que as ideias, no Brasil, encontravam-se na forma deslocada de sua origem europeia. Em outras palavras, ele conseguiu superar a incongruência presente na obra de Alencar, resultado da limitação entre a incompatibilidade das formas europeias e localistas, comandadas pela ideologia do favor e do liberalismo (2012: 50). Fez isso exatamente através desse narrador ambíguo e irônico, que enxerga as relações da sociedade brasileira a partir do ponto de vista dos que estão em cima, porém com todas as suas contradições e idiossincrasias.

A prosa de Apolinário Porto Alegre enfrenta semelhante problema da prosa alencariana. Em ambas é possível perceber a dissintonia entre o modelo do romance europeu importado e o uso da matéria local, ficando evidente tal incongruência no decorrer da leitura de ambos os autores. Dessa forma, se olharmos a prosa de Apolinário Porto Alegre a partir desse prisma, no qual a dissintonia entre formas fica evidente, seria possível elaborar uma interpretação alternativa da obra literária desse sul-rio-grandense. Feitas essas observações, passemos à análise da obra *Feitiços d'uns beijús*, de Apolinário Porto Alegre.

Semelhantemente ao observado em *Dom Casmurro*, em os *Feitiços d'uns beijús* há dois ângulos, nesse caso em particular, da sociedade sul-rio-grandense. O primeiro é dos de cima, o de André, filho de um estancieiro, a camada social mais rica do Rio Grande no período (PESAVENTO, 1985); (MAESTRI: 2005), que representa o olhar conservador e tradicionalista da elite sulina. Na outra ponta, temos os antagonistas de André, a família Esperidião, que representam os de baixo. Contudo, há aqui uma interessante diferença entre a obra de Machado e a de Apolinário. Enquanto no primeiro a busca da ascensão social ocorre dentro da lógica do favor, no segundo a mesma modificação de *status* ocorre dentro do crescimento econômico proporcionado pelo sistema capitalista. Há de comum entre ambos os métodos e atitudes do pensamento liberal, pois, assim como Capitu, Esperidião é calculista, pragmático e ambicioso, um capitalista que iniciou a sua vida como caixeiro viajante e chegou ao auge social com seu armazém.

A questão que se coloca desse antagonismo, entre o tradicionalismo da terra e os que buscam ascensão social através do acúmulo de capital, deve ser vista como o próprio limite da prosa de Apolinário. Como já dissemos anteriormente, ele não deu o salto de Machado, pelo contrário, está muito distante disso. Seu narrador não olha essa disputa de forma crítica e irônica como fez o narrador machadiano, pois no narrador de Apolinário prevalece a visão de mundo tradicionalista e conservadora da elite sul-rio-grandense. Em outras palavras, o narrador de Apolinário encontra-se do lado dos de cima, portanto, ele procura julgar, criticar e

punir aqueles que ousam alterar essa ordem social. Percebemos isso na forma como ele opõe os lados: André e os de sua classe são indivíduos honrados, nobres, corajosos e espirituais, enquanto a família Esperidião apresenta atributos totalmente opostos aos do herói desse romance, pois são covardes, mentirosos, gananciosos e materialistas.

Para demonstrar a oposição entre a virtude do espírito contra a materialidade do dinheiro, Apolinário contrapõe a família Esperidião ao ancião Francisco Vieira, amigo de André e de Josephina, heroína da história. É narrada longamente a saga daquele velho em suas tentativas, durante trinta longos anos, de produzir o retrato de sua falecida amada Ignezita (APOLINÁRIO, 1873, nº 10: 442-446). Em contraposição à dedicação amorosa desse, que transcende as barreiras materiais do mundo terreno, é demonstrada a crueldade da família Esperidião quando o narrador menciona a atrocidade que Zacharias, filho de Esperidião, fez com o retrato feito pelo velho Francisco Vieira, ficando evidente certo tom de profanação do sagrado. Ao invadir a casa do velho Francisco Vieira, Zacharias:

Notando uma porta ao lado da varanda abre-a e fica estatelado ante o quadro de Ignezita. O pasmo foi de pouca dura. Logo uma inspiração infernal cruza-lhe a mente. Vira na passagem pela alcova uma lata de graixa de lustrar e uma escova junto. N'um momento foi buscal-as e galgando o altar em que estava o retrato, começou a borral-o com desapietada sanha. Em menos de dois minutos o trabalho que custára vinte annos de inaudito e assiduo empenho, o talismã precioso do passado, a poesia e a religião de Francisco Vieira, não erão mais que uma negra cataplasma (APOLINÁRIO, 1873, nº 10: 448).

Evidenciando que a virtude sempre vence, André foi o salvador de Francisco Vieira por ter restaurado moralmente a venerada pintura do sacrilégio deflagrado por Zacharias. Essa seria a explicação da amizade que Francisco passou a devotar por André (APOLINÁRIO, 1873, nº 10: 450).

Segundo Coutinho, uma das características universais do Romantismo é o **escapismo**, ou seja, a fuga da realidade para um mundo idealizado, em que o “romântico constrói o mundo nôvo à base do sonho” (1968: 146). É exatamente isso que o personagem fez ao tentar reconstituir a imagem de sua amada, e falecida, Ignezita. O personagem abandona o mundo terreno, onde ela já não existe mais, e a edifica como uma espécie de santidade. Nisso, encontramos outra característica universal do Romantismo, a **fé** comanda o espírito romântico, não é a razão (1968: 146). Percebemos isso nos trechos em que o personagem não agradece a deus, entidade máxima dos cristãos, mas a “Santa Ignezita”. Como nesse trecho, em que a morte da futura esposa faz com que todos achassem que iria enlouquecer, ele “tornou-se um monge na absoluta accepção do termo. E para que a fidelidade ao passado, flôr rarissima e de perfume ainda não menos raro, em nossos dias, mórmente em materia de

crença, não fosse estéril, praticou a caridade. Do que possuía, hoje pouco já lhe resta”. Por isso, continua o narrador, “se algum mendigo pede-lhe esmola por amor de Deus, elle corrige-o, immediatamente: Pelo amor de Igeuzita, irmão; foi ella quem tornou-me bom para com os homens, é ella quem dá-te isto. E entrega-lhe a esportula” (APOLINÁRIO, 1873, nº 7: 320).

A idealização romântica de André e sua classe faz parte do modelo importado do romance europeu, como Chateaubriand, Lamartine, Byron, entre outros de quem Apolinário é leitor. Como expõe Heron de Alencar, o herói romântico é um tipo ideal, não um tipo que *é*, porém que *deve ser*, cujo cavalheirismo medieval entra com uma parte não muito pequena (1999: 300). Por essa razão, André é forte, não só fisicamente, mas também psicologicamente. Sua vontade se impõe contra os seres inferiores, impedindo-lhes qualquer tentativa de defesa.

Adiante irião, se o galopar d’um cavallo não lhes chamasse a atenção.

Voltarão-se.

A rapidez da corrida não deixava ver quem vinha.

O cavalleiro soffrêa o animal, salta em terra com incrível destreza.

Tres gritos partirão a um tempo:

— André!

— O moço ficou por instantes estatelado, mas immediatamente recobrando o habitual sangue frio, dirigio a palavra ao dono da casa:

— Senhor, não suppunha encontral-o aqui.

— Que deseja o senhor? interrogou Esperidião, tremulo por tristes recordações dos tempos idos.

— Não entrei aqui por mim. Ia para a capella em companhia d’um amigo. N’este momento acaba elle de rodar na porteira de sua chacara, quebrando uma perna; venho pedir auxilio para transportal-o para aqui, emquanto vou chamar um medico e avisar a sua familia do ocorrido.

O taberneiro desejaria recursar, mas conhecendo-lhe desde muito o peso da manopla, só teve uma especie de sorriso complacente seguido d’estas palavras:

— Pois não, senhor. Onde ficou o doente?

— Na porteira.

Toda a casa pôz-se em movimento. O ferido foi transportado com todos os cuidados, pela influencia, digamos a verdade, de André, e não por sentimentos humanitarios (APOLINÁRIO, 1873, nº 12: 526-27).

Por outro lado, assim como Alencar, esse escritor sul-rio-grandense também procura inserir a matéria local ou, como eles chamam, a cor local, em sua obra. A incongruência ou sempre um “quê descalibrado” como menciona Schwarz (2012: 39), da literatura de Apolinário, semelhante ao que acontece em Alencar, fica evidente na dissintonia das formas, entre o modelo importado e o uso da matéria local. Isso fica perceptível na perene presença, em sua literatura, da confrontação entre o espírito e a matéria, o idealismo e o materialismo, a virtude moral e o dinheiro. O taberneiro Esperidião não foge a essa regra de literatura *edificante*, representando a materialidade e a idolatria da ganância gerada pelo dinheiro.

Ha sobre sua rapida fortuna alguns contos e lendas pouco favoraveis ao caracter d’um homem honesto; porém, o Sr. Esperidião diz sempre com a bochecha turgida e a

gordurenta belfa estirada:

—Deixem fallar. Tenho dinheiro, e o dinheiro é rôlha para a canalha.

São ou não verdadeiras as balelas, por algumas espertezas que já puzemos á calbo, podem decidil-o.

Idolstras do bezerro de ouro, admirai vosso illustre confrade, curvai-vos ante suas admiraveis gentilezas!... Aquillo é que era homem! (APOLINÁRIO, 1873, nº9: 386-387).

A tentativa de edificação através do julgamento moral e do exemplo de um personagem virtuoso e idealista como André desequilibra a forma narrativa e mostra a fragilidade da obra. Todo o romance é marcado por essa contraposição entre o idealismo, assinalado pela forma europeia, e a materialidade, identificada na matéria pitoresca local. Por exemplo, vemos isso no contraste entre Pulcheria, a esposa de Esperidião e Josephina em um mesmo ambiente.

Pulcheria e ella havião chegado, ha pouco, d'uma visita em casa de Brigida, velha distincta por umas falripas ruivas e por conhecer a vida publica e privada da muito lealidade de Porto Alegre; lingua que vibrava a calumnia, a insidia, o mexerico, a intriga e o commento audaz com tanta eloquencia como habilidade (APOLINÁRIO, 1874, nº3: 654).

Josephina não gostava desse tipo de ambiente e sempre acompanhava contrariada sua tutora.

Josephina entrára contrariada em extremo, galgára ligeira o mirante, e desfazendo-se do véo, appendice obrigatorio para não ser vista e admirada, e atirando o branco lencinho de cambraia e as luvas côr de perola sobre a mesa, fôra sentar-se com assômos de profundo aborrecimento (APOLINÁRIO, 1873, nº 3: 653).

Um antagonismo semelhante a esse, em que o autor procura edificar seu leitor, pode ser encontrado na peça *Sensitiva* (1873). A peça foi dividida em três atos e os personagens mencionados são: Albuquerque, negociante à beira da falência; Juvenilia, filha de Albuquerque; Florinda, esposa de Albuquerque; Faustino, filho adotivo de Albuquerque e seu guarda-livros; Commendador Feitôsa; Monchique, criado doméstico de Albuquerque; Miguel, ex-criado doméstico de Albuquerque e atual do Commendador Feitôsa; Procurador, responsável pelos negócios do Commendador Feitôsa; João Machado, sócio do Commendador Feitôsa; Escravos, vários sem nome. Apolinário informa que todas as cenas passam-se na cidade do Rio de Janeiro.

O início da peça, no primeiro Ato, com a Cena I, é marcado unicamente pela presença do criado Monchique. Ele se encontra em um cômodo da casa dos Albuquerques, refletindo sobre a situação da família e o seu próprio futuro com a evidente falência dos negócios do patriarca. Em um diálogo consigo mesmo, ele anuncia que as coisas vão bem entre os Albuquerques, apesar dessa difícil situação, e, devido ao dinheiro guardado ao longo dos anos de trabalho, ele se considera capaz de cuidar de si mesmo. Mesmo tendo vivido mais da

metade da sua vida com essa família e de alimentar certa afeição pela filha do patriarca, nessa luta entre a “materialidade”, marcada pela necessidade de sobrevivência, e a “alma”, delimitada pelo sentimento, Monchique diz que “não sou tolo, devo fazer calar o coração, como dizia meu defunto pai”. Findada essa batalha interna, a materialidade do instinto de sobrevivência sai como grande vencedora. Quando o Albuquerque pai “quebrar”, o criado corre o risco de ficar a “vêr navios quanto ao salário”. Esse elemento é imprescindível na vida de Monchique, pois o “salário é dinheiro, o dinheiro é o eixo sobre que róla o mundo, segundo meu velho pai” (APOLINÁRIO, 1873, nº 5: 213). Com essas economias guardadas, ao voltar para a sua terra natal, em Portugal “pódem tornar-me em poucos annos mais, senão millionario, ao menos grande capitalista...(*Rindo-se*)” (APOLINÁRIO, 1873, nº 5: 213-14). Além do instinto de sobrevivência, o criado dos Albuquerque, também parece despertar o espírito capitalista caracterizado pela figura do *self-made-man*, marca registrada do desenvolvimento capitalista a partir da segunda metade do XIX na Europa Ocidental e América do Norte (HOBBSAWM, 2009: 217, 228-29). Isso é demonstrado quando o imigrante português diz rindo: “Sim, sim, lembro agora que a cartilha de meu pai resava: Moedas em cofre são sementes guardadas...” (APOLINÁRIO, 1873, nº 5: 214).

Na próxima Cena, Juvenilia, a filha do sr. Albuquerque, entra no recinto onde está Monchique, e questiona-o sobre a ordem a ele e ainda não cumprida. O criado argumenta que é culpa da falta de memória gerada pela idade e, demonstrando sua feição para as necessidades práticas, dispara “agora menina não me dirá que lucro tira com semelhante affeição a uma planta que nem ao menos recreia os olhos por uma flôr?”. A filha de Albuquerque não gosta do comentário do criado, que ainda reforça a sua opinião “materialista” dizendo que “e’ que coisa agradável sem útil nada vale, e muito menos sem útil e agradável...”. Juvenilia irrita-se com o que Monchique diz a respeito da flor e pede para que ele pare de dizer tais coisas. Demonstrando sua sagacidade, como um bom capitalista, o criado dos Albuquerques parte para o campo do sentimentalismo, dizendo que agora, diferente de outrora, não tem mais utilidade para a menina (APOLINÁRIO, 1873, nº 5: 214). Demonstrando-se arrependida, a filha de Albuquerque pede desculpa ao velho Monchique e argumenta que ele precisa entender que a afeição por essa planta vai além de sua materialidade. Convencido da “pureza” de sentimentos da menina, Monchique vai buscar-lhe o vaso da planta (APOLINÁRIO, 1873, nº 5: 215). Aqui, como no restante da peça, Apolinário procura mostrar a diferença entre a posição materialista e espiritualista, representadas respectivamente em Monchique e em Juvenilia.

Na Cena XII, entra a filha do comerciante, mas antes de sair de cena, Monchique diz,

mais uma vez, evidenciando seu caráter dissimulado, que “custou, mas ganhei a partida. A ultima vasa foi minha” (APOLINÁRIO, 1873, nº 5: 223). Demonstrando pressentir algo ruim, a menina começa a chorar e diz que “imminente desgraça nos ameaça”, tendo sido avisada pela planta. Contudo, a desgraça para o pai é diferente da desgraça vista pela filha. Para Albuquerque, a desgraça é a miséria, para Juvenilia, é a perda do amor de Faustino, ou seja, mais uma vez há a dualidade entre o material e o espiritual. O pai entrega a carta à filha, que, depois de ter lido, rasga-a em pedaços. Tranquila e altiva diz: “Eis a resposta ao commendador Feitosa”. O pai ansioso por sua resposta, diante da cena pergunta “Que fazes, filha? Era a felicidade!” (APOLINÁRIO, 1873, nº 5: 224). A menina replica: “Era sua deshonra e meu infortúnio. Esta carta queima-me os dedos, propunha-lhe uma transacção infame...”. A carta enviada pelo comendador Feitosa era uma proposta de compra, em que ele oferecia dinheiro em troca da mão da filha. O pai sabe disso e, visivelmente abatido, o comerciante falido diz que “era um casamento de conveniencias com o commendador, que só assim não reclamaria o que lhe devo, e auxiliar-me-ia a fazer a face a outros compromissos”. Para ele, essa transação salvaria seu nome, casa e créditos, mas “Filha! Filha! Minha ultima esperança foi-se... A teus caprichos pueris matas-me...” (APOLINÁRIO, 1873, nº 5: 225). Diferentemente do comerciante Albuquerque, o pequeno burguês Cészar Birotteau não vê na venda da filha a sua salvação, ele procura proteger a mulher e a filha, mas é Constance, mulher de Cészar, ao contrário de Florinda, quem encara a miséria como inevitável e procura salvar a filha.⁴¹ O pai, apesar dos julgamentos morais proferidos contra a mulher e o criado, também possui algo de materialista em si, ou melhor, nele se instala uma luta entre espírito e a matéria. A materialidade é o mundo, o capitalismo, que mesmo nessa periférica capital provincial, Apolinário vê florescer. A menina é o bastião dessa pureza não tocada, o espírito que, assim como a sensitiva, fecha-se ao menor toque externo para se proteger. É Juvenilia que acaba influenciando o lado espiritual do pai em sua luta, ao mostrar que se oferece ao sacrifício feito pelo seu pai. O comerciante sai da sala, alucinado pela confusão causada em seu ser pela filha: “E’ preciso que isto tudo acabe... Que inferno! Endoideço ou ella tem razão” (APOLINÁRIO, 1873, nº 5: 225).

⁴¹ Em cena do romance balzaquiano, quase sem saída para a derrocada, Cészar Birotteau diz o seguinte para sua filha: “Querida filhinha, vislumbro uma falência. Se seu pai for obrigado a isso, não deveremos implorar a compaixão de ninguém. Minha menina, prepare-se para se tornar uma simples caixeira de loja. Se eu a vir seguir seu caminho com coragem, encontrarei forças para recomeçar a vida. Conheço seu pai, ele não se submeterá a uma esmola, eu abandonarei meus direitos, venderemos tudo quanto possuímos. Você, minha filha, leve amanhã suas joias e suas roupas à casa de seu tio Pillerault, pois você não tem obrigação nenhuma”. BALZAC, Honoré. *A ascensão e queda de Cészar Birotteau*. Tradução de Herculano Villas-Boas. Porto Alegre: L&PM, 2009 [1837].

Na Cena IX, o comendador Feitosa entra na sala e inicia um diálogo com seu Procurador, explicando a negativa da proposta feita por ele. Feitosa diz que ama a filha de Albuquerque e, em sua fala, entende-se que está ficando louco por não ser correspondido. “Que importa estragos physico, se o coração rejuvenesce todos os dias?! Se elle é o mesmo que amou Rosita e tantas outras feiticeiras?!” (APOLINÁRIO, 1873, nº 6: 253). O procurador repete as palavras de Juvenilia ao negar o pedido do comendador, “E’ que V. Ex. era um velho imbecil, em demazia insolente por fazer uma proposta de casamento como uma compra de escravos, e eu...”. Feitosa diz que isso são dengos de criança, uma criança malcriada acrescenta o procurador. Mesmo assim, o comendador Feitosa não desiste de ter a filha do comerciante falido, “Eu quero Juvenilia, quero, entendeu?”. Em resposta, o procurador diz que “basta de tergiversar, é necessario ir direito aos fins por todos os meios...”. Nisso, o procurador arquiteta um plano, baseado nos próprios mecanismos propiciados pela legislação brasileira (APOLINÁRIO, 1873, nº 6: 254). Após expor o plano, o procurador comenta uma anedota de Luiz XII, lida há pouco tempo em um jornal. “Tendo Luiz XII de fazer guerra ao duque de Milão, foi aconselhar-se com Diogo Trivulce um dos seus generaes, e perguntando-lhe do que mais precisavão para levar a effeito a campanha, respondeu-lhe este: De tres coisas absolutamente indispensaveis: Dinheiro, dinheiro, e mais dinheiro”. Novamente o bem material aparece com força, pois é capaz inclusive de fazer uso de meios legais, como a lei brasileira, para obter o que lhe é desejado. Por último, o procurador comenta que “o filho tão anciado durante longos annos, em breve virá abraçar-o” (APOLINÁRIO, 1873, nº 6: 255). Feitosa diz que se tivesse consigo o filho perdido não desejaria ter mais qualquer outra afeição (APOLINÁRIO, 1873, nº 6: 256).

Na Cena XI, entra Albuquerque acompanhado pela filha, que, ao tomar consciência da situação, diz para o guarda-livros abraçar o seu pai. Faustino aturdido pergunta: “Eu?!”. Ao que Juvenilia, interpelando a situação diz: “Não...E ninguem pode obrigar-te a commetter uma infâmia...Papai, entre Faustino e este homem há um tumulo de santa...Pergunte-lhe quem lavará a macula do passado...”. Feitosa tenta se justificar, dizendo que aquilo foram erros de sua mocidade e pede para que Faustino lhe dê o nome de pai. Novamente Juvenilia intercede: “Não. Parta, e depois de dois annos de expiação, quando Deus e a sociedade aceitarem seu arrependimento sincero e os que hoje o amaldiçoão tiverem sómente bênçãos para saudal-o, então iremos beijar-lhe a mão que não póde manchar-nos mais...” (APOLINÁRIO, 1873, nº 6: 272).

FEIT. (*a Faustino*) – Que dizes, filho!

FAUST. – Parta. (Indo estreitar a mão de Juvenilia) Agradecido.

FEIT. – (amergendo a frente) – Deus, não és mais uma mentira! (Deixa-se cair acabrunhado n’uma cadeira).

MONC. – (*a Albuquerque*) – O’ meu amo, não é possível partir diante d’este quadro!

ALB. – Saia e prospera viagem. (*A Florinda, indigitando o grupo formado por Juvenilia e Faustino*) Vê, póde procurar sua mãe, senhora: eis os corações a que me abrigaria contra as tristezas da velhice (APOLINÁRIO, 1873, n° 5: 273).

Essa peça é um ensinamento moral, vemos que Juvenilia é a mais apta para julgar e decidir, pois a menina é o bastião da espiritualidade contra o corruptor materialismo representado no capitalismo do comendador Feitosa.

Retornando ao romance *Feitiços d’uns beijús*, no capítulo XXI, o último desse romance, cujo título é **O homem põe e Deus dispõe**, em resumo, haveria uma espécie de vitória moral de André e sua família frente à família Esperidião.

Com a perda de Josephina, o “el-dourado de seus sonhos”, foi apresentada na justiça uma “conta exorbitante de despesas que fizera com a pupilla durante os anos de tutela”. Francisco Dias não aceitou esse ato, e contratou “habeis advogados para defender os bens da moça, ameaçados de novas delapidações”, já feita pelo taberneiro durante a administração da herança da moça. Francisco Dias gastou muito dinheiro nessa ação e, mesmo diante do pedido de André e Josephina, negava-se a desistir de tal luta.

A solução do pleito foi fatal ao tutor, que d’um momento para outro vio de par em par abertas as portas d’um calabouço para recebê-lo.

Pulcheria, ao saber do resultado, teve um ataque apoplético, escapando para sobreviver paralytica, recebendo o obulo da caridade.

Zacharias, dois meses depois d’estes acontecimentos, n’uma noite de embriaguez, fôra cambaleando até o Ponto Grande, em S. Paulo, e d’ahi despencou-se no fundo do Tieté (APOLINÁRIO, 1873, n°3: 667).

Por fim, o juízo moral do narrador:

Parece que nos negocios da terra ás vezes intervem a justiça divina, e, sem esperar pelo juizo de Josaphat, aos olhos da sociedade humana, castiga os delinquentes, inflingindo lhes a devida pena.

Esperidião, Pulcheria e Zacharias merecerão o fim que tiverão (APOLINÁRIO, 1873, n°3: 667-68).

Nesse momento, o narrador afirma que o romance é o estereótipo das cenas do mundo:

Deixemol-os, porém. O drama da vida é, como o pintou o celebre lord inglez, a pendula entre uma lagrima e um sorriso. Uns sorriem, outros chorão. Em duas casas contiguas, n’uma bailão, a alegria palpita em todos os semblantes; na outra mudez funeraria, velão um defunto, silentes prantos rolão pelas faces dos circumstantes.

O romance é o estereotypo das scenas do mundo. A copia fielmente (APOLINÁRIO, 1873, n°3: 668).

Josephina e André casaram-se seis meses depois do veredicto e foram morar na estância. Entretanto:

O que soffria o patriarcha d'aquelle mundo, onde sua prole sorria? O que lhe fazia perder a fronte sobre o peito.

Francisco Dias procurando dar aos filhos a educação compativel com a epocha, tendo em casa professores contractados para semelhante fim, mandando vir até um piano para a fazenda, não lhe fôra possível comtudo perder a linguagem e os modos camperios. O pittoresco do traje e da palavra punhão n'elle em relevo um dos typos nacionaes que com a mescla e invasão de estrangeiros e a marcha de cada povo em seus instinctos cosmopoliticos, irá pouco a pouco desaparecendo (APOLINÁRIO, 1873, nº3: 669).

Ele não queria mais seu filho formado em engenharia, mas em direito, contando para isso com a ajuda de Josephina, que conseguiu convencer o marido a obter esse bacharel (APOLINÁRIO, 1873, nº3: 669-70).

A partir do capítulo XI, outra personagem é apresentada, descoberta posteriormente como a misteriosa “F.”, cujas cartas tornaram André enamorado (APOLINÁRIO, 1873, nº10: 451). A menina é filha do rico estancieiro Manoel de Moraes. Ela não é da cidade, mas da zona da campanha moradora das margens do rio Ibicuí (APOLINÁRIO, 1873, nº10: 451). Mostrando a ganância materialista do taberneiro Esperidião, o narrador mostra que esse foi fiel em ajudar o rico estancieiro durante sua estada em Porto Alegre devido ao tratamento da hepatite que vinha sofrendo, obrigando-o a vender tudo e procurar alguma cura na capital. Entretanto, o narrador pretende demonstrar que essa devoção para com o próximo da família Esperidião foi motivada unicamente por interesses materiais de ganhos futuros com a morte do rico estancieiro.

Pucheria e o marido não o desampararão um só instante. Urubús – fariscavão a carniça. Adivinhavão os pensamentos do doente, se sujeitavão ao menos de seus desejos, que, manifestados, erão preenchidos com uma presteza que podia fazer crer em dedicação á humanidade, se não fosse sordido interesse! (APOLINÁRIO, 1873, nº10: 451).

Vendo a postura de ambos a partir de uma posição moral, narra-se: “Quantas vezes o proprio vicio não arreia as candidas vestes da virtude e não parece identificado com ella?” (APOLINÁRIO, 1873, nº 10: 451). Antes de morrer, Manoel de Moraes deixa a filha sob tutela de Esperidião. “O Sr. Esperidião e a Sra. Pulcheria com uma pupilla de oitenta e tantos contos abrirão caminho a largos raciocinios” (APOLINÁRIO, 1873, nº 10: 452). Ambos buscavam encontrar uma maneira de colocarem as mãos no dinheiro da menina e, ao mesmo tempo em que discutiam, entra Zacharias “arrastando por um cordel um pobre cão, que com o pescoço apertado pelo laço, já punha a lingua de fôra” (APOLINÁRIO, 1873, nº 10: 452). Apolinário, assim, elabora a cena em que o malévolo garoto, tal qual seus pais, tem o capricho de enforcar seu cachorro por não ter obedecido a sua ordem de andar de pé, para demonstrar sua maldade. Foi esse mesmo indivíduo, retratado como um “monstro” por Apolinário, que os

pais encontraram a solução para ficarem com o dinheiro do estancieiro: casar a menina com o seu filho Zacharias (APOLINÁRIO, 1873, nº 10: 452-4). “O problema estava resolvido com satisfação de todos, salvo a innocente Josephina, que, embora criança, retirada a seu quarto curtia saudades do bom pai que perdera, sem sequer imaginar que tramavão contra seus dias de moça e sua missão de mulher” (APOLINÁRIO, 1873, nº 10: 454).

Percebemos nesse desenlace que o narrador desenvolveu essa cena para mostrar o amor ao dinheiro da família Esperidião e o sofrimento da pureza simbolizado em Josephina. No capítulo XII, intitulado **Josephina**, Apolinário descreve toda a bondade, pureza e virtude dessa menina, comparando-a a um diamante que “no alveo da corrente necessita de que o seixo e o cascalho de continuo o rocem para adquirir o polimento”. Semelhante ao cascalho, a família Esperidião “forão os inconscios lapidarios d’uma linda pedra preciosa” (APOLINÁRIO, 1873, nº 10: 470). A menina foi criada para ser a esposa de Zacharias, Esperidião e sua mulher não a deixavam sair de casa. Esta não se queixava, apenas pedia livros. “Por ignorancia confiavão das mãos da donzella inerme o instrumento que devida trucidar-os um dia!”. Semelhante a Emma Bovary, a menina isolada do mundo real encontrou nos livros “o unico consolo na solidão que lhe fôra imposta”. Todavia, ao contrário do que fez Gustave Flaubert, Apolinário acreditava que esses livros libertariam Josephina de sua prisão, pois “não sabião que dar um livro á emparedada de sua criminosa ambição, de sua embriaguez de dinheiro, era mostrar a senda do céo, em cujo pórtico a verdade campeia, como o pharo para os dilectos de Deus!”. O livro para esse escritor rio-grandense era entendido da seguinte forma:

Sim, o livro, esse bom amigo que nos consola no meio dos revézes, esse broquel que nos reveste de valor quando a fronte pende em desanimo, esse conselheiro que não é cortezão da lisonja, mas uma voz sincera, o arauto da intelligencia, o interprete fiel de tudo quanto ha de grande e bello na natureza humana; sim, elle vingará a misera victima dos ultrajes da sordida cubiça, elle ha de erguer a martyr em um pedestal, atirando seus algozes por terra, fulminados! (APOLINÁRIO, 1873, nº 11: 472).

Interessante nesse ponto é o deslocamento presente em Apolinário da importação do romance romântico e a tentativa de “fotografia social” que ele pretende dar a sua obra. É nessa dissintonia entre a modernidade europeia e a tentativa de cor local, que percebemos o valor da obra desse autor. Ressalta-se também a diferença entre Flaubert e Apolinário na condução do mesmo modelo, como nesse trecho da obra do último:

Trez annos antes da epocha em que começa esta historia, teve lugar a scena que vamos relatar.
Ella lia Paulo e Virginia.
O romance de Saint-Pierre lhe arrancava lagrimas na passagem em que Virginia ia

partir para a França.

—Pobre Paulo! murmurou, e fechou o livro porque em véo de pranto a impedia de proseguir... Não. Virginia não amava... Se amasse não teria coragem de partir... O' eu sinto se chegar a amar, que para obter um olhar, um sorriso, daria mil vidas se as tivera!... Receio, meu Deus, que, um dia, meu coração acorde!... (APOLINÁRIO, 1873, nº11: 473).

Agora a citação do mesmo livro, porém nas mãos de Emma Bovary:

Emma lera *Paul e Virginie* e sonhara com a casinha de bambu, com o negro Domingo, com o cachorro Fiel, mas, sobretudo, com a doce amizade de algum bom irmãozinho que colhesse frutos vermelhos para ela nas árvores grandes, masi altas que campanários, ou que corresse de pés descalços pela areia trazendo-lhe um ninho de passarinho (FLAUBERT, 2009: 42).

Apolinário utiliza o livro de Saint-Pierre para mostrar, através de seu narrador onisciente, a força que o romance tem em “libertar” o indivíduo que o lê. Por outro lado, Flaubert usa essa leitura feita por Emma, entre tantas outras do mesmo tipo, para mostrar o mundo fantasioso que ela própria cria em torno de si mesma. Entretanto, a reação de Josephina, ao ler a obra, é tão deslocada quanto a leitura que faz dessa realidade que não é a sua própria. A partir do livro, ela idealiza algo, imagina, deseja vivenciar o amor que a personagem, segundo sua própria acusação, Virginia não teve por Paulo. A atitude da menina está deslocada com o local, com a sua realidade, e sua própria circunstância de vida. Paradoxalmente, é na tentativa de oposição entre o ideal e o material, tão criticado por Apolinário, que o ponto de dissintonia da prosa se torna evidente. E isso é percebido exatamente quando Zacharias, um dos elementos materialistas da história, sobe ao quarto de Josephina. Ao vê-la chorando, o rapaz diz um gracejo quando ela explica que seu choro foi motivado pelo livro: “ – Ora, Fifina! Não digas a ninguém que um livro faz de dois olhos duas bicas de chafariz!”. O que Apolinário faz é jogar os dois pontos opostos em divergência:

Josephina o encarou attonita:

— Serias capaz de lel-o, sem sentir a mais leve emoção, Zacharias?

— Se leio!? Boa pergunta! De fio a pavio! Isto é uma mentira, patranhas de romancista! Quando eu era pequeno ouvi contos da carouchinha pouco mais ou menos como o Sr. D. Paulo e a Sra. D. Virginia, e chorei uma só vez? Lérias, Fifina! Se me contassem, pelo diabo, que não cria! Ora, lagrimas por dá aquela palha! Essa!... Se as pinoias dos livros te fazem mal, porque lês?

— Não sabes o que dizes, Zacharias, observou com reluctancia visivel.

— Não sei! Tens razão retorquio com ironia. Sempre te jugaste superior a mim.

Tens mesmo uns ares de rainha, etc., etc., etc.! (APOLINÁRIO, 1873, nº11: 473).

Nessa confrontação entre a espiritualidade do mundo conservador contra a materialidade burguesa, a tentativa de Apolinário em mostrar a superioridade do primeiro acaba malgrado. É exatamente nesse antagonismo que conseguimos perceber o ponto de dissintonia da prosa, ou seja, a fissura do modelo de romance importado com a utilização da

matéria local. Utilizando essa forma “deslocada”, o escritor precisava ir “em busca de sintonia” (SCHWARZ, 2012: 36). Apolinário, que foi muito inspirado pela obra alencariana, teve os mesmos problemas que o seu mestre, pois ambos, mesmo que Scwarz fale apenas de Alencar, “assinalam os lugares em que o molde europeu, combinando-se à matéria local, de que Alencar foi simpatizante ardoroso, produzia contrassenso” (SCHWARZ, 2012: 39). A esse efeito de dissintonia, o autor chama de “incongruências de ideologia” (2012: 39), resultado do transplante do romance europeu para as terras brasileiras.

Voltando à cena entre Josephine e Zacharias no romance *Feitiço d'uns Beijús*, o rapaz deseja conversar com a menina, porém ela não quer ouvi-lo, pois deseja voltar para o seu mundo fantasioso do livro. Diante do esnoe da menina, Zacharias, irritado, pegou o livro de suas mãos e jogou sobre o telhado. A cena que se segue é curiosa, Josephina forçada a voltar ao mundo concreto de sua realidade muda completamente de fisionomia:

Josephina vibrou o talhe de palmeira. Era uma outra. Não parecia a menina de quatorze annos debil e resignada. Os olhos despedião chispas de indignação, o labio tremia, as morenas faces de ordinario pallidas agora estavam purpureadas em ondas de rubor, e o braço estendido e immovel apontava a porta.

— Sahe, insolente! fremio com a voz sacudida ao arfar vehemente do collo.

Zacharias estatelara. Semelhante á estatua do terror ante a estatua da punição.

— Saia... (APOLINÁRIO, 1873, nº11: 474).

Ao contato com a realidade de seu mundo, a triste, doce e pura donzela romântica transforma-se em outro tipo de mulher. A mulher idealizada do Romantismo deveria chorar e refugiar-se em si mesma contra as perversidades da matéria. Contudo, com o choque da materialidade agressiva de Zacharias, Josephina sai do seu mundo idealizado romântico e entra no mundo materialista e violento de seu oponente, tornando-se tão agressiva quanto ele, ao ponto de o rapaz pedir desculpas e buscar, em atitude de humildade e medo, o livro que havia jogado no telhado. “— Fifina, tive medo de ti, parecias uma tempestade. Nunca te vi assim” (APOLINÁRIO, 1873, nº11: 474).

Em outro momento do romance, mostrando a superioridade do idealismo, Apolinário coloca os dois opostos em combate, André destroça Zacharias em uma disputa amorosa, levando seu oponente, até então tido como valente, a uma grande humilhação. “No animo d'uma moça, cujo coração bondoso aspira outro coração, em que possa fundir o seu, como duas flores fundem entre si os perfumes, resultão no facto em questão tres consequencias favoraveis a André”. A primeira foi a sua bravura, pois André era superior aos seus detratores da família Esperidião; a segunda foi o “culto á verdade e á justiça personalizado n'um individuo e sympathia a esse individuo”; e a terceira foi o “prestigio dos conquistadores” (APOLINÁRIO, 1873, nº 11: 477). Em suma, Josephina eleva André à posição de “um semi-

deus”, em que “a reunião de todos os attributos possiveis d’um genero reunidos em um só individuo por meio das faculdades abstractivas. Por isso é sempre bello, sublime e grandioso. O perfume das rosas celestes bafejou André na alma de Josephina. O homem surgiu o anjo” (APOLINÁRIO, 1873, nº 11: 477-78). Toda aquela idealização amorosa que a menina desejava ao ler *Paulo e Virginia* foi transferida para André. Mesmo sem conhecê-lo, ela já o amava e o narrador mostra como a menina o identificou ao ver passar pela rua:

Zacharias na vespera affirmára que elle passava todas as manhãs pela rua Clara.
 Como mirante ficava no centro da cumieira, a impossibilitava de vê-lo perto da janella, ainda que fosse visivel em distancia. Tomou a resolução de esperal-o.
 Como o conhecer entretanto?
 Confiou n’um presentimento.
 Passarão diversas pessoas.
 De balde Josephina procurou identifiical-as com a imagem que creára. O verdadeiro André destacou ao longe. Ella sentio o coração confrangido por cruel aneio desfazer-se n’um elasterio divino. Do labio derramou uma phrase sublime de harmonia e inspiração: E’ elle! E’ elle!
 Foi um canto cheio de vida que lhe brotou do peito!
 Foi a antevidencia do amor que lhe dilatava a pupila da alma com os novos horisontes de sua existencia!
 Era mulher, amava (APOLINÁRIO, 1873, nº11: 479).

A idealização do amor estava completa e o “materialismo de Esperidião e Pulcheria, que poderião trazer uma consumpção de tédio, desapareceu, foi esquecido nos enlevos mysticos, nos sonhos de ouro e azul”. Josephina então “amou dois annos sem André suspeitar de sua existencia” (APOLINÁRIO, 1873, nº 11: 479). Aqui, Apolinário Porto Alegre cria sua mocinha idealizada, a doce e pura Josephina que passa a amar André sem ao menos conhecê-lo e o descobre no meio da multidão através da “antevidencia do amor que lhe dilatava a pupila da alma com os novos horisontes de sua existencia!”. Essas meninas puras, doces e amorosas, que hoje podem ser lidas um tanto quanto “bobocas”, são retiradas do modelo alencariano. Qual seria o modelo mais perfeito de virtude do que a loira Cecília do romance *O Guarani*? Jovem, bela, mimosa, com espírito infantil, sonhadora e, acima de tudo, casta e recatada (ALENCAR, 2004: 30-31). Todas as heroínas de Apolinário seguem esse mesmo padrão. Nesse romance é Josephina, n’*O vaqueano* (1872) é Rosita, no conto *A Tapera* (1874) é a casta Laura, na peça *Sensitiva* (1873), o grande modelo de virtude é Florinda, etc. Ao falar da “nossa iconografia imaginária”, elaborada por Alencar com os modelos “das mocinhas, dos índios, das florestas, deve aos seus livros muito de sua fixação social; e de modo mais geral, para não encompridar a lista, a desenvoltura inventiva e brasileirizante da prosa alencarina ainda agora é capaz de inspirar”. Schwarz salienta que “é preciso reconhecer que sua obra nunca é propriamente bem-sucedida, e que tem sempre um quê descalibrado e, bem pesada a

palavra, de bobagem” (2012: 39). A mesma afirmação serve também para a obra de Apolinário Porto Alegre, pois ele serviu-se do modelo alencariano, como é possível verificar na biografia e, praticamente, crítica literária, feita sobre o escritor cearense, na qual ele não esconde sua admiração. Contudo, em Apolinário também encontramos as mesmas incongruências na forma gerada pela importação do romance europeu e a tentativa de combinação com a matéria local, além do uso dos grandes temas como a carreira social, a capacidade dissolvente do dinheiro, o embate entre a aristocracia e a burguesia, a oposição entre o amor e o casamento por conveniência. Retomando a citação inicial, como enfatiza brilhantemente Schwarz, “fiel à realidade observada (brasileira) e ao bom modelo do romance (europeu), o escritor reedita, sem sabê-lo e sem resolvê-la, uma incongruência central em nossa vida pensada” (2012: 42). Essa era a forma da literatura produzida por Alencar e também essa é a mesma dissintonia que encontramos na literatura de Apolinário, juntamente com outros aspectos que caracterizam a literatura romântica.

2.2.1.2. *O tom pitoresco do romance: a fotografia romântica da sociedade.*

Em um dos melhores trechos do romance, procurando inserir a matéria local ao texto, Apolinário Porto Alegre, realizando uma verdadeira descida antropológica, ao descrever minuciosamente um estabelecimento da cidade, o armazém de Esperidião. Realiza nesse trecho um contraste entre o Brasil e a Europa, sintetizado por esse estabelecimento, pois “o que ha de pitoresco, mesclado, extranho e vago na elaboração da raça brasileira resalta em mosaico de seus frequentadores”. Esse pitoresco é ocasionado pela própria negação da inovação e o apego ao passado e seus costumes. Talvez, seja por isso que esse local “torna-se menos acessível á invasão estrangeira, e recalcitrante varia ao infinito, como n’um kaleidoscopio, os caracteristicos que lhe são peculiares”. Quem o frequenta não é o indivíduo “civilizado” pela cultura europeia, nesse caso o personagem André, mas é o “populacho”, segundo as palavras do narrador, “é emfim a trachea immensa e enorme, pela qual resfolga o pulmão sanguineo da servidão”. Seu dono, o Sr. Esperidião, é a síntese desse lugar, “prima como specimen. Não lhe falta sequer um lineamento” (APOLINÁRIO, 1873, nº9, 381-382). A respeito desse trecho, Meyer diz que “saborosa e realista, a descrição do armazém poderia figurar nas *Memórias de um sargento de milícias*” (1999: 301).

Como todas a vendas do paiz apresenta os traços originaes, que surprehendem o europeu, que acostumado em sua patria a consideral-as apenas em seu pequeno commercio de bebidas, admira vêl-as entre nós exhibindo toda a sorte de generos de mercancia, destacando como bazares de exiguas proporções, innumeradas em casa povoado, nas esquinas de cada quarteirão.

Além d’isto o que ha de pitoresco, mesclado, extranho e vago na elaboração da raça

brazileira resalta em mosaico de seus frequentadores. O rebotalho social ainda fiel aos costumes primevos, pela sua própria ignorancia, quiçá afferro ao passado ou desprezo pelas novidades, torna-se menos accessivel á invasão estrangeira, e recalitrante varia ao infinito, como n'um kaleidoscopio, os caracteristicos que lhe são peculiares. A taberna é o meeting diario do populacho, é o pnix, o forum, o comicio para o desabafo de amarguras e alegrias, para o desafogo d'alma na effusão da amizade e dos odios; é emfim a trachea immensa e enorme, pela qual resfolga o pulmão sanguineo da servidão.

A do Sr. Esperidião prima como specimen. Não lhe falta sequer um lineamento.

Encontra-se n'ella de tudo um pouco. Desde os ingredientes e hervas medicinaes, como: mel de mandaçaia, tajuá, poejo, ijapicanga, que dão-lhe uns ares affins com uma drogaria, até a roupa feita, como: ponchos de bichará, palas, calças de picote, que a fazem assemelhar a uma alfaiateria.

Pelas hobreiras das portas, á porfia, desenrolão-se as amostras de mercadorias penduradas de pontas de paris. Pouco mais ou menos o seguinte: um feixe de vassouras de piassava, um balaio de creciuma, samburás de taquara, abanos de palha de botiá, mantas de bacalháo e miraguaia, corvinas saldas, um mólho de macella da terra, um bonito assado de charque, murcilhas, linguiças, restias de cebollas e alhos, uma camisa de algodão, um rebenque, e no mez de Junho, como appendice extraordinario, uma roda com alguns fogos de artificio; bem como na estação calmosa no esvão das duas portaladas centraes um enorme cartaz de papelão, tendo uma garrafa pintada de azarcão com esta palavra em esgalhados gregotins:

GENGIBIRRA!!!

Na rua, junto á calha do lagedo, é raro durante o dia não aparecer uma pilha de lenha, alguns saccos de milho, arroz, feijão, ervilhas, ao sol para desinçarem do gorgulho, e uma ou outra barrica com outros generos (APOLINÁRIO, 1873, nº9, 381-382).

O personagem Esperidião é um tipo local, não um homem no meio rural, mas um indivíduo peculiar da região já urbanizada da Província. Esse cidadão da capital provincial, das camadas baixas da sociedade, sobrevive e procura lucrar através de engodos e explorações. O narrador o retrata em toda a sua imoralidade, diríamos que ele seria o antagonista do virtuoso André, porém ele é um dos personagens mais bem acabados da história e, juntamente com o mundo social da sua venda, consiste no elemento que mais se aproxima do tom realístico do romance, distante da moral burguesa e do amor tolo de André importado do modelo romântico europeu. O personagem principal tem peculiaridades bastante interessantes, como por exemplo, a sua vida boêmia e o desapego às coisas “materiais e práticas” graças aos benefícios de sua posição social gerada pela estância de seu pai:

O Sr. Esperidião não tem poupado esforços para tornar sua casa bem areguezada e distincta das outras. Apesar de engenho mazerro, teve tactica nos meios empregados, embora nem sempre licitos.

Na frontada da venda, logo abaixo da cimalha, sobre um fundo pintado de oca, sobresahe o nome com que baptisou seu estabelecimento. Eil-o na sua integra:

ALMAZEM D' NUVIDADES RARAS

Não reparem no orthographo e estylo do titulo. Ahi palpita o homem, expande-se, viceja e esfolha em toda a sua naturalidade.

N'um dos portaes garrula de sol a sol um illustre papagaio, que, a par das garridas cores da plumagem, aduna uma excellente memoria. E' uma lenga-lenga interminavel desde que amanha. O animalsinho é bem ensinado e tem uma garganta de aço.

A' alguém que passa, grita elle, ainda de tarde:

—Bons dias. Entre meu amigo, a casa é nossa. Vendem-se baratas coisas vasqueiras e boas. Olhe, tem inhapa! sempre inhapa!

Tem vendagem! Sempre vendagem!

A's vezes a parlenda vai de chofre sobre uma senhora. Destôa o discurso, mas consegue o intuito em algumas occasiões.

Se atravessa algum crioulinho, eil-o de topete arrufado e a lingua n'um solfejo entremeiado de assovios de vaia:

—Fóra, moleque, fóra! Fiú, fiáo, fiú, fiáo!

Fóra, bagadú, fóra! Fiú, fiáo, fiú, fiáo!

Para o honesto e tranquillo cidadão o Sr. Francisco Vieira, que móra na visinhança, é para quem a ave intelligente do Sr. Esperidião não guarda a devida cortezia. A intervalllos despeja do bico adunco contra o bom velho uma duzia de improperios e doestos indignos até de menção.

Ao lado do papagaio não devia faltar o macaco. Tambem havia uma guariba na parte externa do balcão; chamariz e entretenimento da negrada e outros frequentadores.

Papagaio e macaco, o burlesco e alvar da palavra e o gesto esgaratujado e ridiculo do homem, constituição dois traços salientes da physionomia do dono. Mais um alimaria n'aquelle muzeu, o gambá, e tél-o-ião pouco mais ou menos photographado em seu physico e moral.

De manhã, mãi Thereza, cognominada a Nanica em razão da altura, com os primeiros alvares do dia estava na venda de Esperidião que a affagava por seus proprios interesses. Retirava o fogareiro e panella que ali deixava sempre, e ia cuidar da preparação de seus acipipes afamados em toda a cidade. No mocotó, quitutes, moquecas e esparregados de carurús, como manipulação do angú, fubá, mingáos e acassá, ninguem a excedia. O mondongo, que lhe passava pelas mãos em materia prima tosca e despexivel, surdia n'uma iguaria de apreciavel gosto, capaz de inspirar quatro ou cinco paginas eloquentes a Ramalho Ortigão; a piava adubada com dendê era um d'esses pratos, que levaria mais de um Vatel, na falta d'elle, a recorrer ao suicidio; o *conducto* de carás e pintados com quingombó e comari n'uma piroada faria meleiro não ir melar.

A arte culinaria déra-lhe meios de alforriar-se a si e a dois filhos, em companhia d'uma gloria legitima.

O vendilhão soube attrahil-a, engambeliando-a com pequenos presentes e expressões affaveis, e dando-lhe tudo mais em conta que em outra qualquer parte.

Ter Nanica ao lado era ter um exercito de consumidores. Familias havia que procuravão de constante a celebrada mão de vaca da quitandeira; os homens de jornal, operarios, cangueiros, quando batia o prégio, voavão presurosos á taberna para o almoço e janta, e com as refeições lá vinha a vontade de matar o bicho ou de ter sobremasa, e as torneiras derramavão a flux chacaça, vinho e melado; além d'isso devemos accrescentar as compras feitas por esta gente dos provimentos necessarios, que erão outras tantas fontes de extracção dos generos.

Não poupava affano o tendeiro, como vêm.

Até um d'esses idiotas inoffensivos, que, conservando a fórmula humana, perdem sua grandeza moral, excluem a personalidade; aberrações lastimaveis, onde a malicia e a infancia tão irreflectida como innocente, achão pabulo para regabofe, foi uma mina explorada por elle.

A população de Porto Alegre ainda deve lembrar o celebre maniaco pela geometria, morto não ha muitos annos. Quem o não vio detido em frente a uma esquina a simular com o dedo no muro uma demonstração sobre chimerica figura? Bradando voz em grita:

—As parallelas são iguaes a x , x é igual a Catiça?

Pois bem, era o Catiça que empilhava lenha, torrava café, o moia, picava fumo, pilava a cangica e prestava outros pequenos serviços, com a paga apenas de alguns cigarras de refugo ou um copazio de gerebita.

Examinemos ainda algumas origens de redditos, na apparencia insignificantes e na realidade bastante productivas.

Em processos de bebidas refrigerantes como: gengibirra, garapa, maduro e aloá designava o debito, termo medio, 100\$000 annuaes, e o credito 400\$000; portanto um saldo a favor da caixa de 300\$000.

Em composições de chimica corriqueira como: agua e campeche para o vinho, agua e fumo ou pimenta do reino para a aguardente, feita a estimativa entre o preço da factura e a receita das vendas a retalho, dava um resultado de 40% de lucro.

Em rifas, pois não existia a lei 1.099 de 18 de Setembro de 1860, quanto alcaide e frandulagens havia no negocio, era jogado em sortes por valor triplice ou quadruplo.

Taes alicantinas de Espiridião são ainda imperfeito rascunho em comparação de outras misturas e combinações deixadas aqui em silencio. Comtudo não devemos esquecer a balança, da qual uma concha sempre descancava no balcão á pressão dos pesos sentados sobre uma folha de papel pardo. Era uma bateia inexharivel, uma lampada de Aladino! Em cada libra escamoteava sempre meia quarta! Em cada quarta duas ou quatro oitavas e não sei mesmo quantos escrúpulos! Pequenas parcelas, é certo, mas sommadas no fim de alguns annos constituirião regular peculio.

Fazia ganchos tambem no troco. De ordinario faltava-lhe um dez réis ou um vintem para complemento do retorno. Uns esquecião depois de ir buscal-o, outros consideravão-n'o desde logo no artigo lucros e perdas.

Emfim a venda de Esperidião ostentava-se em suas feições distinctas como uma sentina de vicios, e não raramente um latibulo de sicarios e bandidos (APOLINÁRIO, 1873, nº 9, 382-385).

Semelhante ao pintor retratista inglês William Hogarth, citado pelo narrador como referência, ele procura retratar aquele cenário pitoresco e confuso do subúrbio da capital provincial, frequentado pela camada mais baixa da sociedade porto-alegrense: escravos, operários, pequenos funcionários liberais, bandidos, jogadores, etc, ou seja, a gente comum. Esse lugar, com esses indivíduos, ainda não foi influenciado pela cultura letrada europeia, ainda permanece intocado pelo progresso da civilização. Percebemos que ele não ignora esse mundo subalterno da sociedade porto-alegrense e procura da forma mais realística possível, inseri-la no romance, gerando um interessante contraste entre os personagens.

Durante a circuição do dia era o que bem ou mal debuxamos. Algazarra, tumulto, label de vozes e pachuchadas, torvelinho de cabeças desde o-leiteiro que ia tomar café ou mate a'te o jornaleiro refazendo as forças para tornar ao trabalho.

Na hora da sésta como amadornava, no emtanto. A's vezes podia-se ouvir o zumbido da abelha ou varejeira que ali vinhão ao saque. O caixeiro ficava só no contador e com a cabeça derrubada entre os cotovellos cahia no estado lethargico entre a vigília e o somno. O papagaio enfiava o bico debaixo da aza e dormia sobre um pé no poleiro. O guariba embolado em cima d'uma barrica ou jacá fungava tranquillamente. Apenas sentado na soleira o cangeuiro aproveitava aquelle espaço em tecer a palha de botiá para a manufactura de toscos chapéos, ou a quitandeira bocejava junto ao taboleiro de doces ou verduras.

De noite, sim! Empallideces palheta do Hogarth! Penna, nem sequer bosquejas as scenas palpitantes, emmaranhadas, confusas no conjuncto, esplendidas em separado!

A jogativa ferve n'uma segunda divisão da tenda, da qual está separada por um tabique de madeira. Ali dissipão o suor do dia na manilha, sólo, trinta e um, e no vispora pelas noitadas de inverno, alguns homens imprudentes. O taberneiro é quem lucra; pois não toma parte no esbanjamento e tira o indispensavel barato.

No recinto da tasca diferentes grupos se fórmaão de expressiva côr local. A japona acotovella o poncho e á bluzza, a rossilhona roça a alpargata e esta ao sapatão reúno.

Derreado sobre um surrão de mate, um barril ou sacca, o cabloco agaúchado, o capanga trombudo, afinão o canto na viola que retilintina melancolica; o avoadado, o bahiano, o amante da lua tomão do violão e ao dedilhar das cordas vibrantes desferem a modinha e o lundú; o africano na marimba extravasa d'alma as tristezas de poleá e as saudades da patria.

Dos escravos uns demorão as compras entretidos; muitos valem-se da folga para tasquinharem na reputação dos senhores, calumniando-os a maior parte das vezes no justo ressentimento do captiveiro; outros espreitão o ensejo para deporem n'aquelle immundo telonio o furto feito em troca de qualquer ninharia.

Pitão charutos, cigarros e até nos catimbáos de barro, por isso a athmosphera ali peja-se de espesso nevoeiro; conversão em tons desabridos e a gamma chula vai da chufa com saibo de sarro e alcool á esburgada phrase da obscenidade; a lingua, este orgão da superioridade do homem sobre o resto da criação, desembainha se uma lamina ervada e ejacula o virus da torpeza, a sanie das chagas sociaes; não faltão tambem o saracoteio libidinoso, a embriaguez, o jogo e o amor barregão.

E' aqui, entre tal gente, que nasceu o banzé e o turumbamba (APOLINÁRIO, 1873, nº 9: 385-386).

2.2.1.3. *Os personagens.*

Logo no início do romance, André queixa-se a seu cunhado Albino, pois seu pai está obrigando-o a ser engenheiro.

Meu Albino.

Como vão todos na estancia?

Como passa meu amavel pai, aliás damnado e insupportavel, quando lembra-se que seu filho André será um dia piloto, (como lá chamão aos engenheiros e quaesquer outros medidores de terras) que ha de applicar a seus dominios os principios de agrimensura.

Tu que és meu amigo, e espero serás em breve meu cunhado, vê se lhe tiras da cabeça semelhante monomania. Prova-lhe como bem te aprouver que não nasci para esta coisa que chamão mathematicas, mostra ainda os inconvenientes que provem do desvio das vocações, e como exemplo cheio de eloquencia traz a vida de Casimiro de Abreu, sua morte prematura, e carrega com minha licença o esfuminho. Não rias da exigencia. Meu pai está imbuido d'um erro a meu respeito, e, se seu quanto é difficil desencasquetal-o de uma opinião quando se lhe arraiga no craneo, não descreio comtudo dos felizes resultados d'uma catechése bem dirigida (APOLINÁRIO, 1873, nº 7: 314).

O interessante de próxima passagem é a referência ao tipo que o pai de André se encaixa, um “teimoso campeiro”.

Meu Albino, te concedo mais gostoso a mão de minha irmã, se consegues dissuadir ao cabeçudo de meu pai dos designios malevolos sobre mim. Avalio quanto é difficultosa a empresa, por isso mesmo minha gratidão será relativa. O velho é duro de queixo como um redomão em seus primeiros repasses, comtudo não faltarão meios para demovel-o.

Diplomacia! Diplomacia! E levas de vencida o teimoso campeiro (APOLINÁRIO, 1873, nº 7: 315).

Quando faz referência à região da campanha rio-grandense, André, e também o narrador, utilizam termos específicos, como nessa frase “vê se me soccorres lá dos teus pagos, meu dilectissimo Albino, pôde ser que tu, meditando friamente e fóra das circunstancias que me rodeião, sejas mais feliz.” (APOLINÁRIO, 1873, nº 7: 315)

André nasceu e cresceu na estância de seu pai e isso é mostrado no momento que ele fala de seus bons tempos na estância com a irmã mais nova Zezé, afirmando que ela “deixou de ser a inquieta curruira dos meus bons tempos da estancia” (APOLINÁRIO, 1873, nº 7: 316). Irritado com seu pai, André não lhe manda nenhuma lembrança por Albino, “e ainda... nada, nada... não quero negocios com meu pai, enquanto não perder o vezo de querer-me de graphometro ás costas, como um d’esses gringos que percorrem as ruas, vociferando: Amollador! Amollador!” (APOLINÁRIO, 1873, nº 7: 316).

Pela primeira vez, o narrador passa a palavra para o pai de André e logo notamos a diferença na linguagem desse personagem. Ele é um estancieiro, com caráter e personalidade diferente de seu filho.

Só meu tio não apparecia ainda. Eis senão quando o vejo destacar sob a ramada do umbú e encompridar o passo em direcção a mim.

Veio a tempo, porque eu não sabia como responder a todos.

—Então como te foste longe da querencia? Fallaste com o primo Antonico sobre o negocio?

—Arranjou-se tudo, repliquei.

—Onde estão as cartas de André?

— Não escreveu, meu tio.

— Não escreveu? E’ impossivel!

— Não primo, intromettu-se Zezé, o Dedéco não nos esquece nunca.

— Nem digo o contrario. Ou não escreveu ou as cartas levarão descaminho.

— Quem sabe o que houve?! Ponderou teu pai com a fronte annuviada por subita idéa que lhe assaltára. Se o rapaz encanizou-se nos estudos e la me anda pelas embiras!? Elle é capaz... sempre gostou de agachadas assim... Quando me lembro do puava do potranco pimpção que nenhum domador quiz sujeital-o, e elle só conseguiu apertar a cincha!? Paral-o manso que nem um dogue!?

E dito isto com as feições consternadas sahio da roda e foi conversar a sós com seus sinistros presentimentos, no cupiar. Ahi encontrei-o immovel, com os braços cruzados sobre o peito e o olhar pasmo.

Quem o viesse, diria que estava a contemplar a guasca que atava o muchacho ao cabeçalho do carro.

Não me vio chegar.

— Em que pensa, meu tio?

— Ah!... No André. Elle andava aqui sempre a rabiscar papeis. Talvez lá o séstro de pôr o preto no branco lhe augmentasse, e temo não lhe vá acontecer algum desmancho, como ao filho do Juca Tiradeira.

— O filho do Tiradeira não foi por estudo, inda hoje pôde repetir com os nossos antigos: Moço monarcha não se assigna, mas risca a marca. Não são os livros que fazem mal. E de mais André é robusto, goza de saude, meu tio.

Reflecti assim para distrahil-o.

Foi inutil e não socegou enquanto não fez ir um proprio ao Alegre para esperar a

mala.

Já vês pela eterna ladainha que, ataca-o em suas convicções, seria chamar sobre mim sua colera olympica (APOLINÁRIO, 1873, nº 8: 347).

A diferença entre as duas regiões é marcada na fala de André, por exemplo, quando diz: “E’ uma madrugada de lagarto como dizem os patricios lá nos pagos; mas que gósto de pôr em pratica nas cidades” (APOLINÁRIO, 1873, nº 8: 347). Ao passar a palavra para o pai de André, o estancieiro Francisco Dias de Fogaça, percebemos uma grande transformação no texto. Há uma grande diferença entre o filho e o pai, o primeiro já está marcado por leituras, e a cultura da cidade tão grandemente influenciada pela “civilização” europeia, o segundo é um indivíduo do pampa rio-grandense, como mostrado no decorrer do romance. A fala do estancieiro é marcada por “ditos” e expressões que posteriormente serão consagradas como gaúchas, consagração que se deu dentro da própria literatura. Outro ponto importante é que a diferenciação entre o filho da cidade e o pai do campo não é demarcada por características físicas ou de vestimenta, mas pela personalidade e visão de mundo. O filho é um poeta, idealista e romântico, que em sua fala cita diversos escritores; o pai é estancieiro pragmático, almeja um fim, não idealiza e nem romanceia nada, nem mesmo o amor, algo tão idolatrado pelo filho.

Meu André.

Recebe um apertado abraço, antes de tudo.

Então já vais indo muito adiantado em teus estudos? Inda não acabaste com estes refugadores de preparatorios? E’ grande o trecho?

Com os diabos! Se velhaqueião tanto, estou vendo que não vens feito piloto. Atira-lhes uns bons rebençaõs e para diante, André! Está-me parecendo que não és meu filho, aquelle que domou o Pimpão!

Não me vás tambem abochornar com algum arranco de sopetão. Não muito, nem nada. No tranquito vai-se longe, e não abomba o pingo. Estuda, porém, sem demazias.

Escuta uns conselhos que são bons a seguir, meu filho.

Estás me gastando muito por ahi. Centro e quarenta mil réis por mez vão adelgaçando meus haveres...

O compadre Manduca anda-me sempre á colla, gritando:

— Seu filho é um sorvedouro, compadre. N’esse andar leva-lhe a estancia de rodadas. E será bem bom que não venha como o do Tiradeira...

— O caso não é tão feio...

— Não; não é! Dinheiro nas mãos de André é uma pelota na correnteza, lá se vai aguas abaixo.

Calo-me e digo cá comigo:

— Anda lá, tu não tens filho nos estudos, e estás a rebentar de ciumes!

Gasta, rapaz, gasta, com tanto que venhas piloto de mão cheia para caçoarmos com o compadre. Havemos de corcoveiar de riso.

Digo-te no mais que não te mettas de queixo com muchacas que são como carrapato na rez. Chupão as diabinhas a dar peste n’um pobre homem. Outro sim não vivas a repenicar as chilenas pelas salas; porque não se tira nunca bons resultados. Para amores sobirão tempos e então estás mesmo uma criança!

Vem piloto e verás que dia de festa! Brodio por casa; mato sete novilhas, bons vinhos, devasto o gallinheiro desde os perús até a minha criação de nambús, boto o parrelheiro

sem reservar tiro nem parada.

Heup! Põe a galope essa pilotagem, cerra-lhe espora na tua paleta e has de vêr como vais encher-me.

Depois até com minha influencia empurro-te a deputado.

Apressa o negocio... Se te tornas caborteiro, eh! barbaridade!... não desespero só, morro de paixão.

Não repares, são más idéias que ás vezes me fazem malucar. Todos os pais devem ser assim, meu filho.

Adeus, André.

Teu pai que muito te estima

Francisco Dias de Fogaça. (APOLINÁRIO, 1873, nº 8: 352-353).

Em suma, o pai é um materialista e o filho um idealista como vemos nesse trecho seguinte:

Ora um poeta nos intermundios azues da phantazia, librado n'um vôo em que perde de vista o mundo cheio de miserias, agiotagem e mercantilismo; respirando em atmosphaera rescendente de amor; deve forçosamente sentir calafrios ao lêr uma carta tão material, como a do Sr. Fogaça (APOLINÁRIO, 1873, nº 8: 353).

Esse juízo entre os dois não é feito por André, mas pelo narrador que surge pela primeira vez no romance e, posteriormente, defende a perspectiva idealista do poeta cidadão André, perante o materialismo de seu pai estancieiro. Mesmo adquirindo a cultura cidadina, André herdou os traços físicos benéficos da vida na campanha: “Seu talhe elevado e elegante não eclipsava de todo o desenvolvimento muscular do homem, cujo pulmão bebeu dos ares puros da campanha” (APOLINÁRIO, 1873, nº 8: 355). Nisso, o narrador faz um interessante retrato de André:

O crepusculo desbotado d'uma tarde de inverno, vacillante ás lufadas doidas do minuano, doirava uma vidraça e ia cahir sobre o moço pensativo junto á mesa.

André era bello.

Seu talhe elevado e elegante não eclipsava de todo o desenvolvimento muscular do homem, cujo pulmão bebeu dos ares puros da campanha.

Seu busto, dir-se-hia, cortado em marmore, com mestria. Emmoldurado por aneis de cabellos negros, pallido hoje ás vigalias da cidade em bailes, serenatas, estudos e amores lesbianos, alentava uma fronte magestosa e proeminente; uns olhos pretos ordinariamente languidos, porém vividos e chammejantes, se a colera os incendia; uma bocca, onde o sorriso pouzava constantemente, embora quasi sempre fosse a traducção da ironia ou do sarcasmo, que frechava de sob o bigode espesso, unica parte da barba que usava.

Seu moral era inclinado á melancolia, ainda que ás vezes se entregasse a louca jovialidade. Durante um anno tres mezes pertencião á alegria, os outros á tristeza.

Talvez se admirem da incoherencia notavel de suas cartas com a feição caracteristica de seu temperamento. Não ha que admirar (APOLINÁRIO, 1873, nº 8: 355-356).

É perceptível o contraste entre a ingenuidade do homem do campo, permeado por lendas, e credices populares, frente ao cidadão já banhado pelas luzes da civilização. José

Bernardino dos Santos, com o pseudônimo de Daymã, assume uma posição semelhante, em relação à ingenuidade do campeiro, no seu conto *Boi-Tatá* (1969).⁴²

Sois medonhas, noitadas do sul, incutindo mil terrores ao peito do mais audaz campeiro, ourejando-lhe a fronte em sonhos vertiginosos! Sois nas credices do povo cheias de boitatás e caipóras flammejantes, de urutãos que soltão o brado d'entre a copada mata e arrancão do armentio a berraçada angustiosa do susto! E se alguma coisa amenisa o quadro, é a mimosa visão do crioulinho do pastoreio errando na orela dos banhados, sangas e arroios (APOLINÁRIO, 1873, nº8, 359).

O narrador também faz uso de termos típicos de uma região do Rio Grande, como por exemplo: “E o imaginar é desenfreado, effervescente, convulsivo; é como a pororoca e o pampeiro” (APOLINÁRIO, 1873, nº 8: 360).

2.2.1.4. *A narrativa.*

No romance *Feitiços d'uns beijús*, ao atentarmos para sua estrutura narrativa, percebemos que ele vai sendo modificado ao longo da história, começando pelo gênero epistolar e depois assumindo o tom da prosa narrativa. Além disso, encontramos relações intertextuais com outras obras literárias anteriores e no mesmo período da escrita da obra. Outra leitura possível seria apontar para a relação entre os senhores e seus escravos, em que vemos a superioridade dos brancos e a agressão física e moral contra seus cativos negros. Por fim as contradições entre o campo e a cidade, pontuadas nas diferenças entre André e seu pai.

Um terço do romance foi desenvolvido através de trocas de cartas entre os personagens, André, Albino e Francisco Dias Foçaga, o pai de André. Esse tipo de estrutura é denominado romance epistolar. No entanto, a partir da carta do pai de André, a primeira escrita por ele próprio, pois até então sua fala tinha aparecido através da intermediação de Albino, surge pela primeira vez o narrador da história, sendo ele em terceira pessoa. Contudo, sua visão não é impessoal, pelo contrário, toma posição no texto, pois advoga em favor do personagem André perante o desejo de seu pai em vê-lo formado em engenharia. A esse desejo de Francisco Dias, o narrador diz: “Ora um poeta nos intermundios azues da phantazia, librado n'um vôo em que perde de vista o mundo cheio de miserias, agiotagem e mercantilismo; respirando em atmospheria rescendente de amor; deve forçosamente sentir calafrios ao lêr uma carta tão material, como a do Sr. Fogaça”. Essa tomada de posição por parte do narrador era comum nos romances do século XIX, principalmente aqueles em terceira pessoa que vigoraram durante esse período, com os romances históricos de Walter Scott e Leon Tolstoi e o panorama social da *Comédia Humana* de Balzac (ZILBERMAN, 2012: 112-113). Cabe

⁴² Alessandro Lazzari expõe uma interpretação semelhante a minha em sua tese.

lembrar que a exigência de imparcialidade do narrador, gerando uma espécie de revolução no romance, com *Madame Bovary* (1857) de Flaubert (JAUSS, 1994) (ZILBERMAN, 2012: 113) ainda não havia chegado aos escritores brasileiros.

Contudo, um último ponto nesse aparecimento do narrador no romance *Feitiço d'uns beijús* é que, por vezes, ele também assumia posição neutra e atribuía aos leitores o papel de juiz dos personagens. “Veção os versos que elle escrevera e estabeção a apreciação que lhes aprouver. A nós compete a fidelidade da historia, a vós, leitor ou leitora, o juizo” (APOLINÁRIO, 1873, nº 8: 354). Essa busca pela “fidelidade da historia” fazia parte da concepção dos escritores do século XIX em suas considerações como realistas, pois a realidade era mostrada tal como realmente era, ou seja, faziam uma espécie de “fotografia” social em seus textos.⁴³ A defesa da imparcialidade na retratação dos personagens feita por Flaubert foi uma tentativa de solucionar essa “crise do realismo” em sua representação da realidade, pois, ao mesmo tempo em que procurou modificar o narrador, ele mostrou o narrador, no caso em terceira pessoa, servindo como intermediário entre o leitor e o mundo ficcional (ZILBERMAN, 2012: 113-114). Esse destaque do narrador, que agora passa a ser levado em conta em um romance, também poderia ser visto como antecipação da questão do surgimento da subjetividade do historiador. Em outras palavras, a crise de realismo coincide, em características, com a descrença do relato imparcial e exato da realidade passada pelo historiador.⁴⁴

Forte mania!

Não há duvida, quer matar-me! e arrojou a carta que acabava de receber para longe.

Era André em seu gabinete de trabalho.

Tinha razão.

No momento em que lh'a troucerão, terminava a segunda poesia, depois de duas horas. Uma intitulada: *Alvorada de amor* e a outra: *Crê e espera*.

Ora um poeta nos intermundios azues da phantazia, librado n'um vôo em que perde de vista o mundo cheio de miserias, agiotagem e mercantilismo; respirando em atmosphaera rescendente de amor; deve forçosamente sentir calafrios ao lêr uma carta tão material, como a do Sr. Fogaça.

E' desgraçadamente o fadario dos talentos artisticos entre nós.

Taes e quejandas rajadas acabão frequentemente por quebrar as azas diamantinas das vocações sinceras.

Malaventurados poetas!

Não basta o abutre que trazem desde o berço a lhes roer a viscera! De necessidade se

⁴³ Alencar, provavelmente no prefácio de *Sonhos de Ouro*, fala sobre essa fotografia social. Mesma expressão que Apolinário utilização na bibliografia daquele autor.

⁴⁴ Sobre a questão da subjetividade do historiador. Ver: SCHAFF, Adam. "Por que reescrevemos continuamente a história?". In: *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p.269. CARR, Edward H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p.28. BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. 2ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2007, p.45-46.

torna que a familia e o mundo, não os compreendendo, venhão roubar o remanso a sua recamara, as volupias infinitas da solidão e as poucas horas dadas ás musas!

Gladiadores do bello, porque Deus vos ha de povoar o peito com vizões celestes, quando o pó vos rodeia, como uma nuvem de toxicos lethaes? Porque haveis de ter uma alma, harpa sublime da crença, quando a terra não sente?

O' zoologia, sciencia das sciencias, porque collocaste o homem na classe suprema do reino animal!?

Porque déste a realza ao unico ente que, com consciencia, assassina, rouba, calumnia e mente no seio da Creação? Que desconhece a todo o indigtado de Deus, seu semelhante, insulta-o, esbofetea-o, persegue-o, e, depois de apedrejal-o, crucifica-o?

O genio ou o ente dotado de longa intuição racional e de imensa e delicada sensibilidade, não é o omnivoro dos Cuviers, é o indigete que derrama a luz de sua aureola sobre milhares de creaturas que apenas se lhe assemelham a fórma. E' o Christo no auge do martyrio a exclamar com os olhos cravados no céu: "Perdoai-lhes, Senhor, não sabem o que fazem"

André não estará em taex condições: mas amava, portanto era poeta.

Vejão os versos que elle escrevera e estabeleção a apreciação que lhes aprouver. A nós compete a fidelidade da historia, a vós, leitor ou leitora, o juizo (APOLINÁRIO, 1873, nº 8: 353-354).

O narrador passa a ser um observador da história que conta, assim como o leitor é um observador do que é contado pelo narrador. Os dois, nessa narrativa, estabelecem um pacto ficcional. Nesse caso, a narrativa decorre no tempo da fala, ou seja, o narrador mostra ao leitor que observa a cena ao mesmo tempo em que o leitor vai conhecendo a história. Isso, aliás, é anterior à própria crise do realismo citado na análise acima, pois foi a partir dela que se começou a questionar a posição do narrador, uma vez que ele teria conhecimento de toda a história e, por isso, não poderia assumir essa postura "deslocada". Em suma, enquanto a história somente se apresentaria no presente para o leitor, por outro lado, para o narrador, a história se apresentaria no passado.

Outros inventem bellas theorias, accumulem hypotheses sobre hypotheses, nós, pobres garatujadores das letras, vamos acompanhar a personagem de nossa historia.

Sahindo, André, foi á praça da Independencia a marche-marche phrenetico. Escolheu o vaso mais fronteiro á Azenha e depoz a carta. Hoje talvez não exista o silencioso depositario, e se existe, ha de ser esborcinado, ou victima de quantos ultrajes grosseiros a malicia e o desleixo podem inventar ou produzir: depois que os edis brasileiros entenderão acabar com os documentos tracionaes das ruas e praças para sua militarisação, não ha como vêr policia municipal (APOLINÁRIO, 1873, nº 8: 357).

Às vezes, esse narrador surge como um personagem, por exemplo, no trecho acima, em que ele começa a falar sobre o atual aspecto daquela região da cidade, pois ele não sai do texto como nas reflexões gerais que costuma fazer, na verdade, ele continua no texto, porém, dialogando diretamente com o leitor. Interessante nesse trecho da história, é que o narrador, de certa forma, abandona o seu personagem principal:

Dexemol-os em seus planos profundos!.....

Era uma noite merencoria e afflictiva!

Ouvião-se só os balidos intermitentes do minuano que a espações sacudia as azas, o respiro offegante das folhagens no seio da natureza estremeçada, o grito estridulo do quero-quero vigilando na varzea e os sacramentaes e classicos alertas das sentinellas!

As estrellas instillavão funebres clarões nutantes, como tocheiras que bruxoleião junto a um morto! Fazia um frio! De vez em quando tenue filamento de neve desenrolava-se, branco como os capulhos de algodão! (APOLINÁRIO, 1873, n° 8: 358).

No final do sexto capítulo, o narrador opera uma atitude curiosa. Já foi mencionado que ele se apresenta ao leitor como vivenciando os fatos no mesmo tempo presente do último. Nesse trecho isso é novamente constatado, como se pode ver a seguir:

Quando o crioulo trouxe o chocolate, o moço disse-lhe:

—Leva esta carta ao correio. Vou deitar-me. Se alguém procurar-me diz que estou doente.

E foi dormir. Vamos aproveitar o ensejo para visitarmos outros personagens que se ligão estreitamente á ação d'esta historia (APOLINÁRIO, 1873, n° 9: 381).

O ponto curioso é ter anunciado que irá visitar “outros personagens que se ligão estreitamente á ação d'esta historia”. Portanto, em certa medida, ele abandona o seu personagem principal e conduz seu leitor a outro cenário da história. Como no teatro, em que abaixa a cortina e depois se levanta novamente para o início de outro ato.

Vês esta rua, leitora?

E' a rua Clara.

Vês esta casa de tres janellas e um sotão?

E ao lado uma taberna com porta de communicação entre ambas?

Tudo pertence ao Sr. Esperidião José Joaquim Francisco. Entremos. A casa de negocio seja a primeira em nosso exame (APOLINÁRIO, 1873, n° 9: 381).

Dialoga diretamente com o leitor, mostrando um ponto da cidade de Porto Alegre comum a ambos. Ele conduz o leitor para um exame naquele estabelecimento, uma verdadeira análise do lugar, em que descreve de forma minuciosa cada utensílio vendido naquele local (APOLINÁRIO, 1873, n° 9: 381-382).

O narrador se distancia do tempo presente, o mesmo do leitor, e passa a indicar que já conhece toda a história, indicando, inclusive, algo que irá se suceder mais adiante:

Aos onze foi ao balcão e sorveu algumas balastracas e bolivianas, e, para equilibrar a receita com a despeza, debitou no borrador a Francisco Vieira, a quem votava odio de morte por motivos que expenderemos no capitulo seguinte (APOLINÁRIO, 1873, n°9, 388).

Além disso, dialoga diretamente com o leitor, ou melhor, com a leitora, pedindo desculpas por não ter palavras para retratar a imoralidade da família do taberneiro:

Afinal o marido referio á cara consorte o occorrido e ambos bambolearão-se novamente nas convulsões do riso. (Não sei se a leitora admittirá a palavra riso para essa especie de genero humano... Paciencia! Ainda não inventarão outra que se adapte.

Culpe aos dicionários e não ao romancista) (APOLINÁRIO, 1873, nº 9: 388).

O narrador passeia em torno dos personagens, observando suas histórias e características particulares. Além disso, fala ao leitor como se ele também, aos poucos, estivesse conhecendo melhor a história:

André em sua carta sobre o Chico Caipóra elucidou-nos ligeiramente sobre a excentricidade de seu gênio.

Vamos ajuntar mais algumas palavras sobre a tenacidade de que era ele dotado debaixo da influência da lembrança de Ignezita, e como a maldade de Zacharias não respeitava nem os amuletos d'uma veneranda e augusta velhice (APOLINÁRIO, 1873, nº 10: 388).

O narrador procura descrever fielmente a cena, como quando diz “Ahi vai uma d'estas scenas fielmente reproduzidas:” (APOLINÁRIO, 1873, nº 11: 530). Nesse ponto, ele deixa a historia correr, com André em primeira pessoa falando a si mesmo e, depois dialoga com outros personagens.

Neste trecho, André fala para Albino sobre o seu desejo de queimar os livros, sendo que os autores citados são matemáticos que perturbam a sua poesia. Isso vai ser concretizado em outro momento do romance.

Se o conseguires, dou-te trinta abraços e cem beijos, e antecipadamente convido-te para assistires ao mais gracioso auto de fé que tenha assistido a christandade des Torquemada.

Ha de ser uma folia como na noite de S. Josão! Uma fogueira nutrida por Bezout, Bourdon, Vicent, Lacroix, Laloble, Ottoni, Avila e outros inimigos de meus devaneios poeticos...

Desabafei afinal! Apre! Que eu tinha trezentas arrobas de chumbo dentro do peito. Uff! (APOLINÁRIO, 1873, nº 7: 315).

Neste trecho da história, o narrado faz uma menção a um trecho que pode ser encontrado na obra *Dom Quixote*, de Cervantes:

Está-me parecendo que é uma roceira gorda e bochechuda capaz de esfriar-te os vãos pindaricos. Uma Dulcinéa envolta em pó de farinha como a amante de D. Quixote, encontrada pelo bom do Sancho, em Toboso. Inclino-me a esta reflexão, por causa dos beijús (APOLINÁRIO, 1873: nº 8: 347-348).

Neste outro trecho, ele utiliza um verso de Lamartine e faz uma relação com Molière:

Era uma quinta-feira ennoiteceu, tomou os versos e juntamente com uma carta fechou-os n'um enveloppe.

Depois accendeu a lampada de kerosene e apoderou-se das *Meditações* de Lamartine.

L'isolement o deteve um extase.

Quando encontrou o verso tão justamente celebrado:

Un seul être nous manque et tout est depeuplé
fechou o livro.

“—Eis a verdade que me esmagara! E diz aquella mulher que me ama! Burla!... Meu Deus! proseguiu depois de breve pausa, se isto é uma chimer, um sonho! Se ha um

plano de martyrisar-me!... Não, é crível. E' a primeira vez que amo e será a ultima, o juro.

E este *juro* foi de uma prolação sinistra como o de Molière, expirando.

—Hoje, continuou elle após momentos, devo saber tudo. E' necessario. Eu amo, mas nunca admittirei que minha dignidade sirva de ludibrio... Porém, que interesse terá uma moça em confessar o que póde prejudicial-a? (APOLINÁRIO, 1873, nº 8: 356).

O narrador faz uma analogia com um personagem de uma lenda grega: “A allucinação é uma especie de leito de Procusto; amplia a largas proporções o que é argueiro e torna um atomo o que é gigantesco e grande” (APOLINÁRIO, 1873, nº 8: 359). Procusto é um personagem da lenda de Teseu.

O narrador também faz uso de metáforas, por exemplo, “andar de cara á banda” (APOLINÁRIO, 1873, nº 7: 316) uma expressão que atualmente é utilizada como “ficar de cara à banda”, que significa ficar envergonhado. Usa metáforas como “sorumbatico como um caracará dezazado n'um pateo de galinhas” (APOLINÁRIO, 1873, nº 7: 316), que significa alguém triste no meio de tantas pessoas, nesse caso em particular, esse indivíduo teria sido um grande homem que foi rebaixado a uma posição inferior, ou seja, um grande falcão que perdendo as asas teve que viver com as galinhas. A expressão e a metáfora foram utilizadas por André para demonstrar a Albino qual seu sentimento depois do ocorrido na academia, em que perdido em devaneios, tornou-se objeto de risadas por seus colegas e complacência por seu professor de aritmética.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES:

Nesse capítulo, em sua primeira parte, analisamos o surgimento do projeto que pretendeu dotar o recente Estado brasileiro de uma identidade nacional que o diferenciasse, em um contexto global, dentro do surgimento dos modernos Estados-nacionais. Esse projeto tinha como base a constituição de uma literatura brasileira, sendo embalado pelo Romantismo europeu, tendo no Brasil adquirido características próprias e peculiares que acabaram diferenciando-o da literatura produzida pela sua antiga metrópole, Portugal. Esse movimento teve início com o surgimento da revista *Niterói*, fundada em Paris, por um grupo de jovens brasileiros, no ano 1836, sob a liderança de Gonçalves de Magalhães. Esse projeto de dotar o Brasil de uma literatura nacional chegou ao seu auge com a proposta alencariana, em que foram consolidados os traços fundamentais da literatura e identidade brasileira. Adiante, na segunda parte, aprofundamos, por outra perspectiva, a inserção da literatura produzida por Apolinário a esse projeto de constituição da literatura brasileira. Como vimos no final do primeiro capítulo, devido ao surgimento das pesquisas universitárias, houve questionamentos

do seu papel como precursor do regionalismo gaúcho e, ao mesmo tempo, o surgimento de argumentos que o conectavam à literatura produzida por Alencar. Entretanto, a conexão estabelecida entre o precursor, ou não, do regionalismo gaúcho e Alencar, primavam pela dita vertente regionalista desse último.

Em razão disso, procuramos um caminho diferente para analisar as características presentes na produção literária de Apolinário a fim de comprovar a sua filiação aos preceitos românticos, que vigoraram naquele período da literatura brasileira e em seu principal nome José de Alencar. Em vez de utilizar a relação estabelecida, tão exaustivamente trabalhada por Zilberman, Baumgarten, Moreira, Lazzari e Gomes, entre a denominada vertente regionalista de Alencar e Apolinário Porto Alegre, correlacionada pelos romances *O Gaúcho* e *O Vaqueano*, preferimos analisar outras das suas publicações que constam na *Revista do Partenon Literário* e que ficaram fora do cânone do regionalismo gaúcho. Por essa razão, atribuímos uma grande importância ao romance *Feitiços d'uns beijos*, publicado naquela revista, entre os anos de 1873 e 1874.

O outro caminho traçado nesse segundo capítulo foi gerado pela correlação entre a dissintonia das formas dos romances urbanos escritos por Alencar e o romance *Feitiços d'uns beijos* de Apolinário. Como base comparativa, empregamos a análise feita por Roberto Schwarz ao primeiro escritor em seu livro *Ao vencedor as batatas*. Como ficou exposto, as mesmas incongruências demonstradas por Schwarz como presentes em algumas obras de Alencar podem ser encontradas em *Feitiços d'uns beijos*, além de outros escritos literários, produzidas por Apolinário. Essa incongruência é gerada pela dissintonia da forma, através da tentativa de combinação entre o molde do romance europeu e o uso da matéria local.

CAPÍTULO III: NEM SÓ DE VAQUEANO VIVE UM ESCRITOR: O REGIONAL-NACIONALISMO DE APOLINÁRIO PORTO ALEGRE

No capítulo anterior exploramos a relação entre a literatura produzida por Apolinário e a da corte, de José de Alencar, dando atenção ao efeito da dissonância gerada pela tentativa do uso do molde europeu com a matéria local. Neste capítulo, retomaremos os apontamentos estabelecidos pelo discurso historiográfico sobre o Regionalismo literário gaúcho, analisando como ele era praticado por Apolinário Porto Alegre. Como já demonstrado, a partir das pesquisas universitárias, foi demonstrada a influência da literatura produzida por José de Alencar sobre o romance *O Vaqueano*, e outros contos ditos regionalistas, de Apolinário. Entretanto, essa conexão estabelecida entre o precursor, ou não, do Regionalismo literário gaúcho tem por base a vertente regionalista de Alencar, principalmente o romance *O Gaúcho* (1070) e suas outras obras concebidas como pertencentes ao eixo indianista, como *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865).

Buscando averiguar tal relação, no primeiro tópico comentaremos o que os principais historiadores e críticos da literatura brasileira entendem pelo conceito de regionalismo e a vertente dessa literatura difundida por Alencar. Posteriormente, exploraremos as obras de Apolinário que foram consagradas pela historiografia sulina como precursoras do Regionalismo literário gaúcho, como: *A faca dum valeiro* (1869), *O vaqueano* (1872) e *A tapera* (1874).

No tópico seguinte, pretendemos analisar os ensaios críticos de Apolinário que enfatizam a sua intencionalidade em fazer parte do projeto romântico de constituição da identidade brasileira, através da defesa de uma literatura nacional separada da portuguesa. Faremos isso demonstrando o seu antilusitanismo, que o assemelhava aos românticos brasileiros desejosos de criarem uma nação brasileira e, por isso, necessitavam evidenciar as peculiaridades locais frente a um contexto de surgimento das nações, além de mostrarmos a defesa que Apolinário Porto Alegre fez da existência de uma literatura brasileira, através do enaltecimento de quem ele considera como o maior escritor dessa literatura, José de Alencar. Em seguida, apontaremos que tanto a intenção de evidenciar a peculiaridade da identidade brasileira quanto a constituição de uma literatura nacional passavam, no caso do escritor sul-rio-grandense, pela constatação do mestiço como tipo característico da nacionalidade brasileira.

Por fim, pretendemos retomar os pontos levantados nessas duas análises sobre o seu

papel como precursor, ou integrante como preferem alguns historiadores, do Regionalismo literário gaúcho e integrante do movimento romântico em torno da nacionalidade brasileira para reavaliar o uso da matéria local, como o caso da Revolução Farroupilha e o tipo social do gaúcho, nessa tentativa de se inserir no todo nacional e ao mesmo tempo afirmar uma particularidade regional, gerando o que alguns teóricos chamam de “dupla natureza” da literatura regionalista gaúcha.

3.1. ALENCAR E O REGIONALISMO ROMÂNTICO: O PROJETO DA LITERATURA BRASILEIRA APÓS 1870.

Não é necessário dizer que o conceito de Regionalismo literário gaúcho, além da própria complexidade inerente ao termo regionalismo, não envolve apenas o campo literário. Desde o seu início, no século XIX, esse movimento teve pretensões – além de literárias, políticas e culturais – de constituir uma comunidade regional sul-rio-grandense a qual, após um processo de ressignificação identitária, passou a ser identificada como a comunidade gaúcha (GOMES, 2009). Sabendo disso, decidimos eleger o campo literário como base para a nossa pretendida análise sobre a identidade gaúcha, pois acreditamos que o Regionalismo gaúcho, como movimento, se apropriou da literatura regionalista que, conforme os estudos de João Pinto da Silva (2013) e Guilhermino Cesar (1956), tem por base a temática gauchesca, em prol da constituição de uma identidade regional.

Conforme comenta Xosé Nuñez-Seixas (1995), falando particularmente sobre o caso espanhol, existe uma espécie de regionalismo de tipo federalista, que não propõe o surgimento de nações alternativas através do seu direito à autodeterminação. Em outras palavras, esse tipo de regionalismo é uma forma de regeneração do nacionalismo espanhol que, por sua vez, não tem como objetivo a descentralização administrativa (1995: 492). O argumento que esse historiador galego defende é que, apesar da defesa de suas identidades regionais, esses regionalismos não causariam a fragilização do Estado Nacional. Fazendo uso da teoria que Haup⁴⁵ elaborou para explicar a experiência alemã, Nuñez-Seixas afirma que, na verdade, essa espécie de localismo pode ser entendida como uma forma de fortalecimento da nação pelo aumento de um sentimento de pertencimento a um local patriótico (1995: 492).

Para o antropólogo Ruben Oliven, uma característica do regionalismo é a oposição das

⁴⁵ V. H. G. Haupt. “Die rekonstruktion der regionen und die vielfalt der loyalitäten im Frankreich des 19. Und 20. Jahrhunderts”, in G. Lottes (ed.). *Region, Nation, Europa. Historische Determinanten der Neugliederung eines Kontinents*. Heidelberg, Europa Verlag, 1992, pp. 121-126, e C. Applegate, *A Nation of Provincials: The German Idea of Heimat*. Berkeley, University of California Press, 1990.

regiões entre si, em que, dentro do quadro nacional, cada uma delas seria diferente da outra. Nesse sentido, o “regionalismo aponta para as diferenças que existem entre regiões e utiliza estas diferenças na construção de identidades próprias”. Além disso, semelhante ao nacionalismo, o regionalismo engloba em si diferentes facetas sociais, contendo desde reivindicações populares até os interesses das classes dominantes (1992: 16). Fazendo uso do pensamento de Markusen, o estudioso salienta a necessidade de se considerar os conceitos de região e regionalismo, pois eles são muito mais intrincados que as concepções de Estado e classes, uma vez que “o regionalismo estaria associado à emergência do Estado e a uma configuração territorial que este assumiu historicamente”. Conseqüentemente, “a dimensão política desempenharia um papel fundamental na definição do regionalismo, pois embora uma causa regional possa ser somente econômica na sua natureza, seu objetivo é político”. Portanto, ela somente se torna “regionalizada justamente por intermédio de uma reivindicação face uma instituição do Estado, visando uma modificação no tratamento das questões territoriais” (1992: 18). Dessa forma, a política do Estado é um elemento essencial que caracteriza esse tipo de fenômeno, dado que, citando Markusen (1981: 83), “regionalismo é uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificadas territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado” (1992:18). Sendo assim, como enfatiza Oliven:

O regionalismo, nessa perspectiva, pode ser encarado como um campo de disputas no qual grupos com diferentes posições e interesses se enfrentam. Nesse sentido, Bourdieu argumenta que as lutas a propósito da identidade regional se constituem num caso particular de lutas de classificação, lutas pelo monopólio de impor a definição legítima da divisão do mundo social (1992: 19).

Desta maneira, defende o estudioso, fazendo uso do pensamento de Pierre Bourdieu (1980: 69), que o regionalismo, semelhante ao nacionalismo, não passaria de um campo particular de disputas simbólicas entre os seus agentes engajados individualmente ou coletivamente, tendo por objetivo a “conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e dos lucros correlatos, tanto econômicos como simbólicos”, ligados às manifestações simbólicas da identidade social (1992: 19). O Rio Grande do Sul:

[...] pode ser visto como um estado onde o regionalismo é constantemente repostado em situações históricas, econômicas e políticas novas. Mas embora as conjunturas sejam novas e a roupagem dos discursos se modernize, o substrato básico sobre o qual estes discursos repousam é surpreendentemente semelhante. Nesse sentido, poder-se-ia afirmar que o gauchismo é um caso bem sucedido de regionalismo, na medida em que consegue veicular reivindicações políticas que seriam comuns a todo um estado. A continuidade e vigência desse discurso regionalista indicam que as significações produzidas por ele têm uma forte adequação às representações da identidade gaúcha (OLIVEN, 1992: 65).

Esse gauchismo de que fala Oliven tem por base o tipo social do gaúcho que, juntamente com a campanha e a Revolução Farroupilha, figura como elemento central da temática gauchesca, dando o tom característico do Regionalismo literário gaúcho. Portanto, temos a integração entre o campo literário e o campo simbólico das disputas políticas e sociais. Vemos isso na exposição feita pela antropóloga Maria Eunice Maciel, quando ela diz que “foi o escritor José de Alencar (que sequer conhecia o Rio Grande do Sul) o primeiro a escrever um romance no qual o gaúcho aparece como herói”. Em suma, temos aqui a junção entre os dois campos, aparentemente diferentes como a arte e a política, em disputa para a constituição da identidade.

José de Alencar, além da consolidação da literatura brasileira, foi atribuído também como o formador do regionalismo literário brasileiro. Conforme Maria Eunice Maciel, “dada a importância de José de Alencar nessa época, é possível que sua influência tenha sido um dos fatores de mudança na atitude dos intelectuais locais frente ao gaúcho” (2000: 85). Conforme Heron de Alencar, o escritor cearense:

Depois de haver iniciado o registro da vida brasileira como um todo, numa visão de conjunto que abarca o que há de mais característico no amplo panorama do país, o romancista, em certo sentido limitando o seu campo de observação, vai fazer o romance representativo de determinadas regiões, ou porque essas regiões lhe pareceram mais diferenciadas e de características mais fortes, ou porque nelas naturalmente se dividia o país, àquela época: o norte, o centro e o sul. E dentro de cada uma delas focalizaria o aspecto interior, a vida agrícola e pastoril com suas peculiaridades, seus hábitos, seus costumes, suas tradições, as relações sociais aí verificadas, os pormenores da vida coletiva, abandonando o aspecto urbano das capitais, que lhe serviu para outro tipo de romance (1999: 262).

Segundo o mesmo estudioso, Alencar não foi o primeiro a publicar um romance de tipo regionalista. Bernardo Guimarães e Franklin Távora fizeram isso antes dele, porém, ele foi capaz de avançar se comparado com os outros dois romancistas. Além do mais, foi ele quem melhor conseguiu desenvolver os aspectos realistas do Romantismo brasileiro (1999: 263-64). Heron considera *O gaúcho* (1870), *O tronco do ipê* (1871), *Til* (1872) e o *Sertanejo* (1875), obras, chamadas por Alencar de romance brasileiro, como pertencentes a essa vertente regionalista (1999: 264). Semelhante consideração foi exposta por José Aderaldo Castello, que denomina os mesmos romances como pertencentes a vertente ruralista da prosa alencariana (1999: 270). Para Antonio Candido, a literatura regionalista de Alencar começou a partir de 1870, em parte estimulada por um contrato com a Livraria Garnier, no qual resultou na publicação de doze romances e um drama, sendo que o décimo terceiro foi revelado postumamente. Além disso, foi também nesse período que Alencar imaginou fazer da sua obra um levantamento sobre o Brasil (1975: 222).

Nessa perspectiva, devemos compreender que o Romantismo não foi apenas uma forma nova de se pensar a arte, mas foi também, em um sentido amplo, uma revolução política, pois em cada país onde se manifestou, buscou criar uma comunidade nacional e dotá-la com um passado coletivo comum, além de valorizar as características que entendiam ser definidoras para a nação que surgia. Por essa razão, torna-se totalmente compreensível a relação entre o Romantismo e as lutas políticas do seu tempo (ALENCAR, 1999: 311). Em decorrência disso, a adoção do Romantismo e o processo de emancipação política frente a Portugal são, na verdade, as duas faces de uma mesma moeda. No caso do Brasil, Heron de Alencar comenta que, em qualquer uma das três divisões do romance romântico – histórico, regionalista e urbano – é possível encontrar elementos da valorização nacional, aspecto necessário ao processo emancipatório e de criação da nação brasileira (1999: 311). Ademais, no romance regionalista também houve o encontro do espírito nacional com o mundo real, enquanto no romance histórico ocorreu a projeção da nacionalidade acima da realidade. Porém, em ambos, vigorou a valorização do *ethos* brasileiro, sendo que, a partir da literatura regionalista, buscou-se “reencontrar o homem e identifica-lo pelos traços particulares que o situam no tempo e no espaço” (ALENCAR, 1999: 312).

Dentre os três tipos de literatura brasileira surgidos com o Romantismo no século XIX, o regionalismo propagado por José de Alencar, como afirma Afrânio Coutinho, seria uma decorrência do indianismo. Conforme o estudioso:

[...] surgindo da própria massa da originalidade nacional e constituindo o ponto de partida, cheio de sugestão, de tôdas as tentativas posteriores de encontrar materiais peculiarmente brasileiros para dar expressão literária à consciência nacional. É daí que resultam o culto do sertão e do sertanejo, o caipirismo, o caboclisto, e, acima de tudo, o regionalismo, que foi, afinal, a feição mais alta que ainda gerou êsse brasileirismo (1968: 170).

Esse regionalismo orientou-se, semelhante ao indianismo proposto pelos românticos, pela busca da cor local e do pitoresco. Como diz Coutinho, “procurando em virtude do princípio relativista de que o homem varia conforme os tempos e lugares, captar a sua verdade na diversidade exterior e interior – costumes, sentimentos, linguagem – que o tornam típico”. Segundo ele, “essa teoria encontrou clima sobretudo no romance, mas ela serviu de base também para a valorização da história local e das criações populares ou folclore (1968: 171). De acordo com José A. Castello, com o romance regionalista de ambiente rural, como ele denomina, Alencar foi capaz de representar o “Brasil parcialmente delineado em termos lendários e míticos nas narrativas indianistas e históricas”. Ele pode esboçar uma “galeria de tipos – o “senhor” proprietário, peão gaúcho, o vaqueiro nordestino, também a presença do

animal selvagem ou domesticado. As raízes dos padrões e valores deste universo provêm da nossa formação colonial” (1999: 271). Em suma, como salienta o autor, Alencar desenvolveu um tipo de temática que iria até Guimarães Rosa, antecedido por Inglês de Sousa e os narradores gaúchos.

No caso do Rio Grande do Sul, o primeiro documento literário que versou sobre a matéria local foi o “Soneto monarca”, datado antes de 1835, sendo posteriormente republicado por Caldre e Fião em sua obra *O corsário* (1851). Conforme Augusto Meyer, esse autor teria sido o precursor do romance regionalista gaúcho, pois ele aproveitou temas e costumes locais nas suas obras *A divina pastora* (1837) e o já referido *O corsário*. Entretanto, somente por volta do final da década de 1860, surgiu de fato um movimento literário de cunho regionalista, iniciado pela Sociedade do Partenon Literário. A partir disso, foi com autores como Apolinário Porto Alegre, José Bernardino dos Santos, Aquiles Porto Alegre, Alberto Coelho da Cunha, e logo depois, Carlos Jansen e Oliveira Belo, que a “literatura rio-grandense tomou pé no regionalismo” (1999: 300). No que se refere à obra *O gaúcho*, de Alencar, o crítico sul-rio-grandense comenta:

No *Gaúcho*, do José de Alencar, havia de fato um romance regional fracassado para o ponto de vista do nosso regionalismo incipiente, que era uma das formas dessa triste limitação de perspectiva chamada “realismo”. E, não obstante, bastaria tal critério de escola, em que a verossimilhança acabou jungida à superstição grosseira do documento humano, para negar-lhe qualquer valor, como obra literária? Não deveriam prevalecer, em última análise, as razões de estilo e inventiva poética, as razões supremas da arte, que não pode ser medida senão com sua própria unidade métrica? Pelas mesmas razões, na escala de valores relativos do nosso patrimônio, viverá o romance de Alencar, com todas as suas claudicações de veracidade e apesar da sua audácia às vezes leviana e enfática, muito mais que os romances e contos fiéis, decalcados meticulosamente sobre o contorno real da vida campeira. Estes, no andar do tempo, condenados pela própria mesquinhez dos seus limites, acabarão transformados em meros subsídios para o folclorista, o etnógrafo, o estudioso de vocabulários regionais (2002: 84-85).

Assim, Meyer aponta que dele surgiria a vertente do regionalismo na província mais meridional do Brasil, absolvendo a má qualidade do romance. Nesse sentido, para esse autor o regionalismo surgiu como uma fragmentação do nacionalismo romântico, que, posteriormente, vai se misturar com o pensamento naturalista. Por último, como motivo literário, esse mesmo tipo de literatura teria se desenvolvido devido ao seu “relativo insulamento” das outras regiões do Império brasileiro no Rio Grande do Sul (1999: 299).

O estabelecimento desse tipo de literatura no Rio Grande do Sul andou *pari passu* com as tentativas de constituição da identidade regional. Ao mesmo tempo em que se estabelecia e, por assim dizer, formava um sistema literário – seguindo o modelo estabelecido por Antonio

Candido (2000: 23-26) – sul-rio-grandense, delineavam-se os contornos daquilo do que seria *a posteriori* a identidade gaúcha. Segundo defende a historiadora Carla Renata A. S. Gomes (2009), a constituição dessa identificação regional por parte daqueles escritores sul-rio-grandenses se estabeleceu através da afirmação ao pertencimento à nacionalidade, como considera a historiografia, por meio da continuação da literatura nacionalista, em sua vertente regionalista propagada pelos românticos, que buscavam instituir uma identidade e literatura nacional para o Brasil. Algo semelhante também é dito por Sandra Pesavento, ao comentar que a “construção imaginária “interna” de um delineamento identitário regional pela via literária” se deu com a fundação do Partenon Literário, no ano de 1868. Segundo a estudiosa, “tendo Caldre e Fião, que retornara ao sul, como uma espécie de patrono, e Apolinário Porto Alegre como líder e fundador, o Partenon Literário representou uma verdadeira expansão da vida cultural na província” (2003: 224-25).

Para Meyer, o sentimento que marcou esses primeiros escritores sulinos foi o interesse dos “cidadinos curiosos do particularismo da vida campeira”, assim como sua linguagem, costume, tradições, etc. Esse tipo de sentimento já estava presente no que o autor considera como a primeira novela regional, *O Vaqueano* (1872), escrito por Apolinário Porto Alegre e publicado na *Revista do Partenon Literário*. Apesar de ter sido escrita em 1869, antes de *O gaúcho* (1870) de Alencar, segundo o estudioso, nesse romance encontramos a forte influência do escritor cearense, “inclusive no pitoresco falar dos índios Guaicanas” (1999: 301), influência essa que teria sua origem nas obras indianistas de Alencar, como *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865).

Além d’*O Vaqueano* de Apolinário Porto Alegre, Meyer também cita outras obras desse período como pertencentes a essa categoria regionalista romântica no sul do Brasil, como, por exemplo: *A mãe de ouro* (1873), de Alberto Coelho da Cunha; *Serões de um tropeiro* (1874-76), de José Bernardino dos Santos; *O patuá* (1879), de Carlos Jansen, além do *Crioulo do Pastoreio* (1875), do próprio Apolinário, no qual descreve os costumes e lendas locais. Outra obra é *Os farrapos* (1878), de Oliveira Belo, em que o autor constituiu um romance histórico, no qual a Revolução Farroupilha serve de pano de fundo histórico para a trama. Apesar da existência dessas obras literárias, esse grupo não deixou nenhuma obra que pudesse ser considerada definitiva, ou mesmo de grande importância, porém, “preparou a sensibilidade para a mais afinada compreensão de uma literatura de fundo nativista ou costumista”. A partir de 1910, o Regionalismo literário gaúcho se fortalece com o influxo do Naturalismo, período que passou a ser conhecido como, segundo Meyer, a sua “idade de ouro”. Não obstante, essa “idade de ouro” do Regionalismo gaúcho não está correlacionada à qualidade das obras.

Conforme afirma esse autor, muitos dos textos desse período caíram na mesmice cíclica dos diálogos, temas e paisagens (1999: 302), sendo considerados por ele de baixa qualidade e criando um tipo de “sub-regionalismo sem densidade humana” (1999: 302-3), uma vez que, seu maior defeito “estava na prenoção de um gauchismo típico, fixado em padrões convencionais”. No entanto, apesar do empobrecimento qualitativo da literatura local, esse período produziu grandes nomes, como os de Alcides Maya, Roque Callage, Simões Lopes Neto e Darcy Azambuja (MEYER, 1999: 303).

Alcides Maya (1878-1944) foi capaz de superar o regionalismo puramente descritivo e pitoresco, devendo ser considerado como um marco na literatura sul-rio-grandense. Nas palavras de Meyer, outro importante escritor foi Simões Lopes Neto, tido pelo teórico como “um dos maiores regionalista do Brasil e um dos maiores *conteurs* americanos” (1999: 304). Ressalta-se que esse movimento iniciado no século XX, mesmo tendo em certa medida continuado as propostas e ideias do período de constituição da identidade brasileira, diferenciou-se do Regionalismo difundido pelo Romantismo no século anterior. Ao tentar conceituar a literatura de temática gauchesca dessa “idade de ouro”, João Pinto da Silva diz que, “de fato, o nosso regionalismo é todo de acentuado cunho fronteiriço, ainda quando a ação de contos e novelas se desenvolve longe da linha divisória” (2013: 105). Segundo Luciana Murari:

[...] a literatura regionalista assumiu grande relevância para a caracterização da heterogeneidade do país, para a representação dos grupos sociais marginais em relação ao processo de modernização produtiva e para a incorporação do patrimônio simbólico das camadas populares interioranas ao imaginário nacional. Sobretudo nas três primeiras décadas do século XX, quando se consagrou como expressão por excelência das propostas de exaltação nativista na criação literária, o gênero assumiu inflexões ideológicas e políticas diversas, incorporando à cultura escrita uma proposta de registro das tradições comunitárias rurais, ainda majoritárias no cenário nacional, mas virtualmente condenadas à extinção em face do avanço da modernidade, assimilada ao cosmopolitismo, à vida urbana e à indústria (2010: 160).

Nesse sentido, o Regionalismo nesse princípio do século XX buscou resgatar, através da literatura, a tradição das comunidades locais, procurando nesse processo de “criação das identidades nacionais a inspiração para definir os elementos simbólicos capazes de tornar a região reconhecível como um conjunto cultural”. Portanto, como enfatiza Murari, “Regionalismo e nacionalismo, afinal, operam no sentido de promover a negociação entre a tradição comunitária e as demandas de legitimação social próprias às instituições políticas modernas”. Segundo essa estudiosa, isso significou a valorização do mundo rural no sentido de manutenção de sua ancestralidade (2010: 161). Em suma, apesar de buscar pela constituição de uma identidade regional através da literatura local, os sul-rio-grandenses eram

defensores do projeto constituidor de uma identidade nacional. Por isso, o enaltecimento do regional, apesar de algumas posições contrárias, servia como uma confirmação da vontade de pertencer a essa nova nacionalidade, ou seja, a *brasileira* (PESAVENTO, 2003: 232). Tal lógica foi defendida pela historiografia sul-rio-grandense a respeito dos literatos sulinos, uma vez que em seus horizontes de expectativa (KOSELLECK, 2006) afirmavam o local ao mesmo tempo em que almejavam a sua inserção no contexto nacional.

3.2. O REGIONALISMO LITERÁRIO GAÚCHO DE APOLINÁRIO PORTO ALEGRE.

Nesse subtópico, iremos recuperar as obras de Apolinário Porto Alegre consideradas como pertencentes à literatura regionalista gaúcha, como o romance *O Vaqueano* e os contos *A faca d'um valeiro* e *A Tapera*. Ambos foram publicados na *Revista do Partenon Literário* e posteriormente reeditados em livros.⁴⁶ No subtópico seguinte, elaboraremos um contraponto com as suas concepções nacionalistas.

3.2.1. *A faca dum valeiro* (1869).

O conto *A faca d'um valeiro* foi publicado nos quarto e quinto números da *Revista do Partenon Literário*, lançados no mês de junho e julho de 1869, respectivamente. O mesmo conto foi republicado no livro de contos *Paisagens*, com o título de *O valeiro*, cuja impressão se deu na Tipografia Imprensa Literário no ano de 1875, na cidade de Porto Alegre (MOREIRA, 1982; 1987).

Essa curta história envolve quatro personagens, o casal de noivos Jacínio e Amelia, do seu irmão Leonel e do coronel Varena. A Revolução Farroupilha aparece como pano de fundo para a trama, centrada nas investidas dos farrapos contra a capital provincial, esta que se

⁴⁶ Ao lado do canônico romance *O Vaqueano*, acrescentamos outros dois textos: *A faca dum valeiro* e *A Tapera*. Justificamos esse acréscimo, em primeiro lugar, pela afirmação de João Pinto da Silva (SILVA, 2013: 105-125), como consta no próprio prefácio da nova edição da obra escrito por Carlos Baumgarten, que houve a consolidação da crítica literária no Rio Grande do Sul a partir de seu trabalho (BAUMGARTEN, 2013: 5), Apolinário é alçado à posição de “precursor do regionalismo rio-grandense” (SILVA, 2013: 111). A matéria dessa afirmação, feita por aquele estudioso, é o livro *Paisagens*, publicada pela primeira vez em 1875, fazendo parte da coleção Biblioteca Rio-grandense de Rio Grande (MOREIRA, 1987: 11). A segunda justificativa fica por conta das diversas leituras feitas sobre Apolinário ao longo do século XX, após a publicação do livro de João Pinto da Silva, que vimos durante o primeiro capítulo desse trabalho, que sempre enfatizaram o romance *O Vaqueano* como tendo sido marco fundador do regionalismo gaúcho. O acréscimo somente daqueles dois únicos contos, em preterição, por exemplo, ao conhecido *Monarca da Coxilhas*, deve-se ao fato de que esse estudo propôs unicamente a delimitação, por razões já explicitadas na conclusão do primeiro capítulo, as publicações de Apolinário na *Revista do Partenon Literário*.

manteve ao lado das forças imperiais.⁴⁷ Como vimos no primeiro capítulo, a utilização do evento histórico da Revolução Farroupilha se constituiu como uma das características básicas da temática gauchesca, sendo, de uma forma ou outra, uma constante na literatura de Apolinário Porto Alegre. Assim, o enredo gira em torno do triângulo amoroso formado pelo casal de noivos e o coronel, mas, no decorrer do conto e com o surgimento do personagem Leonel, o foco passa a ser a busca de vingança do irmão de Amelia pela morte do casal.

O conto está dividido em sete partes, sendo da primeira a quarta parte publicadas no quarto número e da quinta a sétima, no quinto número da revista. O narrador, em certo momento da narrativa, age como se estivesse explicando ao leitor uma lenda local em um tom pedagógico. No final do conto, o narrador se dirige diretamente ao leitor, falando sobre sua própria experiência a respeito dessa fábula local. Ele diz: “se o conto não agradar, o autor pede desculpa. E' um trabalho concebido e escripto rapidamente para preencher algumas paginas da revista” (APOLINÁRIO, 1869, nº 5: 9).⁴⁸

Como mencionado anteriormente, a história é tão curta e rápida só é possível perceber seu enredo chegada a última parte do conto, momento no qual finalmente o título e a história passam a fazer sentido. Tendo como tema central a vingança, essa que aparece quando o tenente Leonel, ex-membro da facção legalista, procura vingar a morte do casal, na qual o responsável é o coronel legalista Varena, tal retaliação somente se concretiza alguns anos após o término da Revolução. O motivo desse intento vingativo empreendido pelo tenente Varela é mostrado no enredo das seis primeiras partes do conto, nas quais percebemos ser essa uma trama simples permeada por desavenças amorosas. Nessa trama, temos o rebelde farrapo Jacinio que está noivo de Amelia, ambos se amam, porém há o legalista Varena que deseja possuir a menina. Leonel entra nessa intriga como o elemento vingador da irmã e do amigo, que foram mortos por Varena. Devido ao seu intento de punir o coronel, ele deserta do exército legalista e entra no exército farrapo. A respeito da utilização que se faz da Revolução Farroupilha, podemos dizer que esse episódio serve apenas como pano de fundo desse conto,

⁴⁷ Esse cerco a Porto Alegre foi categorizado por Moacyr Flores como sendo pertencente à primeira fase da Revolução Farroupilha, que inicia em 20 de setembro de 1835, com a fuga do presidente da província Antônio Rodrigues Fernandes Braga para Rio Grande e a entrada, do então, cel. Bento Gonçalves na cidade de Porto Alegre proclamando, o até então vice-presidente, Marciano Pereira Ribeiro como presidente da província (37-44). E termina com a proclamação da República Rio-Grandense por Antônio de Sousa Neto em 11 de setembro de 1836 (55). Ver: *Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., (Série Histórica Gaúcha 1), 1984.

⁴⁸ Um detalhe interessante é que essa intromissão direta do narrador, não consta no conto, pelo menos da reedição de 1982, que foi publicada em livro. Ver: PORTO ALEGRE, Apolinário. *Paisagens: contos*. Estudo bibliográfico e fixação de textos de Maria Eunice Moreira. Estudo crítico de Regina Zilberman. Porto Alegre: Movimento; Brasília: MinC/Pró-Memória/INL, (Coleção Rio Grande, 82. Coleção Resgate, 2), 1982.

visto que esse fato histórico não é a base temática da história. Contudo, é na aparente insignificância desse evento histórico no desenrolar do conto que podemos conjecturar a sua importância para Apolinário Porto Alegre.

Logo no início do conto, é apresentado um diálogo entre Amelia e Jacinio, no qual ela pede ao seu amor para que não lute nessa guerra, ao que ele responde: “– E' impossivel, Amelia, impossivel! Eu tenho deveres...O que não diria Bento Gonçalves, meu bemfeitor, meu amigo, meu irmão d'armas, se me visse desertar do campo?!” (APOLINÁRIO, 1869, nº 4: 23). O que está em destaque aqui é a **honra** de um combatente farrapo, que coloca o seu dever acima do seu próprio amor. Além disso, há também a **lealdade** para com seus companheiros, nesse caso em particular o chefe dos rebeldes Bento Gonçalves. Nas histórias de Apolinário cujo pano de fundo utilizado é o da Revolução Farroupilha, sempre aparecem alguns **chefes farrapos**. Nesse conto foram três: Bento Gonçalves, Neto e Canabarro. Outro detalhe é que eles são apenas citados ou aparecem como personagens menores dentro da trama, mas nunca como personagens de mais destaque. Quando Amelia diz temer a morte do noivo, esse diz que “cahira como um bravo, Amelia, porque n'esse transe solemne teria tua imagem no coração... meu ultimo suspiro seria teu nome”. O destaque aqui é para a **coragem** desse indivíduo, que não teme a própria morte diante de um campo de batalha. Logo adiante, essa mesma coragem também é demonstrada pelos soldados rebeldes, na tentativa de invasão à cidade de Porto Alegre. Constatamos isso quando o narrador diz que “a companhia de Jacinio fazia prodigios de valor, tres vezes tendo seu chefe á frente conseguira escalar o muro, tres vezes vira-se obrigada a recuar ante forças dez vezes maiores” (APOLINÁRIO, 1869, nº 4: 25). Esses dados podem ser classificados como atributos qualitativos dos indivíduos que fazem parte do exército farroupilha.

Ao longo do conto, esses atributos são constantemente repassados, como nesse momento em que há uma demonstração da força de um soldado farrapo, pois ele afirma: “ao bote, capitão, e ao largo enquanto despacho esse legalista do inferno” (APOLINÁRIO, 1869, nº 4: 24). Ou nesse outro trecho, logo após cessar os combates, em que vemos a **coragem** de Jacinio ao entrar na cidade para ver Amelia, e a **lealdade** de seus homens de segui-lo mesmo contrariando as suas ordens:

A's oito horas um batel silenciosamente cruzando o rio pojou para a ponta das Pedras, onde hoje está edificada a cadeia civil.

Tudo estava solitario, só o balido das ondas que espraivão com fracasso sobre a rocha, feria o ouvido de tres homens de pé, indifferentes ao tempo, mas perscrutando o espaço.

— Não ha ninguem, disse um envolto n'um largo e comprido ponche.

— Capitão, tornou outro, o coração não me adita boa coisa....

— *Por Deos e um patacão* que hoje o não deixo! Exclamou o terceiro que era o barqueiro que ja vimos uma vez.

— Raphael, ponderou o primeiro, já te disse que minhas ordens não soffrem commentarios e reflexões de subordinados.

O barqueiro curvou a fronte, mas sua mão pousando no cano de uma enpingarda e indo acariciar uma longa faca de campeiro, desmentia o signal de obediencia.

Jacinio acobertado pelas trevas, ladeiando o littoral, veio entrar na rua da Ponte. Ao longe seguirão-n’o dois homens resolutos e cautelosos. Erão Raphael e o seu companheiro que transgredião as ordens do chefe (APOLINÁRIO, 1869, nº 4: 25).

Todo o conto é marcado por essa comprovação qualitativa dos farrapos, porém, ao mesmo tempo em que os rebeldes são homens virtuosos, seus antagonistas, membros das forças legalistas,⁴⁹ recebem os atributos opostos, salientando suas deformidades de caráter. O inimigo de Jacinio, que também deseja o amor de Amelia, o coronel legalista Varena, é sempre retratado com os atributos contrários ao de seu oponente. Enquanto aquele é **corajoso**, esse é **covarde**. Isso fica evidenciado quando o narrador, em dado momento da história, que o coronel espreita os dois amantes pela janela, afirma: “n’uma das vidraças fortuitamente aberta, destacava-se um rosto pallido como a morte, terrível como a colera”. Defendendo a sua honra, “Jacinio mal a vê, arranca d’uma pistola, vai lançar-se após elle, quando Amelia o retém, e a tetrica visão desaparecia”. Varena é também um **covarde** diante do enfrentamento direto de Jacinio prefere ferir para depois embosca-lo na saída da cidade. “Olhou em torno, tudo estava deserto; porém, mal soltára um assobio de convenção entre elle e o barqueiro, um vulto surgiu [...]” (APOLINÁRIO, 1869, nº 4: 24). Durante a batalha, enquanto Jacinio demonstra coragem ao lutar a frente de seus homens, que faziam prodígios no campo de batalha, “Varena que defendia aquelle panno do entrincheiramento, mandára alvejar sobre o joven capitão, mas os mosquetes e as espadas respeitavão sua audacia e bizzarria”. O coronel legalista não tem nem mesmo a honra de um guerreiro no campo de batalha, ele demonstra a sua **baixeza** ao atacar o seu rival daquela maneira, e não em um combate direto (APOLINÁRIO, 1869, nº 4: 25). No final da quarta parte se dá o embate entre os dois rivais, porém de forma desigual, pois Varena embosca Jacinio enquanto este visitava a sua noiva:

Jacinio soffria diversa modificação, tinha febre, a febre da guerra; seus olhos filtravão ardentes scintillas, seu coração pulsava impetuoso em ondas de anciedade.

Fóra a lucta continuava. Era Raphael e seu companheiro que morrião defendendo o capitão (APOLINÁRIO, 1869, nº 4: 26).

Diante da covarde emboscada, Jacinio queria defender seus homens, que **lealmente** protegiam seu capitão com o sacrificio de suas próprias vidas.

⁴⁹ Pertencentes ao exercito imperial.

O que podes fazer contra uma cidade inimiga, quando és só?
 — Tu podes muito, Amelia! E sua mão apertava o coração, como querendo soffrear-lhe os impetos marciaes.
 Só tu no mundo poderias reter a bainha lamina que não conhece outro senhor além do deus das pugnas, que vôa onde ha um ferro a cruzar, e um inimigo a combater.
 E de pé com o punho cerrado sobre a meza, vergou a frente submissa.
 Omphalia vencia a Hercules.
 O amor encandeava o heróe que barateava a vida pela liberdade de seu paiz
 (APOLINÁRIO, 1869, nº 4: 26).

Apesar de aparentemente o sentimento amoroso de Amelia ter acalmado, o espírito guerreiro de Jacinio, a honra e a coragem falam mais alto quando esse se viu acossado pelo inimigo que adentrava em casa:

Amelia desprende um gripo de agonia e foi cahir nos braços de seu amante, cobrindo-o com o corpo, mas elle já tinha despido a afiada lamina e punha-se em guarda.
 —Amélia, agora vês, é minha honra que tenho a defender; e a affastava docemente.
 Retira-te (APOLINÁRIO, 1869, nº 4: 26).

Diante das virtudes de Jacinio, o seu antagonista Varena mostra-se um infame, um desonrado, covarde e desleal, pois em vez de desafiar seu rival em um duelo honrado de um contra um, acabou pedindo ajuda aos seus subordinados. Além disso, “em seu labio poizava um sorriso de sinistro contentamento”. Ordenando que Jacinio depusesse suas armas, esse se negou e demonstrando enorme coragem e valentia, não temeu em ter que lutar contra um número maior de soldados. Diante disso, em um ato de covardia dos legalistas chefiados por Varena, em maior número, matam Amelia e depois do “ritmtim de golpes, algumas imprecações, o silvo de duas balas e outro corpo que media a terra. Era Jacinio” (APOLINÁRIO, 1869, nº 4: 26).

Leonel, diante desse ato dos legalistas, até então tenente dessa facção, percebe que ali não é mais o seu lugar e se dirige para junto de Bento Gonçalves com o intento de pedir sua autorização para se juntar aos farrapos, pois ele descobre que do lado dos legalistas é onde perdura a traição e covardia. Como ele diz ao chefe farrapo, “lá... aninha-se a traição... é uma terra indigna de guardar as cinzas de meu amigo e de minha pobre irmã!” (APOLINÁRIO, 1869, nº 5: 8). Essa “virada de casaca” de Leonel, que sai do exercito legalista e entra no exercito rebelde, não é fruto do seu oportunismo diante da iminente queda da capital provincial para ante os farrapos. Pelo contrário, o ponto aqui demonstrado pelo narrador seria a da incompatibilidade de atributos entre Leonel, honrado, leal e corajoso, não se sentir mais pertencente a um grupo desonrado, desleal e covarde. Em razão disso, ao unir-se aos rebeldes farrapos durante o ataque a capital da província ele passa a ser “a alma de todo o movimento” (APOLINÁRIO, 1869, nº 5: 8), pois seus sentimentos de adesão são puros e honestos. Não

esqueçamos que esse tipo de argumento idealista é compatível com uma das características básicas do Romantismo. Conforme Coutinho é a fê e não a razão que comanda o espírito romântico (1968: 146). Por último, no final do conto vemos a sublime atitude do líder farrapo Bento Gonçalves, ao preferir preservar a cidade de Porto Alegre, esta que não tinha mais nenhuma defesa que pudesse resistir ao exercito invasor. Ainda assim, é possível observarmos, nesse mesmo trecho, que o tema romântico da vingança torna-se mais forte do que o fato histórico que serve de pano de fundo ao conto:

Depois de longas horas, a victoria ia coroar os esforços das phalanges republicanas; no Caminho Novo – a senda se abria para a tomada da cidade, para o saque e a carnificina... Ia ser um negro quadro!
 Mas no momento em que as barreiras esboroavão-se, Bento Gonçalves madou tocar retirada.
 Annibal não atacava Roma sem mais baluartes e defensores!
 Pasmarão todos.
 — Que fez, general?
 — Tinhamos sido imprevidentes, Leonel!
 Salvei milhares de innocentes..
 O mancebo amergeu a fronte enrugada pelos sentimentos de odio e vingança.
 — Eu bater-me-hei com Varena.
 — Pertence me esse direito, por certo não me quererá tambem tirar.
 — Tens razão, Leonel (APOLINÁRIO, 1869, n° 5: 9).

Seria contraditório se Apolinário Porto Alegre não enfatizasse as virtudes do próprio comandante-chefe dos farrapos, que poupou as vidas e a integridade da cidade diante de uma provável destruição. Todavia, o próprio chefe farrapo entende os motivos de retaliação do seu subordinado Leonel, que a obtém, agora não mais como um soldado farrapo, mas como um valeiro, em 1849 ao encontrar no “Caminho do Meio” seu inimigo, em que “dois gritos partirão, dois cavallos unirão-se e duas facas faiscarão”. Logo depois disso, “na madrugada que succedeu alguns carreteiros encontrarão morto ao coronel Varena que ha pouco viera da republica Argentina” (APOLINÁRIO, 1869, n° 5: 9).

Há uma última característica dos farrapos, que acreditamos ser necessário destacar, que seria o antagonismo entre a **liberdade**, representada nos rebeldes, e a **tirania**, representada nos legalistas. Vemos isso na fala de Jacinio, no momento em que Varena ordena a deposição de suas armas, ele diz que “a minha espada livre como o minuano de nossas chochilhas não serve á tyrania; entregal-a-seria nodoal-a nas mãos miseraveis” (APOLINÁRIO, 1869, n° 4: 26). Essa liberdade também está presente nos líderes da revolta, pois ao descrever o cenário, o narrador comenta que “alli se achavão, tres nomes legendarios, trez nomes d’uma epopeia de glorias: Bento Gonçalves, Netto e Canabarro, passavão pelo labio de tantas cohortes como hymnos de liberdade” (APOLINÁRIO, 1869, n° 5: 8).

3.2.2. *O Vaqueano* (1872).

Sob o pseudônimo de *Iriema*, Apolinário Porto Alegre publicou no retorno editorial da *Revista do Partenon Literário*, no ano de 1872, o romance *O Vaqueano*, cuja impressão ocorreu no primeiro número da revista. Como mostramos no primeiro capítulo, desde os estudos de Guilhermino Cesar, na década de 1950, até as pesquisas universitárias, nos anos 1980, relacionou-se essa obra de Apolinário com a produção alencariana. De fato, tais semelhanças são evidentes, como, por exemplo, no primeiro capítulo do texto de Porto Alegre, denominado “Paisagem morta”, em que o narrador faz uma descrição dos Campos de Vacaria⁵⁰, mostrando o caráter sombrio dessa região praticamente intocada. Ali, onde o “homem é um authomato. Nem o proprio indigena que ali nasceu, vive e ha de morrer, não se izenta do terror supersticioso; elle mesmo crê em máos genios que povoam o sertão” (APOLINÁRIO, 1872, nº 1: 27-28). A região aparece aqui como uma espécie de personagem, isso é um recurso comum na literatura de José de Alencar, como, por exemplo, no caso de *O guarani* em que no primeiro capítulo, intitulado “Cenário”, o autor descreve o lugar que será o palco da trama (1957: 81-85).

No segundo capítulo, denominado “A marcha”, o narrador descreve dois personagens que, após a marcha pelos Campos de Vacaria, estão tomando chimarrão em torno de uma fogueira. A respeito de um em particular, o narrador diz o seguinte:

Um de contornos amplos e estatura regular, tinha a physionomia franca, jovial e insinuativa do campeiro rio-grandense. Por sobre a farda trazia o poncho de panno azul forrado de baetilha e gola de veludo, que em outro seria agaloada, porém n’elle, attenta sua simplicidade de costumes e maneiras, apenas rematava por singelo trancelim. Todavia os alamares eram de prata. E a razão é obvia: esse metal na provincia não é a insignia distinctiva de certas classes, tanto se o depara na cabeçada do lombilho do estancieiro, como na do ultimo peonada. Ricos e proletarios ostentam-n’o com garridice. As pratarias constituem o ponto de contacto entre uns e outros, o laço de irmandade das differentes jerarchias.

Cobriam-lhe a perna e o pé altas rossilhonas que, defraldadas de sobre o joelho, vinham terminar em vigorosas chilenas tambem de prata, armadas de farpantes e rufadeiras rozetas.

(APOLINÁRIO, 1872, nº 1: 28).

Com essa descrição da quantidade de prataria seria possível afirmar que se trata de um indivíduo de alta classe, contudo, como o narrador procura salientar, tanto “ricos e proletarios onstentam-n’o com garridice”. Essa exposição das características físicas e psicológicas do

⁵⁰ Localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul nos limites do estado com Santa Catarina. Essa é uma região serrana, cuja altitude varia entre 900 e 1200 metros, a vegetação dominante é o campo, com algumas zonas de Araucária e pinhais. Ver: <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/fisiografia.htm#camposerra> (acessado em 09/02/15).

campeiro rio-grandense constitui o que será *a posteriori* o personagem tipo do gaúcho, outro elemento característico da temática gauchesca. O outro indivíduo não é um rio-grandense, mas será um personagem importante, na consideração do narrador, da história local, por isso, ele é caracterizado como a “personnificação, a apotheóse via do genio da liberdade” (APOLINÁRIO, 1872, nº 1: 28). Esse ideário libertário, como anteriormente observado no conto *A faca dum valeiro*, é algo muito importante e fundamental dentro do pensamento de Apolinário Porto Alegre. Em seguida, o narrador explica o contexto que permeia essa história, que logo entendemos ser novamente a Revolução Farroupilha:

Os republicanos com as grandes victorias adquiridas em 1838, mórmente a do Rio Pardo em 30 de Abril, onde reunidas as forças de Neto, Canabarro, João Antonio da Silveira e Bento Manoel, fizeram retirar o exercito imperial commandado pelo general Sebastião Barreto Pereira Pinto, quizeram estender a área dos combates, e para tal intuito determinaram tomar a provincia de Santa Catharina. Ahi vão elles, agora que os encontramos, executar o plano concebido (APOLINÁRIO, 1872, nº1: 29-30).

Quem guia os revoltosos em direção às terras de Santa Catarina é um vaqueano, seu nome, o qual é revelado no capítulo seguinte, é José de Avençal. O narrador caracteriza esse indivíduo ao falar sobre os seus conhecimentos da província, sua capacidade que “nos misteres campeiros ninguem o excedia”. Esses tipos de homens eram comuns pela região:

Iguaes os encontrava, melhores nunca. O homem que nas brenhas brincava com o guará, o tigre e o tapir e os subjugava ao braço como tenra creciuma sob a pressão do vento, que receio teria do potro indomito e bravio e do boi chucro e de ponta agudas? (APOLINÁRIO, 1872, nº 1: 30).

Novamente aqui encontramos o tipo gaúcho, além de conhecedor das terras sulinas e domador dos animais que aí habitam, esse tipo de homem possui outra característica importante, como um bom gaúcho, Avençal é um incrível guerreiro:

Nos manejos de guerra não ficava somenos. A lança de duas braças de longura vibrava o bote tremendo, o pistollão atravessado na guaiaca poucas vezes errava o tiro na andorinha que cortava os ares. Porém, quando expandia o rosto era ao ver a rodilha do laço revoltear no espaço e logo como uma giboia aerea distender-se, enristar-se, cingir o corpo da victima, retel-a no impeto da carreira, soffreal-a nas contorsões da sanha, envencilhal-a em estreito amplexo e estrangulal-a quasi abatendo-a, vendo-a humilde render-lhe homenagem; ou quando, as bólas em punho, rodeiado de adversarios, ia derrubando um per um, a golpes terriveis (APOLINÁRIO, 1872, nº 1: 30).

Contudo, esse homem tinha defeitos, diferente dos outros campeiros rio-grandenses, ele não falava com seus companheiros a não ser o necessário, não bebia, nem jogava, e fumava pouco. Era censurado pelo resto da soldadesca, que já estava acostumada a esses tipos de distração nas horas vagas das lides guerreiras. Por essa razão, vivia isolado dos outros, porém

isso não impedia de ser querido e admirado (APOLINÁRIO, 1872, nº 1: 31). O narrador deixa subentendido que essa sua personalidade tão melancólica seria resultado de um drama nefasto que assombra aquele vaqueano.⁵¹

A partir do IV capítulo, o pano de fundo histórico da Revolução Farroupilha é praticamente abandonado, sendo somente retomado no último capítulo do romance, o de número XXIV. A história começa a focar no passado misterioso e sombrio do vaqueano, mostrando-o como responsável pela sua melancolia. Ele era filho do abastado Gil de Avençal descendente de uma família de vicentistas que chegou ao território do Rio Grande em procura de novas terras. “Menos inquieto que a raça cyclopea d’onde provinha, raça que vencera todos os obstaculos e dotara o Brazil das fronteiras actuaes”⁵² (APOLINÁRIO, 1872, nº 3: 17). Esse homem era possuidor de uma estância de seis a sete léguas na região de Vacaria (APOLINÁRIO, 1872, nº1: 18). Contudo, o estancieiro e sua família foram assassinados pelo seu próprio empregado, José Capinchos (APOLINÁRIO, 1872, nº1: 18-19), homem que detinha a inteira confiança do patrão. Objetivando livrar-se do crime que cometera, José Capinchos incriminou o mulato Moysés, que no momento do crime, estava fora da estância, tropeando o gado. Tendo como defensores somente os escravos do estancieiro morto, Moysés teve como única alternativa fugir para a serra gaúcha (APOLINÁRIO, 1872, nº 4: 9). Com a fuga do mulato, o “posteiro tornara-se dono de estancia, senhor opulento que trajava como o mais guapo monarcha das cochilhas, despendia a las largas e pretendia os fóros de caudilho, quando não havia muito arrastava a chilena á sombra de Gil”. Contudo, José de Avençal, filho mais velho de Gil, foi salvo da chacina por sua mucama negra que “o estimava como filho” (APOLINÁRIO, 1872, nº 4: 10).

A escrava fugiu com o garoto até as terras do antigo cavalheiro português Amaral, local que, segundo o narrador, seria a atual freguesia do Tahim.⁵³ Ela contou ao fidalgo as desgraças ocorridas na casa dos Avençais e, duvidando da história, Amaral buscou averiguar

⁵¹ José de Avençal parece um herói mítico, contudo devido aos reveses que irão acontecer, ao longo do romance, a esse herói ele se assemelha muito mais há um herói trágico. Conforme Adilson dos Santos, “na epopeia, o herói mítico é o representante mais significativo de uma linhagem. É forte, belo, inteligente, corajoso e virtuoso; um modelo a ser seguido, admirado e não questionado. Seus feitos são apresentados ao leitor através de um processo de desvendamento gradativo. Já na tragédia, o herói deixa de ser um modelo e passa a ser colocado com suas ações como um problema a ser resolvido diante dos espectadores. Suas qualidades são as mesmas dos personagens épicos, e são elas que lhe permitem suportar com dignidade o seu destino”. Ver SANTOS, Adilson dos. A tragédia grega: um estudo teórico. In: *Revista Investigações*. Vol. 18, nº 1, julho, 2005, p. 41-67. http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.18.N.1_2005_ARTIGOSWEB/A-tragedia-grega-um-estudo-teorico_ADILSON-DOS-SANTOS.pdf (acessado em 28/06/15).

⁵² É provável que o autor esteja fazendo referencia aos bandeirantes. Ver: MAESTRI, Mario. *Uma breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aso dias atuais*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2006, vol. 1, p.16-21.

⁵³ Imediações da cidade de Rio Grande.

o seu relato, constatando sua veracidade, mas sem descobrir o causador dos assassinatos (APOLINÁRIO, 1872, nº 4: 14). Ao descobrir que o último herdeiro do velho estancieiro conseguiu sobreviver, Capinchos tentou recuperar o garoto, porém, o cavalheiro português não consentiu tal intento porque já estimava o menino como se fosse seu próprio filho. Logo após, o mulato Moysés o procurou para contar toda a história e acaba revelando o nome do verdadeiro assassino, para assombro do velho fidalgo (APOLINÁRIO, 1872, nº 4: 15-17).

O jovem Avençal cresceu aprendendo as artes fidalgas do cavalheiro português Amaral, assim como os manejos campeiros de Moysés. Quando virou homem, Moysés levou-o para a próspera estância de seu pai para tomar posse do que seu por direito (APOLINÁRIO, 1872, nº 4: 17-19). Nessa sua nova morada, sem esquecer a tragédia que se abateu sob sua família, conheceu Rosita, a filha de José Capinchos, ficando enamorado pela moça. Mais tarde, Moysés revelou o nome do verdadeiro assassino de sua família e, surpreso por tal revelação. José de Avençal se viu obrigado a passar por cima de seu amor pela menina para vingar a memória de sua família. Após fazer uma armadilha para que o velho Capinchos confessasse o seu crime, Avençal, com a ajuda de Moysés, o mata em um duelo (APOLINÁRIO, 1872, nº 5: 7-18). No entanto, por ter preferido a vingança ao amor, o futuro vaqueano é obrigado a abandonar as suas terras e passa a viver como o homem descrito no início do romance.

Apesar da dita regionalidade dessa obra, ao descrever paisagens e histórias locais, é necessário levarmos em conta que a temática romântica da vingança, novamente à semelhança de *A faca dum valeiro*, prevalece sob a matéria local. Tendo vingado a sua família e abandonado seu amor, o vaqueano passa a vagar pelo Rio Grande. Como fica patente no dito popular, a vingança só gera mais vingança, André, o filho mais velho de José Capinchos, também jurou vingar a morte de seu pai e passou a caçar José de Avençal. Nessa busca por retaliação, André se alistou no exercito farrapo, que rumava à Laguna, e no acampamento os dois duelaram. O vaqueano, como bom herói, mostrou a sua superioridade evitando ser ferido por André e ainda poupa a vida daquele (APOLINÁRIO, 1872, nº 6: 13-18). Sentindo-se ainda mais humilhado, visto que não consegue atingir fisicamente o assassino de seu pai, uma vez que esse é mais forte, André muda sua estratégia e assassina sua própria irmã Rosita. Ele manda a sua cabeça em uma caixa para José de Avençal, que passa a se culpar por não ter matado André, o que evitaria o infortúnio de sua amada (APOLINÁRIO, 1872, nº 6: 21-22).

No último capítulo, em que o pano de fundo histórico da Revolução Farroupilha é retomada, Avençal encontra-se diante da luta ocorrida “no dia 15 de Novembro de 1839 entre imperiaes e republicanos(...), em que ambas as facções tinham de cobrir-se de memoranda gloria” (APOLINÁRIO, 1872, nº 4: 22). A cidade de Laguna foi reconquistada pelos

imperiais, mas o narrador enfatiza a todo o momento que os soldados republicanos lutavam bravamente, inclusive sem comentar a derrota dos rebeldes. Pelo contrário, “derrota?! Não... Retirada gloriosa, ressaca de vagalhões que imprimirão o sello de sua pujança, onde baterão, fracassando” (APOLINÁRIO, 1872, nº 6: 22). Os chefes farrapos lutavam gloriosamente:

Como Canabarro e Garibaldi sorrião jubilosos sob um céu de metralha e fogo? Leões da guerra, columnas avançadas da liberdade, cederão; mas, quando o exercito disimado por forças superiores constituiu um pugillo de bravos, quando da flortilha vião-se apenas fragmentos boiantes sobre as ondas; cederão, é certo, ao numero e recursos poderosos, não ao esforço e bizzarria. Grandes na victoria e no infortunio! Grandes na derrota, porque tinham no coração as lagrimas do desespero! (APOLINÁRIO, 1872, nº 6: 22).

Aliando a coragem do herói em seguir seus ideais com uma "boa dose" da tragédia grega (SANTOS, 2005), José de Avençal toma a bandeira tricolor, símbolo da república rio-grandense, e decide, sozinho, reter o exército imperial que avançava a fim de dar o tempo necessário à “retirada gloriosa” de seus companheiros republicanos:

Partirão. Avençal só ali conservava-se. Por minutos desaparecera na casamata. Quando voltou trazia na mão um morrão acceso. As feições ha tanto contrahidas pelos soffrimentos diffundião-se n’uma alegria intima e ineffavel. Volveu o olhos para o céu e pronunciou:

— Rosita, espera... é um instante.

Os imperiaes aproximavão-se.

Elle espalhou um rastilho de polvora através do terraplano, da casamata até o mastro em que desfraldava o pavilhão. E sentou-se junto d’elle n’um comoro de ruinas.

Os legalistas galgarão a posição, julgando-a abandonada, com tanta rapidez que nem viera a lembrança de retirar a bandeira. Vinhão desprevenidos, porém, mal o virão, as armas procurarão a pontaria.

Não tiverão tempo.

Avençal bradou:

Viva a Republica! E seu braço abaixou o morrão; o rastilho incendiou e... uma detonação horrenda, nuvens de fumo, espadanas de fogo!

Quando o ar desannuviou vio-se que o pavilhão da Republica não costumava render-se: ardia com seus inimigos (APOLINÁRIO, 1872, nº 6: 23-24).

André, descrito pelo narrador como um homem cheio de ódio e veneno, acaba morrendo por causa desses sentimentos atrozés, sendo comparado pelo narrador com Caliban e Mephistopheles (APOLINÁRIO, 1872, nº 6: 24).

3.2.3. *A tapera (1874).*

Esse conto foi publicado na *Revista do Parthenon Litterario*, no ano de 1874 e, no ano seguinte, publicado no livro *Paisagens*. É provável que também tenha sido republicado em outro livro, nesse mesmo ano, com o título de *A tapera: contos regionais*, pela Tipografia

Correio Mercantil de Pelotas.⁵⁴ Foi impresso em dois números da revista: dividido em dez capítulos, do primeiro ao quinto publicados no quarto número de abril e do sexto ao décimo, no quinto número de maio. Curiosamente, é somente na segunda parte da publicação, no capítulo seis, que Apolinário denomina o texto como um romance. Contudo, pelo seu curto tamanho -- ao todo são dezoito -- é mais coerente defini-lo como um conto, corroborando ainda o fato do próprio autor ter publicado esse texto em um livro de contos.

Logo no início do conto, o narrador localiza temporal e geograficamente a história. Ela se desenvolve no mês de setembro do ano de 1845, alguns meses após a assinatura da “paz honrosa” entre os imperiais e os farrapos.⁵⁵ Subindo o rio Itapuy, em um bote, está um viajante, cujo nome ainda não é relevado pelo narrador, que, embora jovem, apresenta “algumas rugas esboçadas por ventura nas contracções d’um pensamento doloroso ou d’uma agonia profunda”. Nesse bote, ele “ia pensativo e do olhar instillava o raio humido e saturado de melancolia” (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 704). No leme desse bote, está o sargento André, “*farrapo destemido*⁵⁶, que, para despicar-se da paz de Ponche Verde, vivia em continua embriaguez”. Essa tristeza perante o fracasso dos farrapos está presente durante todo o conto. André “ia cantarolando entre dentes o hymno da malograda republica do Piratinim. Por vezes os marujos advertirão-lhe que o timão atrazava a viagem. Porém, nem advertencias, nem os panoramas desenrolados ante os olhos não lhe attrahião a atenção” (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 704). Esse cenário de tristeza e melancolia, esboçado pelo narrador, contrasta com o céu esplêndido devido o fim do inverno e o início da primavera. Curioso é o trecho que o narrador fala a respeito de um “mimoso passaro que parece um rubim alado e que a alma republicana dos rio-grandenses baptisou com o nome de farropilha” (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 705).

O jovem viajante desembarca sozinho em determinado ponto, dando a entender que já conhecia o local. O narrador impressiona-se com o local “que espectáculo! Uma tapéra!”, logo em seguida passa a descrever essa casa que se encontra abandonada onde “é tudo um êrmo!” (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 706). Diante do cenário desolador, o “moço, os braços cruzos sobre o peito, as lagrimas a rebentarem em cachões, era a estatua da desolação no meio do lugubre palco”. Pela primeira vez, ganhando a palavra, o jovem viajante exclama sobre as mudanças ocorridas em tão pouco tempo, um espaço de cinco anos, acrescentando: “como um

⁵⁴ Essa informação pode ser encontrado no livro de Maria Eunice Moreira *Apolinário Porto Alegre*. Porto Alegre: IEL, 1989, p.73.

⁵⁵ O tratado que pôs fim a luta armada entre as duas partes foi assinado em 28 de fevereiro de 1845. Ver: PESAMENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 4ª e.d Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p.39.

⁵⁶ Palavras grifadas pelo autor.

quadro de vida transformou-se n'um quadro de morte!... Matarão-te, Laura; mas tua lembrança é minha alma, viverá comigo além da terra...”. Assim, é revelado que a desolação do viajante tem como causa a morte de uma mulher chamada Laura. A partir disso, ele evoca as lembranças do tempo em que viveu com a mulher naquele local, revelando a relação afetiva existente (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 706). Não suportando a tristeza, o homem senta-se e chora, ficando um bom tempo aos prantos, até que “o olhar foi distraidamente pouzar n'umas manchas negras sobre a parede”. Levado pela curiosidade, o jovem aproximou-se do estranho objeto, descobrindo ser um ninho de aranhas (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 707). Nesse ponto, o narrador desloca-se da narrativa e explica ao leitor que “alguns animaes da família dos arachnides chamados: carangueijeiras no Rio Grande, terríveis como as tarantulas, e cuja mordedura traz em consequencia do veneno rápido e delecterio ou uma morte immediata ou a destruição de algum órgão” (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 707). Em seguida, o narrador mostra a reação do viajante ao ver as aranhas:

Fitou-os em contemplação, e um sorriso, que era mais do céu do que da terra, borrifou-lhe o labio descorado, calmo reflexo ou branda vibração da alam n'um extase. Seu pensamento traspareceu com suavidade na physionomia, como a restea doirada do sol atravez da jarra de alabastro.

– Sim, disse, respondendo á intima cogitação.

Derramou mais alguns olhares pelo quarto, e ajuntou:

– Até logo, Laura.

E sahio. Parecia ter soffrido uma transformação.

As faces tinhão assumido o antigo colorido, a sombra de angustia que lhe velava os traços esvaecera de todo, deixando-os illuminados de doce radiação.

Dir-se-ia que entrara n'um templo com a alma em desespero e sahira resignado. (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 707).

O terceiro capítulo se inicia com o jovem se questionando se ele “— Ainda uma vez revivei dias d'uma epocha feliz... Vindo evocar alegrias que se forão e não voltão mais” (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 707), falando claramente sobre um passado que se perdeu e da sua impossibilidade de resgatá-lo. Essa fluidez do tempo também é uma das características desse conto.⁵⁷ Em busca daqueles momentos vivenciados, o jovem caminha pelos lugares em que esteve com Laura, evocando aquele período feliz de sua vida (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 707-708). Em uma dessas evocações, durante um diálogo com Laura, é finalmente mencionado o nome desse viajante, Paulo (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 708). Chegando a um canto do jardim, Paulo procura pelo “oasis de extincta felicidade, a data que entreguei ao tronco da turuman?”. Conforme segue a narrativa, ele “galgou o agrupamento de pedras,

⁵⁷ Novamente aparece a ideia de liberdade e de novo ela esta associada a republica rio-grandense.

affastou alguns braços de mandacaru, que, como uma reunião de tocheiras, nascera em sua ausência, e pôde ler com dificuldade dois nomes exarados no córtex: *Liberdade e Laura*⁵⁸ (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 709). Ambos têm grande significação para esse personagem, como ele mesmo diz:

– Eis meu mote de ventura. O inferno o desfez. O inferno o desfez. O Rio Grande voltou á monarchia e a monarchia assassinou-me Laura. Mortos meus sonhos e esperanças!... Tempo, apaga os ultimos vestigios d'aquellas palavras santas transformadas em triste epitaphio... Esvaece-te, meu passado, como pela manhã vapores no cimo das cochilhas... Volva tudo ao nada, que a mim apenas me resta morrer... Sou demais aqui. A abobada do céu péza-me, o chão que pizo, falta-me... (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 709).

E continua:

Escrevemos ambos aquelle symbolo de fé no futuro, e o futuro mentio-nos” O futura é a tumba de tantas crenças! Eu com a ponta da adaga republicana, de joelhos sobre a rocha, gravava as letras, e ella, com a mão gracil pousada em meu hombro, o rosto pendido sobre mim, sorria, alentava meu braço. Quando acabei, e repeti cheio de enthusiasmo: “Liberdade e Laura”, ella doidinha como uma borboleta, risonha, faceira, orgulhosa, estreitou-me contra si, deu-me um beijo.

Laura, ainda guardo teu beijo, sinto-o preso á face como o laço que unia para sempre duas almas irmãs pelo sentimento (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 709).

No início do capítulo quatro, novamente o narrador assume a postura de expectador das atitudes de Paulo, “depois vamos encontral-o entre os renques de laranjeiras” (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 709). Ainda rememorando sua estada naquele local:

Tira então do seio uma bandeira tricolor, a desdobra e de dentro d’ella toma um ramo flácido e secco. Beijando-o, articula:

– Cinco annos já vão, e ainda o conservo, Laura.

Parece que foi hontem! En coalescia e vinha espaiarecer no arvoredo, apoiava-me no braço de tua boa mãe e retinhas entre as tuas uma de minhas mãos. Foi então que o apanhaste e offereceste a mim. Não o deixei mais. Era um symbolo, para onde passara a alma d’um anjo (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 710).

Nesse trecho, o símbolo de Laura está junto com outro símbolo, a “bandeira tricolor” símbolo dos Farrapos. Falando sobre suas lutas, Paulo diz:

Quando entrava em combates, eu o cobria de beijos, como o amulecto que ia resguardar-me das balas adversárias. E salvou-me sempre! Antes o não tivera, fôra mais feliz, não viria assistir o espectáculo que consterna, que aviva tantas dores! (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 710).

Logo em seguida, Paulo é chamado por André pela alcunha de capitão, então descobrimos sua patente, avisando que o jantar está pronto. Diante da recusa da oferta, o

⁵⁸ Grifos do autor.

“veterano farropilha” comenta:

– Mas, capitão, aventurou-se a insistir o veterano farropilha, seu companheiro d’armas, que diabo de gosto de correr uma tapera? Nada vejo aqui que possa sustentá-lo. Vamos, capitão, que estou com uma fome capaz de devorar tres dúzias de caramurus (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 710).

Paulo responde e os dois travam um diálogo sobre a desventura da província em seu malogrado sonho de dotar o Brasil com a liberdade republicana:

– André, não me chames mais capitão. Deixei de sel-o, porque não aceitei a paz de Poncho-Verde. Vai, meu velho, e bebe por nosso passado de glórias... O Rio Grande tem hoje uma nodoa eterna em seu braço.
 – E’ verdade! E’ o que ha de matar-me.
 – Tenho também esse consolo (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 710).

Após esse diálogo, o narrador interrompe a narrativa e passa a comentar sobre alguns pontos da vida do Capitão Paulo, intrinsicamente relacionados com a Revolução Farroupilha.

Paulo nascera em Porto Alegre em 1819. Era filho de Antonio de Aguiar, home dos tempos do “antes quebrar que torcer”, entusiasta ardente das ideias que a revolução franceza traduzira em códigos (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 711).

Quando o Brazil sacudio o jugo da metropole, elle sentio profundo abalo em vel-o subsistir sob a forma d’um governo monarchico, e depois da abdicação do memorando 7 de Abril de 1831 a facção federalista encontrou-o como um dos seus inconcussos sustentáculos. Era um dos exaltados da associação secreta do Continentino (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 711).

O pai Antonio de Aguiar via em seu filho a sua continuidade, tanto na aparência como nos ideais. “O velho muitas vezes mirando se no filho, dizia com satisfação intima: Quando eu desaparecer da terra, não digão que morri” (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 711).

Em 1835 a proclamação de Bento Gonçalves, fazendo os rio-grandenses em sua maioria correr ás armas, distrahiu o moço de seus estudos sob a direcção do venerando padre Thomé, e atirou-o no movimento revolucionario em companhia de seu pai.

Já por esse tempo Antonio de Aguiar era morto. Prisioneiro dos imperialistas em Porto Alegre, dizem uns que o deixarão perecer á fome, outros que o envenenarão.

O moço herdeiro do nome e glórias paternas jurou eterna vingança aos suppostos assassinos. Aguns cahirão em combate á sua espada invencivel, outros recolherão-se á cidade na qual elle não podia apparecer desde 15 de Junho de 1836⁵⁹. Depois da retirada do exercito farropilha que a sitiava, Paulo reune alguns homens republicanos de sua tempera, fórma uma partida volante que não dava tregoa ao inimigo. Move-lhe guerra de exterminio. Quase não dormia. Dia e noite encontravão-n’o pronto. Como o quero-quero dos patrios vargedos vigilava sempre.

Tremia de indignação, rugia, quando via os imperiaes: corria a encontra-os e ria ao dilaceral-os com a lamina sequiosa de sangue, insaciável, mortifera a cada golpe, terror incessante dos contrários.

– Patricios, gritava elle aos seus, eil-os que vem os caranchos do norte e os renegados

⁵⁹ Data em que os imperiais retomaram o controle da capital provincial, até então nas mãos dos do exercito farroupilha. Ver: Moacyr Flores, Op. cit.

filhos do Rio Grande. Querem nos a vida, os haveres, a mulher e as filhas. Mostremos o que valem livres guascas do Sul, danao hoje repasto abundante aos tatus das varzeas e aos urubús da serra. E, fallando assim, Cavallo e cavalleiro aseteavão os ares como a sanha, rompião como o desespero. E vencia o bravo Paulo! E pois a bandeira tricolor respandia desfraldada aos ventos dos céos, aos triumphos dos bizarros farropilhas! (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 711-12).

Apesar das várias situações em que o exército farrapo esteve em minoria, ele sempre foi capaz de vencer as batalhas mais difíceis:

Um dia “os perro dos imperiaes” erão trezentos e elles apenas trinta.
Se viessem ás mãos, era quase certa a derrota.
– Cada um de nós vale por cincoenta escravos. Se não querei, irei só vencel-os.
E cerrou pernas no pingo.

Todos o seguirão, e, repechando o inimigo contra um tremendo sangão, alcançarão a mais esplendida victoria (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 712).

Mesmo emboscados, os farrapos lutavam até o fim:

Outra ocasião iaô a uma correria nas margens do Itapuy, onde julgavão surprehender uma partida. Em caminho a noite desceu e resolverão repousar um pouco, n’um raleiro da mataria. Os bombeiros não voltavão. Esperando-os preparavão-se a tomar ligeira refeição, pois de sol a sol tinhão viajado sem interrupção, quando forão accomettidos de todos os lados.

– Rendão-se, disse uma voz que parecia a do chege, ou temos colleira encarnada ou presiganga.

– Bredos! rugio Paulo e um gemido annunciou a primeira victima que tombava ao ferro acicalado.

Foi um entrevello terrivel! Retintim de espadas e adagas que coruscavão sibilantes no escuro, o triturar de ossos, imprecações, blasphemias, gemidos, angustias e estertorosas, enfim um tripudio satânico que acordava a selva em torno!

E de espaço a espaço, como a senha dada, o grito de Paulo dominado aquelle extranho chãos a ordenar aos seus:

– A’ arma branca! Só á arma branca!⁶⁰

Baterão-se como leões, todos ficarão no campo, mas venderão bem caro a vida; numero duplo de contrários passarão com elles á eternidade (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 712-713).

O capitão Paulo é dado como morto, no entanto ainda vive, tendo apenas perdido a consciência. Pela manhã, ao acordar, ele “vio-se rodeado de cadáveres. Entre estes um soldado de linha ainda vivia com uma enorme cutilada que lhe decepára parte do craneo. A tal vista o moço sentio a fúria bellica e a intensidade de ódios agitarem-lhe todo o ser, e de rastros approximou-se do imperialista”:

– Um viva á republica ou morres! intimou com a pronuncia sacudida pela cólera que bulhava no seio.

O outro contorcido por cruciantes dores e pelo enxame de varejeiras que entoavão sobre elle enthusiastico requiem, vibrou um olhar torvo e injectado de sangue e ao mesmo tempo colhia uma faca para feril-o.

⁶⁰ Mostrando que os seus soldados deveriam lutar com honra e coragem.

Paulo apanhou junto a si um fragmento de espada e começou a defender se com o corpo semi-erguido do chão sobre um braço. Era uma luta singular (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 713).

O narrador compara os dois combatentes moribundos, enfatizando a diferença de suas forças como se fossem relacionadas às suas crenças: o primeiro na liberdade republicana e o segundo na tirania monárquica:

D'um lado o republicano de crença, o homem livre que odiava os mantos reaes purpureados no sangue dos povos; do outro o recrutado que servia uma causa, porque o mandavão, sob pena de ser fuzilado; a manivela grosseira dos governos que derramava o sangue de irmãos sem consciencia, porque não lhe armava o braço uma ideia sequer. Aqui o campeão ferido, fraco, mas ainda querendo aproveitar a ultima scentelha de vida, esquecendo suas proprias dores no sentimento que o guiava á batalha; ali o mercenario, athêo e sceptico a pensar na conservação de seus dias, e furioso por vel-os ameaçados brandindo uma arma em desesperada propulsão.

De que sérvio tanto empenho?

Paulo mergulhou lhe no seio todo o toco da espada.

– Não representares tu a legalidade em peso! Reflectio, vendo-o expirar (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 713).

Finda a luta, o capitão Paulo vai chorar diante dos corpos de seus companheiros mortos e, com dores, arrasta-se pela mata caindo perto de um “grande vargado” (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 713-714). Ao que:

Um velho africano passava não mui distante conduzindo ás pastagens uma ponta de gado manso, cantado n'essa toada triste e queixosa, character peculiar á poesia rio-grandense, mesmo da mais festiva e prezenteira (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 714).

Esse velho, de nome Miguel, é um cativo da casa dos Azeredos, em que o patriarca morreu nas lutas farrapas. Paulo pede para avisar à dona da fazenda, a mulher de Azeredo, que ele está a morrer em suas terras, ao que Miguel diz “— Pobre branco! Disse o escravo. Tão guapo! E assim! Miguel entende, foi traição de imperial! E tomou-o sobre os hombros” (APOLINÁRIO, 1874, nº 4: 714).

O farrapo foi cuidado por Margarida, mulher de Azeredo, e Laura, sua filha, durante um ano. Durante esse tempo, ele se apaixonou pela menina e teve o seu sentimento correspondido por ela. Quando ficou recuperado, Paulo disse à sua amada Laura que precisava partir para “vingar a liberdade” e que, se ficasse em repouso por mais tempo, seria um covarde. Essa situação é semelhante ao que encontramos no conto *A tapera*, quando Amelia pede para que Jacinio fique junto dela e não vá lutar, ao que o rapaz dá uma respondeu semelhante à de André.

No início do sexto capítulo, o narrador, após falar sobre o passado do capitão farrapo, comenta que “depois o encontramos de volta”, olhando o cenário de morte e desolação,

causado por um crime funesto naquele local (APOLINÁRIO, 1874, nº 5: 744). Ao que Paulo, em um diálogo introspectivo, diz “– eis mais um lugar caro a meu coração! Tão breve lapso, e como mudarão meus sentimentos! Despedimo-nos aqui... Despedimo-nos, choramos ambos na esperança d’uma separação momentânea... e era pela ultima vez” (APOLINÁRIO, 1874, nº 5: 744). Neste trecho, ele aprofunda ainda mais a sua divagação, dizendo que:

O homem é bem mesquinha creatura! Affadiga-se hoje para colher amanhã, e o dia seguinte é um sudario, um tumulto, a saudade! De que valem chimeras, sonhos da vida, se não pudemos ter certeza do minuto que a pendula vai medir? Se tudo é incerto, tumultuoso, pávido como as cillações d’uma existencia que vai após um futuro ignoto e sem fundamento! após uma visão de bonança e repouso sobre a terra, quando, sem esperal-o rola nas fauces d’um abysmo sem raias: – eternidade! (APOLINÁRIO, 1874, nº 5: 744-745).

E continua:

Miseravel rei! Ludibrio constante d’um phantasma que sempre recua a seus abraços e sempre o attrahe: – a esperança.

A vida?! A vida com uma consciencia é o maior infortunio que uma natureza, um individuo póde arrastar... é um fardo, um pezadelo medonho! Se fosse só o remorso!? não era nada, bastava a virtude para desterral-o. Mas a *inconstancia, o perpetuo vascillar aos calculos humanos*, mesmo nas mais diminutas *parcellas do tempo*, é horrivel, é horrivel! Felizes o cão e o cavallo porque não nutrem senão os sentimentos do *presente*, não acódem senão a voz do *instincto: porque não se movem entre o passado e o futuro*, soffrendo amargas attribulações e negros *desenganos*; porque não tem ideias, aspirações de glorias mallogradas a cada passo e renovadas sempre! Felizes elles a quem o espectro da morte nunca surge ao pensamento! (APOLINÁRIO, 1874, nº 5: 745).

Nesses dois trechos, acima citados, o narrador expõe a sua experiência perante o tempo linear, marcada pela fluidez da continuidade, sendo perceptível em sua fala o tom da incerteza ou imprevisibilidade. Essa ideia adveio com a modernidade, trazendo para o homem a imprevisibilidade do futuro, em um tempo que nos remete a sensação de que os objetos se desmancham no ar.⁶¹ Ademais, esses dois fragmentos elencados do texto contradizem a afirmação feita por Luciane Fernandes Boeira, de que a experiência temporal de Apolinário Porto Alegre – e outros literatos sul-rio-grandenses do século XIX – é baseada na história *Magistra vitae* (2009: 22-23), percepção que utiliza a o passado como exemplo para os homens do presente.⁶²

⁶¹ Sobre as mudanças na percepção do tempo oriundas da modernidade. Ver: BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁶² A respeito do conceito de história *Magistra vitae*. Ver: KOSELLECK, Reinhart. Op. cit.

No capítulo sete, Paulo encontra o “velho negro” e seu cão, que o reconhece. Miguel fica espantado ao ver o capitão e fala que viu “com esses olhos que a terra ha de comer” tudo que aconteceu com a menina. Ele leva Paulo para um “capão”, onde havia “uma cruz toscamente feita”, e diz “– ella dorme aqui, murmurou o negro com a voz entrecortada” (APOLINÁRIO, 1874, nº 5: 745-746), ao que ambos caem de joelhos e começam a chorar sob o túmulo de Laura (APOLINÁRIO, 1874, nº 5: 746).

No oitavo capítulo, Paulo “sentou-se perto do tumulo e ouviu a narração trágica dos ultimos acontecimentos”, pois o “negro, que, entre angustias, evocava o passado” (APOLINÁRIO, 1874, nº 5: 746). O narrador, ao contrário do que fez com outros personagens, não passa a palavra ao negro cativo. Ao invés disso, ele resume a história narrada por Miguel, afirmando: “eis, sem a phrase pittoresca de Miguel que seria difficil trasladar para aqui, os successos posteriores á retirada de Paulo” (APOLINÁRIO, 1874, nº 5: 746).

Em uma noite de trovões e relâmpagos, os imperiais invadiam a casa enquanto mãe e filha rezavam, “entrarão em torvelinho como a enchente que invade o jurão” (APOLINÁRIO, 1874, nº 5: 746). Laura tentou apagar a luz da candeia, porém foi tarde demais porque “Margarida cahio exangue com o craneo partido”. Sob inspiração sobre-humana, causada pela lembrança do pai e amante “que combatia em prol da mesma causa”, a menina pegou uma lâmina e fugiu pela janela, quando foi alcançada por um soldado que dizia “– a muchachita; – a cachopinha!; – luz! ,uz!”. Agarrada por um dos cruéis assassinos sedentos da jovem menina, ao mesmo tempo em que fere o braço que o prendera, Laura implora para que a deixem em paz. Mas a “voz argentina e meiga, supplicando, o sangue que escorria abundante do ferimento, mais açularão o instinto do monstro” (APOLINÁRIO, 1874, nº 5: 747), que diz:

— Gaifonas, menina!... Vamos lá... que ha de você agora fazer? Você é minha, muito minha... e póde ser de todos tambem.
 Eu quero protegel-a...
 — Por piedade!
 — Qual piedade! Isto não é genero em tempo de guerra... (APOLINÁRIO, 1874, nº 5: 747).

Logo em seguida, a menina foge do “mercenário”, alcunha atribuída pelo próprio narrador, que a procurava tateando pela escuridão, quando se ouviu “um débil gemido e o ligeiro baque d’um corpo” (APOLINÁRIO, 1874, nº 5: 747).

O soldado com os braços estendidos em busca de Laura; esta agonisante, tendo a faca cravada no coração até o cabo: refugio no suicidio em defesa da honra; e, acompanhado de Cruêra, Miguel, que, rugindo com a voz estrebuxada pela raiva: Sim, há de ser á força! Abatia simultaneamente o verdugo com certo golpe de machado

(APOLINÁRIO, 1874, nº 5: 748).

Após ouvir a narrativa, o capitão Paulo ficou imóvel por um bom tempo, enquanto seus homens o procuravam. Um deles disse “– pelos modos o capitão acaba maluco”, ao que o sargento Andre responde “– qual! Aquilo é paixão! paixão que também ha de estourar me! por estes mandembes carrasquentos ou no fundo de algum socavão, respondeu André. E para consolo atirou-se ás beijocas com o borrachão que trazia á cinta” (APOLINÁRIO, 1874, nº 5: 748-749). Diante dessa atitude do ex-combatente, o narrador comenta que:

Andre era uma d’estas naturezas capazes de todas as virtudes e abnegações, como dos vícios e crimes mais degradantes. Sua intelligencia não tinha o necessario acúmen para compenetrar-o do bello pensamento político de tornar o Brazil um estado federativo; mas Paulo, a quem o prendia espontânea e sincera sympathia, seguia o partido que pleteava aquella doutrina nos campos de batalha; portanto o que Paulo seguia, era bom e justo, o ideal na terra para Andre.

Ser farrapo, rebelde ou sedicioso, ás deveras, como então chamavam aos federaes, foi seu sonho de todos os dias (APOLINÁRIO, 1874, nº 5: 749).

No décimo capítulo, voltando da sepultura de Laura, Paulo “diante do registro da mãe de Jesus, estreitando contra o peito a bandeira da extincta republica rio-grandense e o flaccido ramo de flores de laranja, sacros amulectos do passado, dizia”:

– O’ santa, a quem Laura adorou, intercedei por mim a Deus. Não posso mais viver... O que me resta agora sobre a terra? Em nome do rei roubarão-me um pai extremoso, *a patria amada*, e a propria noiva, ultima raiz que me prendia a este solo ingrato... não posso mais respirar aqui... Vou matar-me, vêde, mas não é cobardia... Affrontei mil vezes a morte em defesa das liberdades do Brazil, sem temel-a jámais... Intercedei por mim (APOLINÁRIO, 1874, nº 5: 749).

Fitou as caranguejeiras sobre o muro, “como negras manchas que cauzão horror”, sentindo uma atração fatal. Lentamente, foi aproximando-se delas e, com o passo firme, tomou duas delas e colocou-as no seu peito. Durante dois ou três minutos deu-se um ataque, como um epiléptico, tendo contorções de agonia até ter em seu rosto uma expressão divina. “Envolveu-se na bandeira de sua crença, e apoiado ao peitoril da janelinha contemplou o crepúsculo uma vez ainda”. Ao que beija as flores de laranja, e por fim morre (APOLINÁRIO, 1874, nº 5: 750).

3.3. O NACIONALISMO BRASILEIRO DE APOLINÁRIO PORTO ALEGRE

Neste subtópico, pretendemos analisar os ensaios críticos de Apolinário Porto Alegre que denotam a sua intenção de se inserir ao projeto nacionalista romântico de criar uma identidade nacional, através da defesa de uma nacionalidade brasileira separada da

portuguesa. Esse empreendimento tem como característica o anti-lusitanismo, assemelhando-o aos românticos brasileiros desejosos de criarem uma nação brasileira e que, por isso, evidenciavam as peculiaridades locais frente a um contexto de surgimento das nações. Essas peculiaridades serão afirmadas através da figura do mestiço como o habitante do Novo Mundo, surgido do cruzamento cultural entre o português, o índio e, no caso de Apolinário Porto Alegre, o negro. Por último, mostraremos o paradoxo que foi o uso da Revolução Farroupilha como elemento que evidenciasse, ao mesmo tempo, a peculiaridade regional e a inserção ao todo nacional. Esse esforço será empreendido de três formas: através do aprofundamento do anti-lusitanismo; da elevação de José de Alencar a representante da nacionalidade brasileira; e da ênfase sobre o mestiço.

3.3.1. A crítica de Apolinário: o anti-lusitanismo, Alencar e o mestiço brasileiro.

Foi em meio à Guerra do Paraguai, o conflito internacional de maior duração e, provavelmente, o mais funesto da América do Sul (DORATIOTO, 2006), que surgiu a Sociedade do Partenon Literário, considerada como a iniciadora do sistema literário sul-riograndense a partir da fundação de sua revista (BAUMGARTEN; SILVEIRA, 1980: 11). Seu programa inaugural foi exposto por Apolinário Porto Alegre. Nesse texto inicial, intitulado como *Programma*, publicado no primeiro número da revista, no ano 1869, ele comenta que o “dia 18 de Junho de 1868 marcou uma grande época”, nessa data “ergueu-se um monumento”, em que os “alicerces forão lançados sob os auspícios de horrenda tempestade... Parecia que terra e céos conspiravão contra uma idéa em sua sublime realização”. A ideia sublime mencionada Apolinário Porto Alegre surgiu nesse “dia 18 de Junho abriu o cyclo litterario na provincia, que até então, não podéra reunir um nucleo, onde a luz civilisadora se concentrasse nos certamens scientificos, nos pleitos da tribuna e na discussão transcendente sobre o verdadeiro, o bem e o bello” (1869, nº 1: 3). Sobre essas adversidades que impediram o surgimento das luzes civilizadoras na província sulina, Cesar argumenta que “as dificuldades enfrentadas pelo povo gaúcho, para se realizar literariamente, não foram pequenas. Lutou com o perigo dentro e fora de casa, sozinho na raia extrema do país, ilhado dentro da própria pátria” (CESAR, 1956, p.174). Para Carlos Dante Moraes o argumento das intensas atividades guerreiras não seria uma justificativa para a pouca produção literária provincial devido ao surgimento de poetas locais. Além do mais, “na segunda metade do século passado, observa-se na Província um interesse literário vivaz e militante” (1954: 8). Segundo ele, “fundam-se agremiações culturais e numerosas revistas. Os jornais reservam colunas de destaque às produções, destinadas a um público de vibrátil receptividade

romântica. A mais célebre daquelas sociedades foi por certo o “Parthenon Literário”, surgido em 1868” (1954: 9).

Por outro lado, para César, mesmo que a literatura produzida por esse grupo fosse deformada devido à influência estética do Romantismo, esse tipo de produção contou com o uso genuíno do homem da campanha, esse tipo local que passou a ser um “habito literário renitente entre nós”. A partir da luta contra o “perigo dentro e fora de casa”, nasceu uma literatura localista, que “fortaleceu laços efetivos muito íntimos com o pequeno mundo da província”. Somado ao seu isolamento no extremo sul do país, o rio-grandense “ensimesmou-se, preso a terra ou nostálgico da antiga liberdade desfrutada pelos pioneiros da véspera”. Tudo isso fez, portanto, com que esses primeiros escritores buscassem no campo as suas raízes, apesar dessa consistir em apenas uma parte do Rio Grande (1956: 174). Entretanto, a constituição dessa literatura, voltada para a campanha, conforme propõe Cesar, não fechou o homem letrado sul-rio-grandense em torno de si mesmo. Para ele, foi o oposto disso, pois “acima de tudo – razão das razões – o artista do Rio Grande não elegeu os temas da campanha com o intuito de apenas se definir a si mesmo. Procurou, explicando-se, explicar-se ao Brasil”. Nesse sentido, “o regionalismo gaúcho deve ser ainda considerado, no seu impulso e motivação instintivos, como um esforço bem sucedido pela definitiva integração da raia sulina na cultura da nação brasileira” (1956: 174-75).

Neste primeiro texto de Apolinário, não percebemos qualquer afirmação da identidade regional com o homem da campanha ou a busca por inserção ao todo nacional. Constatamos apenas alguém dizendo que a *Revista do Partenon Literário* surgiu como um espaço onde a liberdade de expressão e o pensamento poderiam se realizar em sua plenitude. Apolinário Porto Alegre averigua que a imprensa não dispõe de um espaço para tal intento, pois ela está a mercê dos “interesses do commercio e industria”. Além disso, ele pergunta, “a receita mal cobrindo o dispendio, como podem consentir gratuitamente os trabalhos litterarios e scientificos?”. Ao que ele mesmo responde:

Por tanto nem os prelos, nem os comicos provinciaes não preenchendo em toda a latitude os fins de sua criação, não podendo realizal-os na estreiteza das orbitas actuaes, não sendo mesmo de sua alçada a multiplicidade de conhecimentos, é certo que havia necessidade imperiosa d'uma nova instituição.

Esta, graças á boa vontade de alguns obreiros que medem a grandeza da obra pela extensão do sacrificio, veio felizmente a lumes.

E' o Parthenon litterario (APOLINÁRIO, 1969, nº 1: 3).

Nas palavras de Apolinário, na revista haveria espaço para o tão necessário culto as letras. Sendo assim, “a semente está lançada nos camalhões da literatura”. A partir de então, “são as primicias da mocidade rio-grandense, que, arcando em extrema lucta contra a

indiferença geral, tem odio para o passado, coragem para o presente e esperança para o futuro” (1869, nº 1: 4).

3.3.1.1. *O anti-lusitanismo e o decadentismo português*

É somente no texto *Estudos Philologicos*, publicado no terceiro número do ano de 1872, quando a revista retorna à cena depois de um hiato de dois anos sem publicações, que constatamos o primeiro posicionamento identitário de Apolinário Porto Alegre. Neste artigo, Apolinário discute as modificações que a língua portuguesa sofreu no Brasil, evidenciando sua posição desde o início ao mencionar que “as linguas se formam nas paligenezias sociaes e são a expressão de phases e revoluções operadas no seio da humanidade”. Em outras palavras, elas renascem, se regeneram e se modificam continuamente. Dessa maneira, “querer entroncal-as a uma outra, filiando-as apenas pelo fanatismo as filiações, é desconhecer a verdade historica, é desnaturar a marcha do espirito humano sempre em busca de melhores fôrmas que correspondam com mais exactidão a suas ideias e sentimentos” (1872, nº 3: 33). Apolinário Porto Alegre assume esse tipo de argumento para defender a sua posição de que as línguas podem sofrer modificações ao longo do tempo. Para ele:

Assim o francez, portuguez, hespanhol e italiano não mostram em sua formação a tão preconisada descendência e origem da lingua latina. Decompostos, separados no cadinho da analyse os quatro idiomas mencionados, não apresentam senão uma amalgâma de diferentes elementos em sua contextura. Applicado o mesmo processo exclusivamente ao portuguez, não deparamos as feições latinas como tentam fazer crêl-o, e sim uma mescla de caractéres diversos . Como o raudal d’um rio, assim elle atravez dos seculos foi recebendo em sua passagem os cabedaes que o constituem actualmente. Em cada periodo aperfeiçoou-se, desde o celtiberico rude, pobre, e selvagem até o brazilico, em que superabunda de riqueza e viço como a natureza americana, e a phrase adquire contornos suaves e inflexões enphonicas, que em Portugal estão longe de conhecer, e, quando lá o conhecem, o extranham em apostrophes ás vezes desabridas, como o fez Pinheiro Chagas (1872, nº 3: 33).

Em um trabalho a respeito da recepção crítica dos escritores brasileiros nas terras portuguesas, Maria Eunice Moreira comenta que Alencar, já um escritor mais maduro, publica em 1865 o livro *Iracema*, que “transformou-se logo em sucesso e, do Norte ao Sul do Brasil, Alencar recebeu aplausos e elogios”. Além disso, “frente ao bom resultado da obra, que retomava a temática indianista, presente em *O guarani*, seu amigo Machado de Assis exigia do escritor que não esmorecesse e desse andamento a sua produção” (2007: 40). Entretanto, nesse contexto de recepção positiva da obra de Alencar, Pinheiro Chagas lançou a sua crítica ao publicar o livro *Novos ensaios críticos*, no ano de 1866, cujo capítulo “José d’Alencar” aborda a sua indignação com os “brasileirismos” feitos não só por Alencar, mas também por outros escritores brasileiros. Segundo o crítico português:

[...] o defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros, e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente, é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes, a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, e de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela!) chegarão a ser risíveis (CHAGAS, 1866: 221 apud MOREIRA, 2007: 41).

O ponto de discussão do Apolinário Porto Alegre é exatamente sobre forma que os escritores brasileiros usavam a língua portuguesa na literatura, postura assumida criticamente pelo português Pinheiro Chagas, pois Porto Alegre, logo em seguida, referindo-se a Chagas, diz que “mais tarde responderemos a tão distinto escriptor de além-mar”. Tal resposta foi dada um ano depois, em 1873, no texto *José de Alencar (estudo biographico)*, cujas publicações abrangeram os números nove a doze daquele ano e um do ano seguinte. A respeito daquela questão em aberto, ele diz o seguinte:

Pinheiro Chagas faz-nos autores de neologismos, quando reproduzimos a palavra e a phrase geralmente usada na sociedade brasileira, e, não contente com uma tal asserção, conclue o pensamento, dizendo que na propria syntaxe levamos o Lobato aos trambolhões. Para lhe respondermos, pondo de parte o Lobato que confundio, tomando em absoluto o genio e índole da lingua luza, por excellencia analytica, com as fôrmas da latina de composição synthetica, bastaria que nos respondesse:

Camões, ao metter mãos e engenho ao immortal poema que abriu o cyclo epico moderno, por ventura pedio licença aos grammaticos e lexicographos para os enxertos do vocabulario aziatico e as riquezas de tecnologia marítima, da qual a propria Inglaterra não se pejo de explorar e transplantar para seu idioma muitos termos? (APOLINÁRIO, 1873, nº 9: 372).

Esta discussão a respeito do uso da língua portuguesa pelos brasileiros e o impedimento de o Brasil ter uma literatura própria pela língua ser uma herança dos antigos “pais” lusitanos é bastante antiga, visto que ela está presente desde as primeiras críticas românticas, na tentativa de fundação de uma literatura nacional. Desde os tempos da *Minerva Brasileira*, encontramos este debate no famoso artigo de Santiago Nunes Ribeiro *Da Nacionalidade da Literatura Brasileira* (1843), que serviu como resposta às teses do português Gama e Castro, segundo o qual o Brasil não podia formar uma literatura a parte porque a delimitação literária tem por base a língua que ela representa (COUTINHO, 1868: 305). Ribeiro faz a seguinte pergunta retórica: “o Brasil tem huma litteratura própria e nacional, ou as producções dos autores brasileiros pertencem á litteratura portugueza, já em virtude dos vínculos que uniam ambos os paizes, já em consequência de serem escriptas na lingua lusitana?” (RIBEIRO, 1843: 8). Diante disso, ele argumenta que “outra divisão talvez mais philosophica seria a que attendesse ao espirito, que anima, á idéa que preside aos trabalhos intellectuaes de hum povo, isto he, de hum systema, de hum centro, de hum foco de vida social” . No entendimento de Ribeiro “este principio litterario e artístico he o resultado das influencias, do sentimento, das

crenças, dos costumes e hábitos peculiares a hum certo numero de homens, que estão em certas e determinadas relações, e que podem ser muito differentes entre alguns povos, embora fallem a mesma língua” (RIBEIRO, 1843: 9).

Conforme expõe Coutinho em sua análise sobre esse crítico romântico, Ribeiro prova não haver razão para identificar a literatura com a língua, fazendo isso através da exemplificação de vários casos “em que duas literaturas diferentes se escrevem numa mesma língua (quatro literaturas em língua inglesa)” (COUTINHO, 1868: 306). No entendimento do crítico romântico, a divisão literária deve ser feita “não em relação ás línguas, mas com respeito ao principio intimo que as anima, e as tendencias que a distinguem”, algo que, segundo o próprio autor, pode ser encontrado no juízo crítico a respeito da eloquência dos poetas e oradores irlandeses (RIBEIRO, 1843: 10-11). Seguindo nesta esteira crítica de Gama e Castro, segundo destaca Moreira, Pinheiro Chagas menciona que as literaturas de língua inglesa e espanhola, dos dois lados do Atlântico, não se afastam de sua língua de origem, como estão procurando fazer os escritores brasileiros. E continua a autora, a crítica dele a Alencar recaiu sobre a modificação da língua portuguesa, chamado pelo crítico português “vício e vício falta!” (CHAGAS, 1866: 223 apud MOREIRA, 2007: 41).

Se os escritores brasileiros desejam realmente fazer uma língua nova, corrompendo a antiga, como as línguas modernas na Europa se formaram da corrupção do latim, devemos adverti-los de que isso não prova senão o desprezo das regras mais elementares da filologia (MOREIRA, 2007: 41 apud CHAGAS, 1866: 221).

Apesar dessas críticas tão duras e ao contrário do que fez Gama e Castro, Pinheiro Chagas reconheceu o valor literário de José de Alencar, pois para o crítico português “pela primeira vez se imprime fundante o cunho nacional num livro brasileiro” (CHAGAS, 1866: 220 apud MOREIRA, 2007: 41). Esta aceitação ressalvada de críticas linguísticas não é o suficiente para o escritor sul-rio-grandense. Apolinário Porto Alegre comenta que Pinheiro Chagas é um ignorante nos assuntos da América por jogar em cima dos brasileiros a qualidade dos escritores dos Estados Unidos e das repúblicas espanholas que não deturpam seu idioma de origem. Em sua argumentação, expõe que o lusitano “mostrou não conhecer que o yankee com sua prosodia nasal não falla como o lord de Londres, o higlander escossez ou o rustico de Irlanda”. Chagas desconhece que “a palavra yankee, denominação que os inglezes derão aos norte-americanos, provém da maneira porque muitos d’estes pronunciação – english. Este facto de per si poria em relevo o que acabamos de affirmar” (APOLINÁRIO, 1873, nº 9: 372). Ademais, ao contrário do que expõe o português, Apolinário afirma a existência de uma grande diferença entre os escritores de língua inglesa na América em relação aos da Europa:

Entre Cooper, Stowe, Poe e Bulwer, Dickens, Thackeray qual é a assimilação possível entre as obras de uns e outros, quer pelo assumpto, quer por innumeras expressões e vigor de estylo! Não dizem elles altamente em seus escriptos que o oceano os separa? Que influxo diverso os dirige e impelle? Que o pallido e merencorio colorido da velha Caledonia não tem razão de se espelhar no sopé dos Mimbres e nas margens opulentas do Mississipi que se engolpha no oceano como a aorta d'um povo possante e hardido superior no musculo e na idéa a seus antepassados? Que são tão distinctos como as paisagens do Clyde e do Niagara? (APOLINÁRIO, 1873, nº 9: 372-73).

O mesmo fenômeno de diferença literária e cultural entre o Velho e o Novo Mundo ocorre também com as colônias hispânicas na América. Como diz Apolinário Porto Alegre:

O gaúcho do pampa não vive, não come, não bebe, não traja e nem se exprime como os descendentes de D. Pelagio. A patria do Cid não é a Sant-Anna, Bolivar e São Martim. Physica e moralmente distancião-se. A feição topographica e o traço da physionomia repellem-se: a selva e o prado que produzem a vinha e a oliveira, não esfolhão o campeche, o pehuen e a baunilha; onde vagão o lobo e o merino, não se encontra o bizão, o vicunha, o guanaco e o lhama; lá o homem tem a face mais ou menos alva, aqui os tons da epiderme condensão desde a brancura deslumbrante até o escandeado do araucan e eholo e a côr baça e sombria do sambo. O basco, cujos cabellos descem em tranças pelos hombros, cujo manto relemcra o dominio arabe, cuja alegria franca solta-se ao som das castanhetas e guitarras, no bolero ou jota, cujos manjares ou são garbanzos em azeite ou a afamada olla podrida, não tem parecença com o gausso de cabeça envolta no lenço encarnado sob o chapéo de palha, o corpo occulto no desfraldo do poncho, as pernas cobertas das polainas lanudas que descem ás enormes chilenas, desenvolvimento extraordinario do acicate mourisco e da espora franceza; com o guasso que toca na viola e dança a samacueca, que come o charquican adubado de aji ardente e bebe a chicha e o mate, em vez do Malaga e Alicante (APOLINÁRIO, 1873, nº 9: 373).

Ressalta-se a forma como Apolinário Porto Alegre fala a respeito da oposição entre América e Europa, revelando diferenças até mesmo linguísticas entre Brasil e Portugal. Em outras palavras, esta sua postura foi gerada pelas críticas feitas por Pinheiro Chagas, pois ele considera a obra de Alencar uma deturpação da língua portuguesa. Em razão disso, Porto Alegre procurou rebater o crítico português mostrando que a América não é a Europa, ou seja, mostrando diferenças culturais, históricas e geográficas entre os dois continentes. Por isso, em seu entendimento, as três línguas povoadores do Novo Mundo, o inglês, espanhol e português, naturalmente sofreram modificações em relação aos seus lugares de origem no Velho Mundo. Isso se nota quando ele diz que:

Formular pois sem mais nem menos uma conclusão que torne uma das linguas vivas actuaes um como estólho ou perfilhamente d'um tronco morto, será sempre em nossa opinião o desconhecer radicalmente o genio das differentes épocas, dos povos e até a physionomia geographica, que tem mais influencia do que o suppõem por meio de perfunctoria analyse. Quanto á ultima observação, para roboral-a bastaria lembrar que na Europa falla-se o inglez, o portuguez e o hespanhol, e as mesmas são falladas na America, porém já distanciadadas na pronuncia e no vocabulário do uso ordinario, muitos termos do qual são verdadeiros neologismos, mineração riquíssima e original produzida pelas circumstancias do clima, costumes, &c (1872, nº 3: 34).

Percebemos no escritor sul-rio-grandense o seu posicionamento frente às acusações vindas d'além do mar, em que ele não defende a fala como um sul-rio-grandense, mas as peculiaridades do Brasil e da América como um todo. Ao ressaltar as diferenças entre os dois continentes, Porto Alegre expõe uma posição comum entre os românticos da primeira geração (COUTINHO, 1968; 1999): a América é a terra do futuro, enquanto a Europa nos lega seu espólio histórico, pois seu tempo de glória já chegou ao fim.

[...] que importamos dos mercados estrangeiros nos livros, que não prégão uma sciencia nova, ou ao menos regenerada e sim a imoralidade da pôdre civilização ultramarina, que de maneira alguma devia influir nas jovens e vigorosas raças americanas (APOLINÁRIO, 1879, nº 1: 6).

Indo mais fundo nesta diferença entre a América e a Europa:

Aqui é o terreno ainda hystérico das recentes crises da gestação geologica, palpitante de ceiva, novo, robusto, no verdor da mocidade; é o futuro, onde as sementes do passado virão respigar em mais abundante mésse, quando a Europa legar-nos seu espolio enriquecido em milhares de annos, fructificado por longa experiencia, inauditos esforços do pensamento e do braço. Nós o recolheremos como a Europa o recebeu da Africa e esta da Azia. Danaus, Inachus e Cecrops sahirão do Egypto para colonisar a Grecia (APOLINÁRIO, 1873, nº 9: 373).

Mostrando a existência de diferenças entre os brasileiros e portugueses, mesmo antes da independência política, Apolinário questiona Pinheiro Chagas em seu desejo de que o Brasil se submetesse a Portugal. Para fortalecer este seu argumento, o letrado sul-rio-grandense cita o exemplo dos Estados Unidos, que desviam dos seus “ascendentes, que são no entretanto os energicos insulanos que vão na vanguarda da civilização, muito mais nos sobra relativamente a nossos irmãos de ultramar”. Se anteriormente Apolinário discutia a partir de uma escala americana e europeia, agora ele reduz essa escala demarcatória e passa a discutir a diferença entre Brasil e Portugal (PAREDES, 2013). Assim, ele ataca a antiga metrópole, comparando a sua pequenez e decadência no cenário mundial com a grandeza da “vanguarda da civilização” na Inglaterra. Portugal é um país com “exíguo segmento de terra ameaçado de imminente perigo na tendência á unificação das raças e sem meios de defesa, sem recursos de qualquer sorte”. Grande no passado, aquela nação vive o seu período de decadência, “tendo hoje apenas uma existencia ephemera e facticia devido mais a seus grandes homens, a estes vultos que, como Camões, Garret, Herculano e T. Braga, sobrevivem á patria”. Esses homens são os últimos remanescentes da alma “d’um povo que expirou ou está a expirar”. Por fim, conclui o pensador sulista, sacramentando a pequenez, decadência e mediocridade portuguesa perante os brasileiros, que “em Portugal tudo é estacionario, porque elle vive da tradição; no Brazil tudo caminha, é impetuoso, porque elle vive da esperança, o futuro é seu norte”

(APOLINÁRIO, 1873, nº 9: 374).

Todo seu discurso foi para mostrar o erro do português Pinheiro Chagas em exigir algo dos brasileiros que está além de sua alçada identitária. Apolinário ressalta que, pelo menos ele, apesar de errar seus juízos, trata a questão com seriedade (1873, nº 9: 374). Ao contrário de Ramalho Ortigão, que “percorrendo o teclado da inconveniência vai buscar no Limoeira a palavra com que fere uma nação em seus brios, nos seus costumes e mesmo nos québros de sua linguagem!” (1873, nº 9: 374-75).

Antecipando, de certa forma, o mal de origem da herança portuguesa que encontraremos no pensamento de Manoel Bomfim (VALENTE, 2007; PAREDES, 2010), Apolinário menciona que, pelo fato dos ingleses terem colonizado as terras norte-americanas, “em nossa humilde opinião, é este o principal motivo de progresso dos Estados Unidos, além de muitos outros que abundão. Os norte-americanos constituirão-se em nação, herdando a ceiva d’um povo em toda a robustez de sua mocidade”. Ao contrário deles, “nós somos os fuctos da decrepitude, trazendo no seio os germens do rachitismo”. Por outro lado, graças às benesses do solo americano essa decrepitude herdada de Portugal vai lentamente “desapparecendo em um clima renovador e vivificante” (1873, nº 10: 425-26). A luta pela constituição identitária é travada no campo das nacionalidades entre brasileiros contra os portugueses. Por isso:

Insistimos em taes minuencias sobre tudo, affeitos entramos n’ellas, porque a luta está travada entre os escriptores de ultra-mar e os nossos; porque Castilhos, Pinheiros Chagas e Ortigões pretendem agrilhoar a impetuosidade do Amazonas aos pés do trôpego Tejo. E sentimos que o talento superior de Franklin Tavora torne-se echo de critica que, além de anti-patriotica, é adversa e repugnante a verdade. Ninguem melhor do que elle no entretanto pôde conhecer que a lingua portugueza se acha renovada no cadinho americano, que não só é incalculavel o cabedal adquirido em termos, bem como distinctissima nos módulos, que tanto tem ganho em suavidade (APOLINÁRIO, 1873, nº 11: 481).

No artigo intitulado *Carta a Hilário Ribeiro*, Apolinário volta a falar sobre a questão da linguagem, adicionando mais elementos na diferenciação da língua falada no Brasil e em Portugal. Para ele:

Na lingua portugueza, onde não ha um dictionario de academia, como na França, Hespanha e Italia; onde cada escriptor tem hoje uma orthographia particular que muito se affasta da etymologica, eliminar o mais que fôr possivivel as lettras ociozas, é de importancia real, mórmente na questão do ensino. Aqui concordo com a opinião do eminente grammatico brasileiro Sotero dos Reis sobre a liberdade que temos de seguir um systema orthographico conforme as differetes evoluções que soffre a linguagem sob a acção do tempo, a que eu ajuntarei a acção do clima, que exerce poderôza influencia nos órgãos phoneticos, e a acção da conquista que quazi sempre traz homologação de raças diversas. O Brazil, onde se falla um dialecto do portuguez, é um exemplo vivo (APOLINÁRIO, 1875, nº 7: 42).

Olhando mais de perto o que foi exposto por Apolinário, percebemos que sua primeira preocupação foi com a praticidade da linguagem, por isso diz que “eliminar o mais que fôr possível as letras ociosas, é de importancia real, mórmente na questão do ensino”. Em outras palavras, ele se preocupou com a facilitação que essas modificações podiam proporcionar para a atividade pedagógica. Por trás dessa sua meta pedagógica, está a concepção de que a língua possa ser modificada, em particular a portuguesa, “onde não ha um dicionario de academia, como na França, Hespanha e Italia”, sendo que tal pode ser voluntária e ao mesmo tempo involuntária. Involuntária porque o escritor teria liberdade de seguir, ou não, as modificações da linguagem, e voluntária porque elas ocorrem a partir de influências, nesse caso em particular, não controladas pelo homem. Nesse sentido, a língua na interpretação de Apolinário seria uma espécie de “entidade plastificada” suscetível a ações exteriores, modificando-se “sob a acção do tempo”, utilizando aqui Sotero dos Reis como referência, pelo clima que age nos órgãos fonéticos e, por fim, pela “homologação de raças diversas”, como acrescenta Apolinário à assertiva daquele gramático. Em suma, o raciocínio do literato sul-rio-grandense pauta-se pela crença na mutabilidade da linguagem, em sua historicidade e transformação física, influenciada pela ação climática, assim como as especificidades de uma nação, ressaltando que essa propriedade linguística modifica-se também ao contato com outros povos.

Além das questões literárias ligadas ao projeto de dotar o Brasil com uma literatura nacional, através dos pressupostos românticos, o escritor sul-rio-grandense se insere na discussão sobre a constituição de uma identidade nacional diferente da herança e identidade lusa. Assim, Apolinário Porto Alegre também adotou a tarefa empreendida pelos homens do século dezenove de se distinguir do português, através da particularização do brasileiro. Celebrando a volta da revista, no artigo *Introdução*, Apolinário comenta que “os tempos mudaram. A espada foi substituída pela Penna, o braço pela ideia, todavia ficastes as mesmas. A litteratura aqui é tambem uma peregrinação por uma causa sublime, como a dos antigos cavaleiros andantes” (1873, nº 1: 4). Ele enfatiza para “alentai-nos e seremos dignos uns de outros. O esforço complexo será util á patria” (APOLINÁRIO, 1873, nº 1: 4).

3.3.1.1. Apolinário Porto Alegre e o espelho de José de Alencar

Como vimos acima, o primeiro ponto nessa empreitada de distanciamento da identidade portuguesa foi a língua herdada da antiga metrópole. Segundo o Apolinário Porto Alegre, ela já estava recebendo novos contornos nas terras americanas, transformando-se em uma espécie de dialeto brasileiro. A importância dessa questão linguística para Apolinário estava

relacionada à necessidade de confirmação da independência literária brasileira, ressaltando a importância atribuída ao escritor José de Alencar para a efetivação da identidade brasileira em separado da portuguesa, como é observável na biografia que Apolinário escreveu sobre o mestre cearense, cuja primeira aponta para a relevância do escritor: “Eis um nome, eis uma litteratura e uma nacionalidade” (1873, nº 9: 371). Logo em seguida, fazendo praticamente uma previsão do papel que caberá ao escritor de *Iracema* na história da literatura brasileira, ele comenta:

O illustre filho do Ceará, se entre as litteratos brasileiros, tem hoje a supremacia, que só a inveja ou a vaidade, as velleidades de Erostrato ou as paixões politicas, pretendem de balde negar-lhe, em época ulterior será devidamente apreciado, quando o areopago da posteridade lavrar seu aresto imparcial (1873, nº 9: 371).

Apolinário concede à posteridade a tarefa de apreciar Alencar, uma vez que “os nomes dos grandes homens soffrem as peripecias dos cometas, até que um dia, a ellipse extincta, se fixem immoveis e esplendidos nos céos da civilisação e do progresso” (1873, nº 9: 371), profecia esta que não é feita ao acaso, pois para Apolinário Porto Alegre a nacionalidade brasileira pode ser estudada através da cadeia literária que Alencar construiu:

Suas obras constituirão uma cadeia, por cujos élos poder-se-ha estudar a nacionalidade brazilica desde a formação primitiva até as multiplas transformações que toçao aos nossos dias. Serão uma arca preciosa. N’ella não irá sómente o artista devassar segredos do coração humano, delicadezas de sentimento, joias acima de toda a estimativa, com as quaes José de Alencar soube adornar suas belleas creações. Não. Tambem o sabio e sobretudo os philologos que ali encontrarão o que até hoje os dictionarios não conseguirão reunir: a lingua portugueza dos quinhentistas e a lingua portugueza no auge de esplendor, no periodo brazilico (1873, nº 9: 372).

Ele diz isso porque entende que tantos os brasileiros como os portugueses não conseguiram escrever na língua portuguesa como o fez Alencar. Para Apolinário, ele seria o grande representante do mundo americano:

Entre os nossos escriptores e os d’além-mar, ninguem a escreveu ainda com mais mimo e flexibilidade, docura e fluencia, nem com mais riquezas, flores e víço. Entre os nosso E’ elle no mundo da arte o fidedigno representante do espirito da America, essa colonia que já a passos de gigante assoberba a metropole (APOLINÁRIO, 1873, nº 9: 372).

Logo em seguida, ao falar sobre as obras de Araújo Porto Alegre, Apolinário Porto Alegre menciona que não se deve confundir o americanismo com a nacionalidade. Segundo ele, em sua obra *Destruição das florestas e Colombo*, “ha lampejos que só um filho d’esta terra poderia ferir, ha colorido que sua palheta não tiraria senão de nossa natureza”. Contudo, com exceção disso, “o mais não é brasileiro, ou são impressões ou puros americanismo, o que não se deve confundir, quando especialisa-se a litteratura caracteristica d’um povo” (1873, nº

9: 375). Afinal de contas para ele, “entre todos [os escritores], porém, qual menos gafo da imitação estrangeira conseguiu escrever o livro, onde a communhão brasileira palpitasse em seus costumes, em sua vida intima, e emfim no que, se nos é licita a expressão, chamaremos de physiologia nacional?”. Esse escritor é Alencar.

Mais adiante, ao recordar o famoso texto *Instinto de Nacionalidade*⁶³, de Machado de Assis, Apolinário comenta que “Pinheiro Chagas, se não nos falha a memoria, desejaria que tratássemos quase exclusivamente do indigena, como se um único traço constituísse toda a nossa feição” (1873, nº 9: 375). Criticando os elogios dados por Pinheiro Chagas a Gonçalves Dias (MOREIRA, 2007: 36-38), Apolinário expõe:

As impressões bebem os escritores brasileiros nas viagens á Europa, onde em suas côrtes conseguirá o talento produzir sob o ponto de vista da concepção e da fôrma trabalhos artísticos, mas sem cunho essencialmente particular; porque não é no seio de povos diversos, a grandes distancias da patria que se fazem estudos sérios sobre ella. [...] Os americanismos, em qualquer bibliotheca encontram-se obras scientificas sobre os habitantes primitivos do Novo Mundo, e facil é pois reproduzir o aborigena pelo cópia d’essa phothographia ethnographica que se chama historia. Ainda assim a poesia de Gonçalves Dias por mais d’uma vez foi demero effeito artificial (1873, nº 9: 375-76).

Com esse argumento, Apolinário Porto Alegre procurou desmerecer o juízo crítico favorável que Chagas concede a Gonçalves Dias, ao mesmo tempo em que enfatiza a importância de Alencar. Para ele, a nacionalidade brasileira não poderia ser retratada através da poesia dos *Timbiras* ou da epopeia do *Colombo*, mas através do romance em prosa de Alencar, pois esse gênero “é a fôrma por excellencia moderna, ainda que a antiguidade o gaguejasse nos contos milesios, nas viagens de pura phantasia e vidas de seus grandes homens” (APOLINÁRIO, 1873, nº 9: 376). Segundo ele,

a epopeia pouco a pouco tem desaparecido cedendo o lugar ao romance. A causa é obvia. Aquella vive do maravilhoso, do assumpto heroico, em que o homem é um semi-deus como Achilles, ou pôde ir aos infernos visitar a sombra de Anchises. O principio romantico estabelece a victoria da razão sobre a imaginativa e exprime a marcha do espirito humano em seus esforços para devassar a verdade em toda a sua nuez. A verosimilhança constitue seu fundo. A litteratura consubstancia o pensamento philosophico do tempo e o enuncia mais facil e lucidamente. Desde o seculo decimo sexto com o D. Quixote, Gil Blass, Tom Jones, Clarisse Harlowe, Candido, Gargantua, o romance tem ganho dia após dia terreno até as proporções a que elevou-

⁶³ “Compreendendo que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não se limitam os nossos escritores a essa só fonte de inspiração. Os costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa elarga matéria de estudo. Não menos que eles, os convida a natureza americana cujamagniVcência e esplendor naturalmente desavam a poetas é prosadores”. Ver: Machado de Assis. *Notícia da atual literatura brasileira - Instinto de nacionalidade*, p. 3 (Escrito por encomenda para a revista O novo mundo, publicada em Nova Iorque em português, em 1873). http://letras.cabaladada.org/letras/instinto_nacionalidade.pdf (acessado em 22/06/15).

se nas mãos de W. Scott (1873, nº 9: 376).

Assim, não é com a epopeia, como o próprio Alencar demonstrou nas polêmicas em torno da *Confederação dos Tamoios*, que a identidade brasileira pode ser contemplada, mas “e’ com o romance, como entende José de Alencar que abrange um povo em todas as vicissitudes de sua existencia, que estuda o typo multiforme e os sentimentos de todas as classes de nossa sociedade” (1873, nº 9: 376). Por esse motivo, como destaca Apolinário,

quando um dia o Brazil tiver consciencia de suas glorias e quizer vindical-as, como trophéos do passado, irá, por certo, aos escrínios de Araujo Porto Alegre, como o mais americano de seus poetas, mas no de Alencar e Bernardo Guimarães é onde poderá reconhecer a nacionalidade em seu typo primitivo a transformar-se paulatinamente com o correr dos tempos (1873, nº 9: 377).

Em outro capítulo do artigo, Apolinário Porto Alegre defende Alencar das críticas que sofreu do português José Feliciano de Castilho e do escritor Franklin Távora.

Não envolvemos n’este numero as haveis pennas de Pinheiro Chagas e Sempronio, ainda que não conordemos com a generalidade das opiniões emitidas. Sempronio parece-nos por motivos que não aventamos ter algum ressentimento contra José de Alencar. Em todas as suas cartas palpita a vehemencia d’uma paixão reconcentrada a extravasar profusamente. Ha n’ellas vasto conhecimento de differentes litteraturas, doutrina substancial, fallão e tocão na eiva das obras do distincto cearense; porém não apontão nos ao mesmo tempo as bellezas que as ennastrão e caracterisão (APOLINÁRIO, 1873, nº 10: 423-24).

Apolinário Porto Alegre anui que Alencar cometeu alguns erros em suas obras, pois “concordamos que a penna de José de Alencar por mais de uma vez desenhasse pallida e friamente scenas de nossos costumes nacionaes, esquecesse um ou outro tom”, deixando transparecer “mesmo algumas anomalias na fusão dos caracteres, no estudo psychologico de seus personagens, pontos menos desculpaveis, como no *Gaúcho* e em Richardo dos *Sonhos d’ouro*” (1873, nº 10: 424). Contudo, Porto Alegre questiona a crítica que “o talentoso Sempronio” fez de Alencar, pois, como ele menciona, “a Cezar o que é de Cezar”. Ao opor “F. Cooper, e não sei que serie de outros romancistas desde W. Scott até Balsac, Dumas e Victor Hugo, como se estes cicerones da republica litteraria fossem isentos de maculas” (1873, nº 10: 424), segundo o crítico sul-rio-grandense, é “a ocasião de perguntarmos a Sempronio: Não tem Cooper defeitos ao lado de grandes qualidades que lhe grangearão universal renome?”. Nesse sentido, Porto Alegre questiona:

E porque Sempronio há de oppor sómente Cooper, há de dar-lhe uma prioridade que elle só o não merece? Porque não concluiu logo que até hoje não tínhamos tido uma litteratura manifesta nas differentes feições da nacionalidade? Que no começo do seculo, quando recebíamos o Vitelio da casa de Bragança (o rei indigno de governar um nobre povo), e importávamos os fardos da Arcadia, nos Estados Unidos lançava-se

a pedra fundamental de sua independencia litteraria, e ao lado de Cooper surgia o vulto proeminente de Gilmore Simms, o autor de *Guy Rivers* e *Martin Faber*, genio mais complexo, mais fecundo que o d'aquelle, e em cujas obras não só a face indigena da America transparece, como os costumes e as differentes epochas históricas da grande confederação (APOLINÁRIO, 1873, nº 10: 426).

Como entende Apolinário Porto Alegre, os Estados Unidos recebeu uma grande herança literária dos ingleses, permitindo que logo após a independência política fosse possível consolidar a sua literatura nacional. No caso do Brasil, o escritor d'*O Guarani* teve que constituir algo “brasileiro” praticamente do nada: “tudo, menos que José de Alencar no Brazil não tenha sido o roteador d'um terreno inculto e fragoso” (1873, nº 10: 426).

Ainda falando a respeito das críticas de Sempronio e Cincinato feitas a Alencar, Apolinário diz que “entre outras increpações que lhe faz, traz a de corruptor da lingua, sem averiguado exame dos termos empregados” (1873, nº 11: 480). Segundo ele, uma das críticas que fazem a Alencar é “querer passar por outro Colombo, descobridor de mundos novos por mares nunca d'antes navegados. Insiste, demora-se n'essas novidades, com a intenção de embutil-as no idioma vigente”. Refutando essa crítica, ele argumenta que:

Antes de firmado o periodo aziatico na península, que remonta á invasão dos Arabes e vem até o dominio portuguez nas Indias, quem foi procurar aos dictionarios, o que então não existia ainda para felicidade dos escriptores, os vacabulos que por milhares entrarão em circulação? (APOLINÁRIO, 1873, nº 11: 480-81).

Questiona isso ao perguntar se “Barros, Couto, Fernão Pinto, Camões e tantos outros não troucerão á luz a nova camada da formação philologica d'um povo?”. Respondendo a sua própria questão, comenta: “probres classicos que em vida mendigarão o obolo da caridade, ou morrerão n'um hospital, como Camões, ou desterrados, como Francisco Manoel, e depois de seculos servem de espantalhos á marcha do espirito humano!”. Nesse sentido “o munumental *Luziadas* deixa de ter defeitos? Os tem de sobejo” (APOLINÁRIO, 1873, nº 11: 481). Porém, ele ressalta que:

E hoje a critica, sem a philaucia e inveja de Agostinho de Macedo, póde tentar uma apreciação e dizer: O elemento epico está falseado, o character do Gama pecca por frouxidão e incoherencias com o genero litterario, ha n'elle descripções, como a da Ilha dos amores, incompatives, impróprias do poema; não há somenos aberrações no plano; e os erros de grammatica? (APOLINÁRIO, 1873, nº 11: 481-82).

Mas, para ele, “os classicos são utilissimos, não para assassinarem os grandes escriptores do presente, sim para seus guias e amigos” (APOLINÁRIO, 1873, nº 11: 482).

Quando os invoca um Cincinato, o estremunhado dormente da lenda que sente os olhos fascinados ante um seculo, para o qual não nasceu, porque não comprehende, não os invoca por um sentimento puro, mas por paixão pouco louvável. Faz como Fréron arremessando botes ás obras de Voltaire, ou como o atheniense que ia escrever

o nome de Aristides na concha do banimento, porque estava cansado dos elogios que todos unanimemente lhe tecião. Cincinato, se fosse conterraneo de Camões, d'elle diria o que diz hoje do autor do *Guarany* (APOLINÁRIO, 1873, nº 11: 482).

Não há o que ser feito porque “outros Cincinatos virão com o volver dos tempos e então J. de Alencar tendo já passado pela apothéose posthuma”. Finalmente, como enfatiza Apolinário, vai chegar o seu momento de servir como “clássico ou coisa que o valha para entorpecer os voos da geração do futuro. E' que o mundo marcha, mas o caracter do homem não muda” (1873, nº 11: 482).

Ao falar sobre as acusações feitas por Franklin Távora a respeito d'*O Gaúcho*, Apolinário comenta que “Sempronio quer impossíveis, principalmente se attentarmos para o que seja litteratura entre nós. Suas exigências vão mais longe”. Esse impossível seria que “Alencar viesse ao Rio Grande, se internasse pela campanha, convivesse com o gaúcho para assim poder escrever sobre seus costumes, sua vida, character. Era este o meio mais certo do distincto litterato desacoroçoar no começo da empresa” (1873, nº 11: 483). Conforme Apolinário Porto Alegre, os “estudos que em pessoa se fazem sobre os lugares d'um acontecimento, o conhecimento da archeologia são accessorios que podem dar mais realce e bellezas ás obras, porém não constituem preceitos essenciaes da arte”. Esse tipo de conceito a respeito da literatura destoa novamente para o paradigma naturalista. Por fim, finaliza Apolinário:

Para concluir com as considerações sobre as cartas de Sempronio e Cincinato, reproduziremos uma citação que ahi vem sem assignatura, como para fazer fé aos juizos emittidos.

Eis o trecho textual:

“No dizer de um critico portuguez sua Penna póde ter bom successo: “na poesia dengue e *coquette*, poesia arrebicada, doentia, rasteirinha, poesia de alcovas e salões, complacente, piegas, coisa de *toilette*, femenina...como pó de arroz, os vinagres aromaticos, os espiritos de *petites dames* e de *petits crevés*, o Ilangyland, o *bouquet*, manilha e o cosmético Miranda.”

Não sabemos quem seja o autor d'este acervo de frivolidades offensivas. Pelo estylo desbragado parece de Ramalho Ortigão (APOLINÁRIO, 1873, nº 11: 483-84).

Pensar tão tresloucada e tacanhamente com respeito a um escriptor que tem sido apreciado não só pelo paiz inteiro, como pelos estrangeiros, entre uma de nossas glorias nacionaes, entre os mais distinctos dos cultores das letras no Brazil, é um crime, se bem que não prevenido nas disposições penaes do código, que muitas vezes por menores delictos condemna. Sempronio repetindo taes injurias, faz-se cúmplice.

Felizmente, o apreço em que são tidas as obras do autor de *Guarany*, a extracção que tem, são o mais solemne protesto erguido contra a sanha d'um critiqueiro estranho, que, de parte o rancor e desprezo que vota ao Brazil e aos brasileiros, demonstraria mais uma vez o dito popular:

– O teu maior inimigo é o official de teu officio (APOLINÁRIO, 1873, nº 11: 484).

Nota-se a constante afirmação do destaque desse escritor cearense, considerado pelo pensador da província sulina como o grande nome da literatura brasileira. Em outras palavras,

um modelo a ser também imitado e seguido.

3.3.1.3. *O mestiço brasileiro.*

Para Apolinário, a identidade brasileira pode ser rastreada, desde o seu antepassado primitivo até o homem moderno, através da literatura de Alencar, pois ele foi capaz de evidenciar a “**physiologia nacional**” do brasileiro. Entretanto, essa fisiologia da nação brasileira não tem por base um único tipo de representante nacional, mas é concebida por Apolinário de forma multifacetada. Sendo assim, a virtude de José de Alencar é que ele “abrange um povo em todas as vicissitudes de sua existencia, que estudo o typo multiforme e os sentimentos de todas as classes de nossa sociedade” (1873, nº 9: 376). Esse tipo multiforme representante da identidade brasileira é o mestiço, com fica evidente também nas novas línguas modernas, da qual o “dialeto brasileiro” seria uma delas.

As linguas modernas não nasceram sômente do influxo admiravel das grandes revoluções operadas pelo christianismo e invasão dos barbaros, que conseguiram demolir a gigantesca fabrica romana: uma outra necessidade facilitava e impellia seu apparecimento. O espirito humano tendia a manifestar-se com mais precisão e simplicidade, sem o séquito de difficuldades de que até então fôra rodeado, substituindo as fôrmas analyticas ás syntheticas. Era toda uma questão de futuro, toda uma nova phase histórica, que separaria duas civilisações tão completamente que o confundil-as seria para sempre impossivel. Separação pelas novas raças que vieram povoar a Europa, pela religião e pela linguagem (APOLINÁRIO, 1872, nº 3: 34).

No texto *Carta a Hilário Ribeiro*, em sua costumeira crítica à instituição católica, Apolinário Porto Alegre diz que a “religião eleva o homem, a beatice degrada-o, acabando geralmente na mais repulsiva hypocrisia” (1875, nº 7: 45). Sobre esse assunto, ele ressalta que Abilio ignorou as particularidades do seu país, devido à grande quantidade de imigrantes que chegam anualmente ao Novo Mundo, “milhões de emigrantes de crenças diversas, e cada um continua a segui-las pelo consenso unanime de todas as constituições que o regem. Os filhos descendentes dos colonos, cidadãos do paiz em que nascem, pertencem á communhão de seus antepassados” (1875, nº 7: 45).

A respeito disso, ele questiona, “o estabelecimento de instrucção que tiver alumnos de varias seitas, deve impor-lhes o credo catholico, sem commetter um attentado contra a liberdade de consciencia?” (1875, nº 7: 45). Ele responde negativamente a esta questão porque “a família, penso, é a unica competente. A escola apenas desenvolverá a doutrina moral que serve de base a todas as religiões” (1875, nº 7: 45). Isso vai de encontro ao seu pensamento liberal, que pode ser encontrado nos seus diferentes textos literários e críticos. Além disso, ele acrescenta que “no Brazil erguer-se-ha com a intolerancia no ensino mais uma barreira á homologação das raças”. A identidade brasileira, no entendimento desse literato

sul-rio-grandense, seria a confluência de raças, entendidas aqui, como características culturais diversas, sem qualquer sentido evolucionista, formando assim não um novo povo, mas um povo possuidor de uma peculiaridade única, tal qual proposto desde o Romantismo alemão de Herder (1959). Nessa confluência de raças que formou o brasileiro, o crítico português

Pinheiro Chagas parece mesmo ignorar os mais comensais princípios de linguística e as mais rudimentares noções de nossa história em seus Ensaios Críticos, na apreciação sobre a *Iracêma*. Não nota as influências do local, clima e sobretudo que o colono português, ao apoiar na América, desde logo cruzou o sangue godo e árabe com o sangue tupi, como atestam Diogo Alvares e João Ramalho, e estabelecia d'este consórcio o ponto de partida para a futura nacionalidade já constituída e aumentada ainda do elemento afro, muito antes do evento político de 1822 (APOLINÁRIO, 1873: 374).

Notemos dois aspectos interessantes nesse trecho: primeiro, seria a exposição do português como descendente dos *godos* e dos *árabes*, assemelhando-se muito à proposta de Teófilo Braga, para o qual a união dessas duas raças teria originado o *moçárabe*. Para esse português, “a Beira é o ponto aonde se concentrou o verdadeiro núcleo da nacionalidade portuguesa; ali estavam estabelecidos os mosarabes no seu trabalho da lavoura; nos nomes próprios encontra-se ainda a fusão dos dois elementos gothico e árabe” (BRAGA, 1871: 24).⁶⁴ Conforme o argumento defendido por Marçal Paredes, o *moçárabe* seria um mestiço, no qual “é no âmbito da distinção nacional que sua teoria do moçarabismo deve ser entendida, pois o moçárabe é, praticamente, um mestiço oriundo do contato entre raças góticas e árabes na faixa de território mais ocidental da Península Ibérica” (2006: 117). O segundo aspecto seria a crença de Apolinário Porto Alegre de que esse português, sendo mestiço, chegando à América teria “cruzado”, e assim misturado, com o “sangue tupi”, havendo ainda o acréscimo do “elemento afro”. Uma peculiaridade na compreensão da identidade brasileira do escritor sul-rio-grandense, diferentemente da postura que será adota por Silvio Romero⁶⁵ em sua querela

⁶⁴ Segundo Amadeu de Carvalho Homem “[...] as questões da identidade nacional tinham-no fascinado desde cedo. Assim, teimou em encontrar um substrato étnico em que pudesse sustentar a “essência da nação portuguesa”. Julgou tê-lo identificado na raça mosárabe ou moçárabe, que se teria originado, em seu entender, através da fusão entre a população goda mais humilde, que não acompanhara a retirada dos aristocratas para as Astúrias, e a população árabe. Esta muito questionável teoria encontra-se sustentada em títulos como as Epopeias da Raça Mosárabe, de 1871, e A Pátria Portuguesa. O Território e a Raça, de 1894. Tal patriotismo não foi uma singularidade ou uma bizantina expressão de subjetividade. Foi, outrossim, uma explícita e elevada reivindicação republicana, impregnando o ideário das diversas gerações militantes. No caso de Teófilo Braga, este pendor também se concretizou nos temas de toda uma literatura de imaginação ou de refiguração, cuja matéria-prima lhe foi fornecida por episódios ou figuras do nosso passado histórico”. HOMEM, Amadeu de Carvalho. Teófilo Braga. In: Centro Virtual Camões: Instituto da cooperação e da língua, s.p. Acessado em 10/11/14 <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xix/teofilo-braga.html#.VGC3LGf7Egl>

⁶⁵ Segundo Marçal Paredes, para Silvio Romero “[...] o mestiço é a imagem que busca fundamentar a soberania cultural brasileira. Ora, se o português moçárabe também mestiço fosse, então, o brasileiro mestiço seria apenas um herdeiro das características mais peculiares do português. Não se distanciaria de Portugal. Não

contra Teófilo Braga, é sua falta de interesse pela mestiçagem da identidade portuguesa. Para ele, esse “consorcio” do português (mestiço) com o aborígene americano foi o “ponto de partida para a futura nacionalidade já constituída e augmentada ainda do elemento afro” (APOLINÁRIO, 1873: 374)..

Se anteriormente Apolinário discutia a partir de uma escala americana e europeia, agora ele reduz essa escala demarcatória e passa a discutir a diferença entre Brasil e Portugal. Como dito anteriormente, sua intenção é atacar a antiga metrópole, comparando-a com a Inglaterra e apontando para o surgimento do novo no Brasil, em que se salientam nitidamente as saliências dos consórcios das raças que formaram a nação, por sua vez, visíveis em suas diferenças regionais.

Chegamos à conclusão de que, ao invés de ser apenas um precursor do Regionalismo gaúcho, Apolinário também fez parte do nacionalismo brasileiro que movimentou os intelectuais do século XIX, visando dotar o Brasil com uma ideia de nação e uma identidade nacional. Ao mesmo tempo, os elementos utilizados em sua literatura e em outros textos não literários, que marcaram sua tentativa de inserção ao projeto de constituição da literatura brasileira, podem ser lidos também como tentativas de afirmar a peculiaridade cultural da província do Rio Grande de São Pedro do Sul e, assim, constituir a identidade do sul-riograndense. Contudo, ressaltamos tais elementos aparentemente regionais faziam parte de seu projeto de constituição de uma identidade brasileira, formada por diversas partes locais e suas peculiaridades, os tipos regionais. Dependendo do intelectual que os propunham, esses tipos regionais ou provinciais teriam em comum a sua formação da mescla entre portugueses e índios ou portugueses, índios e negros, tendo o mestiço como resultado, um tipo de representante nacional sugerido desde o francês Ferdinand Denis e o alemão Carl von Martius, desembocando, conforme Paredes (2006, 2013), em Silvio Romero e, posteriormente, segundo Ricupero (2004), em Gilberto Freyre.

3.3.2. O PARADOXO DA COR LOCAL: A REVOLUÇÃO FARROUPILHA E O IDEAL REPUBLICANO.

Como vimos no primeiro capítulo, o uso do evento histórico da Revolução Farroupilha e do tipo gaúcho, além da região da campanha, são características básicas da temática gauchesca. Em outras palavras, são os elementos temáticos referentes ao pertencimento, ou

fundamentaria a cultura brasileira”. Idem, *ibidem*, p. 117.

não, de um determinado tipo de literatura à classificação de regionalista. O evento histórico da Revolução Farroupilha foi uma guerra civil do período regencial brasileiro que foi ganhando, com o passar dos anos, os contornos de uma rebelião separatista (PESAVENTO, 1985; FLORES, 1984; MAESTRI, 2005), atribuição não de toda insustentável, já que os rebeldes farrapos acabaram se separando do Império Brasileiro e criando uma república independente (FLORES, 1985; 2002). No caso da produção literária de Apolinário Porto Alegre, esse evento pode ser relacionado à defesa de seu republicanismo. Por outro lado, no período no qual ele fundamentava os primeiros preceitos da literatura sul-rio-grandense, a forma como ele abordava a Revolução Farroupilha não era tão bem vista por alguns de seus patrícios. Por exemplo, no rodapé de 4 de agosto de 1872 do jornal *A Reforma*, ao falar elogiosamente sobre a *Revista do Partenon*, percebemos certa relutância que o articulista tem em relação ao uso de tal evento por Apolinário Porto Alegre. Ele diz o seguinte:

É pena que Iriema se deixe tanto seduzir pelos falsos primas, através do qual olha para as cenas do passado. Haverá tanta sinceridade e patriotismo nos homens da revolta, como lhe diz seu coração bom e dominado pela elevação e nobreza de seu caráter? Bem vemos que Iriema não é aqui o severo químico da História, armado do escalpelo afiado da crítica, mas o romancista – em todo caso é bom não iludir o futuro, inoculando-lhe as idéias brilhantes e generosas que lhe vão pela mente. Os revoltosos tiveram muitos erros de que ainda não estão quites com a história da Pátria. Garibaldi era entre nós um feliz e ousado aventureiro. Na luta entre irmãos, que todos queriam a liberdade, que amavam estremecidamente o seu torrão, que vinha fazer o estrangeiro, vibrando o punhal em que ia a morte? Era mais um instrumento de extermínio, quando devia ser o da paz e da união, num momento lutuoso de desvairamento, por tanto tempo depois pesarosamente lembrado. O Sr. Apolinário é um escritor de merecimento e já vigorado pelo estudo e pelo trabalho. Ele pode dar muito desenvolvimento à literatura da Província (DAMASCENO, 1975: 48-49 apud *A Reforma*, 4 de agosto de 1872).

Em outra perspectiva, Apolinário Porto Alegre usa este fato histórico de acordo com os preceitos românticos da inserção da cor local como matéria literária. Além disso, como também mencionam Alexandre Lazzari (2004) e Carla Gomes (2009), tal fato é utilizado como base para seu republicanismo antes de denotar certa tendência separatista e desejosa de criar uma identidade local e oposta à identidade brasileira através da literatura. Parafraseando o próprio escritor, defende-se a liberdade contra a tirania – identificada com a própria monarquia – como é ratificado na seguinte passagem do conto *O Monarca das Coxilhas*, em que o narrador comenta o aparente paradoxo entre a palavra monarca e a liberdade do campeiro rio-grandense:

Os rio-grandenses têm em nenhuma monta os tronos e cetros. Para eles uma boa equitação vale uma monarquia; um bom cavaleiro é um grande monarca. Parece uma irrisão, quer fosse fortuitamente dada esta acepção à palavra, quer de firme propósito. Quem não conhecer os costumes de nossas vastíssimas campanhas, há de estranhar

que uma só família às vezes seja o tronco duma série de monarquias. E por Deus! Valem mais que os testas coroadas os valentes campeiros do Rio Grande. Ao menos sob cada poncho palpita um coração onde a liberdade entronizou-se; em cada pulso lampeia uma espada a ou uma lança que fará tremer a tirania.

Se quiserem a prova, abram seus anais, e aí encontrarão uma década gloriosa, dez anos que procuram fazer esquecer, que tentam eliminar de sua história, porque não consentem que a escrevam . . . Inútil e frustrânea tentativa! Tradições tão brilhantes, grandiosas e sublimes não se extirpam, morrem com o povo em que nasceram, são a arca santa, o tabernáculo de miríadas gerações (APOLINÁRIO, 1987: 111-112).

A ênfase na luta pela liberdade dos farrapos em contraposição à tirania monárquica perpassa todos aqueles textos literários analisados no subtópico anterior. Contudo, como já salientamos, eles evidenciam o embate entre o modelo republicano e o monárquico, ou seja, não é uma defesa da constituição de uma república rio-grandense independente. Procuramos, dessa forma, demonstrar que Porto Alegre percebia a Revolução sob a ótica de uma proposta federativa, seguindo o modelo estadunidense, pois, para ele, seria possível ao Brasil constituir uma federação de repúblicas – como é a análise feita por Maria Medianeira Padoin (2001) sobre aquele movimento. O personagem André, do conto *A Tapera*, é uma síntese desse ideal federalista de Apolinário Porto Alegre:

Andre era uma d'estas naturezas capazes de todas as virtudes e abnegações, como dos vícios e crimes mais degradantes. Sua intelligencia não tinha o necessario acúmen para compenetrar-o do bello pensamento politico de tornar o Brazil um estado federativo; mas Paulo, a quem o prendia espontânea e sincera sympathia, seguia o partido que pleteava aquella doutrina nos campos de batalha; portanto o que Paulo seguia, era bom e justo, o ideal na terra para Andre.

Ser farrapo, rebelde ou sedicioso, ás deveras, como então chamavam aos federaes, foi seu sonho de todos os dias (APOLINÁRIO, 1874, n° 5: 749).⁶⁶

No décimo capítulo, voltando da sepultura de Laura, André “diante do registro da mãe de Jesus, estreitando contra o peito a bandeira da extincta republica rio-grandense e o flaccido ramo de flores de laranja, sacros amulectos do passado, dizia”:

— O’ santa, a quem Laura adorou, intercedei por mim a Deus. Não posso mais viver... O que me resta agora sobre a terra? Em nome do rei roubarão-me um pai extremoso, a *patria amada*, e a propria noiva, ultima raiz que me prendia a este solo ingrato... não posso mais respirar aqui... Vou matar-me, vêde, mas não é cobardia... Affrontei mil vezes a morte em *defesa das liberdades do Brazil*, sem temel-a jámais... Intercedei por mim (APOLINÁRIO, 1874, n° 5: 749).⁶⁷

Como analisado anteriormente, ele se mata com o veneno de caranguejeiras encontradas. Em suma, os personagens André, José de Avençal, Jacinio, Leonel, que são os soldados farrapos; o ex-escravo Gabila, do poema *Gabila*, que foge do cativo e une-se aos

⁶⁶ Grifos nossos.

⁶⁷ Grifos nossos.

rebeldes em prol da liberdade; ou mesmo o comandante Tobias do Minuano, que não temeu sacrificar a si e a própria família por esses mesmos ideais, correspondem ao modelo criado pelo “inolvidável polígrafo” para atestar suas crenças políticas, para que eles “sirvam as nossas façanhas”, “de modelo a toda terra”.⁶⁸

Concluimos, portanto, que embora o uso da Revolução Farroupilha possa parecer um paradoxo devido ao pensamento nacionalista de Apolinário Porto Alegre, na verdade, está em concordância com a prerrogativa romântica do uso da matéria local e com os ideais republicanos do escritor. Esse movimento, que posteriormente será um dos baluartes da ideia separatista da cultura gaúcha, era utilizado por Porto Alegre para defender sua proposta de nacionalidade brasileira, pois ele almejava propagar o republicanismo para o restante do Brasil monárquico, isto é, a Revolução Farroupilha faz parte do nacionalismo brasileiro desse sul-rio-grandense.

⁶⁸ Trechos do hino republicano, autoria creditada a Francisco Pinto da Fontoura. Ver: ZILBERMAN, Regina. MOREIRA, Maria Eunice. BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. BORDINI, Maria da Glória. *Um dia todas essas coisas hão de ser história: textos farroupilhas*. Porto Alegre: PUCRS: Erus, 1985, p.119.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Nos primeiros estudos historiográficos a respeito do Regionalismo literário gaúcho, desde João Pinto da Silva até Guilhermino Cesar na década de 1950, o escritor sul-rio-grandense Apolinário Porto Alegre foi categorizado como precursor desse movimento literário. Contudo, a partir do final da década de 1970, particularmente com o surgimento dos estudos universitários, esse tipo de avaliação passou a ser contestada, dando origem a hipóteses de que o surgimento desse movimento seria proveniente da influência literária de José de Alencar. Apesar disso, Apolinário Porto Alegre ainda continuou a ser percebido como um importante escritor local e a sua posição de difusor desse tipo de *literatura gauchesca* permaneceu sendo salientada. Todavia, a sua não intencionalidade de ser um escritor regionalista, demonstrada nos trabalhos de Maria Eunice Moreira, já que o mesmo ainda não existia de fato nesse período, trouxe novos caminhos para a interpretação da história literária sul-rio-grandense e, podemos dizer também, para a constituição da identidade gaúcha em seu período de formação, durante a segunda metade do século XIX.

Objetivando aprofundar tais caminhos abertos por essa historiografia universitária, realizamos uma análise referente às publicações literárias e não literárias de Apolinário Porto Alegre na *Revista do Partenon Literário*, entre os anos de 1869 a 1879. Durante esse percurso analítico, encontramos elementos que evidenciaram sua filiação ao projeto nacionalista romântico, empreendido pelos literatos brasileiros do século XIX, de constituir uma identidade cultural brasileira, visando assim diferenciá-la de sua antiga metrópole portuguesa. Esse projeto tinha como base a constituição de uma literatura nacional, que, apesar da forte influência do Romantismo europeu, acabou adquirindo características próprias e peculiares que permitiram diferenciá-lo da tradição literária lusitana e, assim, concretizar tal objetivo almejado por esses letrados brasileiros do século XIX.

A filiação de Apolinário Porto Alegre a tal projeto romântico foi encontrada através da análise de características presentes em sua produção literária, tendo sido possível estabelecer uma relação entre a produção desse escritor sul-rio-grandense e o escritor cearense José de Alencar, considerado posteriormente pela historiografia como o principal nome literário desse período. Ao invés de utilizarmos os argumentos estabelecidos – trabalhados por Zilberman, Baumgarten, Eunice, Lazzari e Gomes, entre a denominada vertente regionalista de José de Alencar para com Apolinário Porto Alegre, com base nos respectivos romances *O Gaúcho* e *O vaqueano* – preferimos analisar outras publicações do escritor sulino, que constam na

Revista do Partenon Literário, mas que ficaram fora do “cânone” do Regionalismo literário gaúcho. Por essa razão, atribuímos uma grande importância ao romance *Feitiços d’uns beijos*, publicado naquela revista, entre os anos de 1873 e 1874 e, estabelecendo uma base comparativa, empregamos a análise elaborada por Roberto Schwarz sobre a literatura urbana de José de Alencar, que consta no livro *Ao vencedor as batatas*. A partir de tal pressuposto teórico, constatamos que as mesmas incongruências narrativas demonstradas por Schwarz como presentes em algumas obras de Alencar podem ser encontradas em *Feitiços d’uns beijos*, de Apolinário Porto Alegre, além de outros escritos literários produzidos pelo mesmo autor.

Em outra ponta desse estudo, comprovamos que esse escritor sulino tencionou a inserção dos sul-rio-grandenses à nacionalidade brasileira, através da demonstração de que os literatos da província mais meridional do império brasileiro poderiam participar desse projeto de dotar o Brasil com uma nacionalidade a parte da portuguesa. Em outras palavras, Apolinário Porto Alegre fez parte do nacionalismo brasileiro que movimentou os intelectuais durante todo o século XIX.

Carlos Baumgarten defende que a produção literária regionalista gaúcha, surgida nesse período de formação do sistema literário sul-rio-grandense e continuada ao longo das primeiras décadas do século XX, seria caracterizada por “uma dupla natureza”, na qual, “de um lado, corresponde ao desejo de afirmação do Rio Grande, em virtude de sua condição de região periférica, no conjunto maior da Nação; de outro, caracteriza-se como um esforço do Estado no sentido de se associar à luta em busca de uma literatura autônoma e, portanto, nacional” (1998: 35). Baumgarten acredita que essa “dupla natureza” da literatura sul-rio-grandense, o que denominamos por *literatura gauchesca*, teria como característica um “tom ambíguo que marca o discurso acerca do regionalismo literário, [...] e que permanece no alvorecer do século XX, sendo provavelmente o responsável pelas interpretações que vêm na literatura sul-rio-grandense um anseio separatista” (1998: 35).

Na verdade, não encontramos na produção literária e não literária de Apolinário Porto Alegre uma “dupla natureza”, mas a sua inserção apenas em um programa de ideologia nacionalista que perdurou durante esse período. Em realidade, há tanto na tradição historiográfica sul-rio-grandense quanto, em parte, na brasileira uma confusão entre uma concepção de nacionalidade brasileira não centralista – muito influenciada pela literatura “regionalista” de Alencar, em que as regiões, quando reunidas, formariam o todo nacional – com um regionalismo fechado em si mesmo, de cunho, às vezes, separatista e isolacionista.

Ao mesmo tempo, é necessário destacar que os elementos utilizados por Porto Alegre

em sua produção literária – como o espaço sulino, o tipo social do gaúcho e a Revolução Farroupilha –, usados como uma tentativa de afirmação da peculiaridade da província do Rio Grande de São Pedro do Sul dentro do seio imperial brasileiro e compatíveis com a sua concepção da nacionalidade brasileira, também foram importantes para o desenvolvimento da posterior literatura regionalista gaúcha. Em outras palavras, não podemos descartar a influência dos elementos encontrados na produção de Apolinário Porto Alegre na literatura Regionalista gaúcha e, por isso, ele foi considerado como precursor desse movimento. Queremos ressaltar, nesse sentido, que tal “dupla natureza” é fruto da análise de elementos textuais na produção do autor, pois, se levarmos em consideração uma análise estritamente histórica, estaríamos cometendo um anacronismo com tal afirmação.

Em suma, quando analisado sob o prisma dos estudos literários, não há equívoco quanto à interpretação da “dupla natureza” da literatura de cunho regionalista gaúcha, da qual o escritor sul-rio-grandense Apolinário Porto Alegre faz parte. No entanto, ao observarmos esse nosso objeto sob o aspecto de sua historicidade, chegaremos à conclusão de que não há “dupla natureza”, pois não há em seu horizonte de pensamento uma afirmação do regional de cunho separatista, mas um tipo de nacionalidade em que a identificação da nação passaria, inevitavelmente, pela regionalidade, ou seja, uma concepção de identidade brasileira caracterizada por um *regional-nacionalismo*. A “dupla natureza” dessa literatura só é possível nas interpretações *a posteriori*, pois ora categorizam a produção de Apolinário Porto Alegre como regional, ora como nacional. Concluimos, portanto, que para resolver tal questão basta pensar em Porto Alegre dentro de seu horizonte regional-nacionalista. Com isso, escapamos de uma tradição categorizadora que o vê apenas como precursor do Regionalismo literário gaúcho ou apenas através de sua inserção à nacionalidade brasileira.

REFERÊNCIAS

Apolinário Porto Alegre (*Revista do Partenon Literário*)

APOLINÁRIO Porto Alegre. Programma. In: *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario*, 1ª anno. Nº 1 (mar.), p. 3-4. Porto Alegre, 1869.

APOLINÁRIO Porto Alegre. Um conto como muitos outros. In: *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario*, 1ª anno. Nº 1 (mar.), p. 14-19. Porto Alegre, 1869.

APOLINÁRIO Porto Alegre. A fãca d'um valeiro. In: *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario*, 1ª anno. Nº 4 (jun.), p. 23-26. Nº 5 (jul.), p. 9-9. Porto Alegre, 1869, p. 3-4.

APOLINÁRIO Porto Alegre. Introdução. In: *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario*, 2ª série, Nº 1 (jul.), p.3-4. Porto Alegre: Typographia da Reforma, 1872.

APOLINÁRIO Porto Alegre. Felipe Neri (Elogio funebre). In: *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario*, 2ª série, Nº 1 (jul.), p. 5-8. Porto Alegre: Typographia da Reforma, 1872.

APOLINÁRIO Porto Alegre. Estudos Philologicos. In: *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario*, 2ª série, Nº 3 (set.), p. 33-35. Porto Alegre: Typographia da Reforma, 1872.

APOLINÁRIO Porto Alegre. O Vaqueano. In: *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario*, 2ª série, Nº 1 (jul.), p. 26-31. Nº 2 (ago.), p. 25-34. Nº 3 (set.), p. 11-19. Nº 4 (out.), p. 9-19. Nº 5 (no.), p. 8-22. Nº 6 (dez.), p. 8-25. Porto Alegre: Typographia da Reforma, 1872.

APOLINÁRIO Porto Alegre. Curruira. In: *Revista Mensal do Partenon Literario*, Anno 2. Nº 12 (dez.), p. 551. Porto Alegre: Typographia do Constitucional 1873.

APOLINÁRIO Porto Alegre. Feitiços d'uns beijus. In: *Revista Mensal do Partenon Literario*, Anno 2, Nº 7 (jul.), p. 311-320. Nº 8 (ago.), p. 345-360. Nº 9 (set.), p. 378-389. Nº 10 (jul.), p. 441-454. Nº 11 (nov.), p. 470-479. Nº 12 (dez.), p. 525-534. Anno 3, Nº 1 (jan.), p. 580-595. Nº 3 (mar.), p. 653-675. Porto Alegre: Typographia do Constitucional, 1873.

APOLINÁRIO Porto Alegre. Esboço Biographico – Manoel José da Silva Bastos. In: *Revista Mensal do Partenon Literário*, Anno 2, Nº 4 (abr.), p. 141-148. Porto Alegre: Typographia do Constitucional, 1873.

APOLINÁRIO Porto Alegre. Mulheres – Comédia. In: *Revista Mensal do Partenon Literário*, Anno 2, Nº 1 (jan.), p. 12-23. Nº 2 (fev.), p. 67-78. Nº 3 (mar.), p. 117-126. Nº 4 (abr.), p. 167-180. Porto Alegre: Typographia do Constitucional, 1873.

APOLINÁRIO Porto Alegre. Sensitiva – Drama. In: *Revista Mensal do Partenon Literario*. Anno 2, Nº 5 (mai.) p.212-226. Nº 6 (jun.), p.247-273. Porto Alegre: Typographia do Constitucional, 1873.

APOLINÁRIO Porto Alegre. O Umbú. In: *Revista Mensal do Partenon Literário*. Anno 2, Nº 7 (jul.), p. 322-323 Porto Alegre: Typographia do Constitucional, 1873.

APOLINÁRIO Porto Alegre. José de Alencar (estudo biographico). In: *Revista Mensal da Sociedade do Partenon Literário*. Anno II, Nº 9, (set.), p.371- 377. Nº 10, (out.), p.422- 426. Nº 11, (nov.), p.480-484. Nº 12, (dez.), p.520-534. Porto Alegre: Typographia do Constitucional de 1873. Anno 3, Nº 2, (fev.), p.629-636. Porto Alegre: Imprensa Litteraria, 1874.

APOLINÁRIO Porto Alegre. A Tapéra. In: *Revista do Parthenon Litterário*. Anno 3, Nº 4 (abr.), p.704-714. Nº 5 (mai.), p.744-750. Porto Alegre: Imprensa Litteraria, 1874.

APOLINÁRIO Porto Alegre. Benedicto (Esboço d'uma comedia). In: *Revista do Parthenon Litterário*. Anno 3, Nº 2 (fev.) 609-623. Porto Alegre: Imprensa Litteraria, 1874.

APOLINÁRIO Porto Alegre. Tobias (Episodio da Revolução). In: *Revista do Parthenon Litterario*, Anno 3, Nº 1 (jan.), p.690-692. Porto Alegre: Imprensa Litteraria, 1874.

APOLINÁRIO Porto Alegre. Gabila. In: *Revista do Parthenon Litterario*, Anno 3, Nº 7 (jul.), p. 42-43. Nº 8 (ago.), p. 88-90. Nº 10 (out.), p. 182-184. Nº 11 (nov.), p. 225-227. Porto Alegre: Imprensa Litteraria, 1874. Anno 4, Nº 1 (jan.), p. 31-32.

APOLINÁRIO Porto Alegre. Carta a Hilário Ribeiro. In: *Revista do Parthenon Litterario*. Anno 4, Nº 7 (jul.), p.40-46. Porto Alegre: Imprensa Litteraria, 1875.

APOLINÁRIO Porto Alegre. Deos. In: *Revista do Parthenon Litterario*. Anno 4, Nº 6 (jun.), p.259-262. Porto Alegre: Imprensa Litteraria, 1875.

APOLINÁRIO Porto Alegre. José de Anchieta. In: *Revista Contemporanea do Parthenon Litterario: consagrada a's letras, sciencias e artes*. 4ª Serie, Anno XI, Nº 1 (abr.), Nº 2 (mai.) p.60-64, 1879.

Historiografia Literária

BARCELLOS, Rubens. Perfil de Júlio de Castilhos (conferência). In: *Província de São Pedro*. Porto Alegre: Editora Globo. Jun. 1945. Nº 1, p.119-125.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo*. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1997.

CESAR, Guilhermino. Época, merecimento e influência de “Antônio Chimango”. In: *Província de São Pedro*. Porto Alegre: Editora Globo. Jun. 1946. Set. Nº 6, p.135-9.

CESAR, Guilhermino. *História da Literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1956.

CHAVES, Flavio Loureiro. *Simões Lopes Neto: regionalismo & literatura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

DAMASCENO, Athos. Interpretação de Lobo da Costa. In: *Província de São Pedro*. Porto

Alegre: Editora Globo. Dez. 1954. Nº 19, p.178-181.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De rio-grandense a gaúcho: o triunfo do avesso - um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Porto Alegre: Editoras associadas, 2009.

HESSEL, Lothar (org.). *O Partenon Literário e sua obra*. FLAMA, Instituto Estadual do Livro, 1976;

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese (Doutorado) - UNICAMP. Campinas, SP, 2004. <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000324601>

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *Regionalismo e Modernismo*. São Paulo: Ática, 1978.

MARTINS, José Salgado. “Apreciações sobre a literatura regional rio-grandense”. In: *Província de São Pedro*, set. 1947. nº10, p.105-108.

MEYER, Augusto. Introdução ao estudo do cancionário gaúcho. In: *Província de São Pedro*. Porto Alegre: Editora Globo. Mar. 1946. Nº 4, p.24-37.

MORAES, Carlos Dante de. Condições Histórico-Sociais da Literatura Rio-Grandense. In: *Província de São Pedro*. Porto Alegre: Editora Globo. Dez. 1954. Nº 19, p.7-18.

MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991.

MOREIRA, Maria Eunice. *Regionalismo e Literatura no Rio Grande do Sul*. EST/ICP, 1982.

PEREIRA, Lucia Miguel. *História da Literatura Brasileira. Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1973 [1950].

PEREIRA, Lucia Miguel. O Naturalismo Brasileiro. In: *Província de São Pedro*. Porto Alegre: Editora Globo. Jun. 1946. Nº 5, p.24-31.

REVERBEL, Carlos. J. Simões Lopes Neto: Esboço biográfico em tempo de reportagem. In: *Província de São Pedro*. Porto Alegre: Editora Globo. Set. 1945. Nº 2, p. 78-102.

ROSA, Othelo. Augusto Meyer e o Folclore Riograndense. In: *Província de São Pedro*. Porto Alegre: Editora Globo. Dez. 1952. Nº 17, p.160-162.

ROSA, Othelo. O conteúdo político da Revolução Farroupilha. In: *Província de São Pedro*. Porto Alegre: Editora Globo. Dez. 1951. Nº 16, p.58-64.

SILVA, João Pinto. *História literária do Rio Grande do Sul*. 3ª ed. Org. de Carlos Alexandre Baumgarten. Porto Alegre: IEL: CORAG, 2013 [1930].

VELLINHO, Moyses. Editorial. In: *Província de São Pedro*. Porto Alegre: Editora do Globo. Jun. 1945. Nº 1, p. 5-7.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto (Série Revisão 2, org. Sergius Gonzaga), 1980a.

ZILBERMAN, Regina. *Literatura Gaúcha: temas e figuras da ficção e da Poesia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

ZILBERMAN, Regina. *Roteiro de Uma literatura singular*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998;

ZILBERMAN, Regina. SILVEIRA, Carmem Consuelo e BAUMGARTEN, Carlos A. *O Partenon Literário: Poesia e Prosa – Antologia*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Instituto Cultural Português, 1980b.

Fonte literária

ALENCAR, José. Carta ao Dr. Jaguaribe. In: *Iracema: lenda do ceará*. Rio de Janeiro: Typ. de Viana & Filhos, 1865. (Exemplar pertente a Biblioteca Brasileira e Guita José Mindlin. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00178300>).

BOUTERWEK, Friedrich. História da poesia e eloquência portuguesa. In: Guilhermino Cesar. *Historiadores e críticos do romantismo: a contribuição européia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1978. [1805]

CASTELLO, José Aderaldo. *A polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras / USP, 1953 [1856].

DENIS, Ferdinand. Resumo da história literária do Brasil. In: Guilhermino Cesar. *Historiadores e críticos do romantismo: a contribuição européia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1978. [1826]

GARRETT, João Batista Leitão de Almeida. *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. [1826]

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*. Caderno do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS, Porto Alegre, v. 5, n. 2, ago. 1999. [1836]

RIBEIRO, Santiago Nunes. Da Nacionalidade da Litteratura Brasileira. In: *Minerva Brasiliense: Jornal de Ciências, Letras e Artes*, v.1, n.1, nov. 1843.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Bosquejo da história da poesia brasileira (introdução). In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998 [1841].

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Florilégio da poesia brasileira. In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice (orgs.). *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998 [1850].

Romances e contos

ALENCAR, José. *Iracema*: lenda do Ceará. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957 [1865].

ALENCAR, José. *O Guarani*: romance brasileiro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957 [1857].

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. 5ª ed. São Paulo: FTD, 1999 [1899].

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Porto Alegre: L&PM, 1997 [1881].

BALZAC, Honoré. *A ascensão e queda de César Birotteau*. Tradução de Herculano Villas-Boas. Porto Alegre: L&PM, 2009 [1837].

FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. Tradução Ilana Heineberg. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009 [1857].

PORTO ALEGRE, Apolinário. *O Vaqueano*. São Paulo: Editora Três, 1973 (Obras imortais de nossa literatura) [1872].

PORTO ALEGRE, Apolinário. *Paisagens*: contos. Estudo crítico Regina Zilberman. Estudo bibliográfico e fixação de textos Maria Eunice Moreira. Porto Alegre: Movimento; Brasília: MinC/Pró-Memória/INL, (Coleção Rio Grande, 82. Coleção Resgate, 2), 1982 [1875].

Vídeos, sites e outras mídias

HOMEM, Amadeu de Carvalho. Teófilo Braga. In: Centro Virtual Camões: Instituto da cooperação e da língua, s.p. <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xix/teofilo-braga.html#.VGC3LGf7EgI> (acessado em 10/11/14).

Leandro Karnal. *Hamlet de shakespeare e o mundo como palco*. Palestra organizada pelo CpfL Cultura. <http://www.cpfcultura.com.br/wp/2015/04/28/hamlet-de-shakespeare-e-o-mundo-como-palco-com-leandro-karnal/> (acessado em 10/05/15).

Revista *Minerva Brasiliense*, pode ser encontrada no site da Hemeroteca Digital Brasileira. <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/minerva-brasiliense/703095> (acessado em 07/07/15).

Roberto Schwarz – Obra Aberta Machado de Assis 2002 (4 de 4).wmv. <http://youtu.be/KUlu1TC8vEA>. (acessado em 15/01/15).

Arquivos e bibliotecas consultadas

- Biblioteca da PUCRS
- Biblioteca da UFRGS
- Museu de Comunicação Hipólito José da Costa
- Arquivo do IHGRGS
- Acervo Júlio H. Petersen

Bibliografia de Referência

- ALENCAR, Heron de. José de Alencar e a Ficção Romântica. In: *A Literatura no Brasil*. (dir. Afrânio Coutinho, co-dir. Eduardo Coutinho). 5ª ed. rev. E atual. São Paulo: Global, 1999.
- AQUINO, Rubens Leão Aquino. *Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- ARAÚJO, Valdeí Lopes de. As transformações nos conceitos de literatura e história do Brasil: rupturas e discontinuidades (1830-1840). *Saeculum - Revista de História* [20]; João Pessoa, jan./jun. 2009.
- ASSIS, Machado. *Notícia da atual literatura brasileira - Instinto de nacionalidade*, 1873. http://letras.cabaladada.org/letras/instinto_nacionalidade.pdf (acessado em 22/06/15).
- AZEVEDO, Janete; SANTOS, Ana Lucia. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional. In: *Revista Brasileira de Educação*. v. 14, n. 42, set./dez. 2009.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. “Apresentação”. In: João Pinto da Silva. *História literária do Rio Grande do Sul*. 3ª ed. Org. de Carlos Alexandre Baumgarten. Porto Alegre: IEL: CORAG, 2013. [1924/30]
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *A Província de São Pedro e a história literária*. In: *Literatura em revista (e jornal): periódicos do Rio Grande do Sul e Minas Gerais*. (org.) Artur Emilio Alarcon Vaz, Carlos Alexandre Baumgarten, Maria Zilda Ferreira. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, POS-LIT; Rio Grande: FURG, 2005, p. 137-162.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. João Pinto da Silva. In: *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. (Orgs.) Regina Zilberman, Maria Eunice Moreira, Luiz Antonio de Assis Brasil. Porto Alegre: Ed. Novo século, 1999, p. 98-99.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. O regionalismo literário sul-rio-grandense: contradiscurso ou variação do discurso nacionalista do século XIX? In: *Cadernos Literários*. Rio Grande, v. 3, 1998, p. 31-38.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. SILVEIRA, Carmem Consuelo. O Partenon Literário: imprensa e sociedade literária. In: ZILBERMAN, Regina. SILVEIRA, Carmem Consuelo e BAUMGARTEN, Carlos A. *O Partenon Literário: Poesia e Prosa – Antologia*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Instituto Cultural Português, 1980b.
- BERLIN, Isaiah. Apoteose da vontade romântica. A revolta contra um mundo ideal. In: *Estudos sobre a Humanidade: uma antologia de ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

- BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre História e Literatura: a Formação do Panteão Rio-grandense e os Primórdios da Escrita da História do Rio Grande do Sul no século XIX*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
<http://hdl.handle.net/10183/17662>
- BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. 2ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.
- BRAGA, Teófilo. *Epopeias da raça mosárabe*. Lisboa: Imprensa Portuguesa Editora, 1871.
- CAMPOS MOREIRA, Alice Therezinha. *Província de São Pedro: história*. In: CDROM.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.
- CANDIDO, Antonio. *Formação de literatura brasileira: momentos decisivos*. Vol. II. 5. ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1976.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. A crise do colonialismo luso na América portuguesa 1750/1850. In: Maria Yeda Linhares (org.). *História geral do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, c1996.
- CARR, Edward H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- CASTELLO, Aderaldo. José. *A Literatura Brasileira: Origens e Unidade (1500-1960)*. São Paulo: Editora da USP, 1999.
- CESAR, Guilhermino. “Para o estudo do conto gauchesco”. In: *Caderno de Sábado*. Porto Alegre: Companhia Jornalística Caldas Júnior. 10 de fevereiro de 1973.
- CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971.
- CESAR, Guilhermino. Introdução. In: *Historiadores e críticos do romantismo – 1: a contribuição europeia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da USP, 1978, p. IX – LVII.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *O Ensaio Literário no Rio Grande do Sul (1868-1960)*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos – MEC, 1979.
- COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- CONNER, Walker. A Nation Is a Nation. In: *Ethnic and Racial Studies*, 1 (1978): 379-88.
- CORRÊA, João Alexandre. DOBENSTEIN, Juliano. *Memória em ruínas: a casa branca do Morro Santana*. Porto Alegre: Dacasa, 2005, p. 9.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COUTINHO, Afrânio. A crítica literária romântica. In: *A literatura no Brasil*. São Paulo:

Editora Sul Americana, 1968 [1959].

COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. (dir. Afrânio Coutinho, co-dir. Eduardo Coutinho). 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Global, 1999. [1959]

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1968. [1959]

DAMASCENO, Athos Ferreira. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 1975.

DAMASCENO, Athos. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 1975.

DORATIOTO, Francisco. Guerra do Paraguai. In: *História das guerras*. Demétrio Magnoli (org.). São Paulo: Contexto, 2006.

DOSSE, François. História e historiadores no século XIX. In: *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Jurandir Malerba (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FISHER, Luís Augusto. *Literatura gaúcha*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da revolução farroupilha*. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., (Série Histórica Gaúcha 1), 1984.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

FRANCO, Sergio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GOLIM, Cida. Moysés Vellinho. In: *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. (Orgs.) Regina Zilberman, Maria Eunice Moreira, Luiz Antonio de Assis Brasil. Porto Alegre: Ed. Novo século, 1999, p. 129-30.

GOLIN, Tau. *A ideologia do gauchismo*. Porto Alegre: Tchê, 1983.

GOMES, Carla Renata Antunes de Sousa. *De rio-grandense a gaúcho: o triunfo do avesso: um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 2006. <http://hdl.handle.net/10183/11154>

GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1992.

HERDER, Johann G. *Ideas para una filosofia de la historia de la humanidad*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1959.

HESSEL, Lothar (org.). *O Partenon Literário e sua obra*. FLAMA, Instituto Estadual do

Livro, 1976;

HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital, 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOMEM, Amadeu Carvalho. *Do Romantismo ao Realismo: temas de cultura portuguesa (Século XIX)*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2005.

JAUSS, Hans. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAJOLO, Marisa. Regionalismo e História da Literatura: quem é o vilão da história? In: Marcos Cezar Freitas (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

LAJOLO, Marisa. Regionalismo. In: MOREIRA, Maria Eunice; ZILBERMAN, Regina; ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. (Orgs.) Porto Alegre: Ed. Novo século, 1999, p. 155-57.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese (Doutorado) - UNICAMP. Campinas, SP, 2004. <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000324601>

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 3. Ed. rev., refundida e aml. São Paulo: Pioneira, 1976. [1954]

LIMA E SILVA, Márcia Ivana de. Guilhermino Cesar. In: MOREIRA, Maria Eunice; ZILBERMAN, Regina; ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. (Orgs.) Porto Alegre: Ed. Novo século, 1999.

MACIEL, Maria Eunice de Souza. Apontamentos sobre a figura do gaúcho brasileiro. In: Zilá Bernd (org.). *Olhares Cruzados*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

MAESTRI, Mario. *Uma breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Vol. 1. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2006.

MAESTRI, Mario. *Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Vol. 2. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2005.

MARANHÃO, Ricardo. *Brasil história: texto e consulta*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. 2 vol.

MARKUSEN, Ann R. Região e Regionalismo: um enfoque marxista. In: *Espaço & Debates*, ano 1, nº 2, 1981.

MEYER, Augusto. “Ciclo gaúcho”. In: *A Literatura no Brasil*. (dir. Afrânio Coutinho, co-dir. Eduardo Coutinho). 5ª ed. rev. E atual. São Paulo: Global, 1999. [1959]

MEYER, Augusto. *Prosa dos Pagos*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: Corag, 2002.

- MOREIRA, Alice Campos. *Revista "Província de São Pedro": História, s/a, s/p. CDROM.*
- MOREIRA, Maria Eunice (org.). *Narradores do Partenon Literário.* Porto Alegre: IEL: Corag, 2002.
- MOREIRA, Maria Eunice. *Apolinário Porto Alegre.* Porto Alegre: IEL, 1989.
- MOREIRA, Maria Eunice. Estudo bibliográfico e fixação de textos. In: *Apolinário Porto Alegre. Paisagens: contos. Estudo crítico Regina Zilberman.* Porto Alegre: Movimento; Brasília: MinC/Pró-Memória/INL, (Coleção Rio Grande, 82. Coleção Resgate, 2), 1982.
- MOREIRA, Maria Eunice. História da Literatura: algumas Considerações Teóricas. *Vidya* 37, jan./jun. 2002.
- MOREIRA, Maria Eunice. Relações ambíguas: a recepção dos românticos brasileiros pela crítica portuguesa do século XIX. In: *TriceVersa*, Assis, v.1, n.1, maio-out. 2007.
- MOREIRA, Maria Eunice; ZILBERMAN, Regina; ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul.* (Orgs.) Porto Alegre: Ed. Novo século, 1999.
- OLIVEN, Ruben George. *A Parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-nação.* Petrópolis: Vozes, 1992.
- PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução.* São Paulo: Companhia Editorial Nacional (Coleção brasileira novos estudos; v. 3), 2001.
- PALTI, Elias. *La nación como problema: Los historiadores y la "cuestión nacional".* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- PALTI, Elias. "The Problem of "Misplaced Ideas" Revisited: Beyond the "History of Ideas" in Latin America. In: *Journal of the History of Ideas*, Vol. 67, No. 1 (jan., 2006), p. 149-179.
- PAMPLONA, Marco A. DOYLE, Don H. (org.). *Nacionalismo no Novo Mundo.* Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- PAREDES, Marçal de Menezes Paredes. A Ibéria como mal-de-origem. In: *Revista de História das Ideias.* Vol. 31, 2010, p. 337-362.
- PAREDES, Marçal de Menezes. A Querela dos Originais: notas sobre a polêmica entre Sílvio Romero e Teófilo Braga. In: *Estudos Ibero-Americanos.* PUCRS, Edição Especial, n. 2, 2006.
- PAREDES, Marçal de menezes. *Configurações Luso-Brasileiras: Fronteiras Culturais, Demarcações da História e Escalas Identitárias (1870-1910).* Novas Edições Acadêmicas, 2013.
- PERKINS, David. *Is literary history posible?.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992.
- PESAMENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul.* 4ª e.d Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). In: *História Cultural: experiências de pesquisa*. (Org.) PESAVENTO, Sandra Jatahy. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PORTO ALEGRE, Apolinário. *Cancioneiro da Revolução de 1835*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981.

PORTO ALEGRE, Apolinário. *Paisagens: contos*. Estudo bibliográfico e fixação de textos de Maria Eunice Moreira. Estudo crítico de Regina Zilberman. Porto Alegre: Movimento; Brasília: MinC/Pró-Memória/INL, (Coleção Rio Grande, 82. Coleção Resgate, 2), 1982.

PORTO ALEGRE, Apolinário. *Popularium sul-rio-grandense: estudo de filologia e folclore*. Reorganizado por Lothar Hesse. 2ª ed. ampl. Porto Alegre: Editora UFRGS/Instituto Estadual do Livro – IEL, 2004.

POZENATO, José Clemente. *O universal e o regional na literatura gaúcha*. Porto Alegre: Movimento, IEL/SEC, 1974.

RICOEUR, Paul. Entre o tempo vivido e o tempo universal: o tempo histórico. In: *Tempo e Narrativa*. Tradução Roberto Leal Ferreira; revisão técnica Maria da Penha Vilela-Petit. Campinas: Papyrus, 1997.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Adilson dos. A Tragédia grega: um estudo teórico. In: *Revista Investigações*. Vol. 18, nº 1, julho, 2005, p. 41-67. http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.18.N.1_2005_ARTIGOSWEB/A-tragedia-grega-um-estudo-teorico_ADILSON-DOS-SANTOS.pdf (acessado em 28/06/15).

SANTOS, Juliana. *Ficção e crítica de Lucia Miguel Pereira: a literatura como formação*. Tese (Doutorado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2012. <http://hdl.handle.net/10183/54098>

SCHAFF, Adam. Por que reescrevemos continuamente a história?. In: *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.

SEIXAS, Xosé Nuñez. Os nacionalismos na Espanha contemporânea: uma perspectiva histórica e algumas hipóteses para o presente. *Análise Social*, vol. XXX (131-132), Barcelona, 1995, 489-526.

SMITH, Anthony D. Historia nacional e voluntad popular: el legado de Ernest Renan. In: RENAN, Ernest. *Que es una nacion?* Buenos Aires: Hydra, 2010, p. 9-27.

SMITH, Anthony D. *Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.

VALENTE, Luiz Fernando. Nós Outros, Neo-Ibéricos: O Entre-Lugar da identidade nacional no pensamento de Manoel Bomfim. *Niterói*, n. 22, p. 85-98, 1º. sem. 2007.

WHITROW, G. J. *O Tempo na História: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*; tradução, Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ZILBERMAN, Regina. Canône Literária e História da Literatura. In: *Organon*. v. 15, n. 30-31, 2001, p.33-38.

ZILBERMAN, Regina. MOREIRA, Maria Eunice. BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. BORDINI, Maria da Glória. *Um dia todas essas coisas hão de ser história: textos farroupilhas*. Porto Alegre: PUCRS: Erus, 1985, p.119.

ZILBERMAN, Regina. SILVEIRA, Carmem Consuelo e BAUMGARTEN, Carlos A. *O Partenon Literário: Poesia e Prosa – Antologia*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Instituto Cultural Português, 1980b.

ZILBERMAN, Regina. *Teoria da literatura I*. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012.